

JULHO 2022

URBAN AGRICULTURE MAGAZINE

UA
38

Revista de Agricultura Urbana



20+ anos de

RUAF

www.ruaf.org



Nesta edição

Nos últimos vinte anos, a Fundação RUAF contribuiu para o avanço da agricultura urbana e da transformação dos sistemas alimentares nas cidades por meio de pesquisas, ações e advocacia, e por meio da intermediação de conhecimentos entre ciência, política e prática. Nesta edição, o Secretariado da RUAF e seus parceiros refletem sobre o trabalho realizado para apoiar o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana sustentável e dos sistemas alimentares urbano-regionais resilientes, e identificaram as cinco áreas principais a serem focadas nos sistemas da alimentação para a próxima década: (1) **resiliência**, (2) **inclusão social**, (3) agricultura urbana e periurbana, (4) **planejamento urbano** e (5) **governança**.

Cada seção consiste em artigos, artigos de opinião, estudos de caso, conclusões e recursos – todos escritos por parceiros e colaboradores do RUAF.

Resiliência



Os sistemas alimentares em todo o mundo são altamente vulneráveis aos impactos de vários riscos, incluindo choques climáticos extremos, eventos naturais, aquecimento global e secas, pandemias e instabilidade política. As pessoas e as infraestruturas são vulneráveis ao longo das cadeias de abastecimento, desde a produção da comida até a comercialização e o consumo, bem como a gestão dos resíduos e dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos dos quais a agricultura depende. A seção aborda o conceito de **resiliência** e as vulnerabilidades dos sistemas alimentares, inclusive no contexto da pandemia de COVID-19. Ela analisa as experiências em Antananarivo, Quito, Melbourne e São Vicente e Granadinas, tirando algumas conclusões sobre a necessidade de esforços sustentados, ambiciosos e expandidos para construir a resiliência dos sistemas alimentares urbano-regionais.

Inclusão social



A **inclusão social** é o processo de aumentar as oportunidades e a capacidade de participação de indivíduos e grupos desfavorecidos na sociedade e melhorar os termos de seu engajamento. Esta seção discute o direito à alimentação, à justiça e a intervenções visando promover a inclusão e o aprimoramento dos esforços nesse sentido. Considera o setor informal e a necessidade de compreender e colaborar adequadamente com o sistema alimentar que afeta a maioria. Explora projetos recentes e em andamento que colocam os cidadãos no centro das mudanças no sistema alimentar, relatando experiências como os *laboratórios de mudança alimentar* e os conselhos alimentares locais. A seção analisa ainda a inclusão de pessoas deslocadas à força (imigrantes) nos sistemas alimentares urbanos e o papel que a agricultura urbana e periurbana (AUP) pode desempenhar em diferentes circunstâncias.

Agricultura urbana e periurbana



Ao longo dos últimos anos, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) ganhou cada vez mais atenção. A interrupção dos sistemas alimentares urbanos durante a pandemia de COVID-19 enfatizou a importância e o valor agregado de (re)conectar a produção e o consumo de alimentos locais e a importância do fácil acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. A AUP é uma forma legítima de uso do solo urbano, ao mesmo tempo em que faz parte consistente do desenvolvimento da cidade e contribui para a segurança alimentar em complemento à agricultura rural – além de outros benefícios sociais e ambientais.

Esta seção analisa a agroecologia urbana, a regeneração e a circularidade dos nutrientes, bem como cadeias de valor alimentar inclusivas dentro e ao redor das cidades, bem como o papel e o potencial da AUP na transformação dos sistemas alimentares.

Planejamento de sistemas alimentares urbano-regionais



As mudanças climáticas e a pandemia de COVID destacam a necessidade urgente de repensar e construir canais locais de abastecimento e distribuição de alimentos. As cidades e periferias precisam construir a soberania alimentar e aumentar o acesso a alimentos nutritivos, especialmente para os excluídos e os pobres.

O planejamento alimentar está sendo mais considerado pelas cidades, mas o conhecimento existente e as práticas emergentes devem ser compartilhados e usados para informar todos os atores envolvidos com a alimentação. Esta seção ilustra alguns dos passos dados por vários atores e em várias cidades e explora o caminho a seguir..

Governança

A governança dos sistemas alimentares urbanos é um fator crítico. É o alicerce sobre o qual todas as políticas, projetos, programas e intervenções são construídos. Ações para fortalecer ou transformar os sistemas alimentares urbanos têm sucesso ou fracassam conforme a força de seus arranjos de governança. Esta seção examina os diferentes significados de governança e fornece uma visão geral das discussões sobre governança alimentar urbana com base em exemplos e melhores práticas provenientes de diferentes cidades do mundo, incluindo Nairóbi, Surabaya, Bristol e Toronto.



Celebrando 20 anos promovendo transformações nos sistemas alimentares urbanos

Secretariado da RUAF

O ano de 2020 marcou o 20º aniversário da RUAF e da Revista de Agricultura Urbana, e decidimos a ambiciosa tarefa de publicar esta edição especial com nossos parceiros para dar continuidade a nossa tradição de definir agendas para a agricultura urbana e os sistemas alimentares urbanos.

Nas últimas duas décadas, nossa equipe, parceiros e colaboradores da RUAF desempenharam um papel de liderança no avanço da agricultura urbana e na transformação dos sistemas alimentares urbanos por meio de ações e advocacia e, por meio da intermediação de conhecimentos entre ciência, políticas e práticas, sempre 'aprender fazendo'.

As seções, artigos e opiniões nesta edição olham para trás, fazem um balanço e identificam tópicos emergentes a serem abordados pela RUAF com cidades, organizações locais e internacionais e institutos de pesquisa na próxima década. Além disso, sugerem abordagens promissoras para avançar neles.

As parcerias da RUAF

A produtiva história da RUAF está resumida no artigo à página 9 – O Coletivo RUAF desde 1999” –, escrito por dois ex-membros do conselho diretor, e no destaque que se segue nas páginas 13 e 14.

De fato, a RUAF começou como um projeto com foco em redes e inventários de informações, na influência de políticas e na construção de centros de recursos regionais. Desde 2004, quando a Fundação RUAF foi criada para coordenar o trabalho dos parceiros e seus programas, ela intensificou sua colaboração com as cidades desenvolvendo ferramentas de “formulação multiatorial de políticas e planejamento de ações” (MPAP), de monitoramento e de apoio a organizações de agricultores urbanos.

A RUAF apoiou o aumento da capacidade de uma grande variedade de atores em 25 cidades em todo o mundo. Paralelamente a esses programas maiores, diversos outros projetos foram desenvolvidos utilizando as experiências adquiridas e as ferramentas desenhadas com base nas múltiplas funções da AUP em tornar cidades mais sustentáveis. Isso incluiu trabalhos sobre gestão de água e resíduos, recuperação e reutilização de recursos (liderados pelo IWMI), enfatizando-se o papel da AUP após situações de crise na Libéria, Serra Leoa, Gaza e Jordânia, ou em outros projetos visando à gestão ambiental e à adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Hoje, a Parceria Global da RUAF sobre Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis é uma comunidade de prática envolvendo cidades, institutos de pesquisa e ONGs, trabalhando com instituições especializadas com histórico significativo em agricultura urbana e periurbana e soluções de sistemas alimentares nas cidades, que desenvolvem, aplicam e compartilham inovações.

A RUAF apoia o desenvolvimento de sistemas alimentares urbanos e periurbanos e sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis e resilientes. Isso é alcançado criando, compartilhando e aplicando conhecimento, experiências e inovações para melhorar a pesquisa-ação e a prática, aconselhar sobre políticas públicas ligadas à alimentação e construir a capacidade necessária em governos e noutras organizações, incluindo as que reúnem produtores, processadores e fornecedores de alimentos.

Orientada por seu Plano Estratégico, a RUAF trabalha com cidades e com redes de cidades, incluindo o MUFPP, o ICLEI, para fortalecer o papel das cidades na governança da política alimentar.

Os atuais Parceiros da RUAF são o Instituto Internacional de Gestão da Água (IWMI) com sede em Colombo, Sri Lanka; o Instituto de Ciências Geográficas e Pesquisa de Recursos Naturais da Academia Chinesa de Ciências (IGSNRR/CAS) com sede em Beijing, China; o Centro para Sistemas Alimentares Sustentáveis da Universidade Wilfrid Laurier, no Canadá; a cidade de Toronto, Canadá; a cidade de Ghent, na Bélgica; CONQUITO Agência de Promoção Econômica do Município do Distrito Metropolitano de Quito; e as ONGs Economia e Sostenibilita (ESTA) de Milão, Itália; Instituto Mazingira, em Nairóbi, Quênia; Rikolto International, na Bélgica; e Hivos, na Holanda.

Nos últimos vinte anos, a RUAF se envolveu com mais de 100 organizações locais e internacionais e trabalhou em 50 cidades em mais de 40 países. A Parceria Global da RUAF e seu Secretariado têm apoiado governos locais e subnacionais, organizações de produtores urbanos, ONGs, centros de pesquisa e outras partes interessadas, oferecendo treinamento, assistência técnica, pesquisa-ação e assessoria política, e tendo assessorado várias agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais. A Parceria, por meio de seu Secretariado, articula suas atividades de intercâmbio de conhecimento local, nacional e internacional, advocacia e aprendizagem e as divulga on-line por meio da [Revista de Agricultura Urbana](#) (Urban Agriculture Magazine), e outras publicações, bem como em reuniões internacionais e eventos.

Olhando à frente

As cidades parceiras da RUAF são reconhecidas como pioneiras no trabalho com sistemas alimentares.

Nos próximos anos, a RUAF continuará a apoiar essas e outras cidades em seu trabalho contínuo para construir sistemas alimentares resilientes e sustentáveis com suas redes locais e regionais e em cooperação com as áreas rurais e periurbanas e regionais.



Nos últimos 20 anos, muitas outras cidades ao redor do mundo implementaram ações para melhorar a segurança alimentar, a nutrição e a justiça social e reduzir os impactos ambientais no sistema alimentar, muitas delas tornando-se membros do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão. Ao mesmo tempo, o campo internacional de trabalho em sistemas alimentares se expandiu. A cada ano, mais organizações internacionais se juntam e exploram caminhos novos ou semelhantes. Este interesse crescente, tanto por parte de cidades como de ONGs, deve ser comemorado, pois traz novas oportunidades de colaboração e projetos. Também requer um posicionamento cuidadoso para garantir que os esforços de muitos atores sejam complementares e coerentes. Além disso, essa atividade está ocorrendo no que talvez seja um ponto de inflexão para a vida em nosso planeta. A pandemia da COVID-19 mostrou o quão vulnerável é o sistema alimentar global: as crises climáticas estão se tornando mais frequentes, estamos vivendo um momento de grande imprevisibilidade, e transformar esse sistema é cada vez mais urgente.

Neste processo de transformação, informar e desenvolver capacidades, compreender os sistemas alimentares e apoiar os pioneiros e líderes para orientar e implementar mudanças reais, continua a ser extremamente importante. A comida é indispensável no nosso dia a dia: ela conecta pessoas, cidades, regiões e objetivos de desenvolvimento sustentável. Temos que entender de onde vêm nossos alimentos e nos conectar com outras pessoas para responder à pergunta “que tipo de sistema alimentar queremos” se quisermos criar uma mudança global positiva e duradoura e construir sistemas alimentares mais resilientes nas áreas urbanas e seu entorno.

A AUP e a alimentação estão surgindo em muitas agendas políticas, incluindo o desenvolvimento econômico compatível com o meio ambiente, a biodiversidade, as mudanças climáticas, a inclusão social e a gestão de resíduos. Isso proporciona uma abertura para abordar tais questões de forma integrada. Construir resiliência não é uma tarefa simples, que pode ser alcançada em um único projeto, mas requer apoio contínuo e de longo prazo às várias partes interessadas, reformulando a governança e redirecionando fundos, integrando setores, construindo agências e experimentando coisas novas.

2021 – um ano crucial para os sistemas alimentares

Em 2021, a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS) preparou o cenário para a transformação global dos sistemas alimentares visando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, dando origem a um grande número de coalizões e iniciativas. A RUAF e parceiros convocaram um grupo de trabalho para ajudar a reunir soluções revolucionárias e desenvolver mensagens-chave abordando a governança sistêmica e multinível, a equidade e a inclusão, o planejamento alimentar local integrado, a nutrição e as compras escolares, os ambientes alimentares saudáveis, o desperdício de alimentos e o planejamento integrado.

As coalizões para ações precisarão ser transparentes e levar em conta os elementos-chave há muito reconhecidos da mudança dos sistemas alimentares, ou seja, a soberania alimentar, a justiça de gênero, a justiça climática, a justiça econômica e social, a biodiversidade e a saúde das pessoas e do planeta. Além disso, a cúpula da COP26 em Glasgow identificou a importante ligação entre clima e alimentação e a necessidade de abordagens integradas.

A RUAF e seus parceiros devem aproveitar os resultados do UNFSS e da COP26 ao olhar para o futuro e ao desenvolver sua nova estratégia para a próxima década.

À medida que estamos no limiar de uma era emocionante e desafiadora para a transformação dos sistemas alimentares, a RUAF, de acordo com sua abordagem reflexiva, está atualmente passando por uma nova avaliação para estabelecer a melhor forma de continuar apoiando o desenvolvimento dos sistemas alimentares urbanos em um mundo em rápida mudança.

O desenvolvimento futuro da RUAF será baseado no reconhecimento de que “(...) a marca RUAF é bem conhecida e garante uma ampla rede mundial e um trabalho de alta qualidade em agricultura urbana e sistemas alimentares urbanos sustentáveis. (...) A força da RUAF está em identificar e explorar novas questões sobre os sistemas alimentares urbanos, divulgando-os e construindo conhecimento em torno deles”.

Assim, a RUAF continuará desenvolvendo e se adaptando às mudanças internas e externas, construindo experiências e introduzindo inovações. Isso inclui a transição para um *think tank* e centro de conhecimentos, apoiando seus principais parceiros no desenvolvimento de programas maiores com base em sua experiência, aproveitando sua ampla rede de associados e facilitando que as cidades compartilhem conhecimentos e construam suas próprias redes.

Para permanecer à frente no processo, continuaremos a identificar necessidades emergentes, ameaças e lacunas na adaptação dos sistemas alimentares urbanos em relação à crise climática. Aqui consideramos a agroecologia e as entidades ligadas à justiça alimentar e climática como componentes vitais na transformação dos sistemas alimentares.

Iremos nos basear em nossas experiências de trabalho com lideranças no setor, as abordagens MS e CRFS (sistemas alimentares urbano-regionais), os indicadores do MUFPP (Pacto de Milão para Política de Alimentação Urbana) etc. O trabalho sobre indicadores é usado agora como referência para o setor, e o programa CRFS com a FAO fornece um processo claro e prático para construir resiliência. Projetos nessas áreas continuarão naturalmente à medida que encontrarmos novas necessidades e abordagens por meio de projetos, programas e assistência técnica recentes e em andamento.

Esta edição da RAU

Ao desenvolver esta edição da RAU, comemorando os “20 anos de RUAF”, identificamos cinco áreas-chave de trabalho para a próxima década: **Resiliência, Inclusão Social, Agricultura Urbana e Periurbana, Governança e Planejamento Urbano.**

Cada tema é abordado em sua própria seção da revista com artigos, destaques, estudos de caso e recursos descritos por parceiros e colaboradores do RUAF, seguidos de um resumo das necessidades e prioridades prementes. Esta Revista não é o fim do processo. É apenas o começo da jornada da RUAF, pois ajudamos cidades e regiões urbanas a enfrentar os desafios que surgirão nesta década de transformação e além. Esperamos que muitos de nossos leitores se juntem a nós nesta jornada, por meio de colaborações, discussões, compartilhamento de conhecimento e apoio mútuo em nossos esforços.



In Memoriam

Marielle Dubbeling

17/12/1968 – 23/10/2019

Muitos de nós trabalhamos nesta edição da Revista de Agricultura Urbana “RUAF 20+anos” com Marielle Dubbeling em nossas mentes.

Marielle foi cofundadora da RUAF, da qual foi Diretora desde 2012, e uma força motriz da Parceria Global RUAF.

Ela impulsionou o desenvolvimento da RUAF e liderou muitos de seus programas, estudos e projetos internacionais.

Marielle foi reconhecida internacionalmente como uma das principais especialistas em agricultura urbana e sistemas alimentares urbano-regionais, que teve impactos significativos e duradouros nas políticas urbanas, bem como na pesquisa e educação neste campo.



Ao longo de sua carreira, Marielle estava sempre desenvolvendo novos *insights* e abordagens por meio de projetos inovadores de pesquisa e desenvolvimento. Ela trabalhou em muitos temas, conforme refletido em sua impressionante lista de publicações (ver www.ruaf.org).

Em 23 de outubro de 2019, Marielle faleceu, deixando-nos um sentido vazio – emocionalmente, socialmente, e no trabalho que tínhamos pela frente, pois acabávamos de entrar num período de transformações organizacionais.

Mas ela também nos deixou com projetos, novas ideias e pistas, e uma tradição de colocar a RUAF à frente da curva.

Os Parceiros ao redor do mundo que foram inspirados por ela expressaram o compromisso unânime de construir o legado de Marielle na agricultura urbana e sistemas alimentares, em sua memória e honra.

Marielle é lembrada como uma pessoa única; uma pessoa espiritual de integridade e valores intransigentes; uma pensadora influente; uma colega e tutora solidária e estimulante; uma liderança firme; e, acima de tudo, uma amiga.

Esta edição da Revista de Agricultura Urbana é dedicada a Marielle.

O Coletivo RUAF desde 1999 - Uma jornada notável

Luc Mougeot

Frans Verberne

Nada parecido havia sido visto antes: um coletivo global de organizações científicas, governamentais e da sociedade civil mobilizando-se para apoiar a agricultura urbana (AU) em um momento em que isso ainda era visto como uma contradição incoerente por muitos.

Este empreendimento ousado surgiu após duas avaliações de campo globais patrocinadas pelas Nações Unidas sobre o fenômeno da produção de alimentos em cidades, enquanto, ao mesmo tempo, o Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC) desenvolvia um portfólio de pesquisas aplicadas sobre AU em várias regiões do mundo desde meados de década de 1980.

No entanto, a RUAF não foi um acidente fortuito: sua evolução coincidiu com a crescente atenção internacional dada à extensão e aos valores da AU, e a RUAF ajudaria a posicioná-la nas principais cúpulas sobre desenvolvimento global, como as Conferências de Habitat das Nações Unidas e os Fóruns Urbanos Mundiais e as Cúpulas Mundiais de Alimentos e Sistemas Alimentares.

À medida que a RUAF se expandiu e amadureceu ao longo de sua primeira década, organizações membros e associados de projetos foram cada vez mais chamados pelas principais agências e redes de desenvolvimento para informar novos programas, inclusive pelo Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Governos Locais para a Sustentabilidade, a Parceria CGIAR, e várias federações regionais e nacionais de municípios e governos locais, além de bancos regionais de desenvolvimento.

1999-2004: Construindo uma rede global de centros de recursos regionais

A iniciativa de se criar a RUAF – Resources on Urban Agriculture and Forestry (Centros de Recursos em Agricultura e Silvicultura Urbanas) foi efetivamente lançada em 1999, como um resultado importante e duradouro do Grupo Internacional de Apoio à Agricultura Urbana convocado pelo IDRC em Ottawa em 1996. Liderados pela ETC Foundation (Holanda), seus dois principais financiadores iniciais foram o IDRC e o governo holandês. Dada a maior atenção da Conferência Habitat III de 1996 à sustentabilidade urbana, os financiadores da RUAF viram a AU como um novo campo onde eles poderiam complementar, apoiando pesquisas multidisciplinares para resultados replicáveis (IDRC) e intervenções práticas intersetoriais (Governo Holandês).

Os membros fundadores foram selecionados principalmente entre os bolsistas de pesquisa da AU do IDRC.

Nos primeiros cinco anos, a rede RUAF ampliaria seu foco, desde a construção de uma rede para documentação e sensibilização, até o fortalecimento de capacidades e apoio ao planejamento de políticas e ações.

2004-2012: A Fundação RUAF

Em 2004, a rede RUAF tornou-se uma organização não governamental independente, para inovação de políticas sobre agricultura urbana e segurança alimentar, com seu próprio corpo diretivo – a Fundação RUAF – composta por funcionários de organizações membros subcontratadas à Fundação. A própria rede foi renomeada para Centros de Recursos da RUAF em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar.

Durante este período, a RUAF expandiu seu alcance geográfico e a escala de suas atividades, particularmente por meio de seus programas Cidades Cultivando para o Futuro (City Farming for the Future – CFF, que envolveu 20 cidades e mais de 100 parceiros locais) e Da Semente à Mesa (From Seed to Table - FS2T, com 17 cidades em 7 regiões do mundo). O CFF incluiu treinamento personalizado das partes interessadas, a formulação de políticas inovadoras e o planejamento de ações em diversos contextos. Os protocolos de formulação de políticas que integraram a AU nos mecanismos de planejamento e financiamento do território mobilizaram a experiência do coletivo RUAF em resposta às necessidades expressas dos governos locais e após a publicação de suas Diretrizes para Formulação de Políticas Alimentares Municipais. O FS2T apoiou organizações de produtores urbanos com inovações agrícolas, na gestão de microempresas e no desenvolvimento de cadeias de valor. Os resultados foram reunidos em dois livros da RUAF, *Cities Farming for the Future* e *Cities, Poverty and Food*.

Após a crise financeira de 2008-9, o envolvimento da assistência oficial ao desenvolvimento para a sociedade reduziu-se, tornando mais desafiador competir por doações contra grandes instituições que já tem seu financiamento básico assegurado. A RUAF percebeu o momento propício para reconsiderar seu “nicho”, uma vez que as organizações envolvidas na agricultura rural ou no desenvolvimento urbano estavam agora adotando uma agenda em comum de “alimentação nas cidades”.

2012-2019 A Parceria Global

O trabalho da Fundação RUAF em 2012-13 lançou as bases para uma transformação substancial durante o resto da década. Em particular, os membros avaliaram seu próprio compromisso com a rede à luz de sua gestão e as prioridades em mudança. Até 2012, a Fundação contava com um conselho composto por nove membros que nomeavam um diretor. A reflexão sobre sua eficácia levou a um Conselho menor de três especialistas independentes. Em 2013, a nova estrutura organizacional foi aprovada pelos membros da RUAF, bem como uma abordagem deliberada para recrutar novos membros e aumentar a Rede.

Em 2014, a Fundação RUAF convocou um novo Conselho de Curadores para supervisionar a transição da Fundação e sua rede para um novo modelo. A adesão renovada foi convocada em 2016.

A renomeada RUAF - Parceria Global de Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis - converteu com sucesso sua rede em uma verdadeira parceria, com a Fundação RUAF servindo como secretaria. Os membros atuais são mais diversificados e trazem novos conhecimentos para a formulação de políticas e o planejamento do sistema alimentar urbano, indo além da própria AU. Eles também representam melhor o alcance global e a missão multissetorial da RUAF (com 3 governos locais, 3 organizações de pesquisa e 4 ONGs).

Em 2015, a RUAF havia colaborado na fundação do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP), juntamente com a FAO e outros parceiros. Agora, assinado por mais de 215 cidades em todo o mundo, o MUFPP está se tornando a mais importante comunidade de prática para sistemas alimentares urbanos mais saudáveis, equitativos e sustentáveis.

O histórico da Parceria Global da RUAF nesse período demonstra sua credibilidade e a posição adquirida ao influenciar as principais conversas sobre a sustentabilidade social, econômica e ambiental das cidades.

Por exemplo, com a Climate and Development Knowledge Network, foi estabelecida um **modelo para monitorar** os impactos da agricultura e silvicultura urbana e periurbana na mudança climática e na adaptação (com evidências informando novas políticas em todo o mundo); e, com o ICLEI, têm sido implementadas diversas **intervenções** visando aumentar a resiliência urbana.

Com a Fundação Carasso e a FAO, a RUAF operacionalizou o conceito de **sistemas alimentares urbano-regionais** e uma **metodologia** para mapear e avaliar esses sistemas em cidades selecionadas em todo o mundo.

Com a SDC e a OXFAM em Gaza, e com o WHH, a CARE e a Coopi na Libéria e em Serra Leoa, a RUAF desenvolveu **cadeias alimentares curtas** em áreas urbanas e periurbanas. Com o Erasmus-plus e a Ryerson University, a RUAF estabeleceu um currículo para desenvolvimento de habilidades, intercâmbio de conhecimento e inovação entre PMEs, formuladores de políticas e IES. Através da WASH Alliance e do IWMI, financiados pelo DGIS, foram desenvolvidos **modelos de negócios e pilotos** para intervenções de saneamento em diferentes escalas (domicílios, escolas, áreas públicas, sistemas centrais).

Com o Banco Mundial, foram estabelecidas **métricas** para avaliar o impacto das políticas alimentares urbanas em várias dimensões do desenvolvimento. Durante o período 2016-2019, a RUAF formou uma aliança estratégica para aumentar seu impacto na sustentabilidade urbana.

Em 2019, o Conselho e o Secretariado da RUAF transferiram com sucesso várias ações de administração e operações para uma ONG maior, a HIVOS (Organização Humanista para Mudança Social), cujos valores, missão e alcance se alinham com os da Parceria Global da RUAF. Como tal, a contratação, manutenção do *site* e outras tarefas são agora tratadas dentro de uma organização maior, muito ativa em campos de interesse da Parceria Global.

A Fundação RUAF foi, portanto, encerrada em 2020 e as primeiras experiências do Secretariado da RUAF com seu novo anfitrião foram revisadas em 2021 com recomendações de acompanhamento pendentes.

Na Quinta Reunião Anual do MUFPP em Montpellier, França, em 2019 a RUAF esteve presente em várias atividades que demonstram sua relevância: o lançamento da 36ª edição da Urban Agriculture Magazine, sobre Conselhos de Política Alimentar ([também em português](#)), desenvolvida pela RUAF com a Hivos); a apresentação de seu trabalho na Estrutura de Indicadores do MUFPP (e adicionando nela uma “lente de gênero”); e colaborando com a Aliança Global de Nutrição (GAIN) na elaboração do [Menu de Ações no Ambiente Alimentar para melhorar a nutrição](#).

Assim, há mais de duas décadas, graças à liderança firme de seus diretores, associados, parceiros e curadores, a RUAF conseguiu se posicionar, crescer e diversificar, adaptar-se e se transformar. Alavancou seu foco original na AU para desenvolver uma abordagem mais sistêmica visando alimentar as cidades. Ao fazê-lo, contribuiu em grande medida para manter na agenda do desenvolvimento urbano a necessidade de integrar a alimentação e a agricultura em nossas cidades de hoje e de amanhã.

Várias constatações emergem da experiência da RUAF ao longo dos anos:

- o subsetor alimentar continua a ser o principal ponto de entrada para o atual interesse na AU e em suas múltiplas funções, refletindo a prioridade das preocupações de segurança e soberania alimentares em todo o mundo;
- A formulação de políticas multissetoriais e o planejamento integrado de ações continuam sendo uma abordagem comprovada e recomendada para intervenções mais consistentes;
- a liderança do governo ainda é fundamental para a implantação de inovações;
- a geração de conhecimento de baixo para cima e a sistematização de alto nível das experiências mundiais são ingredientes essenciais para se poder oferecer assessoria política robusta e confiável.

Para melhorar a inclusão e o bem-estar, gerar riqueza e aumentar a resiliência para todos, sem o que não pode haver um futuro melhor para as cidades, esperamos que a RUAF aprofunde seu status de *think tank* e continue a promover o engajamento multissetorial, a gerar conhecimento em diferentes escalas e para diversos públicos, a aconselhar e influenciar atores poderosos e a trazer lições para as conversas globais.

Esta edição da UAM explora os caminhos a seguir para o coletivo RUAF nos próximos anos, cruciais para forjar uma transformação real dos sistemas alimentares.

Luc J. A. Mougeot, Membro do conselho da antiga Fundação RUAF (2014-2020); autor, editor, revisor e consultor científico em agricultura urbana.

Frans Verberne, presidente do conselho da antiga Fundação RUAF (2018-2020), agora construtor sênior de coalizões na Holanda Food Partnership.

RUAF: enraizada nas cidades

Mais de 20 anos dedicados à agricultura urbana e aos sistemas alimentares das cidades

1999

Incluindo a agricultura na agenda urbana

A RUAF foi fundada em resposta à demanda de doadores internacionais para responder ao aumento da urbanização da pobreza e da insegurança alimentar.

2000

Criando recursos para a difusão do conhecimento

A RUAF lançou a Revista de Agricultura Urbana para trocar opiniões sobre políticas alimentares, experiências práticas e resultados de pesquisas sobre agricultura e sistemas alimentares urbanos.

2006-2008

Apoiando a ação local e políticas públicas

Com seu programa *Cidades Cultivando para o Futuro*, a RUAF, à época uma fundação independente, apoia a ação local em mais de 20 cidades com mais de 100 parceiros regionais e influencia as políticas locais.



2009-2011

Desenvolvendo cadeias de valor

Com o programa *Da Semente à Mesa*, a RUAF e seus parceiros fortalecem as organizações de agricultores urbanos por meio de treinamento em inovação de sistemas agrícolas, gestão de microempresas e desenvolvimento de cadeias de valor em 17 cidades e 7 regiões.

2014

Alinhando a estratégia com o interesse dos governos locais

As parcerias da RUAF tornam-se uma verdadeira rede, renomeada como RUAF – Parcerias Globais em Agricultura e Sistemas Alimentares Urbanos Sustentáveis.



2015-2018

Construindo uma base de evidências

A RUAF aumenta seu portfólio de evidências sobre mudanças climáticas, sistemas alimentares, indicadores e ferramentas voltadas para as áreas urbano-regionais e a circularidade, para apoiar estratégias e o planejamento de ações visando sistemas alimentares mais resilientes.



2015

Apoiando a mudança internacional

A RUAF apoiou a elaboração do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP), assinado por 225 cidades até o verão de 2022.



2016

A Nova Agenda Urbana

A RUAF apoia os esforços bem-sucedidos para a inclusão da segurança alimentar urbana e da agricultura urbana na Nova Agenda Urbana – o documento orientador sobre urbanização sustentável para os próximos 20 anos.

2017

Intercâmbio de cidade para cidade

O ICLEI e a RUAF lançam a Rede CITYFOOD para acelerar a ação dos governos locais e regionais em sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis e resilientes.

2019-2020

O Secretariado da RUAF é hospedado pela Fundação Hivos.

A RUAF apoia uma abordagem sistêmica para alimentar os centros urbanos, promovendo a necessidade de integrar alimentos e agricultura em nossas cidades de hoje e de amanhã na agenda de desenvolvimento urbano. A RUAF está envolvida em eventos como a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU e em atividades de acompanhamento, incluindo o Grupo de Trabalho sobre Sistemas Alimentares Urbanos convocado pela FAO e GAIN.



2022

A RUAF identifica temas-chave para atenção futura no campo dos sistemas alimentares urbanos

Esta edição analisa esses temas que estão sendo desenvolvidos em seus novos programas.



Resiliência

Sistemas alimentares urbano-regionais em perigo: um caso de ação urgente

Na terceira década do século XXI, o mundo vem enfrentando grandes desafios sem precedentes. Choques climáticos repentinos – como furacões, inundações e temperaturas extremas – e estresses prolongados, como as secas, estão ocorrendo com um aumento e regularidade alarmantes, enquanto o aquecimento global causa complexos ciclos de retroalimentação afetando a intensidade e impactos de outros eventos naturais, como erupções vulcânicas e terremotos.

A COVID-19 ainda persegue a Terra, e a ONU prevê que mais pandemias virão devido a interações de exploração crescente do homem sobre a natureza. A instabilidade política é abundante, perturbando comunidades e economias e levando os refugiados a buscarem refúgio além-fronteiras.

Os sistemas alimentares em todo o mundo são altamente vulneráveis aos impactos desses perigos; pessoas, ativos e infraestruturas são vulneráveis ao longo das cadeias de abastecimento alimentar, desde a produção ao consumo e à gestão dos resíduos, e dependem de recursos naturais e serviços ecossistêmicos ameaçados.

As áreas urbanas densamente povoadas dependem de fontes externas de alimentos. Impactos em qualquer elo da cadeia de suprimento alimentar podem reverberar através das cidades e nos sistemas alimentares da região e têm, portanto, um efeito dramático sobre a segurança alimentar e nutricional, e nos meios de subsistência, desenvolvimento econômico e equidade social.

A rápida urbanização (particularmente na África e na Ásia) apenas aumenta a pressão; há mais bocas para alimentar, e muitos recém-chegados residem em assentamentos onde faltam serviços básicos, meios de subsistência viáveis, e acesso a alimentos seguros, acessíveis e nutritivos.



Credits: FAO/Granma



Credits: ©FAO/Farshad Usya

Choques e tensões de todos os tipos têm um impacto desproporcional sobre as pessoas mais vulneráveis, incluindo agricultores informais, comerciantes, chefes de família, idosos, desempregados e deficientes, e muitos outros.

Os impactos de cada choque ou estresse podem ampliar e agravar os resultantes de crises anteriores.

Dentro deste contexto instável, há uma urgente necessidade de construir sistemas alimentares urbanos e regionais que sejam sustentáveis e resilientes a todos os desafios que precisaremos enfrentar.

Definindo resiliência a múltiplos choques e estresses no contexto dos sistemas alimentares urbano-regionais

Roman Malec

Guido Santini

Jess Halliday

O conceito de resiliência é muitas vezes definido como a capacidade de resistir, absorver ou “retornar” dos impactos de um choque, mas isso é apenas parte da história. A construção da resiliência também requer ações preventivas e antecipatórias para reduzir os riscos e seus impactos, ações para se adaptar a eles e, quando as estruturas e processos que sustentam um sistema não forem mais sustentáveis, ações transformadoras. Com os atuais sistemas alimentares globais, nacionais e locais enfrentando riscos e incertezas crescentes de múltiplas ameaças (como mudanças climáticas, conflitos e pandemias), há uma necessidade urgente de reforçar ou construir todas as capacidades de resiliência em conjunto nos sistemas alimentares urbano-regionais.

O discurso usual sobre resiliência ¹ refere-se à sua construção como um processo para fortalecer cinco capacidades-chave dentro e entre setores para permitir que as partes interessadas se reforcem.

1. **Capacidade preventiva:** A capacidade de implementar atividades e tomar medidas para reduzir os riscos existentes e evitar a criação de novos riscos. Embora alguns riscos não possam ser eliminados, a capacidade preventiva visa reduzir a vulnerabilidade e a exposição em determinados contextos onde, conseqüentemente, o risco é reduzido.
2. **Capacidade de antecipação:** A capacidade de agir antecipadamente a um perigo para reduzir seus potenciais impactos negativos, inclusive por meio do acesso a sistemas de alerta precoce e financiamento baseado em previsões de medidas de redução de risco.
3. **Capacidade de absorção:** A capacidade de tomar medidas de proteção e "retornar" após um choque usando respostas predeterminadas, como seguros e proteção social específica para riscos e respostas a choques para preservar e restaurar estruturas e funções básicas essenciais. Isso envolve antecipar, planejar, lidar e se recuperar de choques e tensões.
4. **Capacidade adaptativa:** A capacidade de fazer ajustes incrementais ou modificações na infraestrutura, práticas e interações para moderar impactos potenciais, a fim de continuar funcionando sem grandes mudanças qualitativas na função ou identidade estrutural.
5. **Capacidade transformadora:** A capacidade de criar um sistema fundamentalmente novo quando as estruturas ecológicas, econômicas ou sociais tornam o sistema existente insustentável.

1 Adaptado de UN Common Guidance on Helping Build Resilient Societies: Final Advance Draft - September 2020.

https://www.sparkblue.org/system/files/2021-07/UN%20Resilience%20Guidance_Final_6%20Oct_no%20foreword_0.pdf



Credits: ©FAO/Opeyemi Olagunju

A capacidade transformadora é necessária quando a mudança necessária vai além das capacidades preventivas, antecipativas, absorptivas e adaptativas do sistema e quando há o reconhecimento de que as pessoas continuam presas em um círculo vicioso de pobreza, desastres e conflitos.

É importante ressaltar que as capacidades de resiliência em diferentes níveis (ou seja, nos níveis individual, doméstico, comunitário, municipal, subnacional, nacional, regional e global do sistema) devem interagir e influenciar umas às outras.

Por exemplo, fortes capacidades de governança transformadora em nível nacional que reconheçam a importância de abordagens territoriais lideradas localmente para construir resiliência também podem ter efeitos positivos nos governos locais, levando a uma integração e coerência mais fortes entre vários níveis de governança. As fracas capacidades de alerta precoce em nível nacional, por outro lado, podem levar os governos municipais a investir em capacidades locais para reforçar a ação antecipatória.

As capacidades também são influenciadas pelos níveis de renda e educação, e por normas socioculturais e desigualdades de gênero predominantes entre as pessoas cujos meios de subsistência dependem dos sistemas alimentares.

Sistemas alimentares urbano-regionais resilientes

Prevê-se que, até 2050, 68% dos cidadãos do mundo viverão em áreas urbanas, em comparação com 55% em 2018, com mais de 90% desse aumento sendo esperado nos países em desenvolvimento.

Embora sejam necessários investimentos na construção de capacidades de resiliência e no tratamento das causas profundas das vulnerabilidades em escala global, são as pessoas que dependem dos sistemas alimentares locais nos países em desenvolvimento que estão em maior risco. É também ali que a demanda por alimentos e serviços essenciais está crescendo desproporcionalmente, juntamente com níveis crescentes de desnutrição e pressões sobre os recursos sociais, econômicos e ambientais do país.

Em um cenário de risco diversificado, como o sistema alimentar urbano-regional (consulte o quadro pág. 20), a combinação de mudanças climáticas e outros perigos – incluindo aqueles relacionados às medidas de contenção da COVID-19 – expôs vulnerabilidades significativas.

Há uma necessidade urgente de aumentar a resiliência dos sistemas alimentares urbano-regionais, entendendo-os como inseridos em um continuum rural-urbano complexo e interdependente e onde a interrupção de uma parte do sistema pode ter efeitos indiretos em outras partes.

Por exemplo, se os canais de distribuição forem afetados por um perigo (por exemplo, estradas inundadas, ou falta de combustível), o elo da produção será afetado, pois os agricultores não terão meios para levar os produtos ao mercado. A perda pós-colheita de produtos perecíveis levará a mais alimentos e resíduos orgânicos descartados. Os mercados e o consumo serão afetados pela escassez de alimentos, os preços aumentarão e muitas pessoas não poderão mais comprar alimentos básicos.



Credits: ©FAO/L. P. Bangazon

Alguns exemplos de capacidades de resiliência dos sistemas alimentares urbano-regionais:

- Através dos serviços de extensão, os agricultores tiveram acesso a técnicas de plantio em terraços, permitindo-lhes adaptar-se antecipadamente a futuros eventos de inundação (prevenção).
- Os agricultores tiveram acesso a sistemas de alerta precoce e foram capazes de colher a produção antes de eventos adversos e levar os animais para local seguro (antecipação).
- O governo mantém fundos de socorro a desastres, o que significa que os agricultores tiveram assistência para ajudá-los a lidar com os impactos de um desastre (absorção).
- Operadores de armazéns recebem pagamentos de seguro para compensar a perda de estoques; comerciantes que perderam estabelecimentos comerciais podem compartilhar instalações de outros (absorção).
- Os comerciantes com habilidades em tecnologia da informação e acesso à internet foram capazes de dinamizar seus negócios usando aplicativos online para vender comida aos clientes (adaptação).
- Os varejistas mantiveram várias cadeias de abastecimento dos produtos, o que significa que eles são capazes de continuar comercializando se uma das cadeias for interrompida (prevenção).
- Pequenos agricultores agregaram valor aos seus produtos e geraram renda adicional, organizando-se para desenvolver uma cadeia de valor de produtos especializados que lhes permita definir melhores preços e condições de mercado (transformador).

O que os governos podem fazer?

- Os governos locais e as partes interessadas do sistema alimentar podem criar a base para a construção da resiliência através da integração dos sistemas alimentares no desenvolvimento local, no planejamento urbano e territorial, na redução de risco de desastres e planos, nas estratégias e políticas de resiliência, por um lado – e, por outro lado, incluindo a redução dos riscos e a construção de resiliência na agricultura local e nos planos, estratégias e políticas alimentares.
- Os governos nacionais e locais devem participar de plataformas multissetoriais inclusivas e centradas nas pessoas (como conselhos locais de política alimentar) para avaliar e entender os múltiplos riscos enfrentados pelos sistemas alimentares urbano-regionais e identificar vulnerabilidades para, em seguida, planejar ações para abordá-los.
- As regiões urbanizadas dos municípios devem formar redes para integrar ações em áreas rurais e urbanas e alinhar melhor a oferta e a demanda de *commodities* específicas, incluindo a identificação de cadeias de valor alternativas durante crises (ver exemplos de Quito, Medellín e Colombo no artigo de Alison Blay -Palmer, pág. 20).

O gerenciamento de múltiplos riscos e crises que facilita a construção da resiliência pode ajudar a enfrentar os desafios colocados aos sistemas alimentares locais contemporâneos.

A abordagem apresentada aqui considera a resiliência como redução de vulnerabilidades, gerenciamento de riscos e, eventualmente, criação de sistemas prósperos, mais bem equipados, para enfrentar incertezas e capazes de avançar melhor.

Como tal, pode permitir que as partes interessadas do sistema alimentar local concebam, adotem e implementem políticas, planos e investimentos para a transformação e maior resiliência, inclusiva e sustentável, dos sistemas alimentares urbano-regionais.

Isso, por sua vez, pode avançar no trabalho de transformação dos sistemas alimentares nacionais, regionais e globais.



Roman Malec é Assessor de Resiliência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

roman.malec@fao.org

Guido Santini é coordenador do programa City Region Food Systems e da Green Cities Initiative da Food and Agriculture Organization das Nações Unidas.

guido.santini@fao.org

Jess Halliday é Consultora e Associada da Parceria Global da RUIAF sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares

Sistemas alimentares urbano-regionais e resiliência: as lições do COVID-19

Alison Blay-Palmer

À medida que avançamos nas ondas da pandemia da COVID-19, as vulnerabilidades de nossos sistemas fundamentais, incluindo o alimentar, foram expostas. A forma como emergimos dessa pandemia preparará o cenário para gerenciar futuras crises, choques e perigos, incluindo mudanças climáticas e, em alguns casos, apontar oportunidades para aumentar a resiliência. Alison Blay-Palmer explica como a abordagem SAUR - Sistemas Alimentares Urbano-regionais – (City Region Food Systems – CRFS) pode permitir a criação de conhecimento, a capacitação e a formação de redes que aumentam a resiliência.

A necessidade de aumentar a resiliência é especialmente urgente no caso dos sistemas alimentares. Diante da “captura” de espaços internacionais como a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU pelos interesses das corporações e da contínua falta de atenção aos direitos humanos, precisamos identificar espaços onde podemos atuar na dinâmica do poder. A abordagem CRFS oferece um ponto de entrada bem na base para enfrentar esses desafios, e uma maneira objetiva de construir resiliência. Ao comemorarmos o 20º aniversário do RUAF, a abordagem CRFS é um reflexo da visão e da relevância do trabalho da RUAF e seus parceiros para encontrar soluções sustentáveis com respeito à alimentação.

Lições aprendidas com o COVID-19: o caminho para sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes

Com o aumento da insegurança alimentar, da disparidade de renda, da migração forçada, dos meios de subsistência precários, do acesso reduzido à terra e do declínio dos ecossistemas, precisamos repensar como as pessoas têm acesso aos alimentos. Embora não seja a única resposta, há evidências crescentes de que a abordagem CRFS oferece ferramentas e uma metodologia para construir a resiliência do sistema alimentar regional (Blay-Palmer et al., 2021; Roosendaal et al., 2020). Os pilares e características centrais da abordagem CRFS são fundamentais para aumentar a capacidade de sustentabilidade e, com ela, a resiliência a múltiplos choques e tensões (Tabela 1).

O que são sistemas alimentares urbano-regionais?

A abordagem City Region Food Systems (CRFS) foi desenvolvida pela RUAF, com o Wilfrid Laurier University Center for Sustainable Food Systems, o programa CGIAR Water Land and Ecosystems (WLE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

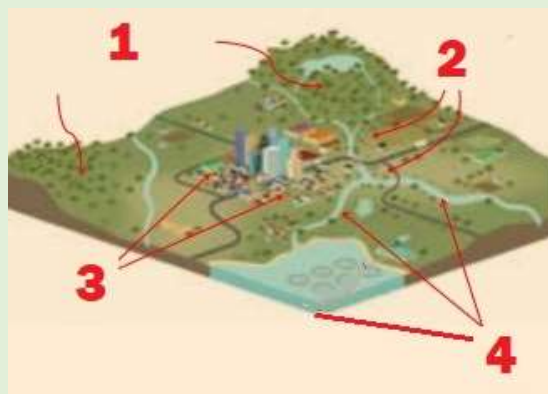
A abordagem CRFS nos permite entender os ativos do sistema alimentar de forma holística e integrada e ver como eles podem ser melhorados para construir sustentabilidade e resiliência. Com base na colaboração multissetorial e multiescalar e no planejamento centrado no sistema para desenvolver a coerência em todo o *continuum* rural-urbano, é possível promover meios de subsistência locais viáveis e proporcionar segurança alimentar e nutricional. A escala cidade-região conecta atores em espaços rurais, periurbanos e urbanos dentro de uma região, e nos permite vê-los como parte de um sistema alimentar coerente e integrado que deve ser apoiado por políticas e programas multiescala desde o nível nacional até o local (Blay-Palmer et al., 2018, 2021).

A primeira fase do programa CRFS desenvolveu e testou um processo para avaliar e planejar a sustentabilidade dos sistemas alimentares urbano-regionais em seis cidades e arredores: Colombo (Sri Lanka), Kitwe (Zâmbia), Lusaka (Zâmbia), Quito (Equador), Medellín (Colômbia) e Toronto (Canadá).

Uma segunda fase concentrou-se na construção de CRFS mais resistentes a choques e riscos em cinco cidades-piloto: Colombo (Sri Lanka), Antananarivo (Madagascar), Kigali (Ruanda), Tamale (Gana) e Melbourne (Austrália).

As experiências de ambas as fases foram incorporadas no novo Manual de Planejamento e Avaliação de Sistemas Alimentares Urbano-regionais e no kit de ferramentas on-line que o acompanha.

1. O manejo agroflorestal e florestal sustentável fornece captação de água, controle de enchentes, proteção da biodiversidade, sequestro de carbono, benefícios estéticos e recreativos, e produtos florestais.
2. As áreas periurbanas oferecem espaços para agricultura sustentável de pequena escala e negócios de transformação de alimentos, em geral horticultura, culturas mistas e pecuária, corredor alimentar, favorável à biodiversidade
3. Áreas urbanas como locais de mercados de agricultores, mercados varejistas e atacadistas, centros de alimentação, sítios urbanos e hortas comunitárias que permitem o acesso a alimentos locais frescos, produzidos de forma sustentável e processados quando for o caso
4. As áreas costeiras e as zonas ribeirinhas podem proteger a biodiversidade, incluindo a vida selvagem, o habitat dos polinizadores, o berçário dos manguezais, fornecer controle de inundações e ilhas de calor, proteção contra tempestades, benefícios estéticos e recreativos



Fonte: [City Regions as Landscapes for People, Food and Nature \(un.org\)](https://www.un.org/)

Tabela 1: Pilares e características da abordagem Sistemas Alimentares Urbano-regionais e seus impactos na resiliência

Pilar ou recurso	Impacto na resiliência
Envolvimento de diversos atores	<ul style="list-style-type: none"> • Permite a construção de resiliência em vários níveis e jurisdições por meio de leis e políticas locais e nacionais de apoio • Facilita o aprendizado contínuo e a governança adaptativa para responder a mudanças repentinas e imprevisíveis • Estabelece as bases para uma plataforma de governança alimentar de longo prazo • Constrói uma ampla base de conscientização e engajamento, levando a ações em múltiplas frentes e maior capacidade e recursos para implementação
Planejamento ativo de sistemas alimentares	<ul style="list-style-type: none"> • Supera os limites institucionais das áreas específicas de competência para uma abordagem dos fatores de resiliência mais integrada • Facilita a inclusão das medidas em políticas, planos e programas existentes
Ligações urbano-rurais cada vez mais robustas	<ul style="list-style-type: none"> • Divulga as oportunidades e benefícios do CRFS para os produtores e consumidores

	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a construção de redes alimentares policêntricas entre áreas jurisdicionais vizinhas
Ferramentas qualitativas e quantitativas (mapas de fluxo de alimentos; indicadores; etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Permite avaliações, comparações e acompanhamento do progresso ao longo do tempo • Envolve as partes interessadas e mobiliza ações para alcançar os resultados desejados
Infraestrutura construída para interligar os elos da cadeia de suprimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fornece apoio a pequenos agricultores e empresas envolvidas no transporte e armazenamento de alimentos • Permite ferramentas <i>online</i> eficazes, como mercados de agricultores virtuais para mercados formais e informais
Inclusão do sistema alimentar tradicional e indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para enfrentar desafios locais específicos, além de resfriar o clima e proteger a biodiversidade agrícola
Reconhecimento de que os sistemas alimentares são específicos para o contexto	<ul style="list-style-type: none"> • Abre o caminho para políticas locais apropriadas e compartilhamento de boas práticas entre as diversas partes interessadas participantes do CRFS

As experiências com a COVID-19 nas cidades-piloto mostraram que elas se beneficiaram do aumento de suas capacidades graças ao envolvimento com a abordagem CRFS, para se tornarem mais preparadas para lidar com os desafios.

Em Quito, a análise de vulnerabilidade pré-COVID-19 do sistema alimentar local, apoiada por WLE e RUAF em 2019, ajudou a estabelecer conexões urbano-rurais mais fortes entre agricultores e consumidores.

À medida que o COVID-19 se instalou, essas redes permitiram uma mudança para mercados focados em bairros e redes de agricultores urbanos usando entregas domiciliares para superar problemas de transporte. Com isso, o fornecimento de alimentos saudáveis das hortas urbanas e periurbanas da cidade, que fornecem 1,35 milhão de kg de produtos anualmente, não foi interrompido.

Em Medellín, a descoberta realizada pelo projeto CRFS de que 30% dos alimentos da cidade vêm da região circundante permitiu ao governo sincronizar agricultores e consumidores. Vinte toneladas de alimentos frescos de hortas urbanas e periurbanas foram acessadas nas duas primeiras semanas do COVID-19, ajudando as cantinas subsidiadas a continuar fornecendo alimentos saudáveis para famílias de baixa renda.

Uma história semelhante foi vista em Antananarivo, onde hortas em escolas e comunidades, planejadas antes da COVID-19, aumentaram o acesso das famílias a alimentos nutritivos durante a pandemia.

Além disso, a avaliação do CRFS em Antananarivo destacou a importância dos mercados centrais para melhorar a coordenação e reduzir a presença de intermediários, que podem aumentar os preços em 4 ou 5 vezes.

Quando um bloqueio parcial do trânsito, os toques de recolher e os horários reduzidos do comércio atingiram os alimentos perecíveis, incluindo leite, ovos e algumas hortaliças, os mapas de fluxo de alimentos pré-pandêmicos do CRFS permitiram que o governo federal quebrasse um ciclo de *feedback* negativo emergente e fornecesse suporte para o processamento de alimentos que reduziu o desperdício de alimentos. O leite foi convertido em queijo e iogurte, e os ovos e galinhas, congelados. Isso ajudou a estabilizar a oferta de comida, aumentando a segurança alimentar local.

As experiências das cidades-piloto também demonstram que fortes ligações urbano-rurais ajudam a melhorar a adaptação e construir resiliência em tempos de crise.

Em Melbourne, foram estabelecidas ligações diretas para que pequenos agricultores entregassem alimentos frescos às casas e comunidades. Isso criou uma rede para evitar a insegurança alimentar dos consumidores e estabilizar os mercados para os produtores.

Em Colombo, os projetos ao nível do CRFS ajudaram a fechar ciclos e reduzir as perdas de alimentos, incluindo a transformação de restos de comida em composto que pode ser usado como fertilizante orgânico. Isso ajuda a aumentar a produção confiável de alimentos nutritivos, principalmente devido aos desafios da cadeia de suprimentos durante a pandemia.

Ao maximizar essas ligações urbano-rurais no CRFS, o uso de aplicativos surgiu como um divisor de águas durante a pandemia. Por exemplo, em Medellín, um mercado *online* de agricultores foi visitado 12.000 vezes, integrando 120 coletivos de agricultores diferentes distribuindo 8,2 toneladas de alimentos nos primeiros três dias. Há histórias semelhantes em muitos CRFS tanto no Sul quanto no Norte Global, inclusive na Áustria, Alemanha, França, Vietnã, China, Índia, Austrália, Canadá e Estados Unidos.

A aceitação excepcional dessas plataformas beneficia os produtores, pois elas estão vinculadas a vendas diretas e a mercados mais estáveis, e também aos consumidores, que podem acessar mais facilmente alimentos locais nutritivos.

Enfrentar a pandemia demonstrou o potencial de sistemas alimentares mais focados regionalmente que envolvem as diversas partes interessadas em várias escalas para definir e resolver os desafios do sistema alimentar interconectado.

A coordenação inerente à abordagem CRFS pode permitir que as regiões da cidade preparem-se para vários perigos e choques e protejam os meios de subsistência e a segurança alimentar. Em Colombo, uma força-tarefa do governo permitiu o acesso a alimentos básicos, frutas e hortaliças durante a pandemia, coordenando os fluxos de alimentos através das fronteiras administrativas usando cadeias de suprimentos alternativas, apoiando o acesso dos agricultores a insumos e estabelecendo centros para a distribuição de produtos agrícolas.

Conclusão

A abordagem CRFS ajuda a estabelecer plataformas participativas de longo prazo que podem resultar em políticas, intervenções e programas mais relevantes para a governança regional, e promover a cooperação e colaboração entre diferentes governos e outros atores. Juntas, essas iniciativas resultam em sistemas alimentares mais resilientes a choques e perigos, incluindo a novas pandemias.

Alison Blay-Palmer é a Cátedra da UNESCO em Estudos de Alimentos, Biodiversidade e Sustentabilidade, diretora fundadora do Centro Laurier para Sistemas Alimentares Sustentáveis e professora de Geografia e Estudos Ambientais na Universidade Wilfrid Laurier.

Maiores informações:

1. Blay-Palmer, A., Santini, G., Dubbeling, M., Renting, H., Taguchi, M., & Giordano, T. (2018). Validating the City Region Food System Approach, *Sustainability* 2018, 10(5), 1680. <https://doi.org/10.3390/su10051680>
2. Blay-Palmer, A., Santini, G., Halliday, J., Malec, R., Carey, J., Keller, L., Ni, J., Taguchi, M., & van Veenhuizen, R. (2021). City Region Food Systems: Building Resilience to COVID-19 and Other Shocks, *Sustainability* 2021, 13(3), 1325. <https://doi.org/10.3390/su13031325>
3. Roosendaal, L., Herens, M., de Roo, N., Stuiver, M., Pittore, K., Soma, K., & Hetterscheid, B. (2020). City region food system governance: guiding principles and lessons learned from case studies around the world, Wageningen Centre for Development Innovation. <https://doi.org/10.18174/526060>

Iniciativas de baixo para cima para construir a resiliência do sistema alimentar da região da cidade em Antananarivo

Carmen Zuleta Ferrari

A região da cidade de Antananarivo beneficia-se de um fluxo dinâmico de produtos alimentares locais. No entanto, este é constantemente desafiado por eventos climáticos, como chuvas fortes, inundações, variações extremas de temperatura e secas. Como em muitas cidades, a pandemia de COVID-19 contribuiu para a interrupção das cadeias de abastecimento de alimentos e causou um aumento significativo da insegurança alimentar e da desnutrição para as pessoas mais vulneráveis. Representantes de diferentes níveis de governo (cidade, região e governo central) estão atualmente trabalhando juntos para desenvolver uma estratégia conjunta para promover a resiliência do sistema alimentar da cidade e seu entorno (ver destaque na pág. 20) por meio de práticas agrícolas adaptadas, dentro de um limite de 100 km a partir do centro urbano.



No nível metropolitano, as terras agrícolas cultivadas cobrem cerca de 50% do território. Com o apoio da FAO e da RUAF, as instituições locais criaram em 2020 um grupo de trabalho consultivo multissetorial para criar uma visão conjunta e determinar prioridades para o reforço do sistema alimentar. Os membros deste grupo de trabalho incluíram técnicos do município de Antananarivo, da região de Analamanga e do Ministério da Agricultura (MAE), representantes do Gabinete Nacional de Nutrição (ONN), do Gabinete de Gestão de Riscos e Desastres (BNGRC), do Gabinete Nacional Coordenação de Mudanças Climáticas (BNCCC) e a Unidade de Prevenção e Gestão de Emergências (CPGU), além de outras partes interessadas importantes representando o setor privado e organizações da sociedade civil que trabalham no CRFS.

Inicialmente, foi realizada uma rápida análise para revisar as evidências existentes de riscos climáticos em cada parte do sistema alimentar (produção, agroprocessamento, abastecimento e distribuição, etc.). Isso envolveu o mapeamento de vulnerabilidades e a identificação de uma lista de indicadores



relacionados às capacidades de resiliência.

Em seguida, foram realizadas oficinas participativas para que os interessados pudessem compartilhar informações sobre práticas e ações existentes, desde a produção até o consumo, que contribuem para a resiliência alimentar. Este exercício trouxe uma maior compreensão do que já estava sendo feito para melhorar a resiliência do sistema alimentar.

Foi realizado um exercício para identificar áreas prioritárias para ação futura, criando ligações entre as diferentes iniciativas e programas.

As oficinas permitiram que os interessados de várias origens identificassem áreas em comum de interesse, desencadeando o diálogo sobre a construção de estruturas integradas de ação para o futuro.

No entanto, mais informações eram necessárias para entender melhor como responder a todas as vulnerabilidades em cada parte do CRFS. Treze *commodities*-chave foram selecionadas e uma pesquisa aprofundada foi lançada para mapear todas as áreas dentro do limite do CRFS que estão expostas a riscos climáticos e onde há concentrações de pessoas vulneráveis.

Os componentes de risco dentro de todas essas áreas foram então estudados em detalhes, usando grupos focais, mapeamento participativo e entrevistas em grupo, que incluíam informações detalhadas sobre as infraestruturas. Esta informação foi colocada sobre os mapas de áreas vulneráveis para fornecer uma visão das comunidades que se beneficiariam das intervenções e para quais produtos.

Como exemplo, a comunidade de Ampanefy, localizada ao sul da cidade, foi identificada como tendo o maior risco de seca e tende a apresentar o maior nível potencial de perdas de safra. A maioria dos agricultores periurbanos da Ampanefy concentra-se na produção de arroz, a principal mercadoria do sistema alimentar e que fornece um alto nível de receita, atividade também favorecida pela boa infraestrutura rodoviária entre a Ampanefy e os mercados urbanos.

A avaliação mostrou que esses agricultores poderiam se beneficiar de intervenções que aumentassem sua capacidade técnica para mitigar o impacto da seca na produção de arroz. Em outro exemplo, todas as comunidades localizadas imediatamente a oeste da área urbana dedicam-se à produção de hortaliças. Nessas comunidades foi registrado o nível mais elevado de risco de inundação, perdas de colheitas elevadas e receitas gravemente afetadas.

Elas tiveram uma classificação alta tanto na pontuação de consumo de alimentos (FCS, um indicador para a disponibilidade calórica doméstica com base na diversidade e frequência de grupos de alimentos durante um período de sete dias), quanto no índice de estratégia de enfrentamento (CSI, mostrando o uso de estratégias de enfrentamento prejudiciais quando confrontados com insegurança alimentar), uma vez que as hortaliças são uma fonte crítica tanto de nutrição quanto de receita.

A avaliação mostrou que esses agricultores podem se beneficiar de assistência na adaptação de suas práticas de produção para preservar o acesso aos alimentos para os pobres urbanos.



Em vez de desenvolver uma estratégia totalmente nova, o próximo passo é desenvolver um programa de intervenções que alavanque os programas, políticas e capacidades locais existentes de forma coordenada, no sentido de concretizar a visão compartilhada.

O processo de formulação de políticas é facilitado por:

- i) reconhecer o papel de cada nível de governo, departamento ou setor, organização não governamental e entidade do setor privado (incluindo coalizões de agricultores) e suas relações com os atores que já implementam práticas.
- ii) garantir o engajamento e participação desses atores e de todos os demais atores nos diferentes elos que constituem o CRFS.
- iii) usar indicadores para monitorar melhorias nas capacidades de resiliência em todos os componentes do CRFS.

Carmen Zuleta Ferrari é especialista em programas da FAO dentro do programa City Region Food System.

1 Os indicadores de segurança alimentar e nutricional FCS e CSI foram adotados para a avaliação em profundidade por serem oficialmente reconhecidos pelas autoridades malgaxes.

Quito, Equador: alimentos pioneiros como parte da resiliência urbana

Alexandra Rodríguez

Quito é uma das poucas cidades a ter institucionalizado a alimentação dentro de sua estratégia de resiliência urbana. Com uma longa história de agricultura urbana e avaliações do sistema alimentar, Quito desenvolveu capacidades de resiliência para lidar com vários choques e estresses.

A Estratégia de Resiliência do Distrito Metropolitano de Quito, publicada em 2017, inclui o objetivo de “promover a economia alimentar como base para o desenvolvimento” como parte do pilar para forjar uma “economia engenhosa e sólida”. Este objetivo inclui três ações:

- Desenvolver um plano para fortalecer o sistema alimentar de Quito;
- Fortalecer o programa de agricultura urbana em Quito (AGRUPAR);
- Desenvolver um programa de Produção Agrícola Sustentável.

O reconhecimento da alimentação como um componente da resiliência urbana foi um resultado da participação de Quito como cidade-piloto na primeira fase do programa de avaliação e planejamento alimentar urbano-regional da RUAFAO de 2015 a 2018. A avaliação e as consultas sob este projeto destacaram a vulnerabilidade do sistema alimentar a muitos perigos, incluindo eventos climáticos, vulcânicos e sísmicos e deslizamentos de terra, pressões humanas causadas por padrões de consumo, produção agrícola, novos desenvolvimentos industriais e residenciais nas áreas livres, crises sociais, econômicas e políticas.

Por meio de uma série de eventos participativos, conscientizando os atores de todo o sistema alimentar, em 2017 foi formada uma plataforma multissetorial, o [Pacto Agroalimentar de Quito](#) (PAQ). Em 2018, foi assinada a Carta Alimentar, e o PAQ propôs um plano de ação para a criação de um sistema alimentar sustentável que incluiu o desenvolvimento de uma política alimentar para a cidade e a promoção de mudanças na forma como os alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos e como os resíduos são gerenciados.

Em 2019, o Município de Quito adotou o plano de ação proposto no PAQ que, juntamente com a estrutura de ação do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, orientou o desenvolvimento da Estratégia Agroalimentar de Quito. Os desafios atuais são, em primeiro lugar, para que a estratégia seja reconhecida legalmente; e, em segundo lugar, que o PAQ se consolide como Conselho de Alimentação. Com o apoio do [Programa Água Terra e Ecossistemas](#) do CGIAR e RUAFAO, uma análise de vulnerabilidade de acompanhamento do sistema alimentar local foi realizada em 2019. Essa avaliação levou a cidade a reconhecer a necessidade de uma Estratégia de Resiliência dedicada para o Sistema Alimentar de Quito, que abordou várias escalas (do bairro ao global), adotou uma abordagem integrada às várias dimensões da segurança alimentar e às ligações dentro do sistema alimentar, e identificou fraquezas que precisavam ser abordadas para aumentar a resiliência. Esta estratégia está sendo finalizada para ser validada pelo PAQ.

A resposta ao COVID-19

As iniciativas descritas acima foram fundamentais para garantir uma resposta rápida e eficaz para os desafios ao sistema alimentar resultantes do COVID-19.

- A ação de fortalecimento da AGRUPAR dentro da Estratégia de Resiliência do Distrito Metropolitano de Quito permitiu a disponibilidade de recursos para enfrentar os desafios alimentares, apesar das restrições orçamentárias enfrentadas pelo município como um todo.
- O mapa do sistema de informação geográfica (GIS) produzido durante o projeto-piloto do CRFS foi valioso para visualizar a crise alimentar relacionada à COVID e serviu de base para mapas que permitiram ao município direcionar a assistência onde era mais necessária.
- A abordagem multiescalar da resiliência permitiu que a gestão da AGRUPAR repensasse a comercialização dos produtos, com os mercados dos agricultores urbanos focando nas entregas de bairro ou em domicílio.

Alexandra Rodríguez é pesquisadora associada e gestora do projeto de agricultura urbana participativa AGRUPAR dentro da Agência de Desenvolvimento Econômico CONQUITO. arodriguez@conquito.org.ec

Maiores informações

- Jácome-Pólit, D., Paredes, D., Santandreu, A., Rodríguez Dueñas, A., & Pinto, N. (2019). Quito's Resilient Agri-Food System, ISOCARP review 15.
<https://ruaf.org/assets/2020/01/Quitos-Resilient-Agrifood-System-1.pdf>
<https://ruaf.org/assets/2020/01/%20Quitos-Resilient-Agrifood-System-1.pdf>
- Quito, first city of Ecuador with a food strategy.
<https://ruaf.org/news/quito-first-city-of-ecuador-with-a-food-strategy/>

Preparando-se para o inesperado no sistema alimentar da região de Melbourne

Maureen Murphy

Rachel Carey

As experiências recentes de vários choques e estresses em Melbourne, e seus impactos combinados em todo o sistema alimentar, mostraram que não é suficiente estar preparado apenas para perigos conhecidos ou prováveis. Maureen Murphy e Rachel Carey fornecem dicas sobre como se preparar para qualquer perigo.

Melbourne, no estado de Victoria, no sudeste da Austrália, abriga cerca de 5 milhões de pessoas. A área periurbana produz alimentos frescos suficientes para atender cerca de 40% das necessidades alimentares da cidade (Sheridan et al., 2015), mas a produção está em risco devido ao crescimento populacional, ao desenvolvimento urbano e às mudanças climáticas.

A temperatura média em Victoria aumentou mais de 1°C desde 1910 (Bureau of Meteorology and CSIRO, 2020) e espera-se que as secas aumentem em duração e frequência. Também estão previstos aumentos nos eventos de inundação e dias com alto risco de incêndio (Clarke et al., 2019).

No início de 2020, Victoria sofreu graves incêndios florestais que queimaram cerca de 1,5 milhão de hectares. A produção agrícola foi severamente impactada, os negócios de varejo de alimentos fecharam nas áreas afetadas pelo fogo e houve impactos no abastecimento de alimentos em todo o estado.

Muitas das áreas afetadas pelo fogo ainda estavam se recuperando da seca que o precedeu (Bushfire Recovery Victoria, 2020).

Além disso, no início de 2020, os efeitos da pandemia global do COVID-19 já estavam sendo sentidos. A pandemia criou uma demanda sem precedentes no suprimento de alimentos em Victoria, resultando em escassez temporária de alimentos básicos nos supermercados.

A crise econômica que acompanhou a pandemia levou ao rápido aumento dos níveis de insegurança alimentar, destacando a fragilidade dos sistemas de ajuda alimentar baseados principalmente no setor de caridade (Carey et al., 2020).

Como parte de nosso projeto Foodprint Melbourne, entrevistamos as partes interessadas (do governo, indústria e sociedade civil).

Elas identificaram uma ampla gama de choques e tensões que podem afetar o sistema alimentar, incluindo choques geopolíticos, ecológicos e de segurança cibernética.



Um setor interessado do governo enfatizou que “parte fundamental da resiliência e da adaptação é a capacidade de um sistema para lidar com um choque, qualquer que ele seja”.

Então, como podemos construir a resiliência dos sistemas alimentares diante de qualquer choque ou estresse? Um ingrediente chave são **as redes e a colaboração dentro das comunidades e entre as partes interessadas do sistema alimentar.**

As áreas da região que foram afetadas por incêndios florestais anteriores em Victoria conseguiram responder rapidamente à pandemia reativando as redes existentes da comunidade e dos envolvidos.

As redes constroem relacionamentos e confiança, permitindo uma resposta mais rápida e ágil.

Outra lição aprendida é que **a política governamental precisa adaptar-se a um ambiente de incerteza.**

Em um mundo cada vez mais imprevisível, é hora de as cidades desenvolverem estratégias de resiliência para fortalecer seus sistemas alimentares contra qualquer perigo, conhecido ou desconhecido.

Maureen Murphy é pesquisadora em sistemas alimentares na Escola de Agricultura e Alimentos da Universidade de Melbourne.

Rachel Carey é Professora Sênior de Sistemas Alimentares na Escola de Agricultura e Alimentação da Universidade de Melbourne.

Maiores informações

- Bureau of Meteorology and CSIRO. (2020). State of the Climate 2020. Canberra, Australia • Bushfire Recovery Victoria. (2020). Eastern Victorian Fires 2019–20 State Recovery Plan. Melbourne, Australia.
- Carey, R., Murphy, M., & Alexandra, L. (2020). COVID-19 highlights the need to plan for healthy, equitable and resilient food systems. *Cities & Health*, 1-4. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1791442>
- Clarke, J.M., Grose, M., Thatcher, M., Hernaman, V., Heady, C., Round, V., Rafter, T., Trenham, C., & Wilson, L. (2019). Victorian Climate Projections 2019 Technical Report. CSIRO, Melbourne Australia.
- Sheridan, J., Larsen, K., & Carey, R. (2015). Melbourne’s foodbowl: Now and at seven million. Victorian Eco-Innovation Lab, The University of Melbourne. Melbourne, Australia.

Crédito da foto: ©Foodprints Melbourne

Tempo para sistemas agrícolas e alimentares resilientes em São Vicente e Granadinas

Cheron Constance

A erupção de 2021 do vulcão La Soufrière em São Vicente e Granadinas (SVG) ocorreu em um contexto de anos de significativo subinvestimento no setor agrícola. Cheron Constance traça os impactos imediatos nas fazendas e nos agricultores, as consequências de médio e longo prazo, e propõe ações para construir um sistema alimentar resiliente e revalorizado para a nação insular.

Após a erupção inicial de La Soufrière em 9 de abril de 2021, cinzas, fluxos piroclásticos (cinzas quentes, ar superaquecido e detritos viajando em alta velocidade próximos ao chão) e lahars (fluxos de água e detritos vulcânicos) dizimaram campos, desnudaram árvores frutíferas, mataram o gado e tornaram as rotas de transporte intransitáveis.

Quase 25.000 pessoas (≈20% da população do país) que vivem nas zonas "vermelhas" e "laranjas" mais perigosas foram deslocadas, incluindo muitos dos 10.000 agricultores registrados do país. A ordem de evacuação veio apenas 24 horas antes da primeira erupção explosiva, tarde demais para muitos fazendeiros moverem seu gado.

As fortes chuvas no final de abril causaram ainda mais danos, transformando as cinzas depositadas em uma substância pesada semelhante a cimento que desmoronou telhados, quebrou galhos de árvores e formou uma crosta dura nos campos.

A destruição das lavouras nas zonas vermelha e laranja gerou preocupação com os altos preços dos alimentos no médio prazo. Muitos agricultores não tinham recursos para replantar ou comprar sementes, e muitos já estavam com dificuldades devido aos impactos da COVID-19.

Grande parte da comida atualmente disponível no país é na forma de pacotes de ajuda internacional e doações da Diáspora Vicentina, e compreende em grande parte carnes enlatadas, massas secas e lanches ultraprocessados.

O conseqüente aumento do consumo de alimentos nada saudáveis pode reduzir ainda mais o mercado de alimentos nutritivos cultivados localmente e aumentar a incidência de doenças não transmissíveis.

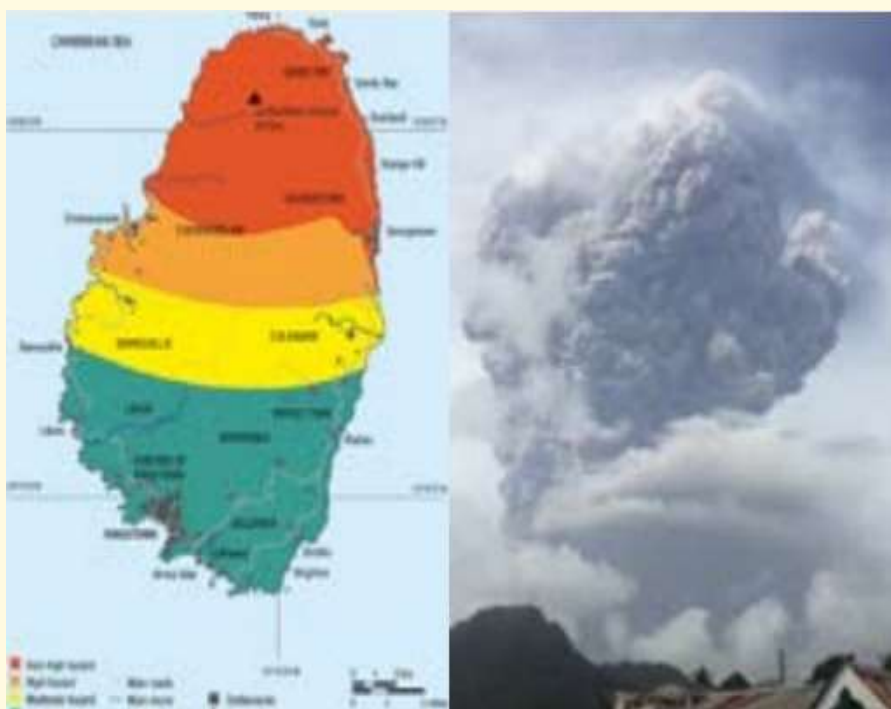
Ações para um sistema alimentar resiliente e reavaliado

A ação política decisiva é crucial para que o país aprenda com a erupção, reconstrua-se melhor e ajude a comunidade agrícola em futuras crises. Isso inclui:

- **Investimento na agricultura**, incluindo melhorias de infraestrutura, um sistema de registro de gado e dados transparentes e atualizados para informar o planejamento estratégico para o desenvolvimento agrícola.
- **Políticas que abordem todas as partes de todo o sistema alimentar**, desde a produção até o consumo. Em 2020, o Ministério da Agricultura proclamou o abastecimento local de alimentos como uma prioridade para reduzir a alta porcentagem de alimentos importados, mas nenhuma atenção foi dada ao aumento da demanda por alimentos locais, especialmente entre os próprios produtores.

- **Identificar várias maneiras de usar os recursos naturais**, incluindo os alimentos e o agroturismo para repensar o turismo convencional e afastar-se da dinâmica de exploração que entidades estrangeiras exercem sobre os países do Caribe em geral.
- **Integrar a agricultura e a alimentação no plano da redução de riscos de desastres**, incluindo o estabelecimento de sistemas adequados de alerta precoce, ajudando os agricultores a adotar práticas de resiliência, implementando protocolos para proteger plantações e gado e prever fundos de socorro adequados e adequadamente distribuídos.

*Cheron Constance tem um mestrado em Política Alimentar e um doutorado em Sociologia Rural
drczconstance@gmail.com*



Créditos: ©“The Dilemmas of Risk-Sensitive Development on a Small Volcanic Island.”

<https://www.mdpi.com/2079-9276/5/2/21/html>

Adaptado por University of the West Indies Seismic Research Centre, após discussões com a National Emergency Management Organisation

Crédito da foto: ©RCI
Martinique – Wikimedia
Commons Credits right: ©RCI
Martinique – Wikimedia
Commons

Maiores informações

- Esta é a versão reduzida de estudo mais longo disponível em <https://ruaf.org/news/high-time-for-resilient-agriculture-and-food-systems-in-st-vincent-and-the-grenadines>

Conclusão

E agora? Esforços por sistemas alimentares sustentados, ambiciosos e crescentes

Jess Halliday

Barbara Emanuele

Esta coleção de artigos mostra o trabalho pioneiro em todo o mundo para construir a resiliência dos sistemas alimentares em algumas cidades e suas regiões, e o apoio fornecido por especialistas em organizações internacionais e institutos de pesquisa.

Estão aumentando as evidências de que incluir os alimentos nas estratégias de resiliência urbana garante recursos para outros programas relacionados à alimentação, ao mesmo tempo em que traz benefícios para outras metas de resiliência – como proporcionar novas oportunidades econômicas, criar ambientes alimentares mais saudáveis e promover a igualdade de gênero e a justiça social.

A abordagem dos sistemas alimentares urbano-regionais, desenvolvida pela RUAF e pela FAO, mostra um grande potencial para aumentar a resiliência a múltiplos choques e estresses e, com isso, contribuir para a sustentabilidade geral. Por exemplo:

- A avaliação do risco em todo o sistema alimentar permite que as partes interessadas identifiquem os perigos prováveis e seus impactos;
- O mapeamento de áreas expostas e comunidades vulneráveis permite ações direcionadas de construção de resiliência e respostas a emergências;
- A formação de redes entre os municípios e dentro deles permite a coordenação rural-urbana e o alinhamento da oferta e demanda durante as crises;
- Os sistemas alimentares com foco regional promovem diversas cadeias de abastecimento, de comprimentos e locais variados, de modo que os suprimentos de *commodities* sejam mais bem garantidos quando uma fonte for afetada por algum perigo.

No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que os esforços para construir a resiliência do sistema alimentar urbano-regionais sejam **sustentados, ambiciosos e expandidos**.

Sustentada e ambiciosa

A construção da resiliência não é uma tarefa única, a ser abordada por meio de um só projeto com tempo limitado. Nas cidades pioneiras, mostrou-se imperativo garantir o envolvimento contínuo de todas as partes interessadas, por meio de plataformas de governança de longo prazo e, sempre que possível, a institucionalização de sistemas alimentares dentro das estruturas de planejamento convencionais – bem como a integração com outras estratégias e programas setoriais e fluxos de financiamento de forma coordenada.

Além disso, deve haver um entendimento compartilhado de que a resiliência não trata apenas de “retornar” à situação anterior depois dos impactos, mas é um processo contínuo de aprendizado com cada crise e de melhoria constante.

São necessárias intervenções mais ambiciosas e sistêmicas. Isso requer intervenções para melhorar todas as formas de resiliência – prevenção, antecipação, adaptação e, quando necessário, intervenções verdadeiramente transformadoras que reformulem as estruturas subjacentes aos sistemas alimentares atuais para resultados mais sustentáveis para todos.

Expandindo para novos lugares

Na maioria das cidades, os sistemas alimentares ainda não estão na agenda política, muito menos são vistos como um componente crucial da resiliência urbana e da redução dos riscos de desastres. Essa negligência persiste apesar dos impactos do COVID-19 nas cadeias de suprimentos em todo o mundo, o que aumentou a conscientização sobre sua fragilidade. Em algumas cidades, mecanismos temporários de emergência para garantir a segurança alimentar durante a COVID-19 podem ser aproveitados como novas capacidades de resiliência e, portanto, as relações estabelecidas durante a resposta a emergências devem ser alavancadas e sustentadas sempre que possível.

Por exemplo, as novas redes entre os atores do sistema alimentar e entre os grupos comunitários devem ser mantidas e fortalecidas; os ativos e a infraestrutura reaproveitados podem ser mantidos para lidar com a insegurança alimentar endêmica; e novos modelos de negócios que permitiram que as partes interessadas interagissem para equilibrar oferta e demanda devem ser apoiados e ampliados.

A complexidade e a escala do esforço para construir a resiliência do sistema alimentar podem ser assustadoras. Mas há vários pontos de entrada para esse trabalho – como meio ambiente, segurança alimentar, proteção social e resiliência urbana em geral, para citar apenas alguns.

A lógica usada para envolver e mobilizar as partes interessadas é altamente específica ao contexto. Em todos os casos, no entanto, o esforço requer identificar e alavancar todos os recursos disponíveis, baseando-se em pesquisas e dados existentes para identificar e abordar lacunas e vulnerabilidades, ao mesmo tempo em que constrói relacionamentos existentes entre as partes interessadas, as organizações e os setores.

A transferência de experiências e a co-aprendizagem entre diferentes contextos urbanos e regionais da cidade devem ser prioridades. Isso inclui documentar quais ações foram implementadas antes e em resposta a choques e tensões, como e por quem.

Compreender as condições de governança que possibilitaram cada ação, as pesquisas e os dados usados para informar a resposta à emergência, bem como os desafios que tiveram que ser superados, fornece pistas para outros lugares onde toda essa experiência pode ser aplicável.

Nestes tempos de incerteza e imprevisibilidade crescentes, a falha em sustentar os sistemas alimentares coloca os ativos, a infraestrutura e as partes interessadas do sistema alimentar em grave risco de danos causados por futuras crises e desastres.

Os custos humanos, econômicos e ambientais da inação diante de tantos riscos serão imensos.

Recursos básicos

- **Urban food systems and COVID-19:** The role of cities and local governments in responding to the emergency

<https://www.fao.org/policy-support/tools-andpublications/resources-details/en/c/1271238>

Este relatório apresenta os resultados de uma pesquisa da FAO em abril e maio de 2020 para entender como os governos municipais e locais enfrentaram os desafios das interrupções nos sistemas alimentares associadas ao COVID-19.

- **City Region Food Systems: Building Resilience to COVID-19 and Other Shocks**

<https://doi.org/10.3390/su13031325>

Este artigo da equipe de Sistemas Alimentares Urbano-regionais da RUAF-FAO analisa a contribuição que essa abordagem traz para a sustentabilidade e resiliência regional frente a choques presentes e futuros, incluindo as mudanças climáticas.

Referência completa: Blay-Palmer, A., Santini, G., Halliday, J., Malec, R., Carey, J., Keller, L., Ni, J., Taguchi, M., & van Veenhuizen, R. (2021). City Region Food Systems: Building Resilience to COVID-19 and Other Shocks, *Sustainability* 2021, 13(3), 1325.

- **Food Cities 2022 Learning Platform**

A Plataforma de Aprendizagem hospedada pela Food Foundation inclui uma série de webinars, estudos de caso e outros recursos sobre planejamento alimentar emergencial para cidades.

<https://foodfoundation.org.uk/initiatives/food-cities-2022>

- **Cities and Agriculture – Developing Resilient Urban Food Systems**

Este livro fornece aos planejadores urbanos, formuladores de políticas locais e praticantes de desenvolvimento urbano uma visão geral dos aspectos cruciais dos sistemas alimentares urbanos com base em uma revisão dos resultados da pesquisa e experiências práticas em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

<https://ruaf.org/document/cities-and-agriculturedeveloping-resilient-urban-food-systems>

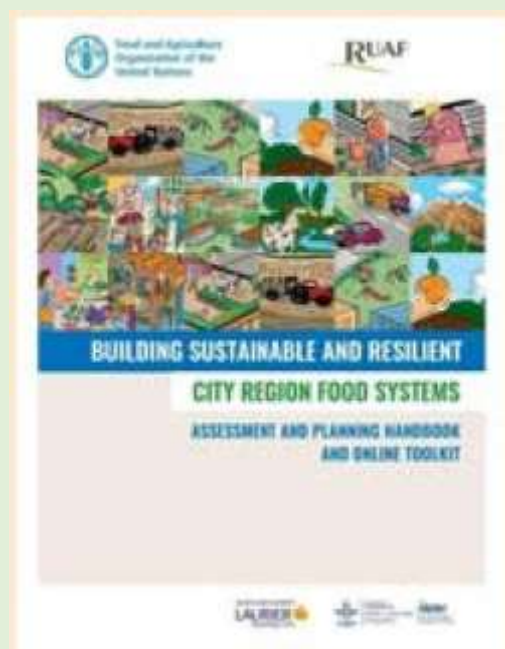
Referência completa: De Zeeuw, H., & Drechsel, P. (2015). *Cities and Agriculture: Developing Resilient Urban Food Systems*, p. 431. London and New York: Routledge.

Building Sustainable And Resilient City Region Food Systems Assessment And Planning Manual And Online Toolkit

Desenvolvido ao longo de seis anos e testado em 11 áreas urbano-regionais, o novo Manual de Avaliação e Planejamento de Sistemas Alimentares Urbano-regionais contém orientações detalhadas para ajudar os envolvidos a avaliar a sustentabilidade e a resiliência de seus sistemas alimentares, identificar gargalos e vulnerabilidades e planejar ações baseadas em evidências. É acompanhado por um kit de ferramentas online atualizado com recursos e materiais para oficinas, treinamentos e exemplos técnicos detalhados das cidades-piloto.

Para baixar o manual e acessar o Toolkit, visite

www.fao.org/in-action/%20food-for-cities-programme/toolkit



Inclusão social

A necessidade de uma transformação baseada nos direitos humanos



Quando o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu uma “década de entrega e ação para as pessoas e o planeta” em 2019, ele enfatizou que “a Agenda 2030 coloca os objetivos de inclusão, empoderamento e igualdade, sem deixar ninguém para trás, no centro de nossos esforços”. Isso está vinculado ao ODS 10 (reduzir as desigualdades e garantir que ninguém seja deixado para trás), mas, na verdade, abrange todos os outros Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A desigualdade dentro das cidades dos países e entre eles é motivo persistente de preocupação. A COVID-19 aprofundou as desigualdades existentes, atingindo mais duramente as comunidades mais pobres e vulneráveis e mostrou a fragilidade do nosso sistema alimentar e suas desigualdades.

A inclusão social é o processo de melhorar os termos em que indivíduos e grupos participam na sociedade: melhorando a capacidade, oportunidade e dignidade dos desfavorecidos com base na sua identidade.

Existem desigualdades para vários grupos mas especialmente para as populações vulneráveis, incluindo idosos, mulheres, jovens, pessoas com deficiência, refugiados e migrantes, que estão particularmente em risco de serem deixados para trás.

Não deixar ninguém para trás e alcançar os ODS são preocupações inerentes aos direitos humanos.



A Cúpula dos Sistemas Alimentares de 2021 (UNFSS) permitiu que uma ampla variedade de atores compartilhasse e aprendesse por meio das cinco **Trilhas de Ação**, com o objetivo de promover novas parcerias e iniciativas.

Embora todas as Trilhas abordem apoio, financiamento e empoderamento de pessoas vulneráveis, a **Trilha de Ação 4** tem um foco deliberado na eliminação da pobreza, incluindo a abordagem da desigualdade e a busca da garantia de que os sistemas alimentares “não deixem ninguém para trás”. O processo UNFSS tem sido discutido (Food Systems for People), na medida em que as coligações para a mudança devem levar em conta elementos-chave dos sistemas alimentares, especialmente a soberania alimentar e a justiça climática e de gênero para a saúde das pessoas e do planeta.

Cada vez mais pessoas vivem em cidades e essa urbanização, muitas vezes não planejada, afeta e transforma os sistemas alimentares de várias maneiras.

A “urbanização da pobreza” força as cidades e regiões urbanas a desenvolverem estratégias inovadoras para erradicar a fome e melhorar os meios de subsistência. Ao lado do acesso aos alimentos, da melhoria da saúde e de aspectos econômicos, as cadeias alimentares localizadas podem desempenhar um papel na inclusão social de grupos marginalizados, proporcionando-lhes a oportunidade de alimentar suas famílias e gerar uma renda, ao mesmo tempo em que melhora a autogestão e as capacidades empreendedoras, oferece intervenções voltadas para as mulheres e proporciona relaxamento físico e/ou psicológico.



Em seus vários trabalhos e publicações, a RUAF explorou esses aspectos, e – mais recentemente – em sua [Revista de Agricultura Urbana no. 37](#) sobre Gênero (RUAF, 2019).

O primeiro artigo desta seção fornece uma visão geral da inclusão social, incluindo elementos do direito à alimentação, justiça e intervenções sobre inclusão e aprimoramentos. Seguem-se mais três artigos. Bill Vorley, do IIED, olha para o setor informal e defende a necessidade de compreender e colaborar adequadamente com o sistema alimentar da maioria. Mangiza Chongo de Hivos e Frank Mechielsen, ex-coordenador da Hivos no programa SD4All, apresentam lições aprendidas e o trabalho contínuo para colocar os cidadãos no centro das mudanças do sistema alimentar e o valor de estruturas locais flexíveis, como

laboratórios de mudança de alimentos e conselhos alimentares locais para aumentar a inclusão.

A terceira contribuição vem de Isabela Vera, que analisa a inclusão nos sistemas alimentares urbanos de pessoas deslocadas à força e o papel que a agricultura urbana e periurbana (AUP) pode desempenhar em diferentes circunstâncias.

Maiores informações

- RUAF. (2019). Gender in Urban Food Systems. UAM 37. <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no37-gender-in-urban-food-systems/>

Crédito das fotos: ©Mandel & Sesam,
©FAO/Arete/Ismail Taxta, ©FAO/Karel Prinsloo,
©FAO/Isak Amin



Sistemas alimentares urbanos inclusivos: algumas considerações

René van Veenhuizen

Gigi Wing-Davies

Em seu **recente e bem recebido discurso** 1 na Pré-Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU em Roma, Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, disse: “Temos um sistema alimentar mundial baseado em grandes empresas multinacionais, baseado em lucros privados, baseado na extrema irresponsabilidade de poderosos países no que diz respeito ao meio ambiente, e que se baseia em uma negação radical dos direitos dos pobres... precisamos de um sistema diferente, melhor” 1 .

Precisamos de políticas que promovam um sistema alimentar equitativo e regenerativo. Aquele que, do campo à mesa, do processamento ao descarte, garante oportunidades econômicas, empregos de alta qualidade com salários dignos, condições de trabalho seguras, acesso a alimentos saudáveis, acessíveis e culturalmente apropriados, além de sustentabilidade ambiental.

Quem deve definir essa agenda, e como? Precisamos urgentemente de uma governança inclusiva do sistema alimentar. Isso vai além das abordagens multissetoriais: precisamos que os cidadãos, e especialmente os mais vulneráveis, tenham suas vozes e prioridades refletidas em políticas alimentares que priorizem a saúde humana e ambiental e não deixem ninguém para trás.

Segurança alimentar e nutricional para todos

O Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE), em seu 15º relatório ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial, apresenta a evolução da Estrutura de Sistemas Alimentares Sustentáveis, que agora inclui firmemente o Ambiente Alimentar (dimensões de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade), a Sustentabilidade e a Agência (?). Eles veem a Agência como um elemento-chave no conceito de Segurança Alimentar. Agência (?) refere-se à capacidade de indivíduos e grupos se envolverem nos processos que moldam as políticas do sistema alimentar e sua governança, a sua de tomarem suas próprias decisões sobre quais alimentos comem, quais alimentos produzem, como esses alimentos são produzidos, processados e distribuídos nos sistemas alimentares. Esforços devem ser feitos, particularmente pelas autoridades nacionais e locais, para deliberadamente tomar medidas para (conforme suas obrigações e deveres) abordar o direito à alimentação e à justiça e promover mais agência (?). O empoderamento dos cidadãos está em exercer o seu papel como participantes do sistema alimentar, exercer sua agência (?) sobre seus próprios meios de subsistência, e garantir o acesso a alimentos diversos, nutritivos e seguros (HLPE, 2021).

Inclusão social

A inclusão social é o processo de melhoria das condições de participação de indivíduos e grupos na sociedade.

Os grupos vulneráveis incluem desempregados, refugiados, pessoas deslocadas e imigrantes. Dentro desses grupos, as crianças e as mulheres são as mais vulneráveis. A equidade de gênero e a inclusão ou diversidade social são pré-requisitos reconhecidos para sociedades mais justas, dignas e prósperas. Isso se refere à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de todas as pessoas, independentemente de gênero ou sexo, etnia, idade, habilidade, religião e cultura.

Você pode ler mais sobre o apelo à ação da RUAF, direcionado às cidades e à comunidade internacional de política alimentar urbana para promover a inclusão na [Revista de Agricultura Urbana no. 37](#).

Metade da população africana tem menos de 25 anos e, nos próximos dez anos, apenas um em cada quatro jovens africanos deverá encontrar um emprego assalariado (Banco Mundial, 2014). Os jovens estão se deslocando dos espaços rurais para as cidades, não apenas dentro dos países, mas entre países vizinhos e globalmente, à medida que buscam uma vida melhor (RUAF, 2018). As pessoas que trabalham no **setor informal de alimentos** (incluindo vendedores ambulantes e mercados populares) também podem ser consideradas um grupo vulnerável no contexto do sistema alimentar, embora desempenhem um papel crítico na alimentação das cidades (ver artigo de Bill Vorley, pág. 45). Apesar de serem a espinha dorsal do ‘sistema alimentar da maioria’, eles são excluídos do poder e dos recursos, e suas vozes não são ouvidas no desenvolvimento dos planos e políticas alimentares da cidade.

Deslocamento forçado por conflitos, perseguição, abusos de direitos humanos, desastres naturais e falhas de governança levaram a existir hoje quase 80 milhões de Deslocados Forçados (FDPs, veja o artigo de Isabela Vera, pág. 55), dos quais 30% estão na África. Podemos esperar que esse número aumente significativamente à medida que a crise climática piorar.

Mudando o jogo

Mais de duas mil propostas de mudança de jogo foram reunidas em cinco Action Tracks2 (AT) como parte do processo do UNFSS. A linha de ação 4 enfatiza que o avanço de meios de subsistência equitativos requer a promover a incidência dos sub-representados: “aqueles que não têm espaço ou ambiente propício para exercer seus poderes e direitos”. Soluções que mudam o jogo incluem trabalhar com mulheres, jovens, produtores de pequena escala e comunidades deslocadas, e localizar sistemas alimentares, cadeias mais curtas e (re)conectá-las. Entre o grande número de soluções e coalizões propostas, destaca-se a Seção 6.1.1 sobre Governança de Sistemas Alimentares.



Transformar os sistemas alimentares envolve mais do que facilitar plataformas multiatorais. É necessária também uma compreensão completa do sistema alimentar, suas vulnerabilidades, pontos de entrada potenciais, etc., juntamente com uma série de discussões participativas em vários níveis sobre as mudanças desejadas e necessárias. Isso requer ir além da abordagem clássica de cadeias de valor e considerar a multifuncionalidade dos sistemas alimentares e agrícolas e as oportunidades existentes nas regiões em torno e dentro das cidades.

A produção urbana de alimentos e as cadeias alimentares locais e mais curtas contribuem para aumentar a segurança alimentar e melhorar a nutrição dos pobres urbanos. Elas também contribuem para o desenvolvimento econômico local, a redução da pobreza e a inclusão social dos pobres urbanos e das mulheres em particular, bem como para a redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas. É importante dar atenção específica aos grupos (mulheres, jovens, povos indígenas, deficientes, trabalhadores sazonais etc.) cujos meios de subsistência são ainda mais limitados pelas práticas atuais do sistema alimentar.

Por que as cidades?

As cidades são onde a maior parte da comida do mundo é consumida. Mais da metade da população global vive em áreas urbanas e espera-se que isso aumente para dois terços até 2050. A rápida urbanização é muitas vezes acompanhada pelo aumento da pobreza urbana, insegurança alimentar e desnutrição, além de um aumento de doenças relacionadas à dieta, como diabetes tipo 2, resultante da “transição nutricional”: as pessoas se afastam dos alimentos integrais tradicionais e diversificados e comem uma variedade menor de alimentos, quase sempre ultraprocessados, ou açucarados etc.

As cidades devem desempenhar um papel importante na transformação necessária. Políticas alimentares urbanas inclusivas, desenvolvidas com os cidadãos para refletir suas prioridades para a saúde humana e ambiental, podem enfrentar os desafios de segurança alimentar e nutricional colocados pela urbanização. Como o sistema alimentar é globalmente responsável por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (Crippa et al., 2021), esse também é um ponto de entrada crítico para fortalecer a resiliência climática das cidades.

Coalizão em sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos

A RUAF é membro do Grupo de Trabalho sobre Sistemas Alimentares Urbanos (UFSWG) que, juntamente com várias outras organizações, incluindo agências da ONU (lideradas pela FAO), redes de cidades (MUFPP, C40, ICLEI, etc.) e várias ONGs (Rikolto, GAIN, etc.) e lideranças acadêmicas, está desenvolvendo a Coalition for Action on Urban and Local Food Systems, pedindo que se dê atenção às particularidades dos sistemas alimentares urbanos e suas vulnerabilidades, e à necessidade de governança multinível que inclua governos locais e cidadãos para promover a transformação do sistema alimentar. Isso se refere a todas as Trilhas de Ação.

Construindo incidência

A transformação do sistema alimentar exige a priorização do acesso à alimentação como um direito humano fundamental, indissociável da justiça social: “alimentar as pessoas é um dos objetivos primordiais de qualquer governo e faz parte da soberania nacional (HLPE, 2021)”. O avanço de meios de subsistência equitativos requer promover a incidência daquelas pessoas que não costumam ter espaço ou ambiente propício para exercer seus poderes e direitos.

Soberania alimentar

A soberania alimentar é o direito dos povos a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada, produzida por métodos adequados e sustentáveis, e inclui o direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. A justiça alimentar vê o acesso à alimentação saudável como um direito humano e identifica as barreiras estruturais a esse direito.

Relaciona-se com a justiça ambiental ou climática, e se cruza com outras questões como, por exemplo, o sistema alimentar gerar 30% das emissões de gases do efeito-estufa.

Com a lente da justiça, examina questões de acesso à saúde, a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados, bem como ligadas à propriedade e ao controle da terra, a crédito, conhecimento, tecnologia e outros recursos.

1 https://www.youtube.com/watch?v=WZ1xc491mnU&ab_channel=UThant

2 <https://www.un.org/en/food-systems-summit/action-track>

As intervenções para melhorar a sustentabilidade e a qualidade nutricional dos alimentos podem ser mal direcionadas quando baseadas em suposições incorretas sobre as prioridades e o conhecimento das pessoas. Quando os cidadãos têm a capacidade de agir de acordo com suas próprias prioridades, ou seja, quando têm incidência, há potencial para alcançar resultados melhores e mais duradouros.

As intervenções precisam ser cuidadosamente fundamentadas nas realidades dos sistemas alimentares da maioria.

A governança e o planejamento dos sistemas alimentares urbanos são particularmente complexos, pois os sistemas alimentares urbanos geralmente não são moldados por meio de processos políticos, organizacionais e administrativos deliberados. Uma ampla gama de atores precisa estar à mesa: todos os níveis de governo, setor privado, organizações da sociedade civil, acadêmicos, redes de distribuição e comercialização, associações comerciais e do setor informal, etc. Existem muitas ferramentas, incluindo várias usadas pelos parceiros da RUAF. (Para uma visão geral recente, ver pág. X (?) na seção Governança).

Um número crescente de cidades e regiões, tanto no norte quanto no sul global, está formando plataformas multiatorais para compartilhar perspectivas sobre os desafios enfrentados por seus sistemas alimentares, a fim de desenvolver soluções inovadoras e influenciar as políticas relacionadas à alimentação. Estas incluem Conselhos de Política Alimentar e grupos semelhantes, fóruns alimentares, plataformas, redes, coligações e laboratórios de mudança alimentar. A estrutura e o mandato desses grupos variam consideravelmente. Muitas vezes a produção de alimentos é um tema-chave ou área de ação. Em alguns casos, a agricultura urbana foi o ponto de entrada para a formação de um conselho de política alimentar que adota uma perspectiva mais ampla de todo o sistema alimentar (RUAF, 2019a). Muitas vezes, os planejadores urbanos não estão liderando o desenvolvimento de políticas alimentares urbanas, mas, no entanto, podem desempenhar nelas um papel crucial e integrador.

O “**sistema alimentar da maioria**” (ver artigo de Bill Vorley, p. 45) é amplamente informal, e as necessidades e interesses daqueles que formam a espinha dorsal das cadeias de abastecimento de alimentos – desde pequenos produtores, processadores, distribuidores e vendedores até cidadãos-consumidores – são muitas vezes negligenciados. As plataformas multissetoriais devem garantir que todos sejam representados de maneira justa, devido ao seu papel crítico na alimentação da maioria dos cidadãos urbanos. As duas entidades, RUAF e Hivos, estão atualmente facilitando *laboratórios de mudança alimentar* em cinco cidades e vilas no Zimbábue, Zâmbia e Uganda.



Laboratórios de mudança alimentar

Um laboratório alimentar é um processo de inovação participativo que visa entender melhor os problemas no sistema alimentar, construir coalizões de mudança, gerar soluções e testá-las na prática. Esse processo é ideal para abordar questões complexas que abrangem uma infinidade de atores, facetas e políticas. Esses laboratórios conseguiram atrair interessados marginalizados, incluindo pequenos agricultores, mulheres e vendedores de alimentos, e dar voz às suas preocupações e ideias. (veja o artigo de Mangiza Chongo e Frank Mechielsen, pág. 49)

Espaços e oportunidades de incidência devem ser projetados desde o início de uma intervenção, construídos em torno das prioridades das pessoas em vez de uma agenda imposta, enquanto adaptam os fluxos de trabalho para manter deliberadamente os cidadãos no centro de suas ações de advocacia 4.

Construindo resiliência

A transição para um sistema alimentar mais justo e sustentável deve fazer parte de qualquer plano abrangente para enfrentar a crise climática. Além dos méritos morais, a justiça climática e os direitos humanos também são objetivos essenciais dentro de uma perspectiva pragmática.

Para realmente enfrentar a fome, os governos devem ir além de garantir a produção de alimentos, mas também reconhecer e apoiar ativamente as políticas que garantem o direito à alimentação.

Justiça climática

A Hivos e seus parceiros acreditam que a crise climática 5 não é apenas um problema ambiental que requer atividades técnicas de adaptação/mitigação; É um problema político e social causado por violações de direitos humanos e ambientais. A Hivos procura aumentar o poder político e a influência de grupos marginalizados e o investimento em soluções orientadas localmente. O programa *Voices for Just Climate Action* 6 visa ajudar a sociedade civil local, incluindo grupos marginalizados e vulneráveis, a assumir um papel central como criadores, facilitadores e defensores de soluções climáticas inovadoras.

Esse trabalho precisa estar vinculado a outros esforços por uma governança e instituições governamentais mais abertas e inclusivas que permitirão uma participação cívica significativa e diversificada e a supervisão na tomada de decisões públicas – especialmente em nível local.

Evidências crescentes confirmam que, sob as condições certas, o envolvimento dos cidadãos pode ajudar os governos a melhorar os resultados do desenvolvimento, criando vínculos entre as pessoas e a melhoria da prestação de serviços públicos, a gestão das finanças públicas, a governança, a inclusão social e o empoderamento.

No entanto, os resultados do envolvimento dos cidadãos são altamente específicos para o contexto e sensíveis à capacidade e vontade de interação entre o governo e as comunidades.



Mais do que nunca, são necessários sistemas alimentares localizados e inclusivos e uma transformação agroecológica da produção da comida. As políticas que promovem a transformação dos sistemas alimentares precisam ser empoderadoras, equitativas, regenerativas e produtivas, e devem reformular corajosamente os princípios subjacentes, desde a produção até o consumo.

Isso inclui medidas mais fortes para promover a equidade entre os participantes do sistema alimentar, promovendo a incidência e o direito à alimentação, especialmente para as pessoas vulneráveis e marginalizadas.

René van Veenhuizen é Gerente Sênior de Programa na Hivos e Coordenador do Secretariado da RUAF.

Gigi Wing-Davies é a Gerente de Desenvolvimento de Negócios de Justiça Climática da África na Hivos

Maiores informações

- An urgent call to put justice at the center of climate action. <https://hivos.org/opinion/urgent-call-to-put-justice-at-the-center-of-climate-action/>
- Crippa, M., Solazzo, E., Guizzardi, D., Monforti-Ferrario, F., Tubiello, F. N., & Leip, A. (2021). Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. *Nat Food* 2, 198–209. <https://www.nature.com/articles/s43016-021-00225-9>
- Food Security and Nutrition for all. (2021). High Level Panel of Experts (HLPE) on Food Security and Nutrition, HLPE, 15th report to the Committee on World Food Security (CFS).
- Multi-actor initiatives in action: Lessons from the Sustainable Diets for All programme. <https://ruaf.org/document/multi-actor-initiatives-in-action-lessons-from-the-sustainable-diets-for-all-programme/>
- RUAF. (2018). Youth in Food. UAM 35. Opportunities for education and employment. <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no-35-youth-in-food-opportunities-for-education-and-employment/> (Em português: Revista de Agricultura Urbana 35)
- RUAF. (2019a). Food Policy Councils. UAM 36. <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no36-food-policy-councils/> (Em português: Revista de Agricultura Urbana 36)
- RUAF. (2019b). Gender in Urban Food Systems. UAM 37. <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no37-gender-in-urban-food-systems/> (Em português: Revista de Agricultura Urbana 37)
- UNFSS Action Tracks. <https://www.un.org/en/food-systems-summit/action-tracks>
- World Bank. (2014). Youth Employment in Sub-Saharan Africa. Washington DC: World Bank.

Crédito das fotos: ©Andy Bradford, ©GEAG

3 (?)

4 <https://ruaf.org/document/multi-actor-initiatives-in-action-lessons-from-the-sustainable-diets-for-all-programme/>

5 <https://hivos.org/opinion/urgent-call-to-put-justice-at-the-center-of-climate-action/>

6 <https://hivos.org/program/voices-for-just-climate-action>

Inclusão social no sistema alimentar da maioria

Bill Vorley

Muitos de nós estamos envolvidos em projetos e políticas visando a sistemas alimentares mais sustentáveis, nutritivos e inclusivos. Ao longo do caminho, cruzamos com o sistema alimentar comum, de uma imensidão de pessoas que se deslocam, agregam, processam, cozinham, vendem e compram alimentos. É nesse sistema alimentar, fora do mundo dos projetos oficiais e acadêmicos, no limite ou além da regulação estatal e sem grandes estruturas corporativas, que a maioria das pessoas de baixa renda do mundo é alimentada e empregada. Se quisermos ter ideia de como os sistemas alimentares com escala para fazer a diferença respondem à urbanização, ao estresse climático e a epidemias, precisamos ter tempo para entender esse sistema alimentar existente – o da maioria. Isso, por sua vez, requer uma compreensão da informalidade. Sem essa compreensão, as tentativas de transformar os sistemas alimentares e promover a inclusão social e a sustentabilidade podem não ser efetivas.

Informal é normal

O estudo da informalidade tem suas origens em ambientes urbanos, mas ela caracteriza redes inteiras de abastecimento de alimentos que se estendem, às vezes, além das fronteiras nacionais, desde as áreas rurais até as áreas urbanas em crescimento, passando pelos centros comerciais que são fundamentais para a organização dos mercados domésticos de alimentos (Vorley, Guarín e Nicolini, 2020).



Muitos dos empreendimentos que compõem o sistema alimentar utilizado pela maioria operam abaixo do radar das regulamentações governamentais ou, em outras palavras, na economia informal - aquela parte da economia onde as pessoas trabalham fora das regras do sistema econômico formal para negociar seus meios de subsistência e atender às suas necessidades básicas. Na África Subsaariana, a economia informal gera cerca de dois terços do PIB e 80% dos empregos urbanos. É a principal ou única fonte de alimentos nutritivos para pessoas de baixa renda e também importante fonte de subsistência, inclusive para mulheres e jovens que têm poucas opções de geração de renda.

A suposição de que os sistemas informais de alimentos são ineficientes, inseguros e insalubres são comuns entre os formuladores de políticas e também na comunidade internacional de desenvolvimento.

Os sistemas alimentares informais são, portanto, muitas vezes incompreendidos por aqueles que procuram melhorá-los ou substituí-los, levando a desajustes nas políticas, planejamento e desenvolvimento. Os sistemas informais de alimentos têm muitas características de resiliência: ou seja, a capacidade de gerenciar ou se proteger contra riscos e perdas e manter o abastecimento diante de estresses, incluindo mudanças climáticas, crises econômicas ou instabilidade política.

O fechamento dos mercados informais de alimentos no início da crise do COVID-19 expôs um claro viés contra a informalidade, por “motivos de saúde e segurança”, apesar de pequenos comerciantes ambulantes de alimentos frescos e preparados cumprirem um papel crucial na segurança alimentar urbana. A política de “segurança alimentar” pode ser um forte vetor a impulsionar a concentração de sistemas alimentares em empresas de grande escala. A realidade da economia informal de alimentos é que, por meio de laços de confiança, os atores da cadeia de suprimentos já fazem muito para mitigar o risco. O leite cru e não pasteurizado é um bom exemplo. O leite cru tem uma participação de mercado dominante em muitos países, da Tanzânia à Índia, e sistemas informais baseados em confiança entregam com segurança um produto altamente perecível aos consumidores sem uma cadeia de refrigeração a um preço muito mais baixo do que o leite processado e embalado. No entanto, a hostilidade do governo ao setor informal do leite continua generalizada.

Este e outros exemplos não significam necessariamente que os consumidores estejam satisfeitos com a segurança de seus alimentos ou com os ambientes em que os alimentos são comercializados. Porém, uma política de total erradicação e formalização pode ter graves consequências não intencionais para a segurança alimentar e nutricional de cidadãos de baixa renda.

A repressão das autoridades municipais pode ser especialmente dura para os vendedores ambulantes informais nas grandes cidades, onde a competição pelo espaço público e as políticas de “modernização” criam muita tensão. Em municípios menores, é mais provável que a política seja de negligência benigna.

Informalidade e inclusão

A informalidade é uma característica estrutural de economias inteiras e é a norma nos sistemas alimentares dos pobres, em vez de uma relíquia do sistema tradicional que logo será eclipsado pela modernização. O tamanho e o dinamismo da economia informal se devem em parte à desregulamentação, evitando a presença do poder público nos mercados, que costuma relegar muitos trabalhadores, especialmente mulheres e jovens, a uma “economia de sobrevivência”. No entanto, também pode ser uma escolha positiva por parte das pessoas que veem mais benefícios neste setor empresarial. Na Bolívia, a economia informal cresceu tanto que o setor “popular” e indígena ultrapassou o formal para se tornar predominante.

Esses empreendedores de pequena escala não estão esperando para serem “incluídos” em uma cadeia de valor formal ou em algum projeto: eles já conquistaram um espaço econômico sem apoio e às vezes até enfrentando a hostilidade do Estado. Eles podem desconfiar de serem “incluídos” nos termos estabelecidos para a economia formal, por exemplo – regulamentação, estruturas de governança e tributação etc. – sem qualquer melhoria perceptível em seus meios de subsistência

A formalização é o caminho a seguir?

Estados e municípios têm uma preferência compreensível pela formalização, uma vez que esta pode ampliar sua base tributária para financiar serviços básicos, reduzir a dívida e a dependência de doadores e manter a ordem pública. No entanto, a dependência da formalização como ferramenta política cria metas irreais e direciona as intervenções dos doadores para o setor formal como o único motor acessível de crescimento inclusivo. Além disso, a formalização afasta o Estado de enfrentar os desafios reais dos empreendimentos informais, como acesso limitado a treinamento e serviços, exploração do trabalho, riscos à saúde pública, exposição a gangues criminosas e degradação dos recursos naturais. Ela torna os piores aspectos da informalidade ainda mais negativos.

Existem abordagens para a formalização no setor de alimentos que podem oferecer alternativas mais inclusivas à proibição e à erradicação. Um exemplo bem conhecido é a realocação, pelos governos municipais, de vendedores ambulantes informais para áreas de mercado construídas especificamente, longe de estradas e calçadas movimentadas, e o confinamento do comércio a esses espaços por meio de zoneamento e policiamento. Este conceito é atraente, mas a lógica da informalidade pode se infiltrar, introduzida pelas pessoas que defendem seus meios de subsistência e seu direito ao espaço público. John Taylor e Lily Song descrevem esse fenômeno em três cidades na Indonésia, onde a realocação foi inicialmente saudada como um sucesso, mas, com o tempo, os vendedores voltaram às ruas para estarem mais próximos de seus clientes (Taylor & Song, 2016). Vimos outro descompasso regulatório na cidade de Bandung, onde a realocação de vendedores ambulantes parecia ter mais como objetivo atrair turistas para a cidade do que proteger a segurança alimentar dos trabalhadores pobres, como os jovens operários nas zonas industriais da cidade (Natawidjaja et al., 2019).

Ou a colaboração?

Houve, com razão, uma ênfase em alguns dos processos que levaram à Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU de 2021, principalmente na trilha dos meios de subsistência (Neufeld et al., 2021). Isto é especialmente importante para o mundo da alimentação informal, onde as abordagens atuais tendem a marginalizar as vozes, preocupações e saberes de quem nelas trabalha, presumindo que sua contribuição para o sistema alimentar é pouco significativa em termos de nutrição e sustentabilidade.

A alternativa – de reconhecer os sistemas informais de alimentação como aliados, e não inimigos – é necessária, mas é mais fácil falar do que fazer. Os governos municipais e os atores informais têm poucos incentivos para superar o abismo da desconfiança entre eles e iniciar um diálogo e colaborar. As autoridades urbanas podem temer serem acusadas de promover o subdesenvolvimento. Os atores informais também podem ser desconfiados, e há dificuldade para identificar lideranças genuínas entre eles. Neste ambiente, a intermediação das ONGs entre autoridades e os empreendedores informais pode ser menos eficaz do que o seu mundo mais familiar, de projetos e assistência de doadores.

Mesmo que o diálogo entre o governo e os trabalhadores informais de alimentos ocorra, ele provavelmente se concentrará em prioridades estreitas e imediatas, cruzando seus objetivos. Os operadores informais procurarão defender seus meios de subsistência e direitos ao espaço público contra o assédio e o despejo, e os governos procurarão promover a ordem pública, a fluidez do trânsito, a segurança pública e a modernização urbana.

O que muitas vezes não é discutido, apesar de sua importância primordial, é o papel dos provedores informais na segurança alimentar e nutricional dos pobres urbanos. É aqui que reside a maior oportunidade de construir uma causa comum.

Colaborar em torno da segurança alimentar e nutricional é uma oportunidade para conhecer as pessoas onde elas estão, e basear a política em evidências de como as cidades já se alimentam – o que funciona atualmente para atender às necessidades das pessoas de baixa renda. Essas interações podem destacar as partes do sistema alimentar que precisam ser defendidas e melhoradas, talvez com alguma infraestrutura, em vez de serem eliminadas, substituídas por um sistema alimentar formal “moderno”, ou sujeitas a um futuro desenvolvimento urbano. Isso pode incluir abordagens para garantir a segurança e a qualidade dos alimentos adotadas por fornecedores e seus clientes. Também abre portas para a autorregulação, como o acordo entre cidadãos, vendedores e autoridades locais relatado em Hanói por Nguyen Loc e Paule Moustier, que manteve alimentos seguros ao alcance dos moradores locais (Loc & Moustier, 2016).

Os empreendedores e consumidores nesse sistema informal de alimentos provavelmente não participarão de reuniões, porque “não é o mundo deles”, por causa da economia frágil de suas empresas ou porque ninguém se sente endossado para falar em nome de seu grupo. Portanto, é necessária uma abordagem diferente para garantir a representação e legitimação das vozes e agendas do setor informal da alimentação.



Um esforço concentrado poderia ajudar especialmente a mitigar a exclusão de mulheres e jovens nas consultas, pesquisas e na tomada de decisões, como foi visto no 'laboratório alimentar' com mulheres na Bolívia, parte do programa 'Diets Sustentáveis para Todos' (Vorley, Guarín, de Toma, et al., 2020). Também precisamos refletir sobre nosso discurso: se a agenda for estruturada em torno da transformação do sistema alimentar urbano-regional ou de alimentos formalizados, o esforço pode estar perdido antes mesmo de a tarefa começar.

Evidências para a intervenção inclusiva

O sistema cotidiano que alimenta e emprega pessoas de baixa renda é extraordinário no que oferece e no que ainda pode oferecer. Esse setor informal terá de trabalhar ainda mais à medida que as mudanças climáticas e a urbanização colocam mais pressão sobre os sistemas alimentares. As oportunidades para o desenvolvimento de sistemas alimentares genuinamente inclusivos precisam reconhecer e envolver a economia alimentar informal. Não por meio de limitação, mas por meio da construção de uma colaboração de longo prazo e de uma causa comum.

Bill Vorley é consultor e Associado Sênior do grupo Shaping Sustainable Markets do IIED

Maiores informações

- Loc, N.T.T., & Moustier, P. (2016). Toward a Restricted Tolerance of Street Vending of Food in Hanoi Districts: The Role of Stakeholder Dialogue. *World Food Policy* 2(2) 67-78.
- Natawidjaja, R.S., Hapsari, H., Makhmudin, D., Rum, I.A., Sulistyoningrum, H., & Vorley, B. (2019). Informal food vendors and their role in the food and nutrition security of low-income workers in Bandung City, Indonesia. <https://pubs.iied.org/16657iied>
- Neufeld, L.M., Huang, J., Badiane, O., Caron, P., & Sennerby Forsse, L. (2021). Advance Equitable Livelihoods. Paper on Action Track 4. A paper from the Scientific Group of the UN Food Systems Summit March, 2021.
- Taylor, J., & Song, L. (2016). Return to the Streets. *Cityscape*, 18(1), 71-88. <https://www.jstor.org/stable/26328241>
- Vorley, B., Guarín, A., & Nicolini, G. (2020). Sustainable diets in the informal economy. *Hivos and IIED*. <https://pubs.iied.org/16680IIED>
- Vorley, B., Guarín, A., de Toma, C., & Mechielsen, F. (2020). Agency and advocacy in the food systems of the majority: Food for thought from the Sustainable Diets for All programme. *Hivos and IIED*. <https://pubs.iied.org/16667iie>

Crédito das fotos: ©Kumal Jufri/Panos for Hivos, ©Bill Vorley

Construindo incidência através de “Food Labs”- experiências da África oriental e meridional

Mangiza Chongo

Frank Mechielsen

As intervenções para melhorar a sustentabilidade e a nutrição dos alimentos podem ser mal direcionadas quando baseadas em suposições incorretas sobre as prioridades e o nível de conhecimento das pessoas. Quando os cidadãos têm capacidade de agir de acordo com suas próprias prioridades – quando têm incidência nas políticas públicas – há potencial para alcançar resultados melhores e mais duráveis. Este artigo descreve experiências na África com os “Food Change Labs”.

O Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) em seu último relatório enfatizou que o conceito de segurança alimentar evoluiu e agora reconhece a importância e os papéis centrais da incidência e da sustentabilidade, juntamente com as outras dimensões da segurança alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade). Incidência refere-se à capacidade de indivíduos ou grupos de influir e tomar suas próprias decisões sobre quais alimentos consomem, quais alimentos produzem, como esses alimentos são produzidos, processados e distribuídos nos sistemas alimentares, e à sua capacidade de se envolver em processos que moldam as políticas do sistema alimentar e sua governança (HLPE, 2020). Essas seis dimensões da segurança alimentar são reforçadas em entendimentos conceituais e legais relacionados com o “direito à alimentação” e devem ser incluídas nas estruturas conceituais e políticas.

O programa *Dietas Sustentáveis para Todos* (SD4All) trabalhou na Bolívia, Indonésia, Uganda, Quênia e Zâmbia por cinco anos (2016-2020) para melhorar o acesso a alimentos sustentáveis, diversificados e nutritivos. O programa foi coordenado por Hivos, o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED) e parceiros nos países focais e financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda.

O programa foi caracterizado pela “incidência cidadã” (IIED & Hivos, 2020) (ver o artigo de Bill Vorley, pág. 45) e os elementos-chave incluíram a geração e assimilação de evidências pelos cidadãos, a construção de coalizões multissetoriais e o uso de métodos inovadores para os atores compartilharem conhecimento, evidências e ideias, visando à transformação dos sistemas alimentares.

O desenvolvimento da capacidade dos parceiros provou ser a conquista mais duradoura do programa, e SD4All usou com sucesso iniciativas multilaterais para conectar cidadãos com interesses diferentes e criar alianças focadas na transformação sustentável do sistema alimentar, metodologia conhecida como Food Labs (ou Laboratórios de Mudanças ou Laboratórios do Sistema Alimentar) ¹.

Parceiros em Uganda convocaram reuniões consultivas com as várias partes interessadas sobre políticas relacionadas a sistemas alimentares que resultaram no crescimento da agenda de sistemas alimentares indígenas e tradicionais além dos parceiros SD4All. A Consumer Unity Trust Society (CUTS) dos parceiros em Zâmbia e a Alliance for Zambia Informal Economy Association (AZIEA) criaram redes de alimentos envolvendo autoridades municipais e atores nos mercados formal e informal de alimentos em Lusaka e na cidade de Kitwe, respectivamente.

¹ <https://hivos.org/program/sustainable-diets-4-all/publications/>

Food Labs

Os “laboratórios de mudança no sistema alimentar” são processos de inovação participativa que visam entender melhor os problemas do sistema alimentar, construir coalizões para promover mudanças, gerar soluções e testá-las na prática.

O processo é ideal para abordar questões complexas que abrangem uma infinidade de atores, facetas e políticas. Esses laboratórios foram bem-sucedidos em trazer interessados marginalizados, incluindo pequenos agricultores, mulheres e vendedores de alimentos, e repercutir suas preocupações e ideias. Eles são projetados para promover mudanças sistêmicas visando maior inclusão e sustentabilidade nos sistemas alimentares.

Embora os laboratórios na Zâmbia e Uganda seguissem os mesmos processos e princípios, cada um deles tinha sua própria configuração e foco de conteúdo, levando a uma rica variedade de resultados.

Incluir mulheres, jovens, comunidades marginalizadas, vendedores ambulantes de alimentos e outros atores vulneráveis no sistema alimentar foi um elemento chave no programa de advocacia do SD4All. Nas economias de muitos países em desenvolvimento, os sistemas alimentares são, em grande parte, organizados informalmente.

Para as pessoas de baixa renda, os operadores informais, como os vendedores ambulantes, costumam ser a principal fonte de alimentos. Essas atividades informais são uma fonte importante de renda para muitos, especialmente para mulheres e jovens que tendem a ser desproporcionalmente excluídos da economia formal.

Apesar disso, os formuladores de políticas geralmente ignoram ou marginalizam a economia informal. Os doadores internacionais tendem a se interessar mais em mercados agrícolas de alto valor e raramente se envolvem com atores nesse espaço mais popular.

O apoio da Hivos e do IIED aos laboratórios de alimentos promoveu a defesa das iniciativas e agendas dos atores informais da alimentação. Suas necessidades são amplas, desde bem práticas, como melhor abastecimento de água e saneamento nas bancas de mercados, até políticas.²

Em Zâmbia, o laboratório trabalhou para garantir a participação local e a incidência na formulação das políticas nacionais visando promover uma maior participação dos cidadãos locais em questões que os afetam diretamente.

Em Uganda, os laboratórios de alimentos se reuniram em torno de políticas relacionadas com o sistema alimentar, resultando no crescimento da agenda dos sistemas alimentares indígenas e tradicionais, envolvendo outros atores além dos defensores usuais do sistema alimentar.

O **Laboratório de Mudança Alimentar da Zâmbia** começou a nível local no distrito de Chongwe. Foi criado em 2015 para resolver o problema da falta de diversidade na produção agrícola do país, e, conseqüentemente, nas dietas locais.

O Chongwe Food Lab logo evoluiu para o Zambia Food Change Lab em 2016, que tinha um escopo mais amplo e analisava os desafios nacionais no sistema alimentar do país. Isso ocorreu depois de se adicionarem parceiros com foco nacional e quando ficou claro que havia questões de política agrícola centrais que afetavam as mudanças no sistema alimentar local.

Fort Portal

Fort Portal é um centro turístico da República de Uganda e grande exportador de produtos alimentícios para outras cidades do país e nações vizinhas. A venda informal de alimentos nos países em desenvolvimento, e particularmente em suas áreas urbanas, é uma fonte de comida acessível e de emprego possível para os pobres urbanos. Em Fort Portal, vender alimentos é a saída para mais de 28.000 pessoas diariamente. Um estudo em abril de 2020 sobre o impacto das restrições de bloqueio promovidas pelo governo por causa da COVID-19 em Fort Portal mostrou que quase todos os vendedores de alimentos deixaram as ruas, com perdas consideráveis na renda que já não era grande.

Sem seu faturamento diário, não era mais possível atender às necessidades domésticas essenciais sem ajuda do governo, de ONGs, familiares e amigos. O estudo revelou ainda que cerca de 80% dos vendedores de alimentos em Fort Portal são mães solteiras e 20% são jovens. Muitas dessas vendedoras de alimentos já enfrentavam dificuldades anteriores, especialmente econômicas, que as levaram a abandonar a escola e buscar casamentos precoces.

No âmbito do projeto Healthy Food Africa ³, o Food System Lab em Fort Portal dá prioridade à promoção da diversidade alimentar, disponibilizando espaços alimentares e “cinturões verdes” como parte do planejamento físico e desenvolvimento de parcerias público-privadas para a segurança alimentar e nutricional ⁴.



Em 2015, a Food and Agriculture Organization – FAO e a RUAF, por meio do Programa *Food for the Cities*, reconheceram a lacuna entre as realidades locais e as intervenções em nível nacional e introduziram o projeto *City Region Food Systems* (CRFS) ⁵.

A abordagem incluía vincular os sistemas alimentares de uma cidade às populações periurbanas/rurais vizinhas que lhe fornecem alimentos. Tanto o Chongwe Food Lab quanto o CRFS realizaram uma avaliação do sistema alimentar como ponto de partida para entender melhor os pontos fortes e os desafios enfrentados, bem como um diálogo com várias partes interessadas para discutir a avaliação feita e desenvolver estratégias de acordo.

O Laboratório de Mudança Alimentar de Zâmbia formou uma parceria com a Câmara Municipal de Lusaka para trabalhar em conjunto nas questões alimentares relacionadas com a cidade e garantir a participação de atores pouco considerados do sistema alimentar, como os pequenos comerciantes informais. Isso levou à formação do Conselho de Política Alimentar de Lusaka (FPC) para coordenar os esforços e enfrentar os desafios dentro do sistema alimentar local. A trajetória do laboratório, desde seu início, como o Chongwe Food Lab em nível local, até o Zambia Food Change Lab, em nível nacional, foi uma rica experiência de aprendizado marcada por diferentes intervenções nesses dois níveis.



Embora ambos os laboratórios abordassem questões de alimentação e nutrição, as intervenções do laboratório de Chongwe foram mais concretas e mais fáceis de vincular aos resultados. Por exemplo, em seus esforços para lidar com o manejo insustentável da terra e o desmatamento, o Chongwe Food Lab participou de várias atividades envolvendo conscientização da comunidade e reflorestamento. Isso resultou em líderes comunitários gerenciando melhor o desmatamento por meio de vários mecanismos, como multas e penalidades, bem como capacitação em reflorestamento por meio de financiamento Hivos para o Kasisi Agriculture Training Institute. O laboratório abordou ainda a falta de diversidade nas dietas por meio de festivais gastronômicos e reuniões de diálogo sobre alimentos, programas na rádio comunitária destinados a conscientizar sobre o valor nutricional das culturas locais, etc. As interações em nível local estavam mais bem posicionadas para garantir a participação e a mudança.

Em contraste, era mais difícil em nível nacional para o Laboratório de Mudança de Alimentos de Zâmbia ter certeza se os resultados divulgados resultavam realmente das intervenções do laboratório, uma vez que nesse nível existem outros atores intervindo no sistema alimentar. Por esta razão, o CPE de Lusaka ao nível da cidade foi posteriormente criado para poder mostrar resultados e impactos mais facilmente. O CPE de Lusaka oferece uma oportunidade para os grupos geralmente negligenciados terem as suas vozes ouvidas.

Em geral, muitas vezes é difícil para grupos marginalizados acessar plataformas de nível nacional, pois elas geralmente priorizam a participação de atores mais formais. Além disso, o FPC de Lusaka oferece uma oportunidade para institucionalizar as experiências adquiridas nos outros dois laboratórios de mudança alimentar.



As várias abordagens utilizadas são complementares entre si e construídas para melhorar o desempenho do sistema alimentar como um todo.

A experiência do Food Change Lab passando do foco local para o nacional e as conclusões do projeto CRFS destacaram a necessidade de formar um grupo multissetorial a nível local para garantir a inclusão adequada, levando assim à formação do Conselho de Política Alimentar de Lusaka.

Colocar os cidadãos comuns no centro do sistema alimentar requer estruturas locais flexíveis, como laboratórios de mudança de alimentos e conselhos de política alimentar locais para melhorar a inclusão e estimular mais aceitação e mudanças de políticas na prática, e permitir que esses cidadãos participem mais facilmente.

Os agricultores e trabalhadores do setor informal geralmente são esquecidos (ou não reconhecidos) em plataformas formais que abordam os desafios do sistema alimentar devido a fatores como baixos níveis de educação e até à incapacidade de falar no idioma nacional oficial de comunicação (inglês).

No entanto, estruturas como o laboratório de mudança alimentar e os conselhos de política alimentar fornecem um espaço onde as vozes desses grupos negligenciados podem ser ouvidas, resultando em tomadas de decisão e intervenções **mais** significativas e eficazes.

Os Food Change Labs em Zâmbia e Uganda usaram o pensamento sistêmico para iniciar com sucesso a transformação dos sistemas alimentares locais nesses países. O programa implementou e monitorou mudanças no sistema alimentar envolvendo intervenções práticas no campo. Além disso, o envolvimento com os mecanismos de governança local foi identificado como fundamental para garantir laboratórios de alimentos bem-sucedidos e sustentáveis que garantam a inclusão social das vozes comumente negligenciadas nas intervenções no sistema alimentar.

Os mecanismos de governança, em vários níveis, devem criar um ambiente propício que leve em conta as necessidades e perspectivas das populações vulneráveis cujos lares, meios de subsistência, saúde e acesso a alimentos estão em maior risco. Nesse ambiente, a participação política de todos os atores da cadeia alimentar, desde os produtores até os consumidores, pode garantir uma ação relevante, mais responsável, equitativa e sustentável.

O trabalho em laboratórios de mudança de alimentos

A Healthy Food Africa (HFA) é uma ação de pesquisa e inovação financiada pela União Europeia que apoia sistemas alimentares mais sustentáveis, equitativos e resilientes, reconectando a produção com o consumo de alimentos. A HFA atua em dez cidades africanas, nos chamados Food System Labs (FSLs). Os Food System Labs reúnem os atores do sistema alimentar local para enfrentar os desafios específicos do contexto, desde a conscientização do consumidor até a produção sustentável, a diversidade alimentar local, tecnologias pós-colheita aprimoradas e a segurança alimentar.

Os FSLs são apoiados por pesquisadores e profissionais da Europa e da África, trabalhando em nove pacotes focais, que também melhorarão e facilitarão os processos de aprendizagem dentro de cada um e em todos os FSLs.

O projeto teve início em junho de 2020 e terá duração de cinco anos.

Com base no trabalho e experiências do programa SD4All, a Hivos facilita FSLs em Zâmbia (Lusaka e Chongwe) e em Uganda (Fort Portal), onde colabora com a ONG local Kabarole Research Centre.

Com o HFA, a Hivos está desenvolvendo as capacidades de grupos vulneráveis (jovens, mulheres, comerciantes e agricultores) para enfrentar os desafios identificados no SD4All.

A Hivos também co-lidera, com a RUAF, o Pacto de Trabalho sobre Transformação de Sistemas Alimentares que inclui os parceiros AERES, Luke e MV. Também a Hivos, em parceria com a UNICEF Zimbabué e o MDP, estão realizando o Projecto “Youth Food Action” que visa melhorar o ambiente alimentar dos jovens em Harare e Bulawayo. Este projeto foi uma resposta ao aumento alarmante de problemas de saúde relacionados à dieta entre os jovens no Zimbábue.

O projeto visa:

- desenvolver uma maior compreensão dos ambientes alimentares e do sistema alimentar típicos dos adolescentes de Harare e Bulawayo;
- estabelecer Laboratórios de Mudança Alimentar multiatorais em Harare e Bulawayo para influenciar os ambientes alimentares das cidades e a governança dos sistemas alimentares; e
- - desenvolver planos de ação para melhorar o ambiente alimentar urbano visando uma nutrição melhorada para adolescentes em Harare e Bulawayo (refletindo as prioridades dos jovens e residentes).

Mangiza Chongo is the Project Manager for the Healthy Food Africa project at Hivos, Southern Africa in Zambia. mchirwa@hivos.org

Frank Mechielsen is Senior Campaigner Diets and Climate Change at Feedback Europe.

Maiores informações

- City Region Food Systems Programme. <https://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/overview/what-is-the-crfs-programme/en>
- HealthyFoodAfrica. <https://healthyfoodafrica.eu>
- HLPE. (2020). Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>
- IED & Hivos. (2020). Agency and advocacy in the food systems of the majority. <https://pubs.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/16667IIED.pdf>
- Multi-actor initiatives in action: Lessons from the Sustainable Diets for All programme. <https://ruaf.org/document/multi-actor-initiatives-in-action-lessons-from-the-sustainable-diets-for-all-programme>
- Sustainable Diets for All. <https://hivos.org/program/sustainable-diets-4-all/publications>

Crédito das fotos: ©Salim Dawood, ©Njavwa Simukoko, ©Salim Dawood

2. <https://ruaf.org/document/multi-actor-initiatives-in-action-lessons-from-the-sustainable-diets-for-all-programme>
3. <https://healthyfoodafrica.eu/>
4. <https://hivos.org/program/sustainable-diets-4-all/publications>
5. <https://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/overview/%20what-is-the-crfs-programme/en>

Sistemas alimentares inclusivos para meios de subsistência equitativos: o caso do deslocamento forçado

Isabela Ver

Em um episódio recente do aclamado podcast sobre comida *Take a Bao*, o apresentador Loh Yi Jun fez uma jornada digital pela Malásia, querendo saber mais sobre o PichaEats, um serviço de assinatura de refeições que capacita mulheres refugiadas a cozinhar seus alimentos tradicionais para os famintos de Kuala Lumpur. Ele conta a história de Nesreen Al-Khatib, uma refugiada síria que, como muitas outras pessoas em sua situação, sofre o impacto da recusa da Malásia em se tornar parte da Convenção das Nações Unidas para Refugiados de 1951, deixando-a incapaz de exercer legalmente um emprego remunerado. A venda de seu *homus* cremoso e *falafel* crocante através da PichaEats permitiu que ela conquistasse independência financeira em meio à incerteza de fugir da guerra civil de seu país natal. ¹



A história de dificuldades e resiliência de Nesreen está se tornando cada vez mais comum. A Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que, globalmente, existam quase 80 milhões de pessoas deslocadas à força (FDPs), um termo que inclui refugiados, deslocados internos (IDPs) e retornados.

Este número é maior do que nunca na história humana. Concentrados em ambientes urbanos ou quase urbanos, como campos de refugiados e assentamentos, esses FDPs geralmente vivem em condições extremamente desafiadoras.

No entanto, um sentimento de esperança sobrevive ao lado das realidades sombrias, envolto no potencial transformador de algo que uniu a humanidade desde tempos imemoriais: alimentos e, mais especificamente, sistemas alimentares urbanos sustentáveis e inclusivos. As ligações entre os sistemas alimentares inclusivos e os meios de subsistência dos FDPs reforçam-se mutuamente: os meios de subsistência sustentáveis permitem o acesso equitativo ao sistema alimentar, e o acesso equitativo ao sistema alimentar apoia meios de subsistência sustentáveis.

Essa questão está ganhando força na comunidade internacional, com a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UNFSS) deste ano, incluindo um ponto de ação sobre a ligação entre garantir meios de subsistência sustentáveis para os FDPs do mundo e promover o acesso equitativo aos sistemas alimentares. A inclusão social, definida como o processo de melhoria das condições de participação de indivíduos e grupos na sociedade, para os PFDs só pode ser alcançada reduzindo-se as barreiras à sua participação nas atividades econômicas e conectando-os ao sistema alimentar. O papel da agricultura urbana e periurbana (AUP) no apoio aos FDPs é cada vez mais reconhecido (ver destaque 'Em breve: Agricultura Urbana/Peri-Urbana e Deslocamento Forçado', pág. 59). Além da AUP, são necessárias soluções de longo prazo que permitam que os FDPs participem do sistema alimentar como produtores, varejistas e consumidores. Este artigo se concentra na identificação dos principais desafios para a integração do FDP em sistemas alimentares em diferentes contextos, explora as melhores práticas e exemplos de todo o mundo, e destaca as principais conclusões para praticantes, defensores, doadores e formuladores de políticas.

Nos acampamentos: foco no planejamento participativo para garantir o acesso à AUP

Os FDPs vivendo em acampamentos e assentamentos estão desconectados de seu sistema alimentar e muitas vezes dependem de ajuda alimentícia.

Facilitar o acesso à AUP tem o potencial de restaurar os meios de subsistência dos FDPs, melhorando sua segurança alimentar, a resiliência econômica e a saúde.

A longo prazo, a AUP pode ajudar os FDPs a gerar renda, contribuindo para o desenvolvimento mais amplo da área em que eles estão hospedados e fortalecendo a coesão social entre si e as populações locais.

O ACNUR defende que os acampamentos sejam a exceção e não a regra quando se trata de abrigar os FDPs, e recomenda que esses locais sirvam só como uma parada temporária. Isso é desafiador, dada a natureza prolongada de crises complexas: 75% dos FDPs do mundo já estão deslocados há mais de cinco anos.



Onde os acampamentos são inevitáveis, o manual humanitário SPHERE (The Sphere Handbook, 2018) recomenda a incorporação da AUP ao se planejar o acampamento. No entanto, isso ainda não se tornou uma prática comum.

As agências humanitárias e de desenvolvimento devem integrar o planejamento participativo nos projetos de AUP na gestão dos acampamentos, garantindo espaço adequado e acesso a recursos para hortas domésticas e comunitárias, e permitindo que os próprios FDPs co-liderem intervenções como treinamento agrícola e fornecimento de insumos.

O potencial transformador da AUP é exemplificado por acampamentos apoiados pela ONG de agricultura urbana *Lemon Tree Trust* na região curda do Iraque, onde competições de jardinagem, horticultura comercial e práticas regenerativas apresentam um sistema alimentar 'urbano' resiliente que deixa o solo em melhores condições do que foi encontrado.

¹ <https://junandtonic.com/takeaba>

Sem status formal: foco na redução das barreiras ao emprego

Muitos dos FDPs urbanos do mundo carecem de um status legal que lhes dê o direito de trabalhar e viver livremente². Uma recente apresentação conjunta no Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno pelo Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), UN Habitat e o Joint IDP Profiling Service defendeu uma resposta “proativa” das cidades para reconhecer os FDPs como cidadãos urbanos detentores de direitos (IIED, UN Habitat e JIPS, 2021).

O IIED recomenda que os doadores considerem fornecer financiamento direto às cidades que hospedam os FDPs para facilitar uma política progressiva de refugiados que remova o maior número possível de barreiras ao emprego decente. Uganda oferece um bom exemplo: abriga a terceira maior população de FDP do mundo, mas há muito tempo é considerada líder global em gestão de refugiados devido às suas políticas liberais que permitem que os FDPs em áreas urbanas comercializem produtos agrícolas e administrem uma série de negócios incluindo restaurantes (IIED, UN Habitat e JIPS, 2021). Na Jordânia, a Organização Internacional do Trabalho apoiou cooperativas com sucesso na obtenção de autorizações de trabalho legais para refugiados sírios em Irbid e Mafraq (OIT, 2021).

Os tomadores de decisão que abordam tanto as respostas ao deslocamento forçado quanto o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis precisam trabalhar para remover as barreiras que impedem que os FDPs se envolvam com o setor da alimentação. Empresas sociais inovadoras, como as já mencionadas PichaEats em Kuala Lumpur e Mumm, e uma start-up semelhante no Cairo, que oferece às mulheres refugiadas ou requerentes de asilo a oportunidade de vender ao público sua comida caseira, podem fornecer uma solução real e uma forma direta de aumentar as oportunidades socioeconômicas para as mulheres FDPs. Em muitas cidades onde vivem os FDPs, os sistemas informais de alimentação já desempenham um papel importante nas economias urbanas (veja o artigo de Bill Vorley, pág. 45). Qualquer ação tomada para fortalecer, desenvolver ou formalizar esses sistemas alimentares deve levar em conta o impacto que terá nos FDPs que não possuem status formal.

Com o status formal de refugiado, foco na política e no planejamento alimentar inclusivo

Cidades ao redor do mundo, incluindo aquelas apoiadas pela RUAF, estão se comprometendo cada vez mais com ambiciosas estratégias de alimentação urbana que buscam encurtar as cadeias de abastecimento de alimentos e estimular as economias locais. Essas novas estruturas e processos de governança alimentar urbana precisam incluir diversas vozes, incluindo as dos FDPs, para garantir que as práticas alimentares culturais sejam adequadamente integradas à política e ao planejamento alimentar urbano. Em muitas situações, os FDPs chegam com práticas alimentares que já estão bem alinhadas com as metas de sustentabilidade alimentar urbana. Por exemplo, pesquisas realizadas na Holanda mostraram que a demanda das comunidades sírias por *labneh* fresco e *köfte* devidamente picado resultou em produtores de leite e açougueiros holandeses aprendendo a prepará-los localmente (Brons et al., 2020).

Em hortas urbanas em Dallas, Texas, administradas pelo Comitê Internacional de Resgate, refugiados de todo o mundo se reconectam com suas raízes agrárias cultivando hortaliças tradicionais para suas comunidades.

² Forced Displacement (worldbank.org)



Os tomadores de decisão podem aproveitar essas práticas alimentares sustentáveis e repetir o seu sucesso em outros lugares.

Olhando à frente

Com o aumento da incidência de migração motivada pela mudança climática, a interseção entre deslocamento forçado e sistemas alimentares inclusivos permanecerá crítica nos próximos anos. As principais conclusões para formuladores de políticas, doadores, agências humanitárias e de desenvolvimento e ONGs incluem:

- Os campos e assentamentos de refugiados do futuro precisarão se concentrar na integração e planejar a longo prazo com metas para melhorar a segurança alimentar e promover a resiliência ecológica.
- Em situações cada vez mais comuns de deslocamento prolongado nas cidades, os FDPs sem status formal de refugiado precisam ter acesso seguro ao mercado de trabalho, incluindo a cadeia de abastecimento alimentar, como um mecanismo para apoiar meios de subsistência sustentáveis.
- Na política e planejamento alimentar urbano, a presença de diversas vozes nos processos de tomada de decisão é fundamental para garantir que as práticas alimentares dos migrantes sejam levadas em consideração.

Os sistemas alimentares urbanos são um ponto de entrada notavelmente versátil e poderoso para apoiar a inclusão socioeconômica dos FDPs e fortalecer a resiliência das cidades e dos acampamentos de forma mais ampla.

A inclusão é um conceito com nuances

Em todos os contextos, é importante ter em mente que as comunidades de FDP não são homogêneas: desigualdades de poder e privilégios relacionados a gênero, sexualidade, casta, etnia, deficiência física, neurodiversidade e outros fatores de discriminação e opressão existem.

Qualquer intervenção para apoiar os FDPs deve levar em conta esses desequilíbrios de poder por meio de um planejamento de impacto cuidadoso e ponderado e da gestão participativa dos envolvidos.

Isabela Vera é consultora e pesquisadora especializada em sistemas alimentares urbanos sustentáveis e inclusivos.

isabelajvera@gmail.com

Crédito das fotos: ©Andrew Bradford, ©René van Veenhuizen, ©René van Veenhuizen

Maiores informações

- Brons, A., Oosterveer, P., & Wertheim-Heck, S. (2020). Feeding the melting pot: Inclusive strategies for the multi-ethnic city. *Agriculture and Human Values*, 37(4), 1027–1040. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10031-x>
- IIED, UN Habitat, & JIPS. (September, 2021). The case for treating long-term urban IDPs as city residents. <https://pubs.iied.org/sites/default/files/pdfs/2021-09/20431iied.pdf>

- ILO. (September 26, 2021). Changes in Jordan's work permit regulations for Syrian refugees contribute to decent work – ILO, FAFO report. https://www.ilo.org/beirut/media-centre/news/WCMS_821063/lang--en/index.htm
- Loh Yi, J. (Executive Producer). (October, 2020). Finding Refuge in Food: Part 1 [Audio podcast]. Take a Bao. <https://junandtonic.com/takeabao>
- The Sphere Handbook. (2018). <https://spherestandards.org/handbook-2018/>
- The World Bank. (n.d.) Forced Displacement: Refugees, Internally Displaced and Host Communities. <https://www.worldbank.org/en/topic/forced-displacement#1>

Em breve, livro:

Agricultura urbana e periurbana e deslocamento forçado

A *Springer Urban Agriculture Book Series* é dedicada a pesquisadores, formuladores de políticas públicas e profissionais que trabalham com agricultura dentro e ao redor de áreas urbanas.

O próximo volume da série – Agricultura Urbana e Periurbana e deslocamento forçado - será o primeiro de seu tipo a examinar o papel da agricultura urbana e periurbana (AUP) como uma intervenção em situações de deslocamento para acampamentos, assentamentos e cidades, em curto, médio e longo prazos.

Usando estudos de caso históricos e contemporâneos de todo o mundo, o livro visa apoiar pesquisadores e profissionais interessados no uso mais amplo e eficaz da AUP ligada ao deslocamento forçado e na contribuição para assentamentos humanos e cidades sustentáveis e resilientes de forma mais ampla.

Conclusão

O caminho adiante: olhando à frente

No contexto da pandemia de COVID-19, e durante e após as deliberações do UNFSS e da COP26, “transformação” é provavelmente a palavra mais usada em conjunto com o termo “sistema alimentar”. Agora não há mais dúvida sobre a necessidade urgente de transformar nosso sistema alimentar global. Por quê, como, e quem deve liderar essa transformação não encontrará facilmente o mesmo consenso. Transformação é o principal motivo por trás das “Coalizões para a Mudança” 1, formadas na esteira do UNFSS. No entanto, a prova dos nove estará em como elas irão alinhar seu trabalho e o que conseguirão ao canalizar adequadamente os fundos internacionais.

Uma parte importante desse desafio está na inclusão. De fato, inclusão, empoderamento e igualdade atravessam os ODS, mas exigirão decisões, apoio e ações ousadas para realmente melhorar os termos em que indivíduos e grupos participam da sociedade. As soluções revolucionárias precisarão levar em consideração os elementos-chave há muito reconhecidos da mudança dos sistemas alimentares, como soberania alimentar, justiça climática, de gênero e a saúde das pessoas e do planeta.

O COVID-19 mostrou a vulnerabilidade do nosso sistema alimentar e suas desigualdades. Apesar de vários estudos (FAO, 2020) que se baseiam na experiência do COVID-19 para defender a transformação, a maioria das respostas do governo se concentra nas vacinas e na recuperação, não no avanço. No entanto, como mostrado ao longo desta revista, agora há uma atenção maior para melhorar as cadeias alimentares curtas e reforçar a incidência de todas as partes interessadas.

Há uma clara necessidade de sistemas alimentares localizados e inclusivos, e de uma transformação agroecológica dos sistemas alimentares baseada em direitos humanos, que envolva atores do setor informal, como pequenos proprietários, vendedores, moradores de favelas e pessoas deslocadas. Com a ocorrência de migrações impulsionadas pelas mudanças climáticas, instabilidade econômica e guerras a aumentar sempre, a interseção da inclusão social e da política alimentar urbana permanecerá crítica nos próximos anos.

Colocar os cidadãos comuns no centro do sistema alimentar requer estruturas locais flexíveis, como laboratórios de mudança alimentar e conselhos de política alimentar locais, para melhorar a inclusão. Mas a existência dessas estruturas não é suficiente. As pessoas que foram excluídas do discurso e da tomada de decisões podem ser ajudadas a participar ativamente, por exemplo, através do fornecimento de transporte para os locais de reunião, acomodação para pernoite e creche, se necessário. Linguagem acessível e não especializada deve ser usada nas discussões, bem como dialetos locais onde alguns participantes podem não entender outro idioma de trabalho.

É necessária uma facilitação cuidadosa para garantir que as pessoas locais e os atores informais tenham poder para expressar suas necessidades e desejos, e não sejam ofuscados por atores formais mais confiantes e poderosos. Além disso, é preciso aceitar as opiniões das pessoas, com viabilizando mudanças reais no sistema, para que a participação de todos os cidadãos seja significativa.

Como argumenta Bill Vorley, promover meios de subsistência equitativos requer construir a incidência dos sub-representados: fornecer-lhes espaço e um ambiente propício para exercer seu poder e direitos. Isso implica proteger e fortalecer suas capacidades de conhecimento, resiliência e inovação.

Aproveitar as oportunidades para desenvolver sistemas alimentares genuinamente inclusivos significa reconhecer e envolver a economia alimentar informal por meio da construção de uma colaboração de longo prazo.

A política alimentar urbana e o planejamento no nível da cidade devem garantir que os processos de liderança e tomada de decisão sejam inclusivos (veja também a seção sobre Planejamento de sistemas alimentares urbanos, pág. 109). Na situação cada vez mais comum de deslocamento prolongado, os deslocados forçados (FDPs) em cidades sem status formal de refugiado devem ter acesso seguro ao mercado de trabalho, incluindo a cadeia de abastecimento de alimentos, como um mecanismo para apoiar meios de subsistência sustentáveis.

Nos próximos anos, as redes de organizações que trabalham para promover a transformação dos sistemas alimentares – incluindo a RUAF – devem construir uma base sólida de evidências para inspirar os tomadores de decisão a incluir atores informais nos sistemas alimentares e reconhecer sua contribuição considerável para os meios de subsistência e as dietas sustentáveis. Além de encontrar maneiras de colaborar, as organizações devem reconhecer exemplos de boas práticas em inovação de políticas inclusivas, que se baseiam na incidência e nos pontos fortes dos sistemas informais de alimentação.

A urbanização apresenta desafios, mas também apresenta muitas oportunidades. Os sistemas alimentares urbanos são um poderoso ponto de entrada para apoiar a inclusão e o direito à alimentação e para fortalecer a resiliência geral das cidades.

As populações mais vulneráveis devem ser priorizadas e a representação igual assegurada no planejamento urbano e na concepção de sistemas centrados nas pessoas, liderados pelas necessidades, desejos e experiências vividas pelas pessoas.

Maiores informações

- FAO. (2020). Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: Key Results from the FAO Survey “Urban Food Systems and COVID-19”.
<https://doi.org/10.4060/cb0407en>

¹ <https://foodsystems.community/commitment-registry/coalition-onsustainable-and-inclusive-urban-food-systems/>

Crédito da foto: ©FAO/Isak Amin



Recursos-chave

- Agyeman, J., & Giacalone, S. (Eds.). (2020). *The Immigrant-Food Nexus: Borders, Labor, and Identity in North America*. The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11862.001.0001>
- Brons, A., Oosterveer, P., & Wertheim-Heck, S. (2020). Feeding the melting pot: Inclusive strategies for the multi-ethnic city. *Agriculture and Human Values*, 37(4), 1027–1040. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10031-x>
- Adam-Bradford, A., Hoekstra, F., & Veenhuizen, R. van. (2009). Linking relief, rehabilitation and development: A role for urban agriculture? *Urban Agriculture Magazine* 21: 3–10 (em português: *Revista de Agricultura Urbana* 21).
- Adam-Bradford, A. & Veenhuizen, R. van. (2015). Role of Urban Agriculture in Disasters and Emergencies. In Zeeuw, H. de, & Drechsel, P. (Eds), *Cities and Agriculture: Developing Resilient Urban Food Systems* (pp.387-409). Routledge.
- Adam-Bradford, A., Tomkins, M., Perkins, C., van Veenhuizen, R., Binago, L., Hunt, S. & Belton, J. (2016). *Transforming Land, Transforming Lives: Greening Innovation and Urban Agriculture in the Context of Forced Displacement*. Second Edition. Lemon Tree Trust, Dallas, USA.
- Forging multi-actor initiatives. <https://hivos.org/how-we-work/forging-multi-actorinitiatives/>
- Natawidjaja, R.S., Hapsari, H., Makhmudin, D., Rum, I.A., Sulistyoningrum, H. & Vorley, B. (2019). Informal food vendors and their role in the food and nutrition security of low-income workers in Bandung City, Indonesia. *Hivos and IIED*. <https://pubs.iied.org/16657iied>
- Neufeld, L.M., Huang, J., Badiane, O., Caron, P., and Sennerby Forsse, L. (2021). *Advance Equitable Livelihoods*. Paper on Action Track 4. A paper from the Scientific Group of the UN Food Systems Summit March, 2021.
- Ho, W. (2020). Multi-actor initiatives in action: Lessons from the Sustainable Diets for All programme. *Hivos and IIED*. <https://pubs.iied.org/16666iied>
- UNFSS Action Tracks
 - <https://www.un.org/en/food-systems-summit/action-tracks>
 - <https://foodsystems.community/game-changingpropositions-solution-clusters/>
 - https://foodsystems.community/emerging_coalition/coalition-on-sustainable-and-inclusive-urban-foodsystems
- Vorley, B., Guarín, A., & Nicolini, G. (2020). Sustainable diets in the informal economy. *Hivos and IIED*. <https://pubs.iied.org/16680iied>
- Vorley, B., Guarín, A., de Toma, C., & Mechielsen, F. (2020). Agency and advocacy in the food systems of the majority: Food for thought from the Sustainable Diets for All programme. *Hivos and IIED*. <https://pubs.iied.org/16667iied>

Agricultura urbana e periurbana

A Agricultura Urbana e seus múltiplos valores

Pay Drechsel



A produção e a comercialização direta de alimentos nas cidades e arredores sempre existiu e não tem nada de novo. No entanto, o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) só foi desenvolvido nas últimas duas ou três décadas. Existem várias definições, refletindo a natureza dinâmica e multifuncional da AUP, incluindo seus diferentes componentes. Uma definição abrangente e frequentemente citada foi formulada por Mougeot (2000):

A agricultura urbana está localizada dentro (intra-urbana) ou na periferia (peri-urbana) de uma vila, cidade ou metrópole, e cresce ou cultiva, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, (re)usa em grande parte recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e ao redor dessa área urbana e, por sua vez, fornece recursos humanos e materiais, produtos e serviços em grande parte para essa mesma área urbana.

Nos últimos anos, a AUP tem ganhado cada vez mais atenção, por diversos motivos e por diferentes setores ou disciplinas. A recente interrupção dos sistemas alimentares urbanos durante a pandemia de COVID-19 enfatizou a importância e o valor agregado de (re)conectar a produção e o consumo de alimentos locais e a importância do fácil acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. O valor agregado da AUP aqui é sua contribuição e papel complementar à agricultura rural em vista da segurança alimentar. Também se destacam as ligações da AUP com o ecossistema urbano e seus múltiplos valores, que formam o foco principal desta seção, onde será abordado a partir de diferentes perspectivas.

A AUP é descrita como uma forma mutável de uso do solo urbano, enquanto faz parte consistentemente do desenvolvimento da cidade. Diferentes tendências podem ser vistas, mas muitas vezes são apenas mudanças de nome, muitas vezes cobrindo questões bastante semelhantes ao longo dos últimos vinte anos. Os artigos nesta seção abordam a agroecologia urbana, a saúde do solo das cidades, a reutilização de resíduos, a recuperação de recursos, e o aprimoramento das cadeias de valor de alimentos inclusivas dentro e ao redor das cidades.

As múltiplas funções e valores da AUP são expressos em uma diversidade de formas ou tipos, conforme destacado nas inúmeras publicações da RUAF, FAO e outras entidades (uma seleção delas está destacada na pág. 74). A atenção à AUP nos últimos anos procurou entendê-la como parte da segurança alimentar urbana, ou seja, do *continuum* das cadeias de valor alimentar das áreas rurais circundantes ao mercado urbano e consumidor, e como parte crítica do Sistema Alimentar (por exemplo, com suas cadeias alimentares curtas). A utilização de tipologias e conceitos da AUP e o seu papel nos ambientes alimentares e nos sistemas alimentares urbano-regionais (CRFS) continuam sendo importantes para a compreensão da resiliência das “bacias alimentares rurais-urbanas”, suas vulnerabilidades e oportunidades, a fim de discutir seus valores múltiplos, definir as prioridades e permitir processos multissetoriais inclusivos para influenciar os planejadores e tomadores de decisão.

Por muitos anos, a RUAF e seus parceiros vêm trabalhando nesses vários aspectos da AUP e fazem parte da construção da narrativa de seus múltiplos benefícios. Este sempre foi um aspecto fundamental e continua a ser um elemento importante do trabalho atual sobre o CRFS, e da estrutura e do sistema de monitoramento do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão.

A AUP pode contribuir para um melhor acesso a alimentos, cadeias de valor alimentar diversificadas, meios de subsistência melhorados, especialmente para os cidadãos de baixa renda, e pode levar a sistemas alimentares urbanos mais resilientes (como também é destacado em outras seções desta Revista). Cada vez mais atenção está sendo dada à transformação dos sistemas alimentares globalizados e ao importante papel das cidades (dado que mais da metade da população vive nelas).

A AUP precisa ser vista como parte dessa transformação, enfatizando a inclusão, a regeneração e a circularidade. No entanto, a última década também nos ajudou a desmistificar a própria AUP, que não é uma bala de prata para nenhum objetivo de desenvolvimento, mas pode agregar valor significativo a muitos deles.

Trabalhos recentes no âmbito do Programa de Terras e Ecossistemas da Água do CGIAR e na assessoria em AUP dada ao ADB, destacaram as necessidades e oportunidades de investimento (veja o artigo de Gordon Prain, pág. 73).

Crédito da foto: (?)

A agricultura urbana no sul global é um fenômeno temporário?

Pay Drechsel

De tudo o que sabemos, a resposta para a pergunta acima é ‘não’. No entanto, as ligações entre o crescimento das cidades e a agricultura urbana são complexas e dinâmicas, e os desenvolvimentos são em grande parte específicos de cada local.

À primeira vista, o termo “agricultura urbana” pode parecer uma contradição em termos, ou não mais do que um fenômeno temporário, uma vez que a agricultura é comumente considerada uma atividade rural por excelência (Smit et al., 1996). No entanto, Smit e colegas já argumentaram que é improvável que seja o caso e que, apesar do aumento dos preços da terra, a agricultura urbana não desaparece, mas se adapta e se move em resposta às mudanças nas condições. Mesmo onde os terrenos já estão construídos, a agricultura vertical ou em telhados pode se expandir.

Apesar da grande extensão global da agricultura urbana (Thebo et al., 2014), dados para verificar seu desenvolvimento no espaço e no tempo permanecem escassos, e a percepção enganosa de sua natureza temporária alimenta a noção da insignificância da agricultura urbana, particularmente em países de baixa renda (Badami & Ramankutty, 2015). Embora muitos locais de agricultura urbana pareçam resilientes ao desenvolvimento das cidades (ver, por exemplo, Drechsel & Dongus, 2010), mudanças mais drásticas estão previstas no período de crescimento urbano acelerado, particularmente na África.

Para entender a dinâmica espacial e temporal da agricultura urbana, ou seja, se está diminuindo, aumentando ou talvez apenas se movendo lateralmente dentro das cidades, Follmann et al. (2021) revisaram mais de 90 publicações abordando 83 cidades na África, Ásia e América Latina. Os autores descobriram que os estudos mais avançados de SIG usando imagens de sensoriamento remoto (idealmente de diferentes anos) foram capazes de identificar expansões de áreas agrícolas em 52-60% dos casos, enquanto estudos mais locais sem essa capacidade de sensoriamento remoto identificaram uma expansão em apenas 20% de casos.

Por exemplo, em Freetown (Serra Leoa), em Kumasi (Gana), e em Cartum (Sudão), o aumento da urbanização correspondeu a uma diminuição prevista das terras agrícolas dentro do limite urbano. No entanto, quando uma linha de base maior foi considerada (em linha com o crescimento da cidade), a pesquisa mostrou que as terras agrícolas que foram perdidas dentro da área urbana ou periurbana foram substituídas por áreas recém-cultivadas em outros lugares. Em outro exemplo, na área central da cidade de Dar es Salaam, nem chegou a ocorrer diminuição da agricultura (Drechsel & Dongus, 2010).

Seguindo as recomendações de Follmann et al. (2021), um artigo (Karg et al., 2021) do projeto UrbanFoodPlus 1 apoiado pela RUAF apresentou novos dados espaço-temporais para quatro cidades na África subsaariana.



Os dados mostraram que, em Ouagadougou, onde a horticultura urbana foi reconhecida pelas autoridades da cidade, e em Bamako, novos locais de cultivo no centro dessas cidades surgiram em terrenos anteriormente vazios ou os agricultores mudaram para a periferia urbana, resultando em um aumento geral das áreas irrigadas nos últimos 15 anos. Por outro lado, as terras agrícolas urbanas diminuíram muito em Accra e em Bamenda.



Em todas as cidades, os principais fatores que influenciaram a direção da mudança foram a pressão populacional, o apoio oficial (ou a falta dele) à agricultura urbana, a posse da terra e fatores geográficos, como adequação da terra e acesso à água. Nas cidades onde as terras agrícolas estavam diminuindo, as implicações incluíam a diminuição do tamanho dos plantios, a intensificação produtiva dos locais remanescentes, a cessação da agricultura nos subúrbios afetados e, quando possível, a mudança dos agricultores para outros locais. Esta última opção, além de supor a disponibilidade física de terra e recursos relacionados, também depende de relações sociais e regras informais. Em outros casos, os agricultores se mudaram ou deixaram a agricultura (Karg et al., 2021).

Os desafios e limitações das análises realizadas podem afetar muito a discussão sobre o impacto e a sustentabilidade da agricultura urbana (Drechsel & Dongus, 2010). No entanto, em geral, seu papel de complementar a agricultura rural, como no fornecimento de mercadorias específicas, especialmente as mais perecíveis – ou em vista dos benefícios sociais e ambientais para os moradores urbanos – está muito bem estabelecido.



Pay Drechsel é Consultor de Qualidade de Pesquisa no International Water Management Institute (IWMI)

Crédito das fotos: ©Desire J.P. Lompo

¹ O estudo foi financiado pelo Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF) e pelo Programa de Pesquisa em Água, Terra e Ecossistemas (CGIAR - WLE).

Maiores informações

- Badami, M.G., & Ramankutty, N. (2015). Urban agriculture and food security: A critique based on an assessment of urban land constraints, *Global Food Security* 4: 8-15.
- Drechsel, P., & Dongus, S. (2010). Dynamics and sustainability of urban agriculture: examples from sub-Saharan Africa. *Sustainability Science* 5 (1), 69–78. <https://doi.org/10.1007/s11625-009-0097-x>
- Follmann, A., Willkomm, M., & Dannenberg, P. (2021). As the city grows, what do farmers do? A systematic review of urban and peri-urban agriculture under rapid urban growth across the Global South. *Landscape and Urban Planning* 215: 104186.
- Karg, H., Drechsel, P., Dittrich, N., & Cauchois, A. (2021). Spatial and temporal dynamics of croplands in expanding West African cities. *Urban Agric Region Food Syst.* 2021;5:e20005. <https://doi.org/10.1002/uar2.20005>
- Smit, J., Ratta A., & Nasr, J. (1996). *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*. United Nations Development Program. Publication Series for Habitat 11, Volume One. UNDP, New York.
- Thebo, A.L., Drechsel, P., & Lambin, E.F. (2014). Global assessment of urban and peri-urban agriculture: irrigated and rainfed croplands. *Environmental Research Letters* 9 (11)

Definições, tipologias e tendências na agricultura urbana - olhando para trás e vendo à frente

Joe Nasr

Quando me pediram para compartilhar meus pensamentos sobre questões de definições e tipologias, bem como tendências na agricultura urbana (AU) – ou na agricultura urbana e periurbana (AUP) ¹ - não pude deixar de refletir sobre os vários aniversários na minha relação com este assunto.

Trinta anos atrás, descobri o assunto através do meu trabalho com o falecido Jac Smit (<http://www.jacsmit.com>). Vinte e cinco anos atrás, escrevi com Jac e Annu Ratta o que provou ser um livro seminal, *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities* (Smit et al., 1996). Há vinte anos, concluímos uma edição revisada desse livro (Smit et al., 2001).

Quinze anos atrás, desenvolvi (com a falecida Marielle Dubbeling) uma série pioneira de cursos online (agora Certificate) em agricultura urbana (www.ryerson.ca/ce/ua).

Então, dez anos atrás, para o livro baseado na exposição Carrot Citytraveling (www.carrotcity.org), os coautores e eu tivemos que descobrir a melhor forma de agrupar as dezenas de estudos de caso que documentamos em categorias coerentes para dar sentido às maneiras pelas quais o *design* e o planejamento moldam a agricultura urbana (Gorgolewski et al., 2011).



¹ Em 2021, durante a edição de um novo sourcebook multi-autor sobre AUP (FAO et al., 2021) – ver destaque na pág. 84 – meus coautores e eu revisitamos definições e tipologias (ver capítulo 1).

Em cada uma dessas ocasiões, meus colegas e eu inevitavelmente tivemos que enfrentar questões espinhosas como:

- O que queremos dizer com “agricultura urbana (ou periurbana)”?
- Quais são seus limites (geográficos e outros)?
- Que categorias principais abrange?
- Quem está envolvido nisso e que outros atores têm interesse nisso?
- Quais são os locais onde é comumente praticada?
- Que métodos e produtos estão frequentemente associados a ela?

O trabalho inicial com Jac Smit mostrou a incrível diversidade de fenômenos que a AU engloba, e essa diversidade de situações é capturada no livro. Ao tentar dar sentido a essa variedade extrema, estávamos inevitavelmente forçados pela primeira vez a enfrentar as perguntas acima.

De fato, a estrutura do livro pode ser vista como uma série de tipologias, cada capítulo (particularmente na segunda parte) dissecando o mundo da AU conforme as questões de “quem”, “onde”, “o quê”. Além desses blocos de construção, outras considerações foram abordadas nos capítulos subsequentes: quais benefícios a AU oferece e quais funções ela cumpre; quais problemas são comumente causados pela AU; quais restrições enfrentam os atores da AU; e quais oportunidades estão disponíveis para eles.

Mal havíamos terminado este livro, sentimos a necessidade de revisá-lo. Isso refletia a natureza em rápida mudança da agricultura urbana, as crescentes informações que surgiam sobre ela e o reconhecimento de que alguns aspectos e regiões do mundo estavam faltando no livro, ou haviam sido subreconhecidos. A AU inclui várias categorias relativamente estáveis: hortas caseiras, hortas comunitárias, hortas escolares, etc. No entanto, para além destas categorias aparentemente estáveis, rapidamente reconhecemos a natureza altamente dinâmica da AU. Primeiramente, mesmo dentro de categorias básicas como “horta comunitária” há uma grande variedade e evolução constante (Nasr, 2021).

Em segundo lugar, novos tipos surgem ao longo do tempo em relação a métodos específicos (por exemplo, aquaponia), tecnologias (produção interna usando luzes LED de cultivo), atores (refugiados), configurações (hortas no telhado) e formas organizacionais (compartilhamento de quintal).

Por detrás deste dinamismo na AU estão vários fatores impulsionadores. Estes incluem: a intensificação das pressões sobre a terra, o crescimento das demandas daqueles com renda mais alta, bem como das populações mais pobres, a mudança de estilos de vida e o desenvolvimento de tecnologias que economizam energia.

Consequentemente, sentimos a necessidade de acrescentar um novo capítulo sobre essas tendências à segunda edição do livro, escrito logo no início do novo milênio. Como tal, o Capítulo 10 do livro procurou examinar as tendências mais amplas das quais o “ressurgimento da agricultura urbana” é um componente. Com base nesse exame, fizemos algumas “suposições educadas” sobre quais fatores influenciariam a evolução da agricultura urbana e moldariam para onde ela seguiria posteriormente.

O destaque a seguir fornece uma revisão dessas suposições fundamentadas, duas décadas depois, identificando se as tendências previstas realmente se mostraram significativas e quais tendências foram subestimadas ou não identificadas naquele capítulo, naquele momento.

Olhando para trás e para frente nas tendências identificadas em 2012 ²

Urbanização

Conforme previsto, o rápido crescimento e o aumento da diversidade na população urbana global não tornaram a AU obsoleta, mas continuaram a elevar a pressão pela produção urbana de alimentos associada a múltiplos desafios, incluindo eventuais novas epidemias.

A expansão da urbanização impacta não apenas as áreas das cidades existentes, mas também as regiões rurais em torno. As **ligações urbano-rurais** estão se tornando cada vez mais importantes, como refletido na atenção atual aos “sistemas alimentares urbano-regionais” e à “infraestrutura verde” – incluindo mais atenção à AU nos subúrbios e cidades menores.

Com o crescimento contínuo das cidades, as mudanças **no uso da terra, em sua posse e nos padrões de exploração** impactam a AU de várias maneiras. Em 2021, as tendências que estavam apenas começando em 2001 se fortaleceram (embora de forma desigual), incluindo: políticas de uso da terra que reconhecem a AU, regulamentações de AU mais permissivas e uma visibilidade crescente da AU com ou sem solo.

Globalização e localização

Devido a vários fatores, duas tendências paralelas observadas há vinte anos continuaram a se expandir e diversificar: a expansão de um sistema alimentar globalizado e oligopolista que depende de cadeias de suprimentos complexas; e um florescimento simultâneo e contrastante de várias formas de sistemas localizados de abastecimento de alimentos que muitas vezes integram a AU. A disponibilidade de novos equipamentos como *smartphones* e seus aplicativos, como mídias sociais, cresceu dramaticamente, permitindo maior acesso de produtores e consumidores à **informação**, mesmo entre as populações mais pobres. Isso também possibilitou o surgimento, expansão ou adaptação de várias formas de **marketing** e distribuição, desde a agricultura apoiada pela comunidade até cestas de comida entregues muitas vezes de bicicleta. As alterações de **estilos de vida**, a procura de alimentos produzidos “perto do prato” e o aumento da alimentação fora de casa, que já observáramos em 2001, tornaram-se ainda mais fortes, com várias implicações para a AU.

Tecnologias e sistemas de produção

Alguns dos métodos citados em 2001, incluindo hidroponia, irrigação controlada e estufas melhoradas, expandiram-se dramaticamente como parte do que hoje é conhecido como “agricultura em ambiente controlado” (CEA – ver pág. 76). A atenção ao uso de energia é cada vez mais central nesse sentido.

Meio ambiente e recursos naturais

A atenção dada ao uso de todos os principais recursos que sustentam a vida (água, terra, solo e energia) cresceu nas últimas duas décadas, tanto em termos de custos ecológicos quanto econômicos, contribuindo para a prática da AU e sua vocação para adotar soluções baseadas na natureza.

Segurança alimentar, saúde e nutrição

A principal função associada à AU tem sido sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional. Desde 2001, a importância da AU no aumento do acesso a alimentos frescos ganhou ainda mais reconhecimento por seu papel na segurança alimentar – em níveis doméstico, comunitário e global – especialmente nestes tempos de pós-pandemia.

Grupos especiais

Desde o início deste século, uma infinidade de estudos aumentou o reconhecimento do lugar de determinados atores – mulheres, refugiados e pessoas deslocadas, imigrantes e migrantes – na AU. Cada vez mais, a AU tornou-se rotineiramente integrada a esforços mais amplos de desenvolvimento de comunidades e de inclusão social.

Gerenciamento de resíduos e reciclagem de nutrientes

A atenção ao fechamento de vários ciclos, evitando o desperdício de recursos e reduzindo as perdas ao longo de todo o sistema alimentar (incluindo a AU) ganhou um reconhecimento muito maior na cultura global na última década, embora a implementação de ações relacionadas tenha ficado aquém da conscientização aparentemente ocorrida.

Pesquisa e apoio

Embora o número de estudos e publicações em torno da AU já estivesse crescendo em 2001, o número se expandiu hoje para um nível dificilmente imaginável naquela época. No entanto, muitos dos dados ainda são anedóticos e difíceis de comparar. Como tal, embora os estudos de várias cidades e países tenham se tornado mais comuns, os desafios de avaliar a escala e os impactos da AU permanecem significativos. Além disso, o apoio à AU não se institucionalizou na mesma medida em que a pesquisa se expandiu.

2 As categorias de tendências identificadas no Capítulo 10 da edição 2001 de Smit et al. são mostradas em negrito.

No entanto, em geral, esse capítulo escrito há duas décadas parece bastante presciente, pois a maioria das tendências identificadas continuou, evoluiu e muitas vezes se fortaleceu. O significado de algumas tendências talvez tenha sido pouco enfatizado, e algumas prioridades que então apareciam no horizonte merecendo apenas uma breve menção, são hoje absolutamente centrais para qualquer discussão sobre o presente e o futuro da AU. Duas tendências hoje no centro de toda discussão sobre agricultura urbana e sistemas alimentares foram notadamente negligenciadas na publicação de 2001.

Hoje a **mudança climática** afeta tudo, e pesará ainda mais nos próximos anos. Alguns dos impactos podem apoiar a AU em alguns lugares em alguns momentos, por exemplo, com estações de cultivo mais longas em climas do norte ou maior demanda por projetos urbanos de CEA.

No entanto, é provável que os impactos sejam amplamente negativos, se não catastróficos, para a agricultura nas áreas urbanas e rurais em geral. O aumento da variabilidade e as flutuações selvagens no clima tornarão mais difícil planejar, e os extremos no clima aumentarão muitos custos e levarão a eventos cada vez mais catastróficos ³

A **justiça alimentar** surgiu nos últimos anos, particularmente durante a pandemia, como uma reação importante às desigualdades nos sistemas alimentares, incluindo os urbanos. Demandas pela inclusão de populações marginalizadas – indígenas, negros, imigrantes – na tomada de decisões e ações relacionadas a seus caminhos alimentares têm destacado questões de poder e acesso em torno da AU, levando a clamores por mais inclusão e maior soberania alimentar ⁴.

Essas demandas provavelmente se tornarão mais fortes e se espalharão ainda mais no futuro.

Essas duas tendências significativas se cruzam de duas maneiras.

De forma bem direta, a justiça climática emergiu recentemente da longa história das preocupações com a justiça ambiental, cruzando-se com o aumento paralelo das críticas ao sistema alimentar, resultando em uma nova luz sobre a relação da AU com a justiça climática.

Uma segunda interseção está ocorrendo em torno do conceito de *resiliência*. A AU é frequentemente mencionada como uma ferramenta que pode fortalecer a capacidade de grupos e ambientes vulneráveis para enfrentar desafios, tanto ambientais quanto ecológicos. No entanto, alguns questionaram se uma presunção de resiliência pode distrair a necessidade de abordar questões sistêmicas, seja sobre clima ou alimentação.

Concluirei com algumas palavras finais sobre as definições, tipologias e tendências da AUA.

1. *Definições*: A AU é extremamente diversificada e é entendida de forma diferente por pessoas diferentes. Ser claro sobre o modo como se está definindo a AU é tão importante agora quanto era há três décadas, quando o conceito começou a ser reconhecido globalmente. A visão que se pode ter do escopo, propósito, atores, geografia e outras características básicas da agricultura urbana pode diferir significativamente de uma pessoa para outra.
2. *Tipologias*: Embora seja útil definir a própria compreensão da agricultura urbana e comunicá-la a outra pessoa, também é útil distinguir diferentes formas de agricultura urbana, reconhecer padrões, semelhanças e características distintivas. Deveria ser natural, se não essencial, pensar tipologicamente para dar sentido à agricultura urbana.
3. *Tendências*: Como a agricultura urbana está sempre mudando, nem as definições nem as tipologias de agricultura urbana devem ser vistas como estáticas. Dado o dinamismo da agricultura urbana, é útil procurar padrões de mudança, motores de evolução, tipos que podem estar surgindo e outros que estão sob pressão.
4. Analisar as tendências da agricultura urbana pode nos ajudar a entender de onde ela vem e para onde está indo.



Joe Nasr é professor e membro do Ryerson University Center for Studies in Food Security, e co-editor da Springer Urban Agriculture Book Series. jnasr@ryerson.ca

Crédito das fotos: ©Markus Spiske/Unsplash

1 Em 2021, ao editar publicação multiautoral sobre AUP (FAO et al., 2021) – ver **destaque na pág. 59 – (?)** revisitamos definições e tipologias (ver capítulo 1)

2 As categorias de tendências identificadas no capítulo 10 da edição 2001 de Smit et al. estão em negrito.

3 Para saber mais sobre isso, veja a edição 27 da Revista de Agricultura Urbana.

4 Para saber mais sobre isso, veja a edição 31 da Revista de Agricultura Urbana.

Maiores informações

- FAO, RUAF and Rikolto. (2021). Urban and Peri-Urban Agriculture Sourcebook – from Production to Food Systems. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Gorgolewski, M., Komisar, J., & Nasr, J. (2011). Carrot City: Creating Places for Urban Agriculture. New York: The Monacelli Press.
- Nasr, J. (2021). Allotments, community gardens and their cousins: An increasingly mixed family of communal garden spaces and practices. In Urban Open Space+: Strategies in between Architecture and Open Space Planning, ed. C. Mees. Berlin: Jovis Verlag.
- Smit, J., Ratta, A., & Nasr, J. (1996). Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities. United Nations Development Programme, Publication Series for Habitat II: Vol. 1. New York: UNDP.
- <http://urban.agroeco.org/wp-content/uploads/2015/12/UNDP-Urban-Agriculture-Part-one-1.pdf>
- Smit, J., Nasr, J., & Ratta, A. (2001). Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities. 2nd edition. New York: UNDP. <http://www.jacsmit.com/book.htm>

Investir na inovação do sistema agroalimentar nas áreas urbano-regionais: quais são as oportunidades?

Gordon Prain

Há boas evidências sobre a abundância de terras agrícolas dentro de aglomerados urbanos e em seu entorno imediato e que um número significativo de moradores da cidade está usando essa terra para a produção de alimentos. Com base em um documento e resumo de políticas para CoSAI (2022), este artigo posiciona a AUP e as áreas potenciais para investimentos em inovação no contexto de sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis, incluindo o ambiente alimentar, o comportamento dos consumidores, as cadeias de abastecimento de alimentos e as questões de desperdício de comida, bem como o contexto político e institucional onde ela é praticada.

A maior parte dos alimentos frescos que chegam aos centros urbanos do Sul Global vem da periferia das cidades. Porém a presença de tipos específicos de culturas e a oferta de produtos de origem animal variará espacial e sazonalmente em uma região. É amplamente reconhecido que alimentos perecíveis, mas também ricos em nutrientes, como hortaliças e laticínios, são frequentemente produzidos perto das cidades, no que é conhecido como a interface periurbana. É claro que existem outros alimentos frescos importantes, trigo e peixe são bons exemplos, que podem percorrer distâncias muito maiores para chegar aos mercados da cidade.

A interface periurbana é um espaço dinâmico e transicional no entorno das cidades. A “extremidade” rural desse espaço, onde a agricultura é uma importante fonte de renda para indivíduos e famílias, é fortemente influenciada pela cidade por meio de vínculos de mercado. A “borda interna” do periurbano é a área mais fortemente impactada pelos processos de urbanização e, juntamente com os espaços vagos dentro da própria cidade, é onde as terras agrícolas estão sendo perdidas mais rapidamente.

As terras agrícolas com risco de serem perdidas para os processos de urbanização garantem benefícios multifuncionais para a cidade. Contribuem para o sistema alimentar urbano, têm uma pegada de carbono mais baixa em comparação com as longas cadeias de abastecimento alimentar, e fornecem uma série de outros serviços ecossistêmicos que contribuem para a adaptação e mitigação das alterações climáticas, para a habitabilidade, bem como para acelerar a necessária transição das cidades para as bioeconomias circulares.

A escala e a forma de urbanização também podem agravar as crises de nutrição e saúde, com o duplo ônus da sub e supernutrição afetando especialmente os pobres. O aumento do consumo de alimentos processados com alto teor de açúcar, gordura e sal está ligado à epidemia de obesidade documentada em cidades do Sul Global. Esta crise de saúde provavelmente crescerá, já que dois terços da população global estarão urbanizados até 2050, e a maior parte dessa transformação ocorrerá no Sul Global, geralmente em cidades pequenas e médias. As favelas agora formam o principal componente do crescimento urbano no Sul Global, com pouco mais de um bilhão vivendo nessas condições em 2018.



Uma alta prioridade para os investimentos deve, portanto, ser dada a políticas e incentivos inovadores para proteger e impulsionar o uso da terra periurbana para a produção de alimentos e também proteger e estimular o acesso a terrenos nas cidades para cultivos. Essas políticas e intervenções integrariam a produção de alimentos ao planejamento urbano, não apenas em benefício de uma economia mais sustentável, mas também para melhorar a nutrição e a saúde da população nas cidades. Além de proteger melhor as terras agrícolas, os governos locais precisam ajudar a aumentar a produção por meio de serviços de consultoria e extensão agrícola aprimorados, focados em estender as épocas de cultivo com a agricultura de ambiente controlado (CEA), variedades adaptadas e maior acesso a biofertilizantes e agentes de biocontrole.

Uma segunda prioridade de investimento precisa direcionar a produção local e a comercialização de alimentos nas cidades para as práticas circulares da bioeconomia. Práticas de produção inovadoras e empreendimentos de *marketing* podem ajudar a reduzir as perdas de alimentos e recuperar resíduos orgânicos de processos de produção agrícola e animal como condicionadores de solo e composto, bem como matéria-prima para a criação de animais e insetos. Provavelmente, o maior desafio e oportunidade é aumentar o uso agrícola seguro das águas residuais ricas em nutrientes, uma vez que a competição urbana por água entre usos industriais, comerciais, agrícolas e residenciais se intensificará em muitas partes do Sul Global nos próximos anos. Inovações simples e de baixo custo estão disponíveis, envolvendo tanto o tratamento quanto as práticas de irrigação aprimoradas para reduzir os riscos à saúde, permitindo que os agricultores se beneficiem desse recurso urbano.

Como parte dos sistemas alimentares urbano-regionais, a produção agrícola urbana, periurbana e rural próxima está intimamente ligada aos sistemas de comercialização e ao consumo de alimentos nas cidades. Para ajudar a enfrentar a crise de nutrição e saúde, bem como a precariedade do emprego urbano em grande escala no setor informal de alimentos, outra alta prioridade para investimentos deve ser em inovações no mercado de alimentos que possam oferecer benefícios duplos. Os mercados de alimentos frescos podem ser reposicionados para assumir um papel de liderança na promoção de dietas mais saudáveis através da diversificação e, por exemplo, do estabelecimento de mercados verdes fortemente ligados à produção local de hortaliças saudáveis e alimentos de origem animal, da modernização para melhorar a inclusão, a acessibilidade e a higiene, e de uma recuperação dos resíduos orgânicos mais eficiente.

Os mercados também podem se tornar centros de conhecimento sobre nutrição e alimentação saudável, localizando os alimentos mais saudáveis nas prateleiras mais visíveis e acessíveis, disponibilizando informações nutricionais sobre produtos alimentícios fornecidas por profissionais locais de saúde e nutrição e estabelecendo pequenos 'cantos de aprendizado' para compartilhar informações sobre produção, conservação, processamento e preparação de alimentos. Os mercados institucionais, que fornecem alimentos para escolas, hospitais e outros ambientes organizacionais, podem ser incentivados a comprar seus suprimentos de produtores ecológicos locais, fortalecendo assim a soberania alimentar e a viabilidade econômica desses sistemas de produção. No caso das escolas, a aquisição de alimentos localmente pode ser combinada com conteúdos educacionais.

Também são necessários investimentos para tornar mais remunerador, seguro e digno o trabalho dos vendedores, em sua maioria informais, envolvidos na comercialização de alimentos no Sul Global. As inovações que devem ser estimuladas incluem escolas de negócios de produtores e fornecedores para atualizar suas habilidades empresariais no setor da alimentação, bem como o treinamento em manipulação de alimentos, nutrição aplicada e práticas de higiene.

O apoio deve incluir microcrédito e outros esquemas de financiamento envolvendo esforços do setor público e privado para melhorar o acesso a recursos e abordar as preocupações generalizadas das micro e pequenas agro-empresas sobre os riscos financeiros. Esses investimentos podem expandir o envolvimento do setor privado no armazenamento de baixo custo usando fontes alternativas de energia e em oportunidades alternativas de processamento de alimentos.

Com a disseminação massiva do acesso à telefonia celular, há muitas oportunidades de investimento em tecnologias digitais, inclusive para melhorar a comunicação entre produtores e fornecedores, distribuir benefícios de forma mais uniforme e reduzir as perdas. Com esses tipos de investimentos nos sistemas alimentares locais e regionais será possível para as autoridades municipais – em colaboração com os milhões que trabalham no setor informal de alimentos – reposicionar o próprio sistema alimentar urbano em direção a uma alimentação mais saudável e menores teores de açúcar e gordura.



A inovação política já está em andamento para um reposicionamento dos sistemas alimentares urbanos, liderada pelas mais de 200 cidades participantes do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão ¹. Por meio da colaboração com a FAO e a Fundação RUAF, elas desenvolveram uma ferramenta inovadora de monitoramento e avaliação para medir o progresso dos governos locais na implementação de sistemas alimentares e mudanças na política alimentar (Carey & Cook, 2021). Recomenda-se que a aplicação desta ferramenta pelos governos locais faça parte de todos os novos investimentos em qualquer uma das inovações indicadas acima. Isso ajudará os governos, bem como os investidores, a determinar a eficácia dos investimentos no fortalecimento da AUP e na realização de transformações urgentes no sistema alimentar das populações.

Gordon Prain é um consultor independente que aconselha sobre aspectos de resiliência e equidade dos sistemas alimentares urbanos e rurais e as dimensões institucionais e sociais da mudança agrícola, especialmente a colaboração intersectorial

¹ <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/the-milan-pact/>

Maiores informações

Este artigo é baseado no CoSAI Paper and Policy Brief #8, 'Priority Investments for Innovation in Urban and Peri-urban Agriculture (UPA) and Food Systems in the Global South'.

- Carey, J., & Cook, B. (2021). O quadro de monitoramento do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão. Um manual prático para implementação.
<https://ruaf.org/resource/milan-urban-food-policy-pactmufpp-monitoring-framework-handbook-and-resource-pack>
- Gordon, P. (2022). Priority investments for innovation in urban and peri-urban agriculture (UPA) and food systems in the Global South. Policy Brief #8 (forthcoming).
https://wle.cgiar.org/cosai/sites/default/files/P4336_CoSAI_Brief%208%20UPA_v1.pdf

Crédito das fotos: ©Gordon Prain

Agricultura em ambiente controlado e o desenvolvimento sustentável: um apelo ao investimento e à inovação

Jess Halliday

A Agricultura em Ambiente Controlado (Controlled Environment Agriculture - CEA) pode contribuir significativamente para vários aspectos do desenvolvimento sustentável quando o tipo, os sistemas e os parâmetros de controle estão bem adaptados ao contexto local – esta é a conclusão de um novo estudo da RUAFA. Há uma necessidade de inovação em políticas, tecnologia e práticas de negócios para superar as barreiras às *startups* de CEA e apoiar a sua operação bem-sucedida em países de baixa e média renda, e permitir sua expansão sustentável e equitativa.

CEA é a produção de plantas, peixes, insetos ou animais dentro de estruturas como estufas e edifícios onde parâmetros ambientais como umidade, luz, temperatura e CO₂ podem ser controlados para criar condições ideais de crescimento. Técnicas populares incluem a produção de vegetais e ervas em sistemas hidropônicos, a produção aquapônica de peixes e vegetais e, cada vez mais, o cultivo de insetos como a mosca-soldado-negra (black soldier fly - BSF).

Até o momento, a maioria das instalações de alta tecnologia da CEA está em países industrializados de alta renda, e o termo é frequentemente associado a fazendas verticais totalmente automatizadas em edifícios construídos especificamente ou em espaços reaproveitados – como armazéns em desuso, abrigos subterrâneos contra bombas, paredes de armazéns e porões, e até mesmo em barcas fluviais.

No entanto, algumas formas de CEA são adotadas com sucesso por empresários e agricultores estabelecidos em países de baixa e média renda, inclusive na África e na Ásia. Embora as técnicas de CEA usadas nesses contextos possam não ser tão tecnologicamente avançadas, elas se mostram promissoras em sua contribuição para a intensificação agrícola sustentável (sustainable agricultural intensification - SAI) devido à capacidade de otimizar insumos e produzir altos rendimentos de hortaliças, vitaminas e proteínas.

A CEA não é uma bala de prata para a segurança alimentar ou para a sustentabilidade e equidade dos sistemas agroalimentares, mas há evidências de que pode contribuir para ambos. É improvável que substitua a agricultura de campo aberto, ou torne as áreas urbanas autossuficientes em produtos frescos, mas tem, como uma forma viável de agricultura urbana, potencial para complementar a capacidade dos sistemas rurais de fornecer produtos frescos e *commodities* de nicho tanto para consumidores mais pobres quanto mais afluentes. Com maior conscientização, formas inovadoras de investimento direcionado e políticas de apoio, a aplicação das técnicas de CEA otimizadas e apropriadas para determinados contextos pode transformar os meios de subsistência, cooperar para a gestão ambiental, e contribuir para a melhoria das dietas urbanas.

Resultados do estudo

O estudo foi encomendado pelo Programa de Pesquisa CGIAR sobre Água, Terra e Ecossistemas (WLE) como parte da coleta de evidências para informar a Comissão de Intensificação Agrícola Sustentável (CoSAI). Envolveu uma revisão das práticas atuais e o potencial futuro da CEA em contextos de países de baixa e média renda por meio de uma revisão da literatura, análise de documentos e entrevistas em profundidade com 12 profissionais da CEA no Quênia, Nigéria, Índia e Sri Lanka.

Os pesquisadores identificaram várias técnicas e condições de CEA em que o investimento pode compensar, sujeitas a uma análise do contexto local tais como as condições climáticas, a estrutura de mercado, a disponibilidade de insumos e o contexto político. Esses investimentos potenciais incluem:

- estruturas e sistemas que utilizem materiais disponíveis localmente, com características estruturais para controle do ambiente de cultivo;
- estruturas verticais (multicamadas ou A-frame) para usar melhor espaços limitados e aproveitar ao máximo a luz solar natural;
- técnicas de aplicação de nutrientes que requeiram pouca movimentação artificial de água com demanda de energia;
- sistemas com “duas saídas”, que forneçam nutrição e geração de renda; e
- sistemas que utilizem resíduos como insumos.

No entanto, apesar do potencial, os aspirantes a praticantes enfrentam barreiras significativas para ingressar no setor e ser bem sucedidos, incluindo os altos custos iniciais, a falta de treinamento e de serviços de extensão personalizados, o acesso precário a insumos e serviços pós-colheita devido à falta de cadeias de valor, e a inacessibilidade às tecnologias mais recentes. Além disso, a CEA geralmente está ausente na agenda política, resultando em zoneamento e regulamentações que não a levam em conta como uma forma viável de agricultura urbana.

Recomendações

As principais recomendações para que os investidores apoiem a adoção e o desenvolvimento da CEA em países de renda baixa e média-baixa incluem:

- Financiamento inicial que inclua os custos de vida por um período inicial para evitar que os empreendedores do CEA usem os empréstimos produtivos para cobrir suas despesas diárias.
- Incubadoras de CEA dedicadas no âmbito dos programas de desenvolvimento agrícola de entidades financiadoras e ONGs, com iniciativas focando em mulheres, jovens e grupos desfavorecidos.
- Apoio ao desenvolvimento da cadeia de fornecimento de insumos e de pós-colheita para garantir que os profissionais da CEA tenham acesso a insumos e ao mercado, e para criar oportunidades econômicas adicionais.
- Apoio a organizações de profissionais de CEA para otimizar o acesso a investimentos e permitir a interação entre os praticantes; o desenvolvimento da cadeia de suprimentos e a promoção, possivelmente por meio de parcerias público-privadas, de núcleos e centros de CEA..
- Investimento em treinamento e serviços de extensão específicos às necessidades locais e atualizados regularmente.
- Pesquisas financiadas sobre tecnologias ideais para reduzir o consumo de energia, reduzir custos, desenvolver alternativas ao uso de nutrientes sintéticos e promover novas abordagens mais eficientes.
- Programas de comércio e desenvolvimento com o exterior, incluindo visitas de intercâmbio para encorajar e facilitar empresas privadas a investirem em novos mercados (de baixa e média-baixa renda) e conduzir testes de Pesquisa & Desenvolvimento nesses contextos.

Além dessas, existem várias recomendações de políticas para governos nacionais, regionais e locais visando estabelecer um ambiente propício para o setor da CEA, incluindo:

- Adoção de políticas integradas que promovam a CEA, inclusive no desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento econômico e emprego e políticas de ordenamento do território.
- Inclusão da CEA nas estruturas de planejamento local, incluindo as regulamentações de zoneamento e/ou agricultura urbana, integração no projeto espacial e códigos de construção, e desenvolvimento de infraestrutura de apoio.
- Desenvolvimento de normas e regulamentos da indústria baseados em evidências, incluindo normas sobre nutrientes para cultivo hidropônico (como referência para inspeções alfandegárias).
- Estabelecimento de um processo para obtenção de licenças para a prática da CEA (quando exigido pelos marcos regulatórios) que facilite a realização de negócios.

A Dra. Jess Halliday é Consultora Associada da Parceria Global da RUIAF sobre Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis.

Maiores informações

- Commission on Sustainable Agricultural Intensification (CoSAI): Promoting innovation for transformative change in the Global South. <https://wle.cgiar.org/cosai/>
- Halliday, J., von Kaufmann, R., & Herath, K.V. (2021). An assessment of controlled environment agriculture (CEA) in low- and lower-middle income countries in Asia and Africa, and its potential contribution to sustainable development. Colombo, Sri Lanka: Commission on Sustainable Agriculture Intensification. CGIAR Research Program on Water, Land and Ecosystems (WLE). 86p. <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/117234>
- Policy Brief: Controlled Environment Agriculture for sustainable development: A call for investment and innovation. https://wle.cgiar.org/cosai/sites/default/files/P4336_CoSAI_Brief%209%20CEA_v2.pdf

A Iniciativa *Cidades Resilientes* do CGIAR

Como parte de sua nova Estratégia de Pesquisa e Inovação para 2030, o CGIAR lançou em 2022 uma iniciativa de pesquisa global de dez anos sobre “Cidades Resilientes por meio de Sistemas Agroalimentares Urbanos e Periurbanos Sustentáveis”. Trata-se de uma resposta à demanda crescente e urgente das partes interessadas por apoio científico e de pesquisa para enfrentar os desafios e oportunidades do sistema alimentar diante da rápida urbanização em toda a área de atuação do CGIAR.

A iniciativa irá basear-se em mais de vinte anos de pesquisas dos centros e programas do CGIAR em vários componentes-chave dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos, inclusive por meio das iniciativas Urban Harvest (2000-2010) e da Water, Land and Ecosystems – WLE (2012-2021, em que dois parceiros da RUAF – IWMI e Hivos, colaboraram), e do programa de pesquisa Agricultura para Nutrição e Saúde (2012-2021). A nova iniciativa aborda os sistemas alimentares urbanos como parte de sistemas urbanos maiores e busca entender e ajudar a influenciar a forma como a urbanização molda o sistema alimentar em níveis local e global.

Para fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos para melhor fornecer dietas saudáveis, oportunidades de trabalho e ambientes saudáveis para os pobres, a iniciativa irá apoiar a pesquisa e a inovação em cinco pontos de entrada:

- Tornar a produção urbana e periurbana de alimentos mais eficiente, segura e sustentável, melhorando o acesso dos pequenos agricultores a melhores tecnologias, práticas, serviços e ambientes de produção;
- Melhorar os mercados informais de alimentos urbanos e as cadeias de abastecimento rural-urbanas por meio do acesso a tecnologias apropriadas (armazenamento, processamento) e serviços de apoio ao desenvolvimento

e serviços de apoio aos negócios que fortaleçam as oportunidades econômicas para mulheres e jovens;

- Melhorar os ambientes alimentares urbanos e criar demanda e acesso a dietas mais saudáveis para os pobres urbanos para combater a crescente epidemia dupla de supernutrição e desnutrição, e doenças não transmissíveis relacionadas à dieta (DNTs);
- Apoiar inovações impulsionadas por parcerias público-privadas para uma bioeconomia circular, transformando resíduos alimentares urbanos e águas residuais em recursos seguros e eficientes para a produção de alimentos; e
- Desenvolver capacidades e ferramentas de pesquisa aprimoradas para apoiar a governança, além de serviços de inovação e planejamento de investimentos para o crescimento sustentável do setor agroalimentar.

A chave para o sucesso serão as parcerias com setores de pesquisa e inovação de universidades, setor privado e sociedade civil, bem como com parceiros locais, redes regionais e globais de cidades e governos nacionais.

Os países prioritários durante os primeiros três anos incluem Bangladesh, Etiópia, Gana, Quênia, Filipinas e Peru, além de outros países onde há pesquisas do CGIAR em andamento.

A RUAF é parceira neste projeto e, em nível global, a iniciativa trabalhará em estreita colaboração com a RUAF, FAO Green Cities e MUFPP, entre outros.

No atual contexto de integração institucional do CGIAR, a nova iniciativa será capaz de aproveitar conhecimentos, tecnologias e metodologias de todos os seus centros e programas com o objetivo de buscar uma abordagem de sistema agroalimentar integrada e atuar de modo mais efetivo com colaboradores e demais partes interessadas.

A Agroecologia Urbana como um caminho para a Agricultura Urbana?

Henk Renting

René van Veenhuizen

A agroecologia é um conceito dinâmico e inspirador que ganhou destaque nos discursos científicos, agrícolas e políticos nos últimos anos. É cada vez mais considerada uma abordagem promissora que pode contribuir para transformar os sistemas alimentares, aplicando princípios ecológicos à agricultura e garantindo o uso regenerativo dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, ao mesmo tempo em que aborda a necessidade de sistemas alimentares socialmente justos, dentro dos quais as pessoas possam escolher o que fazer, o que comer e como e onde sua comida foi produzida.

No entanto, agroecologia não é um conceito direto e sua interpretação mais satisfatória é contestada. A definição mais comumente usada de agroecologia é “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao projeto e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (Altieri, 1995). Além disso, o conceito de agroecologia evoluiu tanto como disciplina científica quanto por meio de práticas dos agricultores que preservam a resiliência e a sustentabilidade ecológica, socioeconômica e cultural dos sistemas alimentares e, adicionalmente, como um movimento social de baixo para cima de agricultores e outros praticantes em todo o mundo que definiram coletivamente quais são os principais princípios da agroecologia.

Embora a agroecologia esteja na agenda política há um tempo considerável, foi nos últimos 5 a 10 anos que ela recebeu cada vez mais atenção como uma abordagem promissora na transformação dos sistemas alimentares.

Nesse sentido, o debate sobre a agroecologia foi ampliado de várias maneiras. Em primeiro lugar, a partir de um conceito fortemente centrado no rural, associado a movimentos populares de pequenos agricultores e camponeses, a agroecologia passou a ser mencionada em várias publicações de alto nível e em debates internacionais (ver, por exemplo, HLPE, 2019 e os 10 ou 13 princípios publicados pela FAO e SDC ¹). Essas estruturas enfatizam sua contribuição potencial para a transição para sistemas alimentares resilientes e a importância da integração, diversificação, construção de incidência e engajamento das partes interessadas.

A Agroecologia Urbana tornou-se assim claramente um tema-chave nos debates sobre o futuro da agricultura e dos sistemas alimentares sustentáveis ².

Em segundo lugar, a abordagem agroecológica tem ganhado gradualmente atenção nos debates sobre agricultura urbana e planejamento urbano. A ideia de agroecologia urbana, conforme apresentada na já citada [Revista de Agricultura Urbana n# 33](#), tem recebido muito apoio, mas é evidente que ainda há muito a ser feito para realmente conectar as áreas do desenvolvimento urbano, da agricultura e da agroecologia.

A observação de Pothukuchi e Kaufman (2000) de que “o sistema alimentar é um estranho para o campo do planejamento urbano” ainda é amplamente verdadeira, mesmo vinte anos depois.

Embora haja uma referência considerável à agroecologia urbana, as áreas políticas do planejamento urbano e do desenvolvimento de agricultura urbana sustentável permanecem fragmentadas e amplamente desconectadas.

Permanece aberto à discussão como a agroecologia política deve ser interpretada e quais mudanças nos sistemas estão envolvidas. Além disso, a agroecologia e outras abordagens regenerativas permanecem contestadas e ainda são vistas por muitos como “alternativas” e, às vezes, em oposição direta à agricultura convencional. Além disso, as políticas agrícolas dominantes – que carecem de compreensão do valor agregado ou os cálculos de custo real – ainda colocam várias barreiras à agroecologia.

É preciso ser mais abrangente, encontrar conexões e estabelecer caminhos concretos para o avanço da agroecologia urbana. Um bloco interessante dessa construção foi desenvolvido pela *The Global Alliance of the Future of Food* (GAFF), que avaliou criticamente a viabilidade, lucratividade, escalabilidade e as evidências disponíveis para abordagens agroecológicas. Este compêndio GAFF 3 fornece *insights* sobre as evidências e os conhecimentos disponíveis e “aborda as narrativas e questões que prejudicam a ação e enganam o público sobre o que é ou não é possível”. Uma grande lição presente nele é que “as evidências em apoio à agroecologia, às abordagens regenerativas e a formas de alimentação tradicionais sobrevivem em um campo de batalha – um dos muitos envolvendo conhecimento e poder”.

A publicação GAFF avalia essas evidências com base em cinco questões: se a agroecologia (e estruturas semelhantes) pode: alimentar o mundo; como alcançar escala; como apoiar meios de subsistência significativos; como resolver as crises do clima, da biodiversidade e do solo; e qual papel tem a agroecologia na transformação dos sistemas alimentares.

Fazer justiça a esse trabalho minucioso ultrapassaria o espaço disponível aqui, mas vale a pena explorar os seguintes aspectos promissores:

- Medir o desempenho e a resiliência através de um conjunto de critérios e sistemas para mostrar os benefícios multifuncionais da abordagem agroecológica.
- O aumento bem sucedido na escala da agroecologia já está acontecendo agora. Os movimentos sociais são forças-chave para a mudança e as abordagens participativas e multiatorais são cruciais.
- Essas abordagens geram níveis mais altos de estabilidade de renda e emprego do que outras formas de produção – e sem depender de subsídios ou medidas de incentivo.
- Problemas sistêmicos requerem soluções sistêmicas. O dinamismo e a capacidade inerente da agroecologia, das abordagens regenerativas e dos alimentos tradicionais aumentam a resiliência climática e ecológica.
- A transformação do sistema alimentar está fortemente ligada ao desafio colocados por estruturas profundas do *status quo*. Isso abre a discussão em torno da soberania e da incidência alimentares, destacando as maneiras pelas quais a governança, em todos os níveis, desempenha um papel crítico na aceleração ou no impedimento das transições agroecológicas.

A agroecologia urbana fornece uma estrutura interessante para melhor entender e projetar sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis. É muito importante explorar ainda mais os seus impactos e potenciais em cidades ao redor do mundo e documentar as experiências concretas para colocar a agroecologia urbana no lugar que merece.

Henk Renting é pesquisador-professor de Sistemas Alimentares Urbanos na Universidade de Ciências Aplicadas AERES em Almere, Holanda. De 2013 a 2018 esteve ligado à Fundação RUAF como Gestor de Programas.

René van Veenhuizen é Gerente Sênior de Programas na Hivos e Coordenador do Secretariado da RUAF.

1 <https://www.agroecology-europe.org/our-approach/principles>

2 Para mais informações, ver *Revista de Agricultura Urbana* no. 33

3 <https://story.futureoffood.org/the-politics-of-knowledge/>

Maiores informações

- Altieri, M.A. (1995). *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture*. Boulder CO: Westview Press.
- European Association for Agroecology:
<https://www.agroecology-europe.org/our-approach/principles/>
- HLPE. (2019). Report no.14. Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome.
<https://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>
- Pothukuchi, K., & Kaufman, J.L. (2000). The Food System, *Journal of the American Planning Association*, 66:2, 113-124.
<https://doi.org/10.1080/01944360008976093>
- The GAFF compendium.
<https://story.futureoffood.org/the-politics-of-knowledge>

O livro de referência da agricultura urbana e periurbana: da produção aos sistemas alimentares

Calcula-se que a população global alcance 9,7 bilhões em 2050, 70% dos quais viverão em áreas urbanas.

Esse rápido processo de urbanização e o crescimento populacional levarão diretamente ao aumento do número de pessoas para se alimentar nas cidades, enquanto indiretamente levará ao aumento de dietas não saudáveis e consequentes problemas de saúde, como sobrepeso, obesidade e doenças relacionadas à dieta. Ao mesmo tempo, a população que sofre de insegurança alimentar e desnutrição vem crescendo.

Atualmente, mais de 700 milhões de pessoas estão passando por insegurança alimentar grave, a maioria localizada na África Subsaariana e no sul da Ásia.

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é cada vez mais reconhecida como um componente-chave da construção da resiliência dos sistemas alimentares locais, pois diversifica as cadeias de valor, reforça a subsistência dos moradores das cidades e traz múltiplos benefícios para o desenvolvimento urbano sustentável por meio da alimentação local, produção dos alimentos mais próxima e cadeias de abastecimento mais curtas.

As crescentes pesquisas e o aumento da conscientização sobre a variedade de sistemas e práticas de produção em muitas cidades e regiões estão trazendo à tona as contribuições significativas da AUP, especialmente frente a crises como a pandemia do COVID-19.

Recentemente FAO, Rikolto e RUAF – com a importante contribuição da Ryerson University – lançaram a publicação “Urban and peri-urban Agriculture sourcebook: from production to food systems”.

A obra cataloga, organiza e analisa várias tipologias, casos e exemplos de AUP existentes em nível global. O objetivo é estabelecer as principais lições e fornecer orientação para uma gama diversificada de atores envolvidos nos sistemas alimentares locais, particularmente tomadores de decisão, planejadores e profissionais responsáveis pelo planejamento e implementação de esquemas de AUP.



Guido Santini,
FAO
guido.santini@fao.org

Por que a agroecologia urbana precisa de um urbanismo agroecológico

C.M.Deh-Tor

'E se solidariedade, aprendizado mútuo, trocas interspécies (mais do que só entre humanos), preservação ambiental, soberania alimentar e os recursos das pessoas forem as bases de um novo paradigma para a urbanização? Como o design urbano, os regimes de propriedades, a provisão de alimentos, os serviços coletivos e todo o conjunto de planejamento e acordos sociotécnicos mudariam se fossem informados pela agroecologia urbana? Como podemos começar a transformar radicalmente as paisagens urbanas que desviam os alimentos e deslocaram sistematicamente para longe a produção de alimentos, e recuperar as práticas históricas de cultivo de alimentos e imaginar novos arranjos urbanos? '(C.M. Deh-Tor, 2017)."

Há quatro anos, este parágrafo abriu nosso pedido por um fórum dedicado ao urbanismo agroecológico, publicado na edição temática da [Revista de Agricultura Urbana nº 33](#), sobre agroecologia urbana (Ruaf, 2017). Nosso apelo foi por examinar-se explicitamente o poder transformador da agroecologia política e como isso poderia ser mobilizado para remodelar padrões urbanos dominantes, enquanto reconhecendo que o movimento da agroecologia não é urbano em sua origem.

Hoje, ainda mantemos a nossa posição de que um sistema alimentar urbano justo, saudável, ecológico e resiliente não é possível no contexto da urbanização como a conhecemos atualmente: um sistema alimentar sustentável exigirá um tipo diferente de cidade, diferente do tipo que tem sido produzido pela urbanização capitalista. É por isso que não concordamos com o entusiasmo não qualificado pela agricultura urbana.

A agricultura urbana tem o mérito de quebrar a divisão entre cidade e campo, reintroduzindo a produção de alimentos em um mundo urbano dominado pelos interesses do consumo. Porém, muitas visões da agricultura urbana deixam intocada a discussão sobre como as cidades são organizadas enquanto buscam encontrar soluções como plantar em telhados, em terrenos degradados, em espaços públicas, em fachadas etc., sem considerar *como* o alimento é cultivado, *por quem* e *para quem*.

Ao exigir uma agroecologia urbana e política, buscamos a valorização mais explícita de práticas de cultivo que promovam a conservação do solo, a justiça social e os cuidados com as formas de vida além dos seres humanos, cultivando as sementes de maneiras alternativas de se moldarem interdependências nos contextos urbanos.

Nosso chamado foi para irmos além de uma simples perspectiva de 'alimento na cidade' e moldarmos os urbanismos alternativos longe do atual *status quo* urbano. Nos quatro anos que se passaram desde que escrevemos esse artigo, tivemos oportunidade de liderar o projeto "Urbanizando no Local", financiado pela Urban Europe and Belmont Forum (urbanisinginplace.org), que teve como objetivo conhecer a atividade dos produtores periurbanos de modo a ajudá-los a exercerem plenamente seu papel de cuidadores de recursos críticos para a população, como alimentos, solo, água e energia.

O projeto envolveu ativamente na conversa a comunidade do planejamento alimentar sustentável e do movimento da agroecologia política.

O seu desdobramento evidenciou que, apesar das várias discussões sobre os vínculos rurais-urbanos, das muitas iniciativas que apoiam modelos curtos da cadeia alimentar, e do enquadramento do planejamento alimentar numa perspectiva mais regional, as políticas de alimentos urbanos – com algumas exceções notáveis – não incluem significativamente os produtores de alimentos, nem chegam a desafiar os mecanismos de urbanização que continuam a despejar e marginalizar os agricultores nas áreas periurbanas.

Isso nos convenceu da necessidade de argumentar mais do que nunca pelo componente do 'urbanismo' incluído no conceito de urbanismo agroecológico, que aposta em um mundo que não esteja em desacordo com os princípios da agroecologia, mas construído sobre eles.

As políticas de desenvolvimento urbano pregam a conservação da terra, mas os novos projetos continuam a eliminar continuamente as terras férteis. Os interesses habitacionais, em particular, prevalecem sobre a agricultura na elaboração das políticas urbanas.

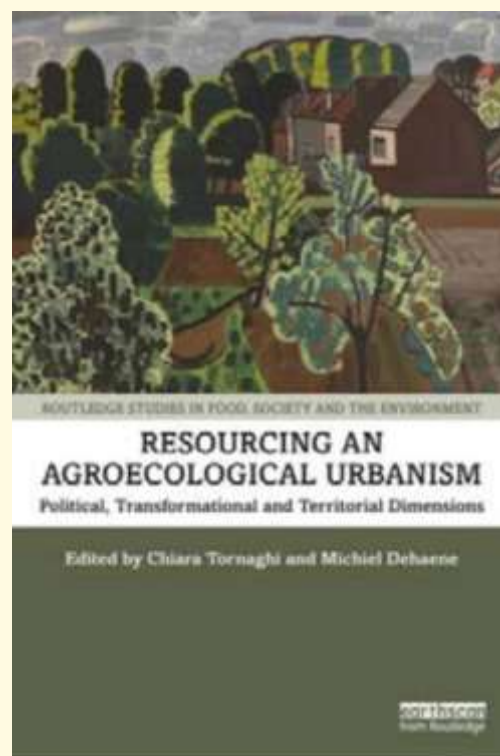
Pior, a construção em terras baratas, geralmente terras agrícolas, continua a desempenhar um papel fundamental nos projetos de moradias populares. As tentativas mal orientadas de combater a expansão urbana, considerando o campo como espaço sem pessoas, mais apropriado para fins recreativos, fazem parte do problema, e não da solução, pois tais políticas reduzem a possibilidade de os agricultores viverem perto de onde poderiam produzir e comercializar os produtos..

Os objetivos de projetos de conservação ambiental (preservação da biodiversidade, reflorestamento etc.) muitas vezes são aplicados em terras agrícolas e contribuem para uma geografia segregada de terras aráveis trancadas entre corredores verdes e azuis e ilhas de biodiversidade. Em todos esses padrões, vemos a continuação de fortes divisões geográficas e mentais que são reproduzidas na maneira como as políticas de planejamento são divididas setorialmente entre políticas de agricultura e habitacionais e também na divisão econômica entre produtores e consumidores.

A questão de “como viver juntos” – ou a “questão urbana”, se você preferir – precisa ser colocada de maneira diferente, pondo-se a mesma ênfase em 'Viver' e em 'Juntos'. Através do projeto “Urbanizando no Local”, trabalhamos com comunidades de prática reais, em Londres, Rosário, Bruxelas e Riga, em torno da agroecologia num contexto de política alimentar.

Tentamos sistematizar as idéias deste trabalho em oito blocos de construção necessários para se alcançar o urbanismo agroecológico (Dehaene & Tornaghi, 2021).

Esses blocos de construção tentam mapear questões compartilhadas na interseção do planejamento de alimentos e da agroecologia política. Eles não se destinam a compor um livro de receitas, mas um conjunto de lentes através das quais estruturar o trabalho político necessário para a rearticulação e transformação da política alimentar urbana como um elemento -chave na criação de um sistema de alimentos urbanos agroecológicos, justos e ecologicamente sustentáveis .



Esses blocos se propuseram a fundamentar a importância simultânea das frentes urbanas e rurais e a construir a solidariedade necessária entre produtores agroecológicos e consumidores urbanos. Os blocos de construção tentam isso:

- **Construindo relações entre o que acontece dentro e fora do local de produção.** Isso é especialmente pertinente para os agricultores que trabalham em terras agrícolas altamente fragmentadas, onde as relações precisam ser construídas no nível da proximidade, à luz dos ciclos de nutrientes, mas também para lidar com a logística das complexas cadeias urbanas de suprimento alimentar.
- **Abordando questões de acesso à terra, a treinamento e ao mercado.** Aqui trabalhamos em direção a um apoio mais integrado para os agricultores, inclusive através de políticas e iniciativas em torno dessas várias necessidades.
- **Destacando o potencial das terras agrícolas de propriedade pública,** como oportunidade para as autoridades urbanas terem uma posição dentro de um território que vai além de seus limites administrativos, e participar da construção de um novo mapa de uso das terras urbanas e periurbanas no qual a agricultura é ativamente promovida.
- **Revedo sistematicamente as políticas públicas urbanas** de uma perspectiva agroecológica, pesquisando as várias áreas de políticas públicas locais com o objetivo de remover obstáculos e criar um ambiente favorável para a produção agroecológica de alimentos. Isso inclui medidas relacionadas à reciclagem e compostagem de resíduos orgânicos, ao desenvolvimento potencial de um banco de sementes municipais, à proibição do uso de agroquímicos dentro e em torno de áreas urbanas, à gestão de cinturões verdes e de áreas agrícolas urbanas maiores, e a medidas mais convencionais envolvendo compras públicas – como as compras institucionais.
- **Investigando as iniciativas comunitárias na interseção entre produção e consumo** de alimentos que incorporam os princípios sociais da agroecologia (ou seja, justiça social, respeito pela diversidade cultural, economias de solidariedade, anti-patriarcado, soberania alimentar) com um foco específico em explorar como elas desenvolvem infraestruturas na vizinhança e promovem mudanças na valorização dos alimentos por parte dos consumidores urbanos. Isso inclui, por exemplo, cozinhas comunitárias, centros de comercialização de produtos locais e ações de pedagogia política liderada pela comunidade.

Os oito blocos de construção serão disponibilizados online no segundo semestre de 2022, no encerramento do projeto “Urbanizando no Local”.

C.M.Deh-Tor is a collective pen name for critical urban scholars Chiara Tornaghi (Coventry University, UK) and Michiel Dehaene (Ghent University, Belgium). M.DehTor@gmail.com

Maiores informações

- C.M. Deh-Tor. (2017). “From Agriculture in the City to an Agroecological Urbanism: The transformative pathway of urban (political) agroecology” in RUAF Urban Agriculture Magazine, special issue on Urban Agroecology. RUAF, No. 33, pp. 8-10.
- Dehaene, M., & Tornaghi, C. (2021). CONCLUSIONS. The programmatic dimension of an agroecological urbanism. In C. Tornaghi, & M. Dehaene (Eds.), *Resourcing an agroecological urbanism: political, transformational and territorial dimensions*. London: Routledge, 2021, pp. 220-228. <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9780429433566/resourcing-agroecological-urbanism-chiara-tornaghi-michiel-dehaene>
- RUAF. (2017) *Urban Agriculture Magazine* n#. 33 (ou em português: *Revista de Agricultura Urbana* no. 33)

Precisamos conversar sobre os solos urbanos

Dionysios Toulitos

Joy Carey

"Boa comida, água segura, corpos saudáveis, biodiversidade florescente, comunidades prósperas, um planeta em equilíbrio: esses são os dons que recebemos todos os dias dos solos vivos". (Miche Fabre Lewin, Touchstone Collaborations, Bristol, 2015)

Durante séculos, as terras dentro e ao redor das cidades forneceram possibilidades para a agricultura urbana e periurbana (AUP). A AUP é praticada em uma diversidade fascinante de maneiras e escalas na maioria das cidades em todo o mundo. Numerosos trabalhos de pesquisa, estudos de caso e artigos citam exemplos de AUP, estabelecem evidências de seus benefícios sociais, econômicos, ambientais e multifuncionais, e exigem mais apoio das políticas urbanas para podermos colher os frutos dessa multifuncionalidade como um meio para reforçar a resiliência futura.

Não se pode planejar e melhorar adequadamente os sistemas alimentares das cidades sem considerar a produção urbana de comida, a AUP, e nem se pode otimizar completamente o seu potencial sem considerar a disponibilidade da terra e a qualidade do seu solo.

No entanto, atualmente há apenas uma atenção estratégica muito limitada para a saúde dos solos urbanos. A maioria das estratégias alimentares menciona o valor da AUP e a necessidade de acesso à terra, mas deixa de mencionar a importância de cuidar da vida dos solos. Embora as modernas abordagens de alta tecnologia da AUP, como a agricultura vertical e em ambiente controlado, possam ajudar na conservação do solo, poupando-o do cultivo (Muller et al., 2017), ainda é imperativo adotar maneiras de regenerar e melhorar a saúde dos solos urbanos, uma vez que o uso de fertilizantes sintéticos e de meios e materiais de cultivo insustentáveis, bem como os requisitos de energia desses sistemas, podem comprometer sua viabilidade no decorrer dos anos (Toulitos et al., 2020).



A visão ambientalista urbana usual foca geralmente na “infraestrutura verde e azul” que é mais visível acima do nível do chão, enquanto que o ecossistema do solo, embora essencial para todo o resto, permanece em grande parte não reconhecido e invisível.

Assim como a qualidade do ar e da água, as cidades devem desenvolver uma política de qualidade do solo? Terá chegado a hora de todos falarmos muito mais sobre a saúde do solo urbano?

A saúde do solo, ou sua qualidade, é a capacidade de funcionar dentro dos ecossistemas para sustentar a produtividade biológica, manter a qualidade ambiental e promover a saúde vegetal, animal e humana (Nakajima, 2020). Os solos das cidades são a base do funcionamento de ecossistemas em espaços urbanos e estão se tornando cada vez mais importantes na prestação de uma infinidade de serviços ecossistêmicos. Estes incluem a captura de carbono, a regulação climática, a reciclagem de resíduos e nutrientes, a provisão de biomassa para alimentos e materiais, a mitigação de inundações, bem como valores ligados à espiritualidade, ao senso de lugar e à estética para os moradores urbanos (O’Riordan et al., 2021).

Com o crescente reconhecimento de que as cidades sustentáveis precisam abranger genuinamente o mundo natural, as narrativas que surgem pedem uma mudança de mentalidade em torno da identidade urbana e a necessidade de reimaginar o planejamento das cidades (e de seu sistema alimentar).

Por exemplo, o 'urbanismo agroecológico' está inspirando um repensar fundamental do propósito e potencial dos centros urbanos – perguntar como eles podem se tornar geradores positivos de saúde, conexão e economia circular (por exemplo, compostagem de resíduos alimentares urbanos para recapturar nutrientes), em vez de geradores negativos de problemas de saúde e ecológicos. (Tornaghi & Dehaene, artigo UAM 33 p. 8, 2017).

Em 2015, Ano Internacional dos Solos, um grupo de pessoas da cidade de Bristol, no Reino Unido, produziu uma “Declaração do Solo Urbano” ¹, possivelmente a primeira do mundo. Isso foi em parte uma resposta aos planos de se usar uma área de terra agrícola com solo de ótima qualidade dentro dos limites da cidade para introduzir melhorias no transporte público.

Embora os envolvidos tenham considerado o processo uma experiência valiosa e educativa, em última análise o seu impacto na época foi insignificante. Porém destacou o desafio de como os cidadãos podem ter uma conversa significativa com os tomadores de decisão sobre a importância de proteger e regenerar os solos urbanos.

Ao reforçar o caso por uma política de saúde do solo urbano, é útil revisar que tipos de discussões já estão acontecendo. Embora a saúde do solo seja frequentemente considerada uma alta prioridade nas comunidades de prática ligadas à agricultura urbana (Salomon et al., 2020), há um número desproporcionalmente baixo de estudos sobre a manutenção e melhoria da saúde do solo produtivo nas cidades em comparação às áreas rurais (Moskal & Berthrong , 2018).

Em vez disso, a maioria dos estudos do solo urbano se concentrou na poluição do solo e nos riscos potenciais para as populações que consomem alimentos cultivados nas cidades (Lal, 2020). Apesar disso, é questionável se esses riscos superam os múltiplos benefícios da AUP para a sociedade e as pessoas (Leake et al., 2009).

Embora aumentar a diversidade de organismos vivos do solo seja imperativo para a sua saúde e qualidade, apenas alguns estudos sobre a qualidade biológica dos solos urbanos foram realizados (Guilland et al., 2018). São necessários parâmetros claros para uma boa saúde do solo urbano (Salomon et al., 2020).

Vários estudos, usando diversos indicadores da saúde do solo, investigaram até que ponto a agricultura urbana poderia melhorar suas condições (Lewis, 2019; Santorufo et al., 2012; Tresch et al., 2018), e há algumas evidências de que a horticultura urbana pode, ao longo do tempo, influenciar a qualidade do solo por meio de técnicas de cultivo (Bretzel et al., 2018) e também melhorar os serviços ecossistêmicos fornecidos pelos solos nas cidades do Reino Unido (Dobson et al., 2021).

À luz de todas as discussões até agora, a saúde do solo urbano certamente deve ser uma preocupação crítica para as cidades – para oferecer uma nutrição e segurança alimentar de boa qualidade, além de contribuir para a gestão das mudanças climáticas e seus efeitos.

Pode-se então perguntar:

- O que aconteceria se as cidades decidissem incluir os solos urbanos em suas estratégias para lidar com as mudanças climáticas?
- Quais podem ser os benefícios para uma cidade ao incluir considerações sobre a saúde do solo no planejamento estratégico de seu sistema alimentar?
- Se a saúde do solo urbano tivesse sua própria política, no que isso poderia implicar?

Reunindo vários aspectos do trabalho já realizado nesta área, uma política ou estratégia de saúde do solo poderá incluir os seguintes elementos.

- Mapear os terrenos disponíveis
- Avaliar a qualidade do solo e os tipos de remediação necessários
- Definir indicadores-chave da saúde do solo urbano
- Aumentar a recuperação de nutrientes dos resíduos da cidade, incluindo a compostagem
- Dotar os produtores urbanos de conhecimento sobre a saúde do solo e experiências práticas
- Permitir que os cidadãos façam composto de boa qualidade em quintais, jardins e loteamentos
- Fornecer suporte técnico e monitoramento das melhorias na saúde do solo
- Apoiar planos estratégicos de melhoria da saúde do solo para áreas específicas da cidade
- Promover práticas alternativas seguras ao uso de pesticidas, herbicidas e fungicidas nocivos
- Auditar as melhorias em toda a cidade ao longo do tempo
- Reunir cientistas e partes interessadas do sistema alimentar para integrar experiências e trocar conhecimentos e desenvolver novas iniciativas.

Ao levar esse debate um passo adiante, gostaríamos de pedir às cidades que comecem a discutir a saúde do solo em seus processos de planejamento de sistemas alimentares nesta próxima década crítica e coloquem três importantes questões iniciais para essas novas conversações:

- Já entendemos e aproveitamos todo o potencial multifuncional da AUP?
- Que outras pesquisas (de ação) aumentariam nossa compreensão e permitiriam às cidades colher mais desses benefícios multifuncionais, especialmente os ambientais?
- Existe necessidade de as cidades criarem políticas/estratégias especificamente sobre a qualidade e a saúde do solo que sejam integradas em estratégias mais amplas do sistema alimentar da mesma forma e cuidado que uma cidade considera a qualidade da água ou do ar?

A RUAF se interessa muito em ouvir as cidades que já estão abordando a saúde do solo ou que desejam fazê-lo. Acreditamos que pode haver uma nova colaboração produtiva em torno dessas questões.

Dionysios Toulaitos is an agronomist at the Centre for Agroecology, Water and Resilience, Coventry University, working on pathways to phase out contentious inputs from organic horticulture. ad4895@coventry.ac.uk

Joy Carey is a Senior Programme Associate of RUAF based in Bristol, UK working on sustainable food system planning and cities. j.carey@ruaf.org

1 Bristol's first draft of our first city Declaration for Soils: <https://www.arc2020.eu/wp-content/uploads/2016/05/BristolDeclaration-for-Soil-2015.pdf>

O uso sustentável da terra: a segurança alimentar começa no solo

“Precisamos agir agora e precisamos agir em solidariedade global.”

Cem Özdemir, Ministro Federal Alemão de Alimentação e Agricultura)

Em 28 de janeiro de 2022, 68 ministros da agricultura de todo o mundo concordaram na 14ª Conferência de Ministros da Agricultura de Berlim – parte do Fórum Global para Alimentação e Agricultura (GFFA) – para adotar metas ambiciosas visando proteger os solos do planeta.

Concordando em respeitar o conteúdo do comunicado final, o primeiro do gênero, os ministros estabeleceram metas ambiciosas e demonstraram dedicação em intensificar os esforços para conter a degradação do solo. “Enfatizamos que solos saudáveis são fundamentais para combater os desafios globais de nossos tempos, em particular a produção de alimentos nutritivos e seguros suficientes, a adaptação e mitigação das mudanças climáticas e a interrupção e reversão da perda de biodiversidade. Ressaltamos também a importância de garantir uma abordagem holística, incluindo conjuntamente as questões ambientais, econômicas e sociais. Sublinhamos que o uso sustentável da terra por todos os setores e o manejo sustentável do solo são cruciais para a contribuição da agricultura para todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.”

Entre os pontos-chave, é importante destacar:

- Os solos devem ser protegidos.
- Progressos devem ser feitos visando à mitigação das mudanças climáticas e à adaptação ao clima.
- A biodiversidade do solo é vital para a sua fertilidade.
- Como os recursos terrestres globais são limitados, eles precisam ser gerenciados de forma sustentável.
- Deve ser garantido o acesso justo e baseado em direitos às terras agrícolas.
- Os investimentos em pesquisa, seleção de animais, inovação e informática podem desempenhar um papel significativo para tornar a utilização do solo mais sustentável.
- Sistemas alimentares resilientes e sustentáveis devem ser apoiados.

Este comunicado foi apresentado aos líderes de quatro organizações internacionais: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD); Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS); e a Assembleia Plenária da Parceria Global do Solo (GSP).

Maiores informações

- Para baixar o Comunicado:
https://www.bmel.de/SharedDocs/Downloads/DE/Broschueren/gffa-2022-kommuniquen.pdf?__blob=publicationFile&v=5
- Sumário:
<https://www.gffa-berlin.de/en/berliner-agrarministerkonferenz-2>

Maiores informações

- Bretzel, F., Caudai, C., Tassi, E., Rosellini, I., Scatena, M., & Pini, R. (2018). 'Culture and Horticulture: Protecting Soil Quality in Urban Gardening'. *Science of The Total Environment* 644 (December): 45–51. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2018.06.289>
- Bristol's first draft of our first city Declaration for Soils. Co-created during 'Soils of Bristol 'as part of Soil Culture at Create. 18.7.2015. <https://www.arc2020.eu/wp-content/uploads/2016/05/Bristol-Declaration-for-Soil-20151.pdf>
- Dobson, M.C., Crispo, M., Blevins, R.S., Warren, P.H., & Edmondson, J.L. (2021). 'An Assessment of Urban Horticultural Soil Quality in the United Kingdom and Its Contribution to Carbon Storage'. *Science of The Total Environment* 777 (July): 146199. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.146199>
- Guillard, C., Maron, P. A., Damas, O., & Ranjard, L. (2018). 'Biodiversity of Urban Soils for Sustainable Cities'. *Environmen - tal Chemistry Letters* 16 (4): 1267–82. <https://doi.org/10.1007/s10311-018-0751-6>
- Lal, R. 2020. 'Home Gardening and Urban Agriculture for Advan - cing Food and Nutritional Security in Response to the COVID-19 Pandemic'. *Food Security* 12 (4): 871–76. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01058-3>
- Leake, J.R., Adam-Bradford, A., & Rigby, J.E. (2009). 'Health benefits of 'grow your own' food in urban areas: implications for contaminated land risk assessment and risk management?' *Environmental Health* 8 (1): 1–6.
- Lewis, R. (2019). 'Soil Health Indicators and Sustainable Practices on Indy Urban Farms: An Investigation of Ecosystem Functionality'. Undergraduate Honors Thesis Collection, January. <https://digitalcommons.butler.edu/ugtheses/498>
- Moskal, B.T., & Berthrong, S.T. (2018). 'Novel Soil Barrier Systems Potentially Protect Urban Growing Beds from Legacy Soil Contamination and Improve Soil Health'. *Urban Agriculture & Regional Food Systems* 3 (1): 180003. <https://doi.org/10.2134/urbanag2018.06.0003>
- Muller, A., Ferré, M., Engel, S., Gattinger, A., Holzkämper, A., Huber, R., Müller, M., & Six, J. (2017). 'Can Soil-Less Crop Production Be a Sustainable Option for Soil Conservation and Future Agriculture?' *Land Use Policy* 69 (December): 102–5. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.09.014>

- Nakajima, T. (2020). 'Soil Health and Carbon Sequestration in Urban Farmland,' Chapter 7, 'Recycle based agriculture in a city'. <https://www.springerprofessional.de/en/soil-health-andcarbon-sequestration-in-urban-farmland/17456636>
- O'Riordan, R., Davies, J., Stevens, C., Quinton, J.N., & Boyko, C. (2021). 'The Ecosystem Services of Urban Soils: A Review'. *Geoderma* 395 (August): 115076. <https://doi.org/10.1016/j.geoderma.2021.115076>
- Salomon, M.J., Watts-Williams, S.J., McLaughlin, M.J., & Cavag - naro, T.R. (2020). 'Urban Soil Health: A City-Wide Survey of Chemical and Biological Properties of Urban Agriculture Soils'. *Journal of Cleaner Production* 275: 122900.
- Tornaghi, C., & Dehaene, M. (2017). 'From Agriculture in the City to an Agroecological Urbanism: The transformative pathway of urban (political) agroecology'. *Urban Agriculture Magazine Issue 33*. RUAF. <https://edepot.wur.nl/448771>
- Touliatos, D. D., Beynon-Davies, R., & McAinsh, M.R. (2020). 'Vertical Farming'. *ELS*, 1–8.
- Tresch, S., Moretti, M., Le Bayon, R., Mäder, P., Zanetta, A., Frey, D., Stehle, B., Kuhn, A., Munyangabe, A., & Fliessbach, A. (2018). 'Urban Soil Quality Assessment— A Comprehensive Case Study Dataset of Urban Garden Soils'. *Front. Environ. Sci.* 6:136. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2018.00136>
- Santorufo, L., Van Gestel, C.A.M., Rocco, A., & Maisto, G. (2012). 'Soil Invertebrates as Bioindicators of Urban Soil Quality'. *Environmental Pollution, Mercury in the Laurentian Great Lakes Region*, 161 (February): 57–63. <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2011.09.04>

Resíduos urbanos e agricultura: ganham todos, agricultores e moradores da cidade?

Pay Drechse

As cidades constituem grandes centros de consumo que geram montanhas de resíduos orgânicos e águas residuais com alto potencial de recuperação de recursos. A reutilização de resíduos das cidades sempre foi descrita como um benefício-chave da agricultura urbana (Smit et al., 1996). As atividades de reutilização variam desde o uso de águas residuais, e a “mineração” em aterros sanitários e lixões até a compostagem de resíduos da comunidade e o uso generalizado do estrume disponível. Embora o benefício para os agricultores seja óbvio (caso contrário, eles não procurariam o recurso), o benefício em termos de redução de resíduos para a cidade dependerá da capacidade de absorção da agricultura, ou seja, da escala em que ela pode ser usada e, também, da sua qualidade, uma vez que a sua utilização é frequentemente questionada devido aos riscos para a saúde associados, por exemplo, ao uso de águas servidas na irrigação de hortaliças. Em outras palavras, a relação não é simples nem direta.

A coleta de resíduos urbanos, dos quais os resíduos orgânicos ou alimentares geralmente constituem mais de 50% nos países de baixa e média renda, constitui um fardo significativo para a gestão da limpeza urbana, consumindo grande parte do orçamento municipal com resultado sempre insuficiente.

O mesmo se aplica ao saneamento, ou seja, à gestão das águas residuais, onde o lodo de esgoto constitui na verdade o produto final da cadeia alimentar.



Neste contexto, a recuperação e reutilização de recursos (RRR) tem sido frequentemente defendida como uma situação vantajosa para todos, apoiando os agricultores em extrema necessidade de nutrientes ou de água para as suas culturas, reduzindo os volumes de resíduos descartados ou oferecendo oportunidades para investimentos do setor privado na gestão de resíduos, o que poderia, em última análise, melhorar o desempenho geral do setor.

No entanto, será essa melhoria uma ilusão? Como os orçamentos públicos são apertados e as receitas para a gestão do lixo (taxas) geralmente muito limitadas, as autoridades hesitam em investir em novos empreendimentos onde não podem recuperar pelo menos seus próprios custos. De fato, a recuperação total do custo operacional, em uma análise de 13 usinas municipais de compostagem no Sri Lanka, parecia difícil, variando amplamente de apenas 3% a 106%, devido a estratégias de penetração no mercado de composto mal desenvolvidas e à falta de parcerias relacionadas como principais deficiências (Fernando et al., 2014).

Situação semelhante é encontrada no setor de saneamento. Na Índia, a porcentagem dos custos operacionais recuperados no tratamento e compostagem do lodo fecal (FS) com a venda de composto FS variou de 6% a 215%, e raramente chegou a 100%, embora não se incluísse a economia nos custos com o descarte seguro, graças à redução do volume de resíduos pela compostagem (Rao et al., 2020).

Para enfrentar esse desafio, na última década a pesquisa passou das soluções técnicas para focar na modelagem de negócios ligando os setores de saneamento, resíduos sólidos e agricultura (Otoo & Drechsel, 2018). A maioria das experiências práticas está relacionada à compostagem de resíduos orgânicos municipais, ou co-compostagem com lodo fecal, que resulta em um fertilizante orgânico seguro e rico em nutrientes (Cofie et al., 2016), que em muitos países passou a ser implementado por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) operando na escala de subúrbios ou áreas maiores da cidade.

Embora esses esforços apoiem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12.5, um segundo impulso para pesquisas visa à reutilização segura de águas residuais (ODS 6.3). O foco aqui é menos na promoção de uma nova reutilização segura, porém na realidade mais comum da reutilização de águas residuais, diluídas ou brutas, e raramente tratadas na agricultura informal, tanto dentro quanto a jusante das cidades. Como a área afetada por essa prática soma milhões de hectares, bem maior, globalmente, do que os esquemas de reutilização segura, planejados, usando águas residuais tratadas com segurança (Drechsel et al., 2022), a ênfase tem sido na transição de reutilização insegura para segura, área onde o International Water Management Institute (IWMI), parceiro da RUAF, trabalhou em estreita colaboração com a OMS e a FAO.

Apesar de algum investimento em tratamento de águas residuais, especialmente em economias emergentes, o tratamento de águas residuais na maioria dos países de baixa renda permanece muito baixo para evitar riscos graves para a saúde de agricultores e consumidores. A pesquisa sobre opções de 'não tratamento' para reduzir os riscos na cadeia 'da fazenda ao prato', especialmente onde hortaliças irrigadas são consumidas cruas, resultou em uma grande variedade de recomendações para agricultores, comerciantes e funcionários de cozinha (Amoah et al., 2011), que acabaram sendo promovidas por meio das diretrizes da OMS e da FAO.

Para entender até que ponto esses investimentos em recuperação de recursos e/ou reutilização segura geraram as soluções e impactos desejados e onde estão as lacunas de pesquisa restantes, as seguintes perguntas devem ser feitas e as respostas consideradas:

1. A irrigação informal com águas residuais é mais segura hoje do que antes da pesquisa relacionada iniciada há 20 anos?

Ainda não há evidências de que as práticas agrícolas e os níveis de contaminação de vegetais resultantes tenham melhorado, pelo menos na África. A adoção das diretrizes da OMS (2006) para irrigação com águas residuais seguras, que introduziu metas baseadas na saúde (em contraste com os limites de qualidade da água de irrigação) e oferece opções mais seguras de não tratamento, tem sido lenta, dada a complexidade geral das diretrizes.

Os investimentos da OMS no planejamento da segurança do saneamento ajudaram a operacionalizar partes das diretrizes, enquanto resta uma lacuna significativa relacionada às opções para mudar o comportamento das partes interessadas que têm pouco conhecimento dos riscos. Isso é importante para a adoção de medidas de redução de risco sem benefícios financeiros diretos, dado o pequeno nicho do mercado de consumidores conscientes dos riscos. A menos que essa lacuna possa ser abordada com incentivos específicos do contexto, estímulos ou *marketing* social, bem como regulamentos de apoio, as medidas de segurança oferecidas permanecerão na prateleira e os riscos à saúde do consumidor não serão reduzidos até que regulamentos mais restritivos sejam introduzidos ou novas capacidades de tratamento sejam alcançadas (Drechsel et al., 2022).

2. Podemos hoje fechar melhor o ciclo de nutrientes rural-urbano do que no passado?

Em países de baixa renda, os projetos de compostagem muitas vezes têm sido excessivamente orientados pela tecnologia, sem consideração suficiente à dinâmica do mercado, à demanda e à sustentabilidade financeira mais além de uma fase-piloto subsidiada. Hoje, a importância do pensamento empresarial, inclusive em setores tradicionalmente totalmente subsidiados, está aumentando, e temos diretrizes para estudos de viabilidade de RRR que consideram mercados de entrada e saída, finanças, tecnologia, capacidades institucionais, marcos regulatórios, riscos etc., todos eles vistos como importantes para a implementação bem-sucedida de negócios na economia circular (Otoo et al., 2016). No entanto, enquanto os resíduos são gerados todos os dias, a demanda por fertilizantes é sazonal. Assim, a capacidade de absorção de resíduos pela agricultura e, portanto, o impacto na redução dos volumes, permanecerão limitados, especialmente nas cidades maiores, com imensa geração de resíduos. Outro fator limitante são os custos de transporte do composto para abastecer os agricultores situados além das áreas mais próximas.

3. Quais negócios de RRR têm alto potencial de recuperação de custos e de crescimento?

A resposta para isso é específica de cada caso e contexto (Diener et al., 2014). Depende de fatores como a capacidade de entrar em um mercado competitivo (qualidade e preço do produto), ou o ambiente regulatório, que pode subsidiar os fertilizantes químicos e as economias de escala.

Em suma, depende de valores, do mercado e de ambiente propício. Empiricamente, os resultados mais promissores para a recuperação de custos dizem respeito à recuperação de energia, seguida da recuperação de nutrientes e, muito menos, ao reuso da água na agricultura irrigada.

Como a água em muitos países é altamente subsidiada, e a água de irrigação é muito barata e muitas vezes gratuita, cobrar dos agricultores nesse contexto por águas residuais recuperadas será um desafio, se não impossível. Como consequência, muitos modelos de reutilização de águas residuais são em grande parte modelos sociais, que são economicamente fortes, mas fracos em termos de sustentabilidade financeira, a menos que os benefícios sociais sejam internalizados nas contas.

A recuperação de custos pode ser muito mais promissora se as águas residuais passarem por um tratamento avançado e puderem ser vendidas para indústrias locais para usos como refrigeração, geração de energia ou ar condicionado, ou trocadas por água doce em trocas rural-urbanas, onde o setor urbano pagará pela infraestrutura necessária para bombear as águas residuais para os agricultores e trazer a água doce para a cidade (Otoo & Drechsel, 2018). Existem outros sistemas baseados em reuso que também se enquadram em contexto técnico menos sofisticado e podem cobrir custos operacionais, como na produção de peixes ou de ração para eles (Amoah et al., 2021).

4. Quão realista é a suposição de que as empresas RRR podem subsidiar outras partes da cadeia de serviços de resíduos ou saneamento?

Uma análise no Sri Lanka mostrou que, mesmo quando um subsistema de reutilização baseado em co-compostagem FS pode cobrir seus custos ao longo da vida útil do sistema, as receitas da reutilização só farão uma pequena contribuição para os custos mais amplos do sistema ligados à contenção do lodo, esvaziamento da fossa, e transporte e tratamento do material (Carrard et al., 2021). Como tal, embora o saneamento orientado para a recuperação dos recursos possa melhorar os benefícios gerais do serviço e compensar parcialmente o investimento público necessário, será preciso um financiamento adicional para garantir a viabilidade de partes a montante da cadeia de serviços de saneamento como pré-condição para uma reutilização bem-sucedida (Diener et al., 2014; Carrard et al., 2021). Em outras palavras, o RRR será mais benéfico para os agricultores do que para o setor de saneamento e, de fato, para os agricultores apenas caso o mercado (por exemplo, para composto) ainda não esteja saturado. No entanto, existem exceções notáveis, como os sistemas de aquicultura mencionados acima, onde as receitas de reutilização podem até recuperar os custos de capital da estação de tratamento (Amoah et al., 2021).

Para resumir, as evidências até o momento sugerem que a reutilização de recursos residuais geralmente gratuitos na agricultura urbana e periurbana é uma realidade comum, mas serve principalmente à comunidade agrícola e apenas indiretamente à cidade ou ao consumidor. O mais provável é que só alcance uma escala significativa, do ponto de vista da gestão pública de resíduos, em cidades menores cercadas pela agricultura. Além disso, os riscos à saúde da irrigação com águas residuais frequentemente descritos continuam sendo um desafio, assim como a dependência do setor RRR de subsídios públicos.

A recuperação dos custos financeiros continua a ser uma questão fundamental. Os retornos do investimento em RRR podem variar muito, mas parece improvável que impulsionem grandes melhorias no saneamento ou na gestão de resíduos, a menos que os empreendedores tenham a oportunidade de monetizar os benefícios econômicos para a sociedade, para a saúde e para a natureza – benefícios totalmente internalizados pela sociedade, mas geralmente sem valor de mercado direto.

Estes pagamentos deverão vir das entidades que mais se beneficiam, como o setor da saúde pública. Existem muitos instrumentos governamentais que podem ajudar uma empresa em termos de economia de custos (por exemplo, isenções fiscais) aumento de receitas (por exemplo, créditos de carbono, subsídios, pagamentos por serviços ambientais), além de opções indiretas de apoio.

Pay Drechsel é Consultor de Pesquisa de Qualidade no International Water Management Institute (IWMI).

Maiores informações

- Amoah, P., Keraita, B., Akple, M., Drechsel, P., Abaidoo, R.C., & Konradsen, F. (2011). Low-Cost Options for Reducing Consumer Health Risks from Farm to Fork Where Crops Are Irrigated with Polluted Water in West Africa. IWMI Research Report Series 141, Colombo.
- Amoah, P., Gebrezgabher S., Drechsel, P. (2021). Safe and Sustainable Business Models for Water Reuse in Aquaculture in Developing Countries. Colombo, Sri Lanka: International Water Management Institute (IWMI). CGIAR Research Program on Water, Land and Ecosystems (WLE). (Resource Recovery and Reuse Series 20).

- Carrard, N., Jayathilake, N., & Willetts, J. (2021). Life-cycle costs of a resource-oriented sanitation system and implications for advancing a circular economy approach to sanitation. *Journal of Cleaner Production*, 307:127135. (Online first). <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.127135>
- Cofie, O., Nikiema, J., Impraim, R., Adamtey, N., Paul, J., & Koné, D. (2016). Co-composting of solid waste and fecal sludge for nutrient and organic matter recovery. Colombo, Sri Lanka: IWMI/WLE, 47p. (Resource Recovery and Reuse Series 3).
- Diener, S., Semiyaga, S., Niwagaba, C.B., Muspratt, A.M., Gning, J.B., Mbéguéré, M., ...Strande, L. (2014). A value proposition: resource recovery from faecal sludge can it be the driver for improved sanitation? *Resour. Conserv. Recycl.* 88, 32-38. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2014.04.005>
- Drechsel, P., Qadir, M., & Galibourg, D. (2022). The WHO Guidelines for safe wastewater use in agriculture: A review of implementation challenges and possible solutions in the Global South. *Water* 14, 864. <https://doi.org/10.3390/w14060864>
- Fernando, S., Drechsel, P., Jayathilake, N., & Semasinghe, C. (2014). Performance and potential of the public sector municipal solid waste compost plants in Sri Lanka. SICARP International Agricultural Research Symposium 2014. Colombo, Sri Lanka: Sri Lanka Council for Agricultural Research Policy.
- Global Water Intelligence (GWI). (2010). Municipal water reuse markets 2010. Oxford, UK: Media Analytics Ltd.
- Otoo, M., & Drechsel, P. (Eds.) (2018). Resource recovery from waste: business models for energy, nutrient and water reuse in low- and middle-income countries. Oxon, UK: Routledge – Earthscan. 816p.
- Otoo, M., Drechsel, P., Danso, G., Gebrezgabher, S., Rao, K., & Madurangi, G. (2016). Testing the implementation potential of resource recovery and reuse business models: from baselinesurveys to feasibility studies and business plans. Colombo, Sri Lanka: IWMI and WLE, 59p. Resource Recovery and Reuse Series 10. <https://www.iwmi.cgiar.org/publications/resourcerecovery-reuse/series-10/>
- Rao, K. C., Velidandla, S., Scott, C. L., & Drechsel, P. (2020). Business models for fecal sludge management in India. Colombo, Sri Lanka: International Water Management Institute (IWMI). CGIAR Research Program on Water, Land and Ecosystems (WLE). 199p. (Resource Recovery and Reuse Series 18). <https://doi.org/10.5337/2020.209>
- Smit, J., Ratta, A., Nasr, J. (1996). Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. UNDP

Crédito da foto: ©P. Drechsel

O custo dos alimentos desperdiçados: como mudar comportamentos?

Mohamed Aheeyar

Pay Drechsel

As famílias nem sempre percebem como contribuem para as emissões de gases de efeito estufa (GEE), mesmo aquelas comprometidas com o uso de energias renováveis em casa. No entanto, todos nós comemos, e os nossos resíduos alimentares despejados em aterros sanitários (ou em “lixões”, nos países menos organizados) são considerados a terceira maior fonte antropogênica de metano.

Reduzir o lixo orgânico (especialmente o desperdício de alimentos) e aumentar a recuperação dos recursos para reutilização pode ajudar a mitigar anualmente três bilhões de toneladas de emissões de GEE, enquanto recicla nutrientes para a agricultura.



Globalmente, cerca de um terço dos alimentos do mundo, no valor de bilhões de dólares, é desperdiçado a cada ano. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), isso é suficiente para alimentar cerca de dois bilhões de pessoas – mais que o dobro do número de pessoas subnutridas em todo o mundo. Reduzir o desperdício e as perdas de alimentos é fundamental para acabar com a fome global, combater as mudanças climáticas e promover sistemas alimentares saudáveis; e todas as pessoas, escolas, restaurantes e varejistas de alimentos podem fazer parte da solução. Um grande desafio é, no entanto, como transmitir essa mensagem? Em seu blog, Aheeyar e Drechsel mostram como, no Sri Lanka, o International Water Management Institute (IWMI) e a FAO se uniram para trabalhar em um roteiro nacional para a redução do desperdício de alimentos, visando principalmente supermercados, hotéis, restaurantes, fornecedores de alimentos e escolas.

Este trabalho mostrou que é importante que as partes interessadas compreendam sua “participação” direta no desafio, em particular as implicações financeiras do desperdício de alimentos e as opções que têm para minimizar as perdas. Aheeyar e Drechsel argumentam que a quantificação do desperdício de alimentos para identificar pontos críticos para intervenções é crucial, mas deve ser acompanhada pela capacitação das partes interessadas em metodologias e ferramentas para medir, avaliar, monitorar e relatar. Um resumo técnico acompanha o blog: cgspace.cgiar.org/handle/10568/115189

Maiores informações

- Based on a blog by Mohamed Aheeyar, Researcher at the International Water Management Institute (IWMI), and Pay Drechsel, Research Quality Advisor at International Water Management Institute (IWMI), at: <https://wle.cgiar.org/%20thrive/2021/11/12/what-cost-food-we-waste-and-how-can-we-change-behaviours-address-growing-challenge>

Crédito da foto: ©P. Drechsel

Uma abordagem de negócios inclusiva para cadeias alimentares urbanas sustentáveis

Charlotte Flechet

Josephine Ecklu

Em 2020, quando as restrições de transporte por causa do COVID-19 prejudicaram os canais globais de distribuição de alimentos, o mundo redescobriu o valor dos sistemas alimentares localizados e muitos consumidores foram forçados a correr para seus fornecedores locais para obter seu suprimento semanal de alimentos frescos. Embora não esteja claro se essa tendência alimentar local durará no “novo normal”, é evidente que muitas autoridades estão analisando como promover e fortalecer as cadeias locais de abastecimento de alimentos como parte de suas estratégias de resiliência.

Modelos de negócios inclusivos que implementam uma abordagem baseada em direitos

O papel das autoridades locais na criação de um ambiente favorável para o florescimento de cadeias alimentares localizadas saudáveis e sustentáveis está sendo cada vez mais documentado. No entanto, elas não podem fazer isso sozinhas. Embora possam criar fortes incentivos para mudanças por meio de obrigações, restrições, impostos e subsídios, os atores econômicos como varejistas, compradores institucionais e outras empresas de alimentos também são decisivos pelo poder de suas bolsas.

Para que alimentos mais saudáveis e sustentáveis cheguem aos mercados urbanos, é preciso haver incentivos para que todos os atores da cadeia modifiquem seu comportamento. Sem um modelo de negócios bom e lucrativo que funcione para todos, especialmente pequenos agricultores e compradores, é improvável que as cadeias alimentares sustentáveis sejam ampliadas. Como tal, relações comerciais inclusivas envolvendo compradores urbanos, processadores e produtores rurais, periurbanos e urbanos podem ser um poderoso fator facilitador na transição para sistemas alimentares sustentáveis nas cidades e além.



No entanto, em muitos casos, os esforços do setor privado e das autoridades estão desconectados. As colaborações ocorrem de forma pontual, dependendo de oportunidades específicas, muitas vezes sem uma visão estratégica de longo prazo. Para maximizar o impacto e criar mudanças em larga escala, são necessárias mais sinergias, que exigem mais conexões e diálogo. É por isso que é essencial que as autoridades públicas estabeleçam estruturas estratégicas para orientar os investidores do setor privado em direção a modelos de negócios mais inclusivos, que contribuam para a realização tanto do direito dos cidadãos à alimentação quanto do direito dos produtores ao trabalho decente, além de criar espaços transparentes e responsáveis onde o público e atores privados podem trabalhar juntos para desenvolver novas formas de levar alimentos locais mais sustentáveis e equitativos às mesas dos cidadãos.

Uma área em que esse tipo de colaboração é necessária é no nível dos mercados tradicionais. Em muitas partes do mundo, estes são os locais de compras preferidos dos cidadãos, onde podem encontrar alimentos frescos por perto e a um preço acessível.

Esses mercados são essenciais para garantir a segurança alimentar e dietas saudáveis, mas seus produtos raramente oferecem qualquer garantia de rastreabilidade ou qualidade. Qualquer iniciativa que busque atualizar esses mercados para aumentar a segurança alimentar, a rastreabilidade e a qualidade dos alimentos à venda produzidos localmente exigiria uma estreita colaboração entre atores privados e públicos, guiada por uma visão compartilhada e um mecanismo de governança inovador.

Até o momento, as abordagens de negócios inclusivos têm sido usadas principalmente no contexto de cadeias de valor globais, como café ou cacau, e menos no contexto de cadeias de abastecimento de alimentos locais ou urbanas. Na Rikolto, uma de nossas prioridades é explorar e testar como os princípios de negócios inclusivos podem ser integrados aos modelos de abastecimento de alimentos dos principais compradores urbanos: supermercados, cozinhas institucionais, plataformas de comércio eletrônico e, claro, também mercados tradicionais (embora estejamos conscientes de que desembaraçar as redes de abastecimento informal será um desafio incrível).

Quando combinados com medidas de aumento da eficiência para ajudar a reduzir custos adicionais em toda a cadeia alimentar (por exemplo, de intermediação, perdas de alimentos ou insumos caros), os modelos de negócios inclusivos têm o potencial de dar vida a abordagens baseadas em direitos, garantindo trabalho e renda decentes para produtores e permitindo que os consumidores exerçam o seu direito a alimentos seguros, saudáveis e a preços acessíveis.

O que são negócios inclusivos?

De acordo com o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, um negócio inclusivo é uma iniciativa empresarial economicamente lucrativa, ecologicamente correta e socialmente responsável que integra comunidades de baixa renda em sua cadeia de valor para o benefício mútuo tanto da empresa quanto da comunidade (SNV & WBCSD , 2011). A rentabilidade para todos os atores é uma condição para a sustentabilidade e é necessária para que as cadeias alimentares urbanas saudáveis e sustentáveis funcionem de forma autônoma.

Na Rikolto, usamos a metodologia LINK1 desenvolvida pelo Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e outras organizações do Laboratório de Alimentos Sustentáveis para orientar nossos esforços para promover cadeias alimentares e modelos de negócios mais inclusivos. A metodologia geralmente é aplicada por todos os atores da cadeia com o apoio de um facilitador externo e é sustentada por seis princípios:

1. **Colaboração em toda a cadeia:** cooperação entre todos os atores da cadeia com um objetivo comum. Para ter sucesso, é preciso que haja valor agregado para todos. Em muitos casos, um bom preço é considerado um dos valores mais importantes, mas não é o único: a estabilidade e a segurança do mercado às vezes são tão atraentes quanto o dinheiro.
2. **Articulações efetivas de mercado:** novas relações entre todos os atores da cadeia levando a um mercado estável e lucrativo para os agricultores e um fornecimento confiável para os compradores. Esses relacionamentos devem ser sustentados por fortes sentimentos de confiança e às vezes podem ser traduzidos por meio de acordos formais. De qualquer forma, deve haver um compromisso de resolver os problemas em conjunto. Como a venda paralela costuma ser um grande obstáculo, isso exige que atores locais fortes (como uma organização de agricultores, uma empresa ou um centro de alimentos patrocinado pelo governo) estabeleçam uma oferta comercial atraente que os agricultores aceitem. Além do preço, uma oferta forte pode incluir pagamentos diretos, treinamento ou acesso a capital.
3. **Uma política de abastecimento justa e transparente:** definir e aplicar padrões de qualidade claros e consistentes para atender às expectativas cada vez mais altas dos consumidores e assumir compromissos de comprar e vender quantidades definidas em determinados momentos. Reconhecendo a interdependência mútua entre os atores da cadeia, os negócios inclusivos requerem um processo de gestão equitativa de riscos.
4. **Acesso equitativo a serviços,** incluindo crédito, suporte técnico, suporte ao desenvolvimento de negócios e informações de mercado. Esses conhecimentos são essenciais para aumentar a produtividade, a qualidade e a segurança alimentar e reduzir os impactos negativos no ambiente. Isso é especialmente crítico quando os sistemas bancários locais não oferecem empréstimos acessíveis aos agricultores e outros atores da pequena cadeia. Esses serviços podem ser fornecidos diretamente pelo comprador ou por um ator do ambiente mais amplo, como o governo ou organizações não governamentais.
5. **Inovação inclusiva:** desenvolvida não “para” os agricultores, mas “com” eles, para que se mantenham competitivos e melhorem o valor comercial dos seus produtos. Por exemplo, os jovens podem ser apoiados na criação de unidades de negócios em torno de técnicas ou práticas inovadoras desenvolvidas na cadeia, como fertilizantes orgânicos ou gerenciamento de dados digitais para rastreabilidade e garantia de qualidade. O processo em si também pode ser inovador, como desenvolver planos passo-a- passo para tornar a cadeia mais inclusiva.
6. **Resultados mensuráveis:** a incorporação de indicadores e planos de monitoramento sob medida para avaliar a eficácia do modelo de negócios de forma contínua e compartilhar os resultados abertamente com os atores da cadeia. As decisões sobre como melhorar devem ser tomadas de forma cooperativa. Isso pode inspirar outros a seguir o exemplo.



O quadro a seguir ilustra a aplicação desses princípios.

Encurtando o caminho entre agricultor e consumidor na Tanzânia

A East Africa Fruits é uma empresa social cuja missão é melhorar o acesso dos pequenos agricultores aos mercados urbanos, modernizando a cadeia de suprimentos e a logística da demanda. Com foco no mercado de Dar Es Salaam, a empresa implementou várias estratégias de negócios inclusivos e está trabalhando com 5.000 produtores de banana, cebola e tomate da região do Kilimanjaro. Em primeiro lugar, instalou vários **centros de coleta** perto dos agricultores, recolhendo diretamente os seus produtos e levando-os para esses, e investindo na modernização das infraestruturas agrícolas. Em segundo lugar, mobilizou os centros de coleta para **organizar treinamentos** para melhorar a produtividade dos agricultores, produzir qualidade e sustentabilidade da produção. Terceiro, tendo removido intermediários de sua própria cadeia de suprimentos, a East Africa Fruits fornece **diretamente aos vendedores varejistas** e a outros compradores de sua principal instalação de armazenamento e distribuição em Dar Es Salaam. Isso economiza um tempo valioso em comparação com quando eles tinham que comprar nos mercados atacadistas tradicionais e garante que o produto seja rastreável e seguro. Quarto, **rastreia meticulosamente** os dados do agricultor ao fornecedor, fornecendo-lhes evidências da viabilidade de seus negócios, que podem ser usados para solicitar empréstimos para expandir suas atividades. Quinto, a empresa apoia os agricultores no **planejamento de sua produção agrícola** para se alinhar à demanda do mercado. Finalmente definiu, em acordo com as partes interessadas, um **preço mínimo justo** para os produtores de cebola, considerando os custos de produção e cultivo, juntamente com um lucro de 20% para os agricultores. Em 2020, 6.500 toneladas de produtos foram coletadas de pequenos agricultores, apesar dos desafios para garantir o fornecimento consistente.

Pontos de entrada para cadeias alimentares urbanas mais inclusivas

De acordo com os seis princípios acima, vários pontos de entrada podem ser identificados para tornar as cadeias alimentares urbanas mais inclusivas. Após mais de 40 anos de experiência em alimentação e agricultura sustentável, uma de nossas principais lições é que organizações de agricultores competitivos desempenham um papel crítico na organização de um marketing coletivo eficiente, otimizando a logística e minimizando perdas, executando mecanismos eficazes de garantia de qualidade, negociando bons preços para os agricultores e oferecendo serviços de qualidade aos seus associados. No entanto, para que essas organizações de agricultores cresçam, elas precisam de melhor acesso a financiamentos acessíveis. Isso costuma ser um desafio devido à percepção de alto risco e baixo retorno por parte dos provedores de capital. Há, portanto, uma grande lacuna a preencher quando se trata de oferecer produtos financeiros que atendam às necessidades das organizações de agricultores orientadas para os mercados urbanos domésticos. Por fim, plataformas de cadeia curta e centros de alimentação, especialmente aqueles organizados pelos próprios agricultores, podem racionalizar a logística e a papelada, ao mesmo tempo em que colocam os agricultores em uma posição de fixação de preços.

Em Leuven, Bélgica, um grupo de organizações, incluindo o Município de Lovaina, Circular Flanders, EIT-Food, Rikolto, a cooperativa financeira CERA, o Centro de Apoio à Inovação (Innovatiesteunpunt) e Linked.Farm, uma cooperativa dedicada ao apoio à cadeia curta de abastecimento alimentar iniciativas na Bélgica, estabeleceram o sistema local de distribuição de alimentos “Kort'om Leuven”

para apoiar os agricultores na obtenção de uma renda decente e melhorar a sustentabilidade dos alimentos consumidos na cidade.

Baseado em um modelo business-to-business, atende atualmente 13 supermercados e 19 compradores do setor hoteleiro. Embora alcançar um preço justo ainda seja uma luta diante da concorrência acirrada dos principais canais, a logística provou funcionar, e a cooperativa está perto do ponto de equilíbrio após menos de dois anos de operação. Kort'om Leuven contribui diretamente para a estratégia alimentar da cidade: "Leuven Connects", cuja visão exige um amplo mix de canais de distribuição de alto desempenho para produtos da região e aspira a profissionalizar as operações de cadeia curta, reduzindo seus custos logísticos.



Um estudo recente demonstrou de forma conservadora um retorno sobre o investimento de 1,86 euros por cada euro investido na plataforma. A proporção sobe para 3,11 ao incorporar benefícios à saúde.

O caminho a seguir: negócios inclusivos para cadeias de suprimentos urbanas



Embora nunca seja tão simples, aplicar os seis princípios de negócios inclusivos é mais fácil em colaboração com compradores urbanos institucionalizados e relativamente grandes, como supermercados, cozinhas públicas e empresas de processamento. O principal desafio está em dar vida a esses princípios em ambientes mais informais, onde agricultores, intermediários e fornecedores estão enredados em uma constelação de relações comerciais cruzadas, muitas vezes caracterizadas por assimetrias de poder e informação.

Como mencionado acima, criar incentivos para que produtores e outros atores da cadeia alimentar urbana adotem práticas mais sustentáveis exige que os compradores ofereçam a eles um negócio melhor: um onde possam viver decentemente de seu trabalho. Embora os mercados urbanos estejam cada vez mais preocupados com a sustentabilidade, segurança e justiça, contar apenas com a demanda do consumidor não é suficiente.

É por isso que as práticas de negócios inclusivos devem andar de mãos dadas com políticas alimentares locais ambiciosas e com bons recursos e mecanismos de governança inovadores nos quais um grupo diversificado e representativo de atores trabalhe em conjunto para desenvolver modelos de negócios inclusivos para abastecer as cidades.

Nesse sentido, um projeto em andamento em Lima (Peru) e Quito (Equador), implementado em conjunto por Ecosad, Funsad, RUAF e Rikolto, com o apoio do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional do Canadá, buscará entender como os polos alimentares, que trazem alimentos saudáveis produzidos localmente para cidadãos urbanos por meio de mercados de bairro, podem ser estabelecidos em torno de princípios de negócios inclusivos e seguindo uma abordagem baseada em direitos.



Charlotte Flechet is the Global Coordinator of Rikolto's Food Smart Cities programme.
charlotte.flechet@rikolto.org

Josephine Ecklu is Rikolto's Global Inclusive Business Manager.
<mailto:josephine.ecklu@rikolto.org>

Maiores informações

- SNV and the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). (2011). Inclusive Business: Creating Value in Latin America.
<https://docs.wbcsd.org/2011/05/InclusiveBusinessCreatingValueLatinAmerica.pdf>
- Find out more on Rikolto's website: Food Smart Cities: <https://www.rikolto.org/en/focus-areas/food-smart-cities> Inclusive business: <https://www.rikolto.org/en/inclusive-business-insight>



Crédito das fotos:

©Natalia Palomino/Rikolto,
 ©Philippe Leysens/Rikolto,
 ©Natalia Palomino/Rikolto,
 ©Coop Doocs/Rikolto,
 ©Natalia Palomino/Rikolto,
 ©Philippe Leysens/Rikolto,
 ©Romel Pua/Rikolto

Conclusão

O caminho a seguir. Abraçando abordagens agroecológicas urbanas

A narrativa atual da AUP destaca os principais benefícios das cidades que a levam a sério: inclusão e incidência, juntamente com reciclagem e circularidade que resultam de uma abordagem agroecológica urbana. Os artigos, pareceres e destaques desta seção enfatizam a continuidade da existência da AUP como elemento de urbanização e seu papel e potencial na tão necessária e atrasada transformação dos sistemas alimentares. Embora a narrativa, os atores-chave e a atenção dada à UPA possam ter mudado desde 20 anos, os elementos-chave para abordar a multifuncionalidade da AUP – e vê-la como parte do agroecossistema urbano – são bastante semelhantes aos de vinte anos atrás (veja o artigo por Joe Nasr, p. 49). As cidades, devido ao seu impacto, bem como à sua capacidade e influência, têm um papel importante a desempenhar na transformação crítica dos sistemas alimentares globais.

Para que a agricultura urbana realize seu potencial como parte da transformação dos sistemas alimentares, os proponentes e praticantes devem agir de acordo com os seguintes imperativos:

A AUP como oportunidade estratégica, não apenas resposta a crises

Apesar das condições de mudança e muitas vezes desfavoráveis, a AUP continua a encontrar seu lugar nos sistemas alimentares das cidades e regiões periféricas, ao mesmo tempo em que se adapta e responde a essas condições em constante mudança (veja o artigo de Pay Drechsel, pág. 65). A AUP ocupa uma área significativa de cerca de 67 milhões de hectares globalmente (Thebo et al., 2014). Além disso, a AUP deve ser vista como uma oportunidade estratégica, e não como uma resposta a situações de crise. Um problema frequente nos últimos vinte anos tem sido a escassez de dados quantitativos que permitam a comparação entre as cidades. Em parte, isso se deve ao uso de diferentes conceitos e limites do sistema (agricultura urbana, periurbana, sistemas alimentares urbano-regionais) e uma persistente “percepção da agricultura urbana como algo temporário e insignificante, típica de países de baixa renda”. A atenção recente à AUP por meio do Sourcebook (ver pág. 59), e a atenção renovada de várias agências da ONU, bancos e cidades, podem levar a uma base de dados mais forte e maior comparabilidade dos dados entre cidades e entre regiões dentro de uma mesma cidade.

Contabilizando os custos reais

Reconectar cidades com abordagens agroecológicas para a AUP complementa e diversifica as cadeias alimentares, melhora os meios de subsistência dos moradores da cidade (geralmente como parte da economia informal), apoia a reciclagem de resíduos, aumenta a biodiversidade, reduz as necessidades de energia e desenvolve um sistema agrícola urbano regenerativo. Isso requer uma visão holística e uma abordagem sistêmica para a mudança do sistema alimentar, baseada em avaliações adequadas que incluam as externalidades e uma verdadeira contabilidade de custos (em relação aos subsídios atuais, por exemplo, fertilizantes químicos). A recuperação dos custos financeiros continua a ser uma questão fundamental para a economia circular (ver o artigo de Pay Drechsel, pág. 65), e é necessário que os empresários rentabilizem os benefícios econômicos para a sociedade e a natureza que agora são totalmente internalizados pela população, mas geralmente carecem de um valor de mercado direto. Isso

é observado e apoiado nos artigos desta seção e deve informar ações futuras, mudanças de políticas e investimentos.

Alavancar e orientar o investimento em AUP e cadeias de valor

Grodon Prain (veja o artigo na página 53) menciona algumas oportunidades importantes de investimento (por exemplo, por bancos globais de desenvolvimento) em gerenciamento de dados, capacitação, criação de empregos, proteção e estimulação do espaço agrícola ao redor e dentro das cidades, diversificação de alimentos, mercados e compras locais, tecnologias inovadoras, recuperação de recursos dos resíduos e serviços ecossistêmicos que mitigam e se adaptam às mudanças climáticas, sob uma governança capacitadora. As autoridades precisam apoiar e orientar o investimento em plataformas locais de distribuição de alimentos e centros de alimentação, alcançando movimentos de consumidores e iniciativas lideradas por cidadãos/jovens que impulsionam a mudança alimentar no bairro ou na empresa (veja o artigo de Charlotte Flechet e Josephine Ecklu, pág. 69).

Várias destas questões são também abordadas noutras secções desta revista da UA.

Abordagens regenerativas e saúde do solo

São necessárias abordagens regenerativas dentro da UPA que melhorem o meio ambiente enquanto criam outros benefícios utilizando suas múltiplas funções e valores. Solos urbanos saudáveis contribuem para a prestação de uma infinidade de serviços ecossistêmicos. Talvez as cidades devam desenvolver políticas de conservação do solo para agricultura urbana e qualidade do solo? (ver artigo de Dionysios Toulaiatos e Joy Carey, pág. 62).

Compreensão diferenciada por meio do diálogo e da cooperação

A Agroecologia Urbana é uma abordagem holística e sistêmica para melhor compreender e projetar sistemas alimentares urbanos e regionais sustentáveis. No entanto, em vez de simplesmente promover o conceito de AUP (ou apenas de alguma forma de AUP) como uma solução, o foco precisa estar em uma compreensão mais sutil e aprimorada de muitas questões complexas que surgem. É necessário mais trabalho em seus valores agregados, bem como apoio à pesquisa para quantificar suas contribuições e orientar sua implementação prática, inclusive como parte da adaptação das cidades às mudanças climáticas, resiliência, ou respostas a emergências ecológicas, apoiadas por partes interessadas públicas e privadas. Isso requer diálogos inclusivos com as partes interessadas, interação e capacidades para conectar, trabalhar em conjunto e permitir a implementação de agendas de desenvolvimento urbano consensuais e específicas para a cidade, que apoiem os benefícios da AUP e não a descartem como uma moda passageira ou fenômeno temporário.

Maiores informações

- Thebo, A.L., Drechsel, P., & Lambin, E.F. (2014). Global assessment of urban and peri-urban agriculture: irrigated and rainfed croplands. *Environmental Research Letters* 9 (11), 114002.

Principais recursos

- DeZeeuw, H., van Veenhuizen, R., & Dubbeling, M. (2011). The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries. *Journal of Agricultural Science*, 149(S1), 153–163.
<https://doi.org/10.1017/S0021859610001279>
- DeZeeuw, H., & Drechsel, P. (Eds.). (2015) *Cities and agriculture: Developing resilient urban food systems* (pp. 88–120). Oxon: Routledge
- Ellen MacArthur Foundation. (2019). *Cities and circular economy for food*. 66p.
<https://ellenmacarthurfoundation.org/cities-and-circular-economy-for-food>
- FAO. (1999). *Urban and peri-urban agriculture*. Rome, COAG/99/10. COAG 15th Session.
- FAO. (2007). *Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture*. Rome.
- Karg, H., Drechsel, P., Dittrich, N., & Cauchois, A. (2021). Spatial and temporal dynamics of croplands in expanding West African cities. *Urban Agric Region Food Syst*. 2021;5:e20005.
<https://doi.org/10.1002/uar2.20005>
- Lundy, M., Amrein, A., Jairo Hurtado, J., Becx, G., Zamierowski, N., Rodríguez, F., Eliana Mosquera, E., (2014). *LINK methodology: A participatory guide to business models that link smallholders to markets*. Cali, CO : Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT). (2014). 179 p. -- (CIAT Publication No. 398) ISBN 978-958-694-114-3
https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/49606/LINK_Methodology.pdf
- Otoo, M., & Drechsel, P. (Eds.) (2018). *Resource recovery from waste: business models for energy, nutrient and water reuse in low- and middle-income countries*. Oxon, UK: Routledge – Earthscan. 816p. • Pothukuchi, K., & Kaufman, J. (2000). The Food System. *Journal of the American Planning Association*. 66. 113-124. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944360008976093>
- Prain, G., Karanja, N., & Lee-Smith, D. (2010). *African urban harvest: Agriculture in the cities of Cameroon, Kenya and Uganda*. Canada, International Development Research Centre.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4419-6250-8>
- Rikolto. (2019). *What will we eat tomorrow? Food Smart Cities leading the transition to sustainable food*, 132 pages. <https://www.rikolto.org/en/what-will-we-eat-tomorrow>
- Smit, J., Ratta, A., & Nasr, J. (1996). *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*. United Nations Development Program. Publication Series for Habitat 11, Volume One. UNDP, New York.
- Smit, J., Nasr, J., & Ratta, A. (2001). *Urban agriculture: Food, jobs and sustainable cities*. 2nd edition. New York, UNDP. <http://www.jacsmit.com/book.html>
- Thebo, A.L., Drechsel, P., & Lambin, E.F. (2014). Global assessment of urban and peri-urban agriculture: Irrigated and rainfed croplands. *Environmental Research Letters*, 9(11).
<https://doi.org/10.1088/1748-9326/9/11/114002>
- Tojo, S. (2020). *Status and Prospects of Urban Agriculture*, In: *Recycle Based Organic Agriculture in a City*. Springer Singapore; ISBN: 978-981-329-871-2 / ISBN: 978-981-329- 872-9
- van Veenhuizen, R., & Danso, G.K. (2007). *Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture*. Rome, FAO.
- van Veenhuizen, R. (2006). *Cities farming for the future, urban agriculture for green and productive cities*, ed. R. van Veenhuizen. RUAF Foundation, IDRC and IIRR.

Planejamento de sistemas alimentares urbano-regionais

Precisamos urgentemente de planejadores de sistemas alimentares urbano-regionais!

Nosso planeta é mais do que nunca urbano, e estamos no meio de uma transição urbana maciça, que continuará nas próximas décadas, com cerca de 500 milhões de novos habitantes vivendo em cidades somente na Índia e na África. Essa grande “revolução urbana não planejada” continua a consumir terras aráveis em ritmo acelerado. A demanda por alimentos baratos está destruindo a base alimentar que resiste no planeta.

As cidades e seus entornos precisam construir sua soberania alimentar, aprendendo com as práticas e posturas rurais, e aumentar sua autossuficiência em alimentos nutritivos e sua acessibilidade, especialmente para os excluídos e pobres. Para isso, cada pedaço de espaço cultivável é importante, e deve ser usado, começando pelos terrenos agrícolas urbanos remanescentes e comunitários, e incluindo as áreas em parques, ao longo de vias, sob linhas de transmissão de energia, em telhados e fachadas e muitas outras oportunidades de plantio. Esses espaços são essenciais, mas não serão suficientes para alcançar a soberania alimentar nutritiva na escala necessária. Nas áreas periurbanas e rurais próximas, também serão necessárias terras para permitir a produção e processamento de alimentos locais, seu transporte e armazenamento seguros, e para realizações de feiras e mercados regionais, ocasionais ou permanentes, e ainda para a reciclagem de resíduos alimentares ao longo da cadeia. Esses espaços raramente existem na escala necessária.



As mudanças climáticas e a pandemia do COVID-19 destacam o impactos de emergência inesperadas e nos obrigam a repensar e construir canais locais de produção e distribuição de alimentos.

Para resumir:

- *é necessária uma revolução no planejamento alimentar urbano e, ao mesmo tempo:*
- *precisamos urgentemente de planejadores de sistemas alimentares urbanos e regionais.*

A boa notícia é que o planejamento alimentar está sendo gradativamente considerado em algumas cidades, embora não em muitas.

O conhecimento existente e as práticas emergentes precisam ser transformados em material que possa ser usado na formação de todos os tipos de atores, desde planejadores locais das cidades até associações nacionais de planejamento, ativistas alimentares, acadêmicos, organizações de base, na verdade, todos os que se preocupam com alimentação.

Por incrível que pareça, não existem programas de pós-graduação em planejamento alimentar. Os artigos e destaques a seguir apontam o caminho à frente e ilustram alguns dos primeiros passos sólidos já dados por vários atores nas cidades e – principalmente – por comunidades fortes e agricultores urbanos atentos.



Crédito das fotos: ©FAO/Fahad Kaizer, ©Samantha Reinders

Desafios futuros para planejadores da alimentação urbana; os próximos 10 anos

A segurança alimentar urbana e os sistemas alimentares estão recebendo cada vez mais atenção em nível internacional e em um número crescente de cidades de todos os tamanhos. No entanto, a questão da alimentação e do planejamento urbano é insuficientemente abordada na literatura existente, em programas de formação ou em práticas localizadas. Como os alimentos são produzidos, processados, distribuídos, consumidos, recuperados e desperdiçados, e como os sistemas alimentares locais complementam a produção agrícola rural, são questões que se relacionam estreitamente com o planejamento urbano e regional.

Comida e planejamento permanecem em grande parte estranhos mutuamente, embora existam algumas raras exceções.

Algumas cidades e regiões fizeram grandes progressos na integração de sistemas alimentares e da agricultura urbana no planejamento, zoneamento e uso da terra nos últimos anos (Cabannes & Marocchino, 2019). No entanto, suas práticas não se tornaram visíveis para um público amplo e, em particular, para os planejadores municipais e regionais. Além disso, reflexões sobre suas limitações e sucessos merecem maior atenção.

A literatura e a prática do planejamento urbano ainda ignoram amplamente as questões alimentares, embora tenham recebido alguma atenção desde a virada do século XX de planejadores e arquitetos ligados ao movimento “Cidade Jardim”. Em geral, se excluirmos este movimento (ver o artigo ‘Letchworth, cidade jardim: a força do regime de terras comunitárias’,

pág. 119; Cabannes & Ross, 2018), a comida permaneceu 'um estranho ao campo do planejamento urbano' (Pothukuchi & Kaufman, 2000) até o início dos anos 2000, quando surgiram nos Estados Unidos os estudos para entender por que a alimentação não fazia parte do planejamento urbano.

O planejamento setorial que prevalece, a abordagem das tomadas de decisão e a falta de uma perspectiva holística parecem ser algumas das razões pelas quais o “alimento tem sido um estranho” para o planejamento urbano.

Onde as cidades e regiões – geralmente no Norte Global – fizeram progressos na construção de pontes entre alimentação e planejamento – o processo limitou-se, na maioria dos casos, aos subsetores específicos do sistema alimentar que fornecem pontos de entrada mais fácil, como a agricultura urbana.



Principais desafios

Sabemos razoavelmente bem quais são os principais desafios urbanos quando se fala em alimentação. O livro “Integrando a alimentação no planejamento urbano” (Cabannes & Marocchino, 2019) destaca seis deles:

[a] A insegurança alimentar, a desnutrição e a supernutrição são cada vez mais urbanas, e a noção de segurança alimentar, como parte do cumprimento do direito à alimentação, é desafiada pela noção de soberania alimentar, ideia que se originou em grande parte dos movimentos de base rural e produtores na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. A Soberania Alimentar é concebida como: o direito dos povos de definir sua própria alimentação e agricultura; proteger e regular a produção agrícola e o comércio interno para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável; determinar até que ponto eles querem ser autossuficientes; restringir o *dumping* de produtos em seus mercados; e dar às comunidades pesqueiras locais a prioridade na gestão do uso e dos direitos aos recursos aquáticos ¹.



[b] Compreendendo o ‘urbano’. Afirmar que nosso mundo está se tornando predominantemente urbano, mesmo que seja verdade, levanta a questão do que realmente se entende por ‘urbano’. As definições de ‘cidades’ e ‘urbano’ variam muito de um país para outro, o que torna a generalização bastante difícil. Porém um aspecto importante a ser considerado pelos planejadores de sistemas alimentares é em quais categorias de áreas urbanas o crescimento está ocorrendo. O fato de que uma parcela crescente da população mundial vive ou gravita em torno de cidades médias e pequenas significa que ela provavelmente desempenhará um papel importante na demanda por alimentos. O artigo de Haysom e Battersby (ver artigo na pág. 121) foca no papel crucial que as cidades secundárias desempenharão, por exemplo na África, que enfrenta a maior revolução urbana de sua história, com provavelmente mais de 200 milhões de novas pessoas urbanizadas para serem alimentadas (ver destaque ‘Integrando a alimentação no planejamento de Cidades Intermediárias’, pág. 128).

[c] Pobreza urbana em um mundo cada vez mais desigual e seu impacto na acessibilidade e viabilidade urbanas. Pesquisas recentes e extremamente detalhadas realizadas pelos próprios pobres (Boonyabancha & Kerr, 2015) apontam para elementos importantes do planejamento alimentar. Para melhor integrar a alimentação no planejamento urbano, a pesquisa fornece a parcela das despesas monetárias mensais que as pessoas urbanas pobres e muito pobres gastam com alimentação e água potável. A boa notícia é que a alimentação é o principal motor econômico para o desenvolvimento econômico local, pois drena cerca de 50% da renda das pessoas pobres. A má notícia, porém, é que, até agora, não estão previstos espaços urbanos dignos e apropriados, sejam terrenos cultiváveis ou locais para atividades relacionadas à alimentação ao longo da cadeia alimentar, incluindo a agricultura urbana, a transformação de alimentos, o armazenamento adequado, os mercados e feiras de todos os tipos, e o processamento descentralizado dos resíduos alimentares.

[d] O setor de alimentação informal e comércio ambulante de alimentos. Os sistemas informais de alimentação abrangem uma variedade de atividades (ver artigo de Bill Vorley, pág. 45). Globalmente, na maioria dos países, o setor informal da alimentação continua sendo o principal fornecedor de alimentos acessíveis e não apenas para os pobres (veja o artigo de John Taylor sobre Dhaka, pág.115).

No entanto, os planejadores urbanos e regionais não têm sido capazes de integrar adequadamente a informalidade no planejamento de modo a apoiá-la, permitir que ela melhore, aumente a renda e a proteção de seus trabalhadores – e das mulheres em particular – nem para abordar alguns de suas dificuldades estruturais.

[e] O desafio das mudanças climáticas e ambientais. Os múltiplos efeitos das mudanças climáticas – incluindo o número crescente de choques e eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades – impactam as cidades e afetam principalmente os pobres urbanos, os lugares onde vivem e seu acesso físico e econômico aos alimentos.

A reunião da COP 26 e os movimentos sociais que participaram destacaram claramente os múltiplos e dramáticos impactos na qualidade do solo, escassez de água, salinidade dos terrenos etc. Novamente aqui, os planejadores precisam contribuir para cidades mais resilientes (ver seção **Resiliência**, pág. 15).

[f] Acesso a terras urbanas e periurbanas seguras para atividades relacionadas à alimentação. Não só as cidades em expansão estão consumindo suas terras aráveis e esgotando seus escassos recursos hídricos, como os dados sobre a apropriação de terras aráveis e pastoris pela agricultura industrial para exportação são alarmantes (Rulli et al., 2013), perdendo-se territórios rurais e periurbanos inteiros que produziam alimentos locais. Este é provavelmente o desafio mais difícil que as cidades têm de enfrentar, e no qual os planejadores urbanos terão um importante papel a desempenhar.

Yves Cabannes é um planejador e especialista urbano, Professor Emérito de Planejamento de Desenvolvimento, Presidente de Planejamento de Desenvolvimento na Unidade de Planejamento de Desenvolvimento de Bartlett (DPU), University College London. Além de suas muitas funções, Yves é ex-membro do Conselho da RUAF e associado de longa data da RUAF. Ele está comprometido com iniciativas da sociedade civil em várias regiões e é membro do conselho de várias fundações e organizações internacionais.

1 <https://viacampesina.org/en/>

Crédito das fotos: ©Christian Mackie/Unsplash, ©Samantha Reinders

Maiores informações

- Boonyabancha, S., & Kerr, T. (2015). How urban poor community leaders define and measure poverty. <https://doi.org/10.1177/0956247815600945>
- Cabannes, Y., & Marocchino, C. (Editors). (2019). Integrating Food into Urban Planning. UCL Press & FAO: London
- Cabannes, Y. & Ross, P. (2018). Food Planning in Garden Cities: The Letchworth Legacy, Pioneering urban agriculture and food integration into urban planning and design. Leusden: RUAF Occasional Paper. <https://ruaf.org/document/food-planning-ingarden-cities-the-letchworth-legacy/>
- Pothukuchi, K. & Kaufman, J. (2000). The Food System: A Stranger to the Planning Field. *Journal of the American Planning Association* 66: 113–24.
- Rulli, M.C., Saviore, A., & D'Odorico, P. (2013). Global land and water grabbing. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. <https://doi.org/10.1073/pnas.1213163110>

Curso:

Integrando os sistemas alimentares no planejamento local

Yves Cabannes

René van Veenhuizen

Embora a alimentação esteja começando a ser integrada ao planejamento em várias cidades e regiões, as práticas locais ainda precisam se tornar visíveis para um público mais amplo, e – não menos importante – as reflexões sobre seus limites e sucessos permanecem escassas. Uma das intenções deste curso é tornar essas práticas mais visíveis, refletir sobre elas e conectá-las às demandas e desafios existentes na alimentação das cidades.

O curso, ao preencher uma lacuna existente, liga-se a programas de formação anteriores e atuais. Ele é alimentado por uma ampla gama de contribuições de praticantes de alimentação urbana, de acadêmicos e pesquisadores especializados em tópicos relacionados ao planejamento do sistema alimentar. Muitos dos cursos de treinamento oferecidos na África, Ásia e América Latina tendem a estar vinculados a programas apoiados internacionalmente e, na maioria das vezes, não sobrevivem quando os programas associados terminam. Este é particularmente o caso quando se trata de planejamento de sistemas alimentares.

O curso é oferecido em dois formatos. O formato principal é um curso de oitenta horas, que se estende por dois meses. Centrada no praticante e no projeto, inclui ampla preparação, um curso intensivo de cinco dias (quarenta horas), com metade do tempo dedicado a sessões de estudo e grupos de trabalho, e depois orientação com foco em uma cidade para formular projetos relacionados ao planejamento e programas. O segundo formato é mais compacto, envolvendo duas semanas de treinamento virtual.

O curso se concentra na abordagem do planejamento para sistemas alimentares em contextos urbanos e regionais da cidade. O curso visa ajudar os participantes a:

- Adquirir uma compreensão crítica das inter-relações entre planejamento e sistemas alimentares e de alguns dos principais conceitos e abordagens para o planejamento de sistemas alimentares urbanos e regionais.
- Ganhar capacidade propositiva e habilidades relacionadas ao planejamento alimentar urbano/regional da cidade.
- Facilitar a formulação e implementação do planejamento alimentar e políticas relacionadas no nível municipal por meio de uma abordagem participativa e multissetorial.
- Contribuir para a implementação da Nova Agenda Urbana e da Agenda Alimentar Urbana, principalmente em relação à segurança alimentar e melhoria da nutrição.

O curso consiste em:

- Dez palestras interativas *online*, incluindo debates e trocas em plenário e grupos de trabalho.
- Leituras obrigatórias relacionadas com as dez aulas interativas.
- Apresentação e análise de estudos de casos reais.
- Trabalho de aprendizagem na prática que consiste na elaboração de uma avaliação e propostas para o planejamento do sistema alimentar na cidade-alvo.

O curso presta especial atenção ao papel dos atores nas cidades e às próprias cidades na contribuição para sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

Por um lado, destaca como os documentos de planejamento, as regras e os padrões de zoneamento podem ser obstáculos ao fortalecimento do sistema alimentar, ao simplesmente complicar a autorização da produção local de alimentos, ou a criação de animais. Por outro lado, o exame de casos mostra as múltiplas contribuições que o planejamento do sistema alimentar pode dar e desempenhar no futuro para enfrentar os desafios alimentares que afetam diferentes cidades.

A premissa central é que uma “lente alimentar” – que ponha o planejamento do sistema alimentar em primeiro lugar – pode ser um impulsionador de uma visão de cidades futuras mais capazes de resistir às mudanças climáticas e aos choques pandêmicos e políticos, funcionando muito melhor do que hoje.



Este curso foi desenvolvido pela RUIAF (Yves Cabannes e René van Veenhuizen) para a FAO em resposta à necessidade de cursos regulares de educação de adultos de nível executivo adaptados às necessidades dos múltiplos atores, de várias disciplinas, envolvidos no planejamento alimentar urbano, desenvolvimento de políticas ou outros programas.

Crédito da foto: ©Samantha Reinders

Mapeamento e avaliação dos mercados de alimentos frescos na área metropolitana de Dhaka

John Taylor

Nas décadas de 1970 e 1980, quando muitos de seus mercados públicos de alimentos frescos foram construídos, a população de Dhaka cresceu de 1 milhão para 3,2 milhões. A seguir, a população cresceu rapidamente para mais de 20 milhões em 2020 devido à migração urbana estimulada pelo grande crescimento econômico de Bangladesh. No entanto, apesar do crescimento da cidade, pouca atenção foi dada à construção de novos mercados nos bairros em expansão, ou à modernização dos estabelecimentos nos bairros mais antigos, para acompanhar a dinâmica da cidade. Como resultado, os mercados existentes ficaram sobrecarregados por altos níveis de demanda, com serviços e condições físicas se deteriorando, o espaço se tornando mais apertado e sua gestão muitas vezes incapaz de atender às expectativas dos consumidores por melhor higiene e mais segurança alimentar. Além disso, devido à alta densidade e ao alto valor dos terrenos urbanos, é difícil encontrar terrenos grandes para a construção de novos grandes mercados e, conseqüentemente, as comunidades mais antigas provavelmente terão melhor acesso aos mercados de alimentos frescos do que as áreas residenciais recém-desenvolvidas. Estas são algumas das questões críticas de planejamento que devem ser consideradas na tentativa de garantir o fornecimento de alimentos frescos, acessíveis e seguros para as áreas metropolitanas, não apenas em Dhaka, mas em qualquer país.

Os mercados de alimentos frescos são os locais mais populares para os consumidores comprarem mantimentos na Área Metropolitana de Dhaka (DMA). Conhecidos como 'Katcha Bazar', esses mercados são alguns dos lugares mais movimentados e vibrantes em toda esta cidade populosa, oferecendo aos moradores e empresas uma grande variedade de alimentos, como leite, aves, legumes, frutas, carne bovina e peixe, e até mesmo produtos secos, como arroz e grãos. Esses mercados desempenham um papel fundamental no fornecimento de alimentos a preços acessíveis, tornando-os uma parte crítica da cadeia de abastecimento e do sistema alimentar geral, com cerca de 85% dos habitantes de Dhaka comprando alimentos nesses mercados. Dada a variedade de produtos frescos disponíveis a preços acessíveis, esses mercados são a escolha certa para todos os grupos socioeconômicos e, muitas vezes, a única fonte acessível de alimentos para os pobres.

Os mercados de alimentos frescos podem ser categorizados em quatro tipos amplos – nível de cidade; tamanho médio; nível de bairro; e feiras temporárias – com base em sua localização geográfica, seu tamanho e o tipo de estrutura.



No entanto, poucos dados sobre sua localização, acessibilidade, idade, condições, propriedade, mecanismos de operação, governança e planejamento foram coletados e disponibilizados. Devido a essa falta de informação, os mercados não têm recebido a atenção que merecem. Sem informações precisas, como mapas e um banco de dados abrangente, os governos nacionais e locais, as agências de desenvolvimento e o setor privado não conseguem entender as necessidades dos mercados e responder a elas com iniciativas e políticas eficazes.

Em 2020, o projeto Dhaka Food System (DFS) da FAO lançou uma avaliação dos mercados de alimentos frescos em Dhaka. A avaliação abrangeu todos os 386 mercados que atendem às quatro regiões da região metropolitana: Dhaka Norte, Dhaka Sul, Gazipur e Narayanganj. O mapeamento foi realizado por meio de um dispositivo de GPS (Global Positioning System) para localizar cada mercado com precisão em um banco de dados georreferenciado (usando Sistemas de Informações Geográficas SIG).



Como a avaliação deveria incluir mercados privados e públicos, a existência e localização de muitos mercados foram identificadas por meio de perguntas aos moradores locais, uma vez que as administrações regionais da cidade nem sempre estavam cientes deles. Também foram coletados dados sobre vários tópicos, incluindo serviços básicos disponíveis (abastecimento de água, eletricidade, saneamento, ventilação e iluminação), arranjos de gestão de mercado e práticas de segurança alimentar usando uma pesquisa digital administrada pela equipe da coleta de dados. Essas informações fornecem uma visão muito necessária sobre os mercados e os desafios que enfrentam.

Principais verificações relevantes para o planejamento

1. Acesso desigual a mercados frescos

Uma comparação entre as densidades populacionais e a densidade dos mercados mostra que a aglomeração de mercados não depende das densidades populacionais. Existem muitas áreas de alta densidade em Dhaka que não ficam a menos de quinze minutos a pé de um mercado. Em outras palavras, essas áreas são mal servidas por mercados de alimentos frescos. Nessas comunidades carentes, muitos, especialmente os pobres, ficam com a única opção de comprar alimentos de vendedores ambulantes. Isso reduz significativamente seu acesso a alimentos frescos, diversificados e acessíveis. A longo prazo, essa falta de acesso pode afetar a saúde e a nutrição dos pobres.

2. A falta de boas práticas compromete a segurança alimentar

A segurança alimentar é uma grande preocupação dos consumidores de todo o país. Embora os mercados geralmente tenham espaços separados para cada grupo de alimentos, os vendedores geralmente ignoram isso e não é incomum encontrar um vendedor de hortaliças entre vendedores de peixe e carne e vice-versa. De fato, mais de um terço dos mercados não mantém uma separação por categorias de alimentos em suas instalações. Isso coloca a segurança alimentar em risco e aumenta significativamente a probabilidade de contaminação cruzada.

Outra prática de risco frequentemente observada é a de vendedores de carne abatendo aves ou pequenos animais em frente às suas próprias barracas.

Apenas 6% dos mercados têm matadouro ou espaço designado para abate. O número de matadouros na cidade simplesmente não é suficiente para atender a demanda de todos os mercados de alimentos frescos. Além disso, os vendedores relutam em usar matadouros, pois muitas vezes funcionam mal ou estão muito longe dos mercados.

Esta prática de abate a céu aberto não é apenas prejudicial para ambiente, mas também aumenta a probabilidade de contaminação cruzada e pode comprometer a qualidade da carne.

3. Serviços básicos inadequados dificultam as operações

Os mercados de alimentos frescos precisam de um conjunto de serviços básicos disponíveis para poderem funcionar satisfatoriamente. A avaliação coletou dados sobre a disponibilidade dos cinco serviços básicos mais importantes: abastecimento de água, eletricidade, saneamento, ventilação e iluminação. Além do saneamento, todos esses serviços básicos estão disponíveis em mais de 80% dos mercados, embora isso não signifique que sejam mesmo de padrão satisfatório.

A adequação de um abastecimento de água seguro, as disputas entre fornecedores e a direção dos mercados sobre o pagamento de contas de eletricidade, a falta de luz natural e os fluxos de ar deficientes dentro dos mercados são questões preocupantes. Ter serviços disponíveis significa pouco, a menos que eles sejam bem mantidos e igualmente disponíveis para todos os fornecedores e clientes. Mais de 40% dos mercados não têm banheiros. Isso é alarmante, pois as instalações sanitárias e de lavagem das mãos são necessárias para a higiene pessoal de fornecedores e clientes. Além disso, apenas 7% dos mercados têm banheiros separados por gênero, o que pode reduzir significativamente a oportunidade de as mulheres fazerem compras.

Conclusões

A população de Dhaka deverá aumentar para 27 milhões até 2040, continuando a pressionar a infraestrutura de mercados existente e colocando desafios significativos para garantir o fornecimento e o acesso a alimentos seguros, nutritivos e saudáveis para seus cidadãos.

Essa tendência populacional torna mais aguda a necessidade de mercados de alimentos frescos funcionais, higiênicos e suficientes.

Ao abordar as questões do sistema alimentar, a análise espacial da localização dos mercados é etapa importante para permitir a identificação de áreas da cidade com baixos níveis de acesso a alimentos frescos e para o planejamento da construção de mercados novos ou atualização dos antigos, bem como o uso de um banco de dados para monitorar regularmente o desempenho desses mercados.

John Taylor é planejador urbano e consultor técnico-chefe do Dhaka Food System Project da FAO

Letchworth, cidade-jardim: a força do regime de terras comunitárias

Yves Cabannes

René van Veenhuizen

Letchworth, a primeira cidade-jardim do mundo, fica a cerca de 50 quilômetros ao norte de Londres. Seu design foi concebido para reunir o melhor da cidade e do campo, conforme definido no livro visionário de 1898 de Ebenezer Howard, *Garden Cities of Tomorrow*. Hoje, geográfica, demográfica e fisicamente, Letchworth se inclina em parte para Londres e a metrópole, e em parte para a região mais rural do leste da Inglaterra. Notavelmente, 120 anos após sua fundação, metade da cidade ainda está sendo cultivada em provavelmente um dos mercados de terras mais dinâmicos do mundo.

A análise de Letchworth e do movimento Garden City sugere que quatro impulsionadores sustentaram a integração bem-sucedida da alimentação em seu planejamento urbano:

- Um regime de propriedade coletiva e comunal da terra. Além das moradias que foram amplamente privatizadas no governo Thatcher (década de 1970), a maior parte da cidade é de propriedade coletiva, e os usuários têm o direito de uso pelo qual pagam um aluguel mensal.
- Organizações fortes, como a Heritage Foundation, que possuem, administram, desenvolvem e redistribuem os benefícios da terra.
- Organizações de base capazes de manter vivo o espírito da cadeia alimentar urbano-regional ao longo do tempo.
- Um setor empresarial comprometido com um sistema alimentar sustentável e baseado localmente.

A combinação desses elementos gerou parcerias criativas que constantemente renovam e moldam os espaços relacionados à alimentação, transformando alguns usos do solo e contribuindo positivamente para o sistema de alimentação da cidade e região. A Cidade Jardim, como um conceito de Cidade Social, e a experiência de planejamento de Letchworth ilustram a própria noção de sistemas alimentares urbano-regionais na medida em que são uma mesma combinação evolutiva de:

- Espaços multiescalares e múltiplos relacionados à alimentação [de quintais a cinturões verdes e terras rurais entre as cidades-jardim]. Esses espaços são a base física do sistema alimentar e é fundamental que sejam considerados pelos planejadores urbanos e periurbanos.
- Integração de múltiplos atores relacionados com alimentação. A criação de parcerias positivas trabalhando de forma sinérgica e o papel fundamental desempenhado pela LGC Heritage Foundation, como administradora e proprietária da maioria das terras. Além disso, a alimentação desempenha um papel totalmente inclusivo, ligando diferentes faixas etárias e grupos sociais, jovens e mulheres por meio de inúmeras ações e múltiplos espaços na cidade.
- Dimensões multissetoriais. Vários setores da cidade, como gestão de resíduos e proteção ao meio ambiente, políticas econômicas e geração de empregos, têm se relacionados de uma forma ou de outra com a alimentação. Essa dimensão multissetorial também está relacionada ao fato de que, ao longo da história, as atividades relacionadas à alimentação ocorreram ao longo de toda a cadeia alimentar – da “macieira ao boteco” e da “terra à mesa” .

Apesar do movimento Garden City ter nascido na segunda metade do século 19, quando as favelas estavam se expandindo rapidamente nas cidades, os planejadores urbanos e regionais ainda podem aprender lições de Letchworth e do movimento.

Ao evoluir os princípios de planejamento para os sistemas alimentares urbano-regionais e soluções inovadoras para aumentar a autossuficiência nas cidades, pode-se aprender com a adaptação diferenciada do planejamento à topografia e às curvas de nível, canais naturais de água e o potencial do meio ambiente.

O papel dos planejadores não deve ser apenas “projetar e formular”, mas capacitar os moradores e organizações comunitárias e dar às pessoas as ferramentas, incluindo a terra, para criar suas próprias soluções. Isso significa que os planejadores de hoje precisam pensar sobre a provisão de longo prazo de espaços verdes, tanto alimentares quanto não alimentares, como ativos comunitários, fornecer uma governança forte para garantir que eles sobrevivam e reconhecer que a renda relacionada à alimentação, incluindo o arrendamento da terra de propriedade pública, pode contribuir para a sustentabilidade econômica de longo prazo da comunidade.

Os esforços relacionados à alimentação também podem contribuir para a sustentabilidade social, ecológica e econômica do local. A sustentabilidade de Letchworth ao longo do tempo continua sendo um farol para os planejadores, após anos de planejamento modernista destrutivo em outros lugares.

Maiores informações

- Summary based on: Cabannes, Y. & Ross, P. (2018). Food Planning in Garden Cities: The Letchworth Legacy, Pioneering urban agriculture and food integration into urban planning and design. RUAF Occasional Paper. Leusden

Aplicando tipologias em cidades secundárias como meio para integrar a governança e o planejamento alimentar urbano nas cidades africanas

Gareth Haysom

Jane Battersby

A África Subsaariana está se urbanizando rapidamente. Embora o rápido crescimento populacional nas grandes cidades do continente (Lagos, Nairobi, Dar-es-Salaam e outras) tenha recebido a maior atenção da pesquisa e das políticas, a realidade é que a maior parte da urbanização da África está ocorrendo e continuará ocorrer, em cidades secundárias e terciárias.

Em 2015, o número de africanos urbanos residentes em cidades de um milhão ou menos de habitantes totalizou 320 milhões, enquanto apenas 175 milhões residiam em cidades primárias (com mais de um milhão de habitantes) (UN DESA, 2018) (ver Figura 1). A Divisão de População das Nações Unidas estima que em 2035 haverá cerca de 549 milhões de africanos urbanos vivendo em cidades com menos de um milhão de habitantes.

Como resultado desse viés na atenção para as cidades primárias e do papel dessas cidades como centros de poder político e econômico, a maioria das políticas e programas urbanos é projetada, com elas em mente. Essas políticas e programas são então aplicados então às cidades secundárias e terciárias. No entanto, essas cidades geralmente têm contextos econômicos, infraestruturais, sociais e políticos muito diferentes das cidades primárias. No caso dos sistemas alimentares urbanos, as cidades primárias e secundárias podem estar em diferentes estágios de transição do sistema alimentar e nutricional, e também podem ter diferentes capacidades e recursos para responder aos desafios do sistema alimentar.

Este artigo argumenta que há uma necessidade fundamental de prestar uma atenção mais cuidadosa na governança e planejamento das cidades secundárias e terciárias e suas necessidades e oportunidades particulares. Um foco em cidades secundárias está surgindo por meio de organizações globais de apoio urbano, como UN-Habitat, UCLG ¹ e Cities Alliance ². Apesar desse interesse crescente, a maior atenção tem focado na transição democrática e sua crescente proeminência, com pouca atenção para os sistemas alimentares dessas cidades. Um ponto de partida importante é entender a diversidade de tipos de cidades secundárias e terciárias na África, pois essa diversidade moldará fundamentalmente a viabilidade das intervenções.

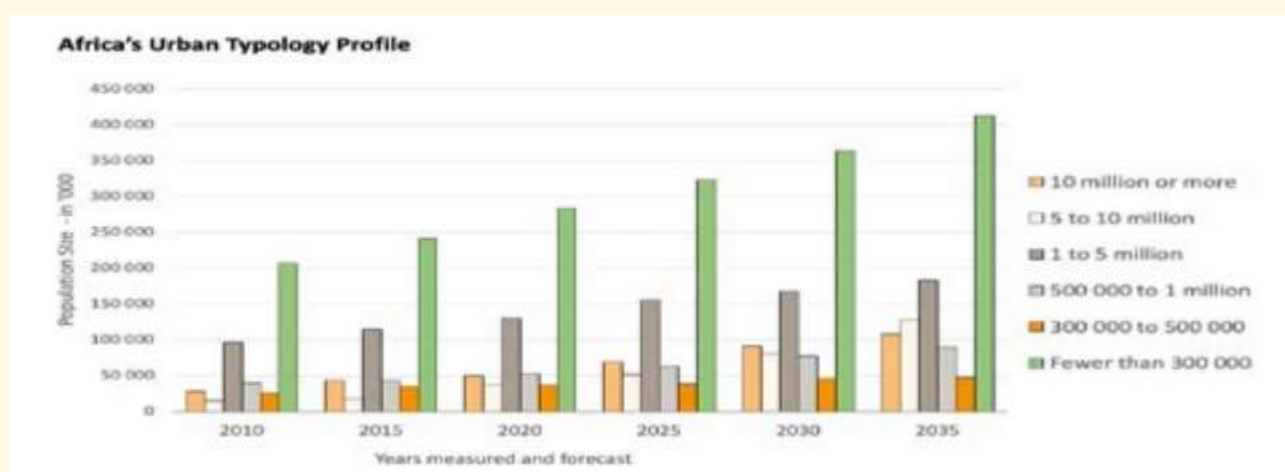


Figura 1: Perfis urbanos da África por tamanho da população da cidade (Fonte: Nações Unidas, 2018)

A ausência de nuances e especificidades contextuais significa que a governança, o planejamento e as respostas de elaboração mais amplas ignoram as principais tendências, necessidades e trajetórias locais. De uma perspectiva do planejamento e do desenvolvimento, essa falta de supervisão significa que os planos correm o risco de efetivamente concretizar e repetir os equívocos atuais e entendimentos políticos falhos sobre as necessidades futuras.

O desenvolvimento das cidades africanas atual terá impacto nos sistemas alimentares locais, nas cadeias de abastecimento, nos perfis de infraestrutura e na governança das cidades e do continente em geral nos próximos 50 a 100 anos (Pieterse et al., 2015). Isso terá efeitos no planejamento do sistema alimentar urbano nas cidades africanas.

As organizações que estão mostrando interesse crescente em cidades secundárias e terciárias oferecem definições variadas e geralmente usam o tamanho como o critério-chave de diferenciação entre cidades primárias, secundárias e terciárias. Neste artigo, evitamos deliberadamente definições específicas, concentrando-nos antes na tipologia de uma cidade como meio de entender melhor as suas necessidades alimentares e de governança. Até recentemente, as cidades secundárias foram enquadradas como centros rurais ou extensões de uma economia agrária rural.

Baseando-se principalmente em dados demográficos, James Tefft e Marketa Jonasova do Banco Mundial apresentam um ponto de partida útil em uma tipologia provisória de cidades em relação aos seus sistemas alimentares (Tefft & Jonasova, 2020). Eles sugerem três categorias:

1. Vilas ou cidades agrícolas - “populações menores, mas em rápido crescimento, situadas em áreas de produção agrícola e com um papel fundamental na economia rural circundante”;
2. Cidades secundárias de médio e grande porte - “desafiadas a modernizar a arquitetura do sistema alimentar e a fortalecer os negócios de alimentação para atender às necessidades de diversos consumidores”; e
3. Megacidades globais - “servidas por sistemas alimentares modernos, junto a tradicionais e informais, vibrantes, desafiados a operar em ambientes congestionados, muitos precisando ser atualizados”.

Neste quadro, as cidades secundárias e terciárias têm ligações locais mais diretas, em particular com a produção de alimentos. Tais visões perpetuam os enquadramentos rurais da maioria das cidades secundárias, colocando-as implicitamente no papel de centros de mercados agrícolas, ou como “agro-cidades” (cidades agrícolas e cidades com menos de um milhão de pessoas) (Tefft et al., 2017). Embora tais enquadramentos possam ter alguma relevância e possam refletir a dinâmica urbana/alimentar de muitas cidades, tais generalizações são problemáticas e negligenciam a natureza de grande parte da transição urbana que ocorre na África envolvendo cidades secundárias e terciárias.

Nosso trabalho sobre vilas e cidades secundárias baseia-se em trabalhos anteriores de Lily Song (2013) e Brian Roberts (2014) e identifica cinco formas específicas de vila ou cidade secundária, onde a classificação tipológica tem precedência sobre as classificações relacionadas ao tamanho.

As tipologias de cidades secundárias emergentes são detalhadas na Tabela 1 na página 85.



Tabela 1: Tipologia de cidades secundárias com exemplos

Diferenciação tipológica	Exemplos	Características tipológicas e peculiaridades	Exemplos de especificidade do sistema alimentar
Centros administrativos em nível sub-nacional	Kitwe (Zâmbia); Mbour, (Senegal)	Centros urbanos administrativos subnacionais, produção e recursos industriais e agrícolas, áreas extrativistas.	Com grande parte da economia sendo ligada a recursos únicos, com flutuações nos preços internacionais, criam-se ciclos de expansão e queda significativos conduzindo a um desenvolvimento desigual, estresses e vulnerabilidade. Isso é visto diretamente na alimentação, onde mesmo pessoas de classes privilegiadas podem enfrentar a pobreza e a fome
Cidades ou vilas satélites de centros maiores	Epworth (Zimbábue); Marokolong (África do Sul)	Cidades secundárias que se aglomeram e se desenvolvem na periferia das principais metrópoles e assumem a forma de centros de absorção do crescimento populacional e moradia de muitos trabalhadores..	A cidade principal continua sendo o principal ponto de acesso à comida. O varejo de alimentos na cidade-satélite é em grande parte informal e não planejado, e sua governança é um desafio. A infraestrutura é muitas vezes insuficiente, impactando diretamente o sistema alimentar na escala doméstica e no varejo de alimentos. Falta investimento para melhorar o ambiente alimentar
Corredor ou cidades-tronco	Kisumu (Quênia); Tamale (Gana)	Cidades ao longo dos principais corredores comerciais, muitas vezes locais onde diferentes modais de transporte se cruzam, como portos e fronteiras.	O transporte permite fluxos onde os alimentos locais alcançam preços mais altos nas cidades principais, gerando maior renda para os produtores, mas elevando os preços dos alimentos locais.. A infraestrutura maior permite que as importações complementem os alimentos locais, aumentem a ingestão de proteínas
Cidades=pulmão ou "elásticas"	Zion City Moria (África do Sul); Hermano (África do Sul)	Cidades e vilas cuja população residencial é pequena, mas têm um ambiente construído e infraestrutura maiores devido a eventos sazonais e flutuações por causa de eventos culturais, colheitas, estação turística etc. Como tal, as infraestruturas excedem em muito as necessidades permanentes da população fixa local.	Infraestrutura grande e redundante, redes que requerem manutenção para uso pesado em períodos limitados, desviando recursos públicos para longe das necessidades dos mais pobres. Os recursos para alimentação dependem de um curto período de pico e precisa cobrir todos as despesas anuais, dificultando os investimento, pesquisas, inovações etc.
Centros urbanos	Cidades ao longo da 'Rota do Gado', no Sahel Ocidental	Cidades menores onde o sistema alimentar, o ambiente natural e a sociedade encontram-se mais intimamente. Muitas vezes refletem formas híbridas de governança, misturando formas de liderança tradicionais com modernas (eletivas)..	A governança é complicada. Os sistemas tradicionais são geralmente robustos, mas prejudicados pelo crescimento, o risco de zoonose aumenta. Os aspectos sazonais são extremos.. Os cruzamentos entre natureza-gado-sociedade aumentam a tensão devido à variabilidade climática e fatores de estresse do desenvolvimento

Cada tipo de cidade reflete necessidades de sistema alimentar, governança e planejamento muito diferentes. As classificações mais tradicionais baseadas no tamanho das cidades secundárias e terciárias podem se enquadrar nas categorias da tabela, mas muitas vezes perdem as nuances detalhadas acima com seu foco no tamanho – e não na função.

Embora muito poucas cidades se alinhem perfeitamente com qualquer tipologia específica, as tipologias são indicativas das principais oportunidades e desafios enfrentados pelos diferentes centros urbanos.

A classificação tipológica oferece uma ferramenta para destacar diferenças e variações contextuais no planejamento do sistema alimentar urbano (consulte o conjunto de recursos no destaque a seguir).

As cidades secundárias oferecem locais ideais para planejar e projetar sistemas alimentares inovadores. O contexto é um fator fundamental da governança descentralizada eficaz e do planejamento de sistemas alimentares robustos.

Até recentemente, o desenvolvimento africano ignorou quase todos os aspectos de uma agenda urbana mais ampla, concentrando-se em questões como o campesinato, a agricultura e o uso de recursos naturais (Pieterse et al., 2015). No entanto, isso mudou – a multiplicidade de acordos multilaterais ratificados na última década, incluindo os ODS, Habitat3, COPs e Sendai, significa que as novas abordagens de políticas públicas irão ditar a nova agenda urbana global na África.

As cidades secundárias são centrais nessa “virada”, mas exigirão atenção deliberada. No entanto, essa atenção deliberada é vista frequentemente como privilegiando as necessidades e requisitos das cidades primárias. As cidades secundárias não estão suplantando as cidades primárias, mesmo em escala nacional, mas requerem atenção específica.

O desenvolvimento de uma classificação tipológica de cidades tem como premissa a necessidade de compreender melhor as especificidades contextuais. Mais importante, do ponto de vista de governança e planejamento, é entender como as cidades secundárias interagem e se engajam com outras cidades secundárias, como essas cidades se engajam com a cidade primária e os processos nacionais. As perspectivas hierárquicas tipológicas baseadas nas funções, em vez de em seu tamanho, oferecem oportunidades únicas nesse sentido.



As cidades sempre lideraram a inovação do desenvolvimento. As tipologias das cidades secundárias podem ajudar a identificar locais deliberados e focados para o planejamento de sistemas alimentares e a inovação de governança.

Então, o que isso significa para a governança e o planejamento dos sistemas alimentares urbanos?



1. Uma apreciação das tipologias permite que as agências de desenvolvimento e as ONGs vejam a necessidade de mais intervenções orientadas ao contexto.
2. Isso permite que as cidades situem a governança e o planejamento do sistema alimentar dentro de contextos e trajetórias políticas, espaciais, econômicas, sociais e ambientais mais amplas.
3. Integrar os planejadores em projetos de sistemas alimentares multissetoriais (um caso em questão é Kisumu, onde vemos muitos sistemas e atores de sistemas alimentares trabalhando juntos, mas sem qualquer vínculo com o planejamento urbano).

Para isso, os pontos de planejamento iniciais devem incluir:

- a. Uma avaliação do sistema alimentar (não precisa ser intensiva em dados – pode ser uma avaliação qualitativa identificando os elos-chave do sistema alimentar e como eles se conectam a outras formas e funções urbanas).
- b. Reconsiderando os mandatos municipais, a Cidade do Cabo realizou recentemente uma auditoria interna sobre onde os alimentos cruzam com o trabalho de cada departamento e subdepartamento da municipalidade, e encontrou uma complexa e rica rede de mandatos sobrepostos e de potenciais oportunidades).
- c. Mapeamento das partes interessadas.
- d. Identificação de locais-chave de intervenção e trabalho transversal, entre departamentos e mandatos, e incluir as partes interessadas (que precisam ter conhecimento dos aspectos políticos envolvidos).

Gareth Haysom é pesquisador sênior do Centro Africano para Cidades com foco em sistemas alimentares urbanos.

Jane Battersby é pesquisadora sênior da Universidade da Cidade do Cabo e associada do Centro Africano para Cidades da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul e é a coordenadora de pesquisa do Projeto Consuming Urban Poverty, financiado pelo ESRC/DFID

1 <https://www.uclg.org/en/agenda/intermediary-cities>

2 <https://www.citiesalliance.org/themes/secondary-cities>

Recursos

Incorporando a alimentação no Planejamento Urbano

Um Kit de Ferramentas para Educadores de Planejamento na África e *podcasts* para acadêmicos e profissionais de planejamento.

1. O foco deste kit de ferramentas é ajudar os planejadores na África a pensarem sobre questões alimentares e, mais especificamente, como equipá-los para fazer isso como educadores de planejamento. Este kit de ferramentas foi projetado para ajudar os planejadores a desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre planejamento sensível à alimentação com o objetivo específico de apoiar o ensino sobre essas questões de acordo com o contexto na África.

O kit inclui:

- **Uma introdução ao kit de ferramentas**
- **Uma introdução sobre por que é importante que os planejadores na África pensem na alimentação**
- **Resumo do curso sugerido**
- **Estudos de caso**

Acesse aqui o Toolkit:

<https://consumingurbanpoverty.files.wordpress.com/2019/04/incorporating-food-into-urban-planningtoolkit.pdf>

2. Podcasts para acadêmicos e profissionais de planejamento, disponibilizando seis áudios curtos para acadêmicos e profissionais de planejamento.

Os podcasts podem ser acessados aqui: <https://consumingurbanpoverty.wordpress.com/podcast-series/>

Essa série oferece links para recursos e discussões

Recursos aplicados em planejamento alimentar urbano:

- **Planning for Food Secure African Cities Podcast.**
<https://www.africancentreforcities.net/programme/planning-for-food-secure-african-cities-podcast/>
- **Incorporating Food Into Urban Planning: A Toolkit for Planning Educators in Africa.**
<https://consumingurbanpoverty.files.wordpress.com/2019/04/incorporating-food-into-urban-planningtoolkit.pdf>

Pesquisas sobre governança de sistemas alimentares em cidades secundárias:

- **Tomatoes and Taxi Ranks – Reflections of Secondary City Food Systems.**
https://www.africancentreforcities.net/wp-content/uploads/2018/10/tomatoes-taxiranks_lowres.pdf
- **Urban Food Systems Governance and Poverty in African Cities.**
<https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9781315191195/urban-food-systemsgovernance-poverty-african-cities-jane-battersbyvanessa-watson>

Outros trabalhos sobre cidades secundárias:

- **Managing Systems of Secondary Cities – David Roberts.**
<https://www.citiesalliance.org/resources/publications/global-knowledge/managing-systems-secondary-cities>
- **Cities Alliance – Secondary Cities Resource Guide.**
<https://www.citiesalliance.org/themes/secondary-cities>

Maiores informações

- Pieterse, E., Parnell, S., & Haysom, G. (2015). *Towards an African Urban Agenda*. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat) and United Nations Economic Commission for Africa (UNECA). UN-Habitat, Nairobi.
- Roberts, B. (2014). *Managing Systems of Secondary Cities: Policy Responses in International Development*, Brussels: Cities Alliance. p 37.
- Song, L. (2013). *Southeast Asian Secondary Cities: Frontiers of Opportunity and Challenges*, Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, Community Innovators Lab (CoLab).
- Tefft, J., Jonasova, M., Adjao, R., & Morgan, A. (2017). *Food Systems for an Urbanizing World: Knowledge Product*. Rome, IT and Washington, DC, US: FAO and The World Bank Group. p 84.
- Tefft, J., & Jonasova, M. (2020). 'Food Systems Transformation in an Urbanizing World', in J. Crush, B. Frayne and G. Haysom (eds). *Handbook on Urban Food Security in the Global South*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (UN-DESA). (2018). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision, Online Edition*. Online: <https://population.un.org/wup/Download/> [Accessed 10 December 2010]

Desafios e oportunidades

Integrando a alimentação no planejamento das cidades intermediárias

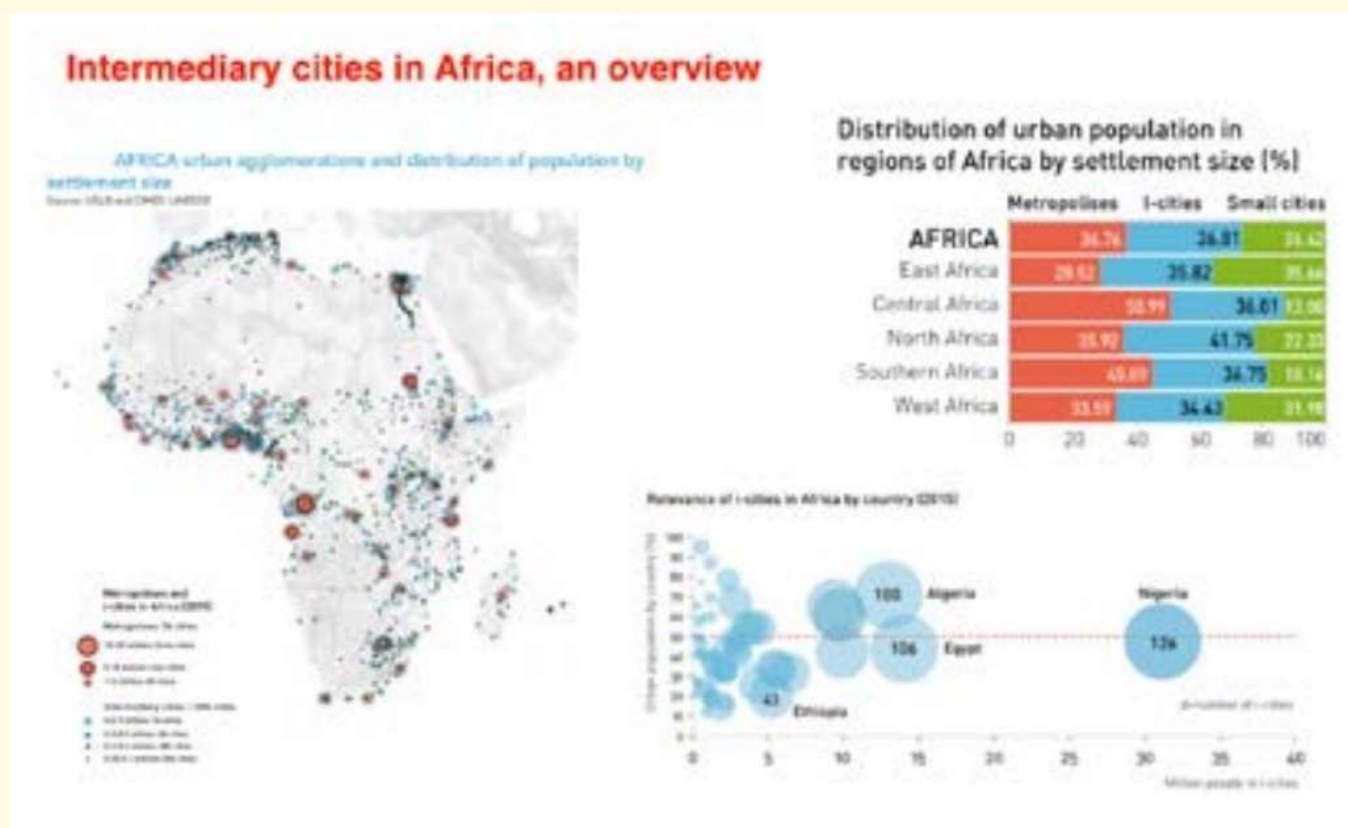
Yves Cabannes

Em 2016, o Relatório Global sobre a Democracia Local, publicado pela CGLU (Cidades Unidas e Governo Local) destacou a importância das cidades intermediárias, pois “abrigarão mais de 400 milhões de novos moradores urbanos nos próximos 15 anos, mais de 90% deles na Ásia e na África Subsaariana, a uma taxa de 70.000 pessoas por dia”.

Desde então, as cidades intermediárias (I-Cities) subiram para o topo das agendas dos programas de desenvolvimento urbano. Isso se deve ao enorme potencial que oferecem, inclusive em termos de segurança alimentar, e ao papel que desempenham no sistema nacional de cidades. Em parte também por causa das enormes ameaças que enfrentam. Não surpreende que uma das comissões mundiais mais ativas do fórum da CGLU seja justamente sobre I-Cities, e que a 9ª cúpula Africities, que será realizada de 17 a 21 de maio de 2022, seja realizada em Kisumu, uma típica I-City no Quênia, tendo como tema central as ‘I-Cities e a Agenda 2063 da União Africana’.

A CGLU e seus parceiros acadêmicos utilizam uma definição de I-Cities “baseada na **população** (geralmente menos de um milhão de habitantes, mas com enormes variações entre países e regiões), e nas **funções** que desempenham - seu papel na mediação de fluxos (de bens, informações, inovações e administração.) e entre os territórios rurais e urbanos em suas respectivas áreas de influência e com relação a outras cidades e regiões”.

Figura 1: Cidades intermediárias na África, uma visão geral.



Fonte: https://www.uclg.org/sites/default/files/uclg_frame_document_ic.pdf

Uma consulta internacional sobre as forças e fraquezas das I-Cities ¹ identificou a perda de terras agrícolas, a degradação dos serviços naturais e a expansão urbana sem elementos estruturais ambientais como as principais ameaças. Ao mesmo tempo, “os preços da terra e o custo dos serviços” eram mais acessíveis (e mais baratos), oferecendo melhores alternativas para moldar um futuro alimentar com planejamento participativo. No entanto, as questões relacionadas à alimentação ainda são amplamente ignoradas no planejamento.

Um elemento importante da declaração resultante do primeiro Fórum Mundial da CGLU sobre I-Cities realizado em Chefchaouen, Marrocos (2018) foi um apelo ao “planejamento evolutivo e ordenamento do “território verde”, estabelecendo regras específicas para controlar o equilíbrio entre o urbano e o rural, e ajudar os municípios a garantirem a qualidade de vida em seus territórios [artigo 7º]”.

Em poucas palavras, as I-Cities não podem ser ignoradas quando se fala sobre segurança alimentar por pelo menos duas razões: primeiro, a maioria das I-Cities é rica em **conhecimento e cultura tradicionais** relacionados à alimentação, geralmente incorporados em práticas localizadas de agricultura, pesca e criação de animais que estão desaparecendo; segundo, há relativamente mais **terra disponível**, oferecendo possibilidades para uma agricultura mais intensiva, pecuária, agroprocessamento e mercados, tanto para consumo local quanto para exportação.

Como tal, oferecem uma oportunidade única, mas os alimentos precisam ser integrados ao planejamento participativo e ao zoneamento fundiário, adaptados às suas necessidades e especificidades.

A Universidade de Lleida, que há muito ocupa a cátedra da UNESCO sobre I-Cities e constitui uma fonte primordial de informação, propôs uma tipologia para I-Cities (documento UCLG Frame, ver em ‘leituras adicionais’) que difere da proposta para Cidades Secundárias por ACC (ver artigo de Gareth Haysom e Jane Battersby, pág. 121). Ela identifica os elos regionais históricos; os centros I-City (metropolitanos; regionais e transfronteiriços); e os corredores I-City (diferenciando corredores nacionais, internacionais e redes internacionais).

Esta tipologia ecoa e enriquece o conceito de **Cidade-Região**, desenvolvido e utilizado pela RUAF e seus parceiros, e levanta um desafio de planejamento para as soluções tipo “um tamanho veste todos”.

Uma pesquisa recente realizada pela RUAF e FAO sobre planejamento urbano (ver artigo na pág. 113) concluiu o seguinte em relação às I-Cities na África e os desafios que elas apresentam quando se trata de planejamento alimentar e urbano:

- a. Em muitos casos, não há documentos de planejamento, normas e regulamentos.
- b. Limitada “cultura de planejamento” e de respeito ao planejamento.
- c. Muito poucos planejadores treinados e, portanto, ainda menos planejadores de alimentação com uma perspectiva participativa.
- d. O crescimento explosivo de assentamentos informais pode ser destrutivo para as práticas agrícolas existentes.
- e. Geralmente, a falta de regimes fundiários legalmente reconhecidos, com apenas registros e cadastros parciais de terras, limita os investimentos nos setores formal e informal.
- f. Há apenas um reconhecimento limitado do enorme potencial e dos limites do setor informal, especialmente no atendimento a mercados de todos os tamanhos e tipos.

¹ Para maiores informações, ver https://issuu.com/uclgcglu/docs/consultation_intermediary_cities

O planejamento dos sistemas alimentares das cidades continuará sendo um desafio para os próximos anos, se quisermos aumentar significativamente a soberania alimentar na África e além.

Yves Cabannes é um planejador e especialista urbano, Professor Emérito de Planejamento de Desenvolvimento, Presidente de Planejamento de Desenvolvimento na Unidade de Planejamento de Desenvolvimento de Bartlett (DPU), University College London. Além de suas muitas funções, Yves é ex-membro do Conselho da RUAF e associado de longa data da RUAF. Ele está comprometido com iniciativas da sociedade civil em várias regiões e é membro do conselho de várias fundações e organizações internacionais.

Maiores informações

- https://issuu.com/uclgcglu/docs/consultation_intermediary_cities
- <https://www.uclg.org/en/agenda/intermediary-cities>
- <https://intermediarycities.uclg.org/en/about-forum>
- https://www.uclg.org/sites/default/files/uclg_frame_document_ic.pdf

Planejamento da agricultura urbana em transição, o caso de Beijing

Dr. Jianming Cai

Dr. Shanshan Du

Dr. Enpu Ma

Na China, como em outros lugares, o planejamento está em constante desenvolvimento para se adaptar a novas situações. Particularmente nas últimas duas décadas, uma transição de planejamento tem sido notável à medida que a China mudou de uma abordagem quantitativa, com foco no crescimento econômico e na expansão urbana, para uma abordagem mais qualitativa, buscando o desenvolvimento sustentável e comunidades mais habitáveis. E Beijing (Pequim) desempenhou um papel pioneiro, juntamente com outras cidades como Xangai, na liderança dessa transição no planejamento urbano.

“Em qualquer cenário, o planejamento deve se reinventar continuamente à medida que as circunstâncias mudam. Nas sociedades contemporâneas, política, instituições, economias, tecnologias e valores sociais estão todos sujeitos a mudanças contínuas, muitas vezes radicais, de modo que os planejadores muitas vezes se sentem sitiados, e sua profissão perpetuamente à beira de uma crise existencial” (Friedmann, 2005, p. 29).).

Planejamento urbano na China

Existem três elementos principais no sistema de planejamento urbano na China: o planejamento-mestre urbano; o planejamento do uso do solo urbano; e o planejamento ambiental urbano. Eles olham respectivamente para o desenvolvimento urbano de modo abrangente e integrado; para o uso e desenvolvimento do solo urbano e rural e a proteção das terras agrícolas na região periurbana; e para a proteção ambiental da expansão urbana. Além disso, o planejamento quinquenal mais tradicional da China se concentra no desenvolvimento econômico (e nas mudanças necessárias no uso da terra em um período específico). Sujeito a estes planos, existem muitos outros diferentes para temas, setores e projetos específicos. O planejamento da agricultura urbana (AU) é um deles: incluindo planejar e programar a indústria agrícola na região periurbana das cidades.

Como capital e uma das primeiras cidades chinesas a introduzir a AU no desenvolvimento urbano, Beijing é pioneira na prática de planejamento de AU na China e representa a evolução da AU no país.

Beijing

Como a maioria das cidades da China, Beijing cobre um grande território administrativo, abrangendo atualmente 16.410 quilômetros quadrados de área. Este território tem crescido muito desde 1958, e o objetivo inicial do alargamento é maximizar o abastecimento auto-suficiente de alimentos e garantir as fontes de água locais (ou seja, o reservatório de Miyun). De 1949 ao início da década de 1980, o planejamento agrícola em Pequim visava proteger as terras agrícolas e garantir o abastecimento local de alimentos, principalmente hortaliças.

Na prática, isso foi alcançado ao longo do período, embora a oferta de alimentos fosse baixa em termos de variedade e qualidade. Dada a infraestrutura precária, o sistema dual de uso da terra (agricultura nas áreas suburbanas e rurais, e indústrias e serviços na área urbana) pareceu uma escolha razoável: As áreas urbana e rural de Beijing foram planejadas para serem separadas.

Fases do planejamento

A urbanização induzida pelo estabelecimento de pequenas cidades e empreendimentos urbanos na região periurbana desde a década de 1980, e a realocação das indústrias, movidas do centro da cidade para a região periurbana na década de 1990, deram início à interação entre as áreas urbanas e o entorno de Beijing. Assim, o padrão de uso da terra periurbana mudou: as terras agrícolas ao redor das áreas urbanas e aldeias maiores fragmentaram-se e os jovens trabalhadores deixaram a agricultura para buscar empregos na indústria. Simultaneamente, mais de 100.000 agricultores migrantes de outras províncias foram atraídos para a periferia de Beijing para trabalhar nos cultivos. No entanto, devido aos interesses conflitantes entre proprietários de terras e os agricultores migrantes, pouco foi investido na agricultura, afetando a produção e a paisagem periurbana e desafiando a oferta de alimentos e a proteção do ambiente.

O surto da SARS em 2003 fez com que a cidade reconhecesse a importância de um suprimento local de alimentos e o papel da agricultura urbana na resiliência da cidade.

Assim, uma nova estratégia, que incluiu a AU, foi introduzida e promovida na região periurbana, em parte graças à conscientização promovida pelos projetos da RUAF na cidade. Em 2006, a Comissão Agrícola e Rural de Beijing emitiu oficialmente um regulamento para incentivar a região periurbana a adotar a AU multifuncional em seu desenvolvimento agrícola. Isso incluiu tanto a melhoria da oferta local de alimentos quanto o atendimento das necessidades dos moradores urbanos para ligadas ao turismo, ao lazer e a outras atividades ao ar livre.



Mapa 1: Zoneamento da agricultura urbana em Beijing.

Fonte: os autores com base no Plano de AU de Beijing (2006-2010)

Como resultado, mais de mil agroparques multifuncionais, cooperativas e empresas de agroprocessamento foram restabelecidos e reestruturados ¹.

Para regular o desenvolvimento da AU em Beijing, uma estratégia de zoneamento fez parte do 11º plano quinquenal da cidade (2006-2010). Ela incluiu cinco zonas, cada uma com um tema agrícola específico: **Zona 1**, o centro urbano, inclui alguma horticultura; **Zona 2**, zona suburbana interior, com agricultura de nicho e de alta qualidade, como hortaliças e flores, e algum agro-turismo; **Zona 3**, área de planície periurbana, com agricultura em larga escala e agroprocessamento (suíno e leite); **Zona 4**, zona montanhosa periurbana, com função mais ecológica e frutícola; e a **Zona 5**, o entorno mais rural da cidade, que abrange outras províncias, fortalecendo a cooperação com essas regiões para aumentar o fornecimento de alimentos para a capital. Por meio do apoio de políticas preferenciais e infraestrutura adequada e aprimorada, esse padrão de AU gradualmente emergiu e se estabilizou.

Os Jogos Olímpicos de Verão de 2008 fizeram Beijing repensar sua estratégia de AU. Como uma cidade com escassez de água (pluviosidade média anual: 600 mm), Beijing não conseguia mais sustentar sua agricultura tradicional.

¹ Para maiores informações, ver a edição no. 15 da Revista de Agricultura Urbana.

Novas tecnologias de economia de água foram introduzidas, incluindo irrigação por gotejamento, coleta de água da chuva e mudanças nas espécies cultivadas. Mais tarde, depois de melhorar o abastecimento de água à cidade, a produção de arroz foi reintroduzida para impulsionar o turismo e enfatizar o valor ecológico dos pântanos para a produção desse cereal.

Para melhorar ainda mais o desenvolvimento da AU em Beijing, o governo local lançou o “plano de ação 221”, cobrindo o 12º plano quinquenal (2011-2015).



O item 2-2-1 refere-se a: o primeiro ‘2’ à integração da agricultura e alimentação com a oferta e a demanda locais; o segundo ‘2’ ao apoio da ciência e à tecnologia e ao financiamento; e o ‘1’ ao gerenciamento e monitoramento do desenvolvimento sustentável da AU na cidade.

Mais dez anos de operação da plataforma mostraram que ela é uma ferramenta útil e eficaz na tomada de decisões e na resposta a mudanças inesperadas, inclusive no comportamento dos consumidores.

Com a abordagem qualitativa da urbanização chinesa (desde 2014) como pano de fundo, Beijing (a partir de 2016) mudou, da busca da expansão quantitativa da população, da economia e do uso da terra, para o desenvolvimento qualitativo da eficiência, produtividade e utilização mais compacta do espaço. Ao fazê-lo, Beijing concentrou-se em quatro funções: centros de cultura; intercâmbio internacional; inovação em ciência e tecnologia; e política. O mais recente plano diretor da cidade (2016-2035), portanto, dá mais atenção à divisão espacial e integração das regiões urbanas e periurbanas, bem como à cooperação regional entre Beijing e suas cidades vizinhas. Os principais objetivos dessa mudança são a mitigação e adaptação às mudanças climáticas; a ligação entre áreas urbanas e rurais; e a melhora do meio ambiente. Isso incluiu a realocação de algumas funções e atividades do centro urbano para áreas periurbanas recém-designadas, o estabelecimento de um conjunto de corredores verdes em forma de cunha e o aprimoramento da função ecológica da AU.

Guiado pelo plano-diretor, o 13º plano quinquenal da UA (2016-2020) de Beijing também enfatizou a função ecológica da agricultura periurbana. Uma iniciativa notável foi incentivar os agricultores a reduzir a produção de algumas culturas tradicionais e, em vez disso, plantar árvores para desenvolver a capital chinesa como uma cidade florestal (um padrão chinês que exige que a cobertura florestal geral da cidade atinja 44%).

Outra ação notável foi desmontar muitas estufas (em especial aquelas ao longo das estradas principais) para restaurar a paisagem original. Indiscutivelmente, isso poderia colocar em risco o suprimento local de alimentos, mas a complementaridade sazonal de outras regiões e o sistema logístico muito melhorado no país nos últimos anos evitaram qualquer redução no suprimento de alimentos.

Durante o recente período da COVID-19, a logística e a gestão da cooperação regional mantiveram a segurança alimentar de Beijing. O raio de fornecimento de alimentos para a cidade pode chegar a 1.200 km percorridos em um único dia. Mais pesquisas devem avaliar o impacto dessa longa cadeia de



fornecimento de alimentos na pegada de carbono da cidade, em comparação com a produção em estufas nas proximidades para a manutenção da variedade, disponibilidade e preços dos alimentos.

Alterando o planejamento da AU

Olhando para trás, a transição chave no planejamento e prática da AU ocorreu da seguinte forma:

1. O planejamento da agricultura na periferia urbana de Beijing seguiu a mudança de conceitos e visões de desenvolvimento: do fornecimento de alimentos para a área urbana da cidade (até a década de 1980) à multifuncionalidade (durante as décadas de 1990 e 2000), acrescentando ou enfatizando a função ecológica da AU, graças ao aumento da biodiversidade na construção de uma cidade resiliente e capaz de enfrentar os desafios induzidos pelas mudanças climáticas e outras incertezas ou riscos.
2. Alinhado a essas mudanças no foco do planejamento, o padrão de uso da terra também foi gradualmente alterado: as terras cultivadas foram cada vez mais alocadas para pomares e florestas visando melhorar o ecoambiente e o agroturismo, além de proteger as terras agrícolas usadas para a produção de hortaliças como pré-condição.
3. Para garantir a segurança alimentar de uma população urbana crescente (atualmente cerca de 23 milhões em Pequim), foi adotada uma nova estratégia espacial e de governança que permitiu uma cooperação regional com outras províncias.

Isso envolveu o desenvolvimento dos enclaves de terras agrícolas localizados em outras províncias, mas operados e administrados por partes interessadas de Beijing, com seus produtos atendendo ao mercado da capital).

Além disso, a integração regional de Beijing com Tianjin e Hebei, criando um aglomerado gigante de cidades, o programa nacional de revitalização rural, os preparativos para os Jogos Olímpicos de Inverno e finalmente a pandemia de COVID, trouxeram novos desafios para o desenvolvimento da AU na região.

Desse modo, o planejamento da AU de Beijing sob o 14º plano quinquenal (2021-2025) introduziu uma estratégia mais abrangente e equilibrada e com uma meta bastante ambiciosa. Embora haja uma ênfase contínua no fortalecimento do ecoambiente, um esforço maior é feito para aumentar a capacidade de abastecimento local de alimentos: a taxa geral de abastecimento local aumentará para 20% em 2025, a partir de 10% em 2020. A poluição do solo será reduzida através da reciclagem de resíduos agrícolas e do aumento do uso de fertilizantes orgânicos e a taxa de cobertura florestal será aumentada para 45% até 2025, de 42% em 2020.



Várias outras metas ambiciosas foram estabelecidas no plano para equilibrar o desenvolvimento futuro de Beijing como reduzir a diferença de renda entre os moradores das áreas urbanas e periurbanas, aumentando a renda do agroturismo, aprimorando o tratamento e o reuso de águas residuais e aumentando o número de agroparques com emissão zero de carbono.

O caso da evolução da AU em Beijing mostra a importância do planejamento urbano na orientação do desenvolvimento da atividade e na sua adaptação às circunstâncias sempre em mudança.

Dr. Jianming Cai, Professor do IGSNRR, Academia Chinesa de Ciências, Pequim. Especializado em sustentabilidade urbana e rural, com foco em planejamento estratégico urbano e desenvolvimento da agricultura urbana. caijm@igsnrr.ac.cn

Dr. Shanshan Du, Professor Associado da Beijing Union University. Especializado em planejamento regional e urbano com foco em pesquisa em planejamento e desenvolvimento de agroparques. shanshan@buu.edu.cn

Dr. Enpu Ma, Professor Assistente da Universidade Normal de Hunan, Changsha. Especializado em geografia urbana e rural com foco de pesquisa atualmente em agricultura urbana e sistemas alimentares urbano-regionais. maenpu2015@sina.com

Crédito das fotos: ©Jingjiang Huang, ©Dong Wang, ©Dong Wang, ©Shanshan DU

Propriedade e regras no processo de planejamento alimentar: reflexões sobre o Parque Agrícola do Sul de Milão

Andrea Calori

A contribuição de Quaglia e Geissler para o livro "Integrating Food into Urban Planning" publicado pela FAO e UCL Press (Cabannes & Marocchino, 2018) oferece uma oportunidade para destacar algumas das questões críticas relacionadas ao uso de ferramentas técnicas e políticas em diferentes abordagens que, ao longo dos anos, foram testadas na região ao redor da cidade de Milão. As questões-chave nestas abordagens dizem respeito à relação entre agricultura, território e cidade.

Uma experiência considerável foi adquirida com o Parque Agrícola do Sul de Milão (PASM), criado em 1990. Ele liga o nome "Parque", destinado a designar uma área protegida, com "Agricultura", uma atividade que por si só não é necessariamente capaz de produzir qualidade ambiental ou proteger a biodiversidade. O PASM é um parque regional de 47.000 hectares que circunda a cidade de Milão e administrado pela prefeitura local (em termos de legislação italiana, é comparável a um município) juntamente com outros 60 municípios na região metropolitana. Dentro do parque, 37.000 hectares são dedicados à agricultura: cerca de um terço para a produção de arroz, um terço para a produção de milho e os restantes 30% dedicados a outros cereais, leguminosas, e hortaliças além de florestas. Há mais de 300 sítios, em grande parte dedicados à produção de leite. O solo é muito fértil e extremamente rico em água (com rios, ampla rede de canais artificiais e considerável lençol freático) e, há mil anos, essa qualidade ambiental está intimamente ligada à agricultura de qualidade e relacionada ao mercado afluente da cidade de Milão. O PASM foi também uma resposta aos efeitos da Revolução Verde da agricultura moderna e à rápida expansão da cidade que, entre as décadas de 1960 e 1980, levou a um grande realinhamento das paisagens, à redução substancial da biodiversidade, a um aumento significativo das monoculturas agrícolas e ao distanciamento crescente da produção agrícola até os locais de consumo em Milão.

É interessante notar a coexistência de diversas abordagens culturais que geraram sua criação. Por um lado, a história do Parque começou com a implementação de uma nova ferramenta de planejamento (o Plano de Coordenação Territorial) tendo como um dos conceitos básicos da sustentabilidade não separar os fatores de produção (a economia, neste caso a agricultura) dos instrumentos de proteção ambiental. Por outro lado, na cultura técnica, política e institucional que determinou o traçado do parque, a regulamentação do uso da terra era desconhecida e rejeitada pela política agrícola e rural.

Como resultado, as ferramentas de planejamento urbano aplicadas ao PASM tornaram-se uma base muito importante para resistir a algumas das pressões para a urbanização das áreas agrícolas. No entanto, o Parque se viu incapaz de orientar estruturalmente o planejamento e encaminhar certas políticas agrícolas (como a transição para a agricultura orgânica, a melhoria do solo e políticas de apoio às cadeias de suprimentos) em meio a objetivos mais ambientais e paisagísticos, como áreas ribeirinhas, zonas de amortecimento e parques ecológicos.

Apesar desta fragilidade estrutural, tem havido um compromisso indiscutível por parte do Parque em promover, com recurso a outras ferramentas, muitas iniciativas destinadas a promover a agricultura no território através da marca 'Parque' e do apoio aos mercados locais, agricultura multifuncional, sítios educativos etc.

Ao longo dos anos, vários instrumentos foram criados para apoiar a organização dos agricultores em diferentes formas (fazendas distritais, cooperativas, consórcios etc.). Embora esses instrumentos tenham estimulado fortemente a vontade e a capacidade dos agricultores para agir em conjunto, a fraqueza desse tipo de iniciativa de “desenvolvimento rural” é que eles têm pouco poder vinculativo quando se trata de questões e processos de planejamento, mesmo quando o financiamento e as regulamentações relacionadas declaram o apoio aos objetivos de proteção ambiental em várias formas.

Esta fragilidade está ligada a vários fatores, como a ausência de regras de controle do valor da terra e que permitam incentivos para tornar o cultivo vantajoso em terras onde o plano geral proíbe a construção de imóveis.

O elo perdido dessas ferramentas diz respeito precisamente à capacidade de interligar as políticas ativas de desenvolvimento rural aos objetivos de planejamento de longo prazo e de proteção territorial nos níveis processual, técnico e jurídico. Isso é crucial para evitar considerar as áreas agrícolas periurbanas como "terras ainda não urbanizadas" e não como locais para investir em uma agricultura multifuncional que produza alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, ofereça serviços ecossistêmicos à cidade (biodiversidade, bem-estar climático, ensino ao ar livre etc.).).

Uma das lições aprendidas ao comparar as diferentes ferramentas testadas na região de Milão é que não só a qualidade técnico-jurídica das regras estabelecidas no final de um processo é importante, mas também a qualidade do próprio processo. Se o resultado do processo incluir uma série de questões como regulação do uso do solo urbano, qualidade ambiental ou políticas de desenvolvimento rural aprimoradas, isso requer suporte técnico integrado e uma estrutura institucional que corresponda a essa complexidade. Cada vez mais, existem planos semelhantes em diferentes contextos internacionais que integram esses vários componentes, mas muitas vezes estes carecem de uma integração efetiva. Além disso, muitas vezes isso é acompanhado por um número substancial de relatórios de pesquisa produzidos por especialistas setoriais (geólogos, conservacionistas, agrônomos etc.) ou por regras e restrições adicionais, em vez de concentrar esforços em políticas integradas.

Em outras palavras, os aspectos sistêmicos que são fundamentais em uma perspectiva sustentável acabam excluídos. Por exemplo, nas fases de construção dos processos de planejamento, o conhecimento integrado e sintético é geralmente excluído, como o conhecimento local (tradicional, indígena, específicos ao local etc.) e conexões informais entre os atores e entre esses atores e o ambiente.

De fato, é interessante notar que em nenhum dos processos institucionais citados por Quaglia e Geissler em seu artigo as iniciativas mais informais, por vezes apresentadas como "alternativas", desempenharam um papel significativo.

Isso parece surpreendente, dado que, ao longo dos anos, eles desempenharam um papel central na facilitação das mudanças culturais que agora estão disseminadas em Milão, e também na transformação de uma parte significativa do mercado "comum" em orgânicos certificados/não certificados, mercados, cadeias de abastecimento curtas com restaurantes e lojas, grupos de compra solidária, redes solidárias e cooperativas de consumo.



Nos últimos vinte anos, processos institucionais formais e informais parecem ter se desenvolvido em paralelo, sem reconhecer as potenciais vantagens mútuas da inclusão do conhecimento, da construção de consensos, do reconhecimento de práticas inovadoras etc.

Práticas e políticas inovadoras são uma espécie de "terceira via" na qual a apropriação desses processos é, pelo menos em parte, confiada a coalizões inclusivas de atores locais que vão muito além das "vias de consulta" formalmente previstas em diversas legislações. Isso inclui, por exemplo, planos confiados a fundações e organizações sem fins lucrativos estabelecidas localmente e sujeitas à verificação participativa periódica.

Finalmente, há uma preocupação mais geral com desenhos institucionais que mantenham uma separação entre estruturas técnicas e responsabilidades políticas relativas ao planejamento urbano e territorial, por um lado, e políticas agrícolas e rurais, pelo outro.

A ideia de “construir territórios e sociedades através da agricultura” poderia tornar-se um princípio orientador para promover a integração de departamentos e competências técnicas que pudessem então gerir “pactos inclusivos e duradouros” entre as cidades e o campo.

Andrea Calori é presidente do ESTà, um centro de pesquisa independente e sem fins lucrativos que trabalha com uma abordagem sistêmica da sustentabilidade. Doutor especialista em políticas territoriais, desenvolvimento local e sistemas alimentares sustentáveis.

Maiores informações

- Cabannes, Y., & Marocchino, C. (eds). (2018). Integrating Food into Urban Planning. London, UCL Press; Rome, FAO.
<https://www.ucl.ac.uk/ucl-press/browse-books/integratingfood-into-urban-planning>
- Quaglia S., Geissler J.B., Greater Milan's foodscape. A neo-rural metropolis, in Cabannes, Y. & Marocchino, C. (eds). (2018). Integrating Food into Urban Planning. London, UCL Press; Rome, FAO.
<https://www.ucl.ac.uk/ucl-press/browse-books/integratingfood-into-urban-planning>

Crédito da foto: ©Andrea Calori

Conclusão

Uma nova geração de planejadores alimentares para a mudança do triplo paradigma

Yves Cabannes

Esta seção propõe uma revolução no planejamento urbano alimentar, com a alimentação sendo considerada sistematicamente em processos mais amplos de planejamento urbano e governança. Há uma necessidade urgente de uma nova geração de planejadores profissionais de sistemas alimentares urbano-regionais.

À medida que a gama de experiências de gestão de sistemas alimentares se traduz em termos e soluções espaciais (espaços físicos, planos de uso do solo, regulamentos de zoneamento etc.), o papel dos planejadores urbanos e regionais torna-se cada vez mais crucial na conexão dos diferentes componentes dos sistemas alimentares e na vinculação das questões relacionadas à alimentação com outros setores da vida urbana de forma integrada e holística.

As lições aprendidas dos artigos e destaques apresentados nesta seção mostram que os planejadores de sistemas alimentares urbanos e regionais precisam ir além de suas fronteiras profissionais e promover essa abordagem holística e multidisciplinar, bem como o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis (urbanos, periurbanos, rurais) que conectam cidades e vilas entre si e com o entorno rural.

Tendo o treinamento em sistemas alimentares como parte de seus estudos e desenvolvimento profissional, centenas de jovens talentos podem se tornar planejadores adequados de cidades e regiões urbanas – indivíduos que conseguem, de forma participativa, envolver produtores, agricultores urbanos e processadores, varejistas, vendedores e outros atores na formulação de planos alimentares estratégicos, planos diretores e planos setoriais adaptados às visões e expectativas das cidades e dos cidadãos.

Liderados por planejadores de sistemas alimentares urbanos e regionais, esses planos devem ir além do planejamento convencional baseado apenas na zoneamento do solo e evoluir para o planejamento urbano da terra e da água.

Quais serão os principais papéis e qualidades desses planejadores de alimentos? Eles devem atuar como **facilitadores** de processos participativos comunitários e de produtores; **conectores** de atores e formuladores de políticas; **defensores** nos governos locais da integração da alimentação no planejamento; e novamente agir como **conectores** dos múltiplos setores envolvidos nas várias etapas da cadeia alimentar, das sementes à mesa.

Devem ter a capacidade de **sintetizar múltiplas visões e produzir planos** em diferentes escalas espaciais.

Finalmente, eles devem considerar, incluir e facilitar a **mudança do triplo paradigma** nos próximos vinte anos para transformar:

- a soberania alimentar urbana: indo além das medidas de cima para baixo para a segurança alimentar urbana com a inclusão significativa e a autodeterminação dos cidadãos nos processos de planejamento.

- as áreas e as atividades comunitárias, compreendendo a alimentação como um bem comum, indo além do planejamento alimentar baseado nos indivíduos e terras pertencentes a empresas, para o planejamento que facilite e consolide as regimes fundiários comunitários e a comida como um direito de todos. Isso pode exigir Fundos Comunitários e outras formas comunitárias, cooperativadas e coletivas de posse da terra.
- a agricultura urbana em agroecologia urbana: seguindo os exemplos de cidades na linha de frente da agroecologia urbana, como Quito, Rosário e Paris, com iniciativas bem-sucedidas, incluindo troca local de sementes, recuperação de solo e análise e acompanhamento de necessidades livres de pesticidas (como também destacado pela The Global Alliance of the Future of Food, veja artigo na pág. 80).

Esperamos que a nova geração de planejadores e os instrutores que os orientam direcionem seus talentos para realizar essa mudança do triplo paradigma – e iniciar a revolução do planejamento alimentar urbano no mundo.

Yves Cabannes é um planejador e especialista urbano, Professor Emérito de Planejamento de Desenvolvimento, Presidente de Planejamento de Desenvolvimento na Unidade de Planejamento de Desenvolvimento de Bartlett (DPU), University College London. Além de suas muitas funções, Yves é ex-membro do Conselho da RUAF e associado de longa data da entidade. Ele está comprometido com iniciativas da sociedade civil em várias regiões e é membro do conselho de várias fundações e organizações internacionais.



Recursos-chave

- African centre for cities. (2019). Toolkit Incorporating Food into urban planning, Cape Town: ACC
- Cabannes, Y., & Marocchino, C. (Editors). (2019). Integrating Food into Urban Planning. UCL Press & FAO: London.
- Howard, E. (1965). Garden Cities of To-morrow. Massachusetts: MIT Press.
- Mougeot, L. J.A. (2005). Agropolis, The Social, Political, and Environmental Dimensions of Urban Agriculture, London: Earthscan.
- Pinderhughes, R. (2004). Alternative Urban Futures – Planning for Sustainable Development in Cities Throughout the World.
- Pothukuchi, K. & Kaufman, J. (2000). The Food System: A Stranger to the Planning Field. Journal of the American Planning Association 66: 113–24.
- Redwood, M. (ed.). 2011. Agriculture in Urban Planning: Generating Livelihoods and Food Security. Taylor & Francis Ltd.
- RUAF. (2001) [Urban Agriculture Magazine no. 4 – Integration of urban and peri-urban agriculture in urban planning | \(ruaf.org\)](#)
- RUAF. (2016). [Urban Agriculture Magazine no. 31 – Inclusive Use of Urban Space | \(ruaf.org\)](#)
- UN Habitat. (2016). [NUA-English.pdf \(habitat3.org\)](#) [only paragraphs related to food]
- Viljoen, A. (ed.). (2005). Continuous Productive Urban Landscapes – Designing Urban Agriculture for Sustainable Cities, Oxford: Architectural Press
- Viljoen, A., & Wiskerke, J.S.C. (ed). (2012). Sustainable Food Planning: evolving theory and practice. Wageningen Academic Publisher

Governança

Governança: a base das ações de alimentação urbana

A governança dos sistemas alimentares urbanos é crítica e decisiva. Ela é o alicerce sobre o qual todas as políticas, projetos, programas e intervenções são construídos. As ações para fortalecer ou transformar os sistemas alimentares urbanos florescem ou fracassam conforme a força de seus arranjos de governança – mas os profissionais muitas vezes não têm certeza de como estabelecer e manter os arranjos que melhor se adaptem ao contexto e que permitam enfrentar os futuros desafios dos sistemas alimentares.

Os artigos desta seção fornecem uma rápida passagem pelas discussões sobre governança alimentar urbana e se baseiam em exemplos e boas práticas de cidades em diferentes partes do mundo.

O que é governança?

Governança é um termo altamente discutido. Tem significados variados para pessoas de diferentes origens e disciplinas, e as definições são muitas vezes envoltas em jargão acadêmico ou técnico. Para nossos propósitos práticos, governança no setor da alimentação é:

- o processo de tomada de decisões sobre como deve ser o sistema alimentar;
- o processo de implementação dessas decisões, que podem ser articuladas em políticas, estratégias, planos de ação e programas;
- o processo de monitoramento do desempenho de políticas, programas e outras intervenções.

A governança também se refere a quem está envolvido nesses processos e às dinâmicas de poder que neles se desenvolvem.

É importante ressaltar que governança não tem nada a ver com tomadas de decisão de cima para baixo, apenas pelo governo. Em vez disso, a governança envolve atores e organizações não estatais, como agricultores, empresas de alimentos, ONGs, grupos comunitários, acadêmicos, sindicatos e associações, mídia e outros especialistas. Todos esses atores trazem para a mesa conhecimentos, experiências e perspectivas; energia e inovação; habilidades complementares; capacidade aumentada; e às vezes até recursos financeiros.

Cada vez mais, nas cidades, os processos formais de governança ocorrem em plataformas ligadas à alimentação e em grupos multissetoriais, onde alguns desses atores participam de processos de governança ao lado de representantes do governo local. Os arranjos dessas plataformas podem diferir consideravelmente, e não é garantido que todas as partes interessadas tenham voz igual na tomada de decisões.



Governança alimentar urbana em 3D

Jess Halliday

A governança alimentar urbana é uma fera complexa e multidimensional. Este artigo desmistifica os termos governança “horizontal”, “vertical” e “territorial” e estabelece questões-chave que os atores urbanos de alimentos devem considerar se quiserem desenvolver intervenções eficazes para abordar questões relacionadas à alimentação em seu contexto urbano ou urbano-regional.

Os processos de tomada e implementação de decisões relacionadas à alimentação são enquadrados pelos arranjos institucionais, dinâmicas de poder e relações de atores em três dimensões: governança “horizontal” no nível da própria cidade; governança 'vertical' em vários níveis; e governança territorial.

Pesquisadores e pensadores conceituais da comunidade ligada a sistemas alimentares geralmente se concentram em apenas uma ou – no máximo – em duas dimensões. No entanto, as três dimensões têm uma influência significativa no trabalho dos formuladores de políticas e nos praticantes. É crucial que eles entendam o que facilita e o que dificulta cada dimensão se quiserem desenvolver intervenções eficazes para construir a sustentabilidade e a resiliência do sistema alimentar.



Dimensão horizontal

A governança “horizontal” refere-se ao contexto histórico, geográfico, socioeconômico, cultural e político da cidade. Esse contexto único determina necessidades, preferências, prioridades e níveis de capital social locais – ou seja, as interações habituais entre setores e redes para o funcionamento efetivo da sociedade. Como o contexto difere de cidade para cidade, as questões relacionadas à alimentação são tratadas de forma específica, com o envolvimento de diferentes atores, organizações e setores.

As últimas duas décadas têm visto uma tendência para plataformas de governança alimentar urbana com múltiplos atores, como conselhos de política alimentar, parcerias e grupos de trabalho (veja o artigo de Carmen Torres Ledezma et al, pág. 154). Essas plataformas reúnem atores governamentais e não governamentais que atuam no sistema alimentar para discutir e desenvolver intervenções, mas seu papel, mandato e maneira de trabalhar variam. Em locais com alto capital social e envolvimento de formuladores de políticas mais experientes, eles podem aconselhar os formuladores de políticas ou fazer recomendações que são posteriormente adotadas; porém onde há menos capital social e vínculos mais fracos com a tomada de decisões, seu papel pode estar amplamente relacionado à advocacia e incidência, incluindo a identificação e o monitoramento de problemas dos sistemas alimentares.

O grau de integração entre os departamentos oficiais com funções relacionadas à alimentação também varia de lugar para lugar, dependendo das práticas de trabalho habituais e da cultura institucional, ou da vontade de cada chefe de departamento de cooperar com outros setores fora de seu domínio.

Na maioria das cidades, não há um departamento governamental único com responsabilidade exclusiva por todo setor da alimentação. Em vez disso, vários departamentos são responsáveis por diferentes aspectos do sistema alimentar. Por exemplo, a saúde pública trabalha com nutrição e segurança alimentar; a equipe de planejamento é responsável pelo zoneamento do uso do solo e construções; o bem-estar social é responsável pela insegurança alimentar, incluindo o fornecimento emergencial de alimentos; o desenvolvimento econômico é responsável por atrair e apoiar as empresas (incluindo as do setor alimentar) e a criação de emprego; etc.

Onde cada departamento trabalha de maneira separada e isolada em sua área designada do sistema alimentar, existe o risco de que as ações e abordagens sejam contraditórias e contraproducentes - podendo até anular umas às outras (ver pág. 151 sobre efeitos prejudiciais que a abordagem dividida entre barreiras teve na segurança alimentar e agricultura em Surabaya). Questões importantes podem ser negligenciadas se cada departamento assumir que estão sendo cuidadas por outros.

Por outro lado, onde os departamentos trabalham juntos para coordenar ações em suas respectivas áreas de responsabilidade, pode haver impactos maiores e sinérgicos e uso mais eficiente dos recursos.

Dimensão vertical

A governança vertical ou multinível é a distribuição de poder, capacidade de formulação de políticas e responsabilidade entre os níveis supranacional, nacional, regional e local. A dimensão vertical determina as alavancas e instrumentos que os governos municipais podem usar para efetuar mudanças nos sistemas alimentares, as políticas alimentares no nível da cidade e as intervenções práticas que podem ser restringidas ou apoiadas pelas preferências políticas e estruturas em níveis mais altos.

Por exemplo, em 2018, Amsterdã desejou **restringir** a publicidade de alimentos não saudáveis para crianças como parte de seu programa “Peso Saudável”, mas na Holanda a política de publicidade é tratada em nível nacional. Isso significou que a cidade poderia restringir a propaganda apenas em sua rede de transporte público, onde controla o espaço publicitário. No Reino Unido, os planos locais e as estratégias de desenvolvimento espacial podem incluir, por exemplo, medidas de preservação de terras agrícolas ou zoneamento de pontos de venda de alimentos dentro de uma cidade. Mas cada plano local está sujeito a uma verificação se está de acordo o marco nacional de políticas de planejamento.

O nível nacional nem sempre é um obstáculo a políticas alimentares progressivas. Em alguns casos, políticas urbanas bem-sucedidas foram reconhecidas e adotadas em nível nacional. Por exemplo, o mandato de 2008 da cidade de Nova York para rotulagem de calorias nos menus dos restaurantes da cidade foi adotado pelo nível federal nos Estados Unidos dois anos depois. Esforços estão em andamento para promover um maior diálogo internível sobre políticas alimentares e criar um ambiente propício para a ação local, baseada na própria cidade, principalmente por meio de uma coalizão nascente formada pelo Grupo de Trabalho de Sistemas Alimentares Urbanos, convocado pela FAO e GAIN, como parte do legado da Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU realizada em 2021.

Mesmo onde há aparente coordenação nacional-local sobre as políticas alimentares, nem sempre ela ocorre sem problemas. Em Surabaya, o desenvolvimento de um Plano de Ação de Alimentação e Nutrição da cidade foi obrigatório por meio da estrutura de política nacional, mas os atores em nível local não tinham certeza do seu alcance para adaptar os objetivos ao seu contexto (ver pág. 151). Além disso, mudanças no governo em nível nacional podem levar à remoção repentina de políticas, programas e recursos financeiros de apoio.

Por exemplo, no início de 2019, Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, desmantelou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), enfraquecendo todo o sistema nacional e subnacional de segurança alimentar e nutricional do país.

Dimensão territorial

A dimensão territorial da governança alimentar urbana diz respeito às interrelações entre atores de várias jurisdições de governos locais diferentes, situados (total ou parcialmente) dentro de uma região – ou seja, em uma área geográfica que compreende um ou mais centros urbanos, os arredores periurbanos e toda a área rural ao redor. Alimentos, pessoas, bens, dinheiro, recursos naturais e serviços ecossistêmicos fluem através das fronteiras administrativas, o que significa que algumas questões do sistema alimentar devem ser tratadas de forma integrada e colaborativa, envolvendo todas as partes interessadas governamentais e não governamentais relevantes de toda a área urbano-regional.

A abordagem focando nos “sistemas alimentares urbano-regionais”, desenvolvida pela RUAF e pela FAO, visa construir a cooperação entre os municípios vizinhos por meio da participação das várias partes interessadas na avaliação do sistema alimentar regional e no planejamento de ações. A abordagem foi aplicada em 11 cidades e regiões no mundo até o momento: Antananarivo (Madagascar); Colombo (Sri Lanka); Lusaka (Zâmbia); Kigali (Ruanda); Kitwe (Zâmbia); Medellín (Colômbia); Melbourne (Austrália); Tamale (Gana); Toronto (Canadá); Utrecht (Holanda); e Quito (Equador).

Em lugares onde há uma autoridade regional, pode haver um aspecto “aninhado” (ou “verticalizado”), integrado à dimensão vertical da governança alimentar. Um exemplo é a região metropolitana da Greater Manchester (Reino Unido), onde a parceria “Good Food Greater Manchester” é uma organização abrangente que apoia as atividades alimentares de dez governos locais próximos.

Mantendo todas as três dimensões em foco

Tomadas em conjunto, as dimensões vertical, horizontal e territorial identificam um contexto de governança alimentar único e complexo, específico para cada cidade e sua região. Em termos práticos, isso significa que todas as questões relacionadas à alimentação precisam ser examinadas usando-se um pensamento cuidadoso e tridimensional. Tal pensamento será muito mais fácil se houver atores de todas as três dimensões ao redor da mesa – ou seja, os membros da plataforma multissetorial que inclui:

- todos os departamentos e secretarias governamentais locais relevantes, ONGs e partes interessadas do sistema alimentar ao nível da cidade (horizontal);
- indivíduos ou organizações com um papel e influência que transcende vários níveis verticais, como, por exemplo, organizações (inter)nacionais ou empresas do setor privado com sede na cidade;
- representantes de governos locais periurbanos ou rurais dentro da cidade-região, ou agências regionais que intermediam a coordenação intermunicipal em áreas políticas relevantes (como um conselho de desenvolvimento econômico, uma autoridade regional de transporte, etc.)

As perguntas em destaque na próxima página podem orientar o pensamento das partes interessadas sobre o que pode ser feito para resolver qualquer questão alimentar em relação à cidade. As respostas – que variam para cada questão – fornecerão uma base para projetar políticas alimentares e intervenções práticas que funcionem apesar do que atrapalha, mas tirando proveito do que ajuda.

Maiores informações

- [Coalition on Sustainable and Inclusive Urban Food Systems](#) - Food Systems Summit Community,
- [FAO-RUAF City Region Food Systems Programme](https://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme), <https://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme>
- Halliday, J. (2022). Conceptualisations of urban food governance, in Moragues-Faus, A et al (eds.) Routledge Handbook of Urban Food Governance

Crédito da foto: ©Raquel Aguirre

Questões norteadoras para enfrentar a questão alimentar urbana, conforme a governança horizontal, vertical e territorial.

- Que atores na cidade têm conhecimento da questão alimentar e capacidade e experiência para abordá-la? Que grau de influência esses atores têm sobre os tomadores de decisão? Como sua influência pode ser aumentada?
- Como a questão alimentar pode contribuir para abordar as prioridades de alto nível na agenda da cidade?
- Como a questão afeta ou diz respeito aos objetivos de diferentes departamentos governamentais ou ONGs? Que entendimentos comuns existem entre os departamentos ou ONGs quanto à questão e quais as áreas de potencial confusão, conflito ou falta de comunicação?
- Como vários departamentos do governo local podem cooperar para promover maiores mudanças ou reforçar as ações uns dos outros?
- O que pode ser feito sobre a questão alimentar em nível municipal, usando poderes, responsabilidades, alavancas e instrumentos existentes atribuídos a vários departamentos do governo local e a seus setores?
- Que dificuldades são apresentadas pelas preferências políticas ou pelo enquadramento dos níveis superiores (nacionais ou regionais), ou pela política partidária? Existe maneira de contorná-las?
- Existe diálogo sobre política nacional-local sobre a questão alimentar? É possível promovê-lo?
- É possível adaptar os objetivos das políticas nacionais ou regionais ao contexto local e urbano?
- Como os municípios vizinhos nas áreas periurbanas e rurais limítrofes são afetados pela questão? Suas ações estão piorando o problema ou buscam melhorá-lo? Como vários municípios podem coordenar uma resposta para benefício mútuo?
- Existem diferenças políticas que podem obstruir a cooperação?
- O que pode ser feito em nível de governo estadual ou federal, usando poderes, alavancas e instrumentos disponíveis? Existe uma estrutura de governança “aninhada” entre a região e os municípios que a compõem? Como isso pode promover ou restringir a ação em todo o território? De que forma a ação regional pode ser prejudicada pelo nível nacional?

Uma abordagem sistêmica para a governança alimentar: lições de Nairóbi

Samuel Ikua Thiong'

Uma governança alimentar eficaz é um pré-requisito e talvez a condição mais importante para a realização da segurança alimentar e nutricional. Desde a formulação de políticas alimentares até a promoção e regulação da produção e venda de produtos alimentícios, se essas questões forem abordadas de uma perspectiva setorial ou então sistêmica, a diferença dos resultados é considerável na coordenação da governança alimentar. Exemplos de Nairóbi mostram que a abordagem sistêmica leva a uma melhor coordenação do que uma perspectiva setorial, fragmentada.

Possibilitando uma abordagem sistêmica: a estrutura institucional e política

A multidimensionalidade da alimentação – como questão de saúde pública, meio ambiente e direitos humanos, entre outras – cria a necessidade de uma abordagem sistêmica. Reconhecendo isso, o Setor Alimentar, Agrícola e Florestal de Nairóbi criou a Diretoria de Sistemas Alimentares e Coordenação de Projetos. Ela coordena as funções dos departamentos de pecuária, colheitas, pesca e serviços veterinários, bem como outros setores relevantes para a alimentação, tais como a saúde pública, o comércio, a água e o ambiente. Além disso, a Diretoria envolve grupos de agricultores, ONGs e o setor privado, dependendo das agendas específicas. Esta abordagem sistêmica cria uma compreensão abrangente das questões alimentares, ajudando na concepção e implementação de intervenções que são direcionadas e inclusivas, e produzem os resultados desejados para todos os atores.

Em termos de apoio político, a Diretoria desenvolveu a Estratégia do Sistema Alimentar do Condado de Nairóbi ¹. A Estratégia define planos e abordagens para fechar as lacunas no sistema alimentar de Nairóbi, através da coordenação entre o governo e outras partes interessadas relevantes. A Estratégia também enfatiza a importância dos alimentos não apenas em função da produção, mas também do processamento, distribuição, consumo e gestão de resíduos. Essa abordagem melhora a coordenação entre vários componentes do sistema alimentar, criando eficiência nas operações envolvendo a comida.

A outra política-chave é a Lei de Regulamentação e Promoção da Agricultura Urbana (2015) ². Ela exige que as autoridades forneçam espaço e água para a produção de alimentos, especialmente para moradores de assentamentos informais. Esta intervenção, em última análise, requer coordenação entre os setores responsáveis pela agricultura, terra, água e planejamento urbano, permitindo assim uma abordagem sistêmica da governança alimentar.

Como a abordagem sistêmica é implementada

A democracia está no centro da governança alimentar de Nairóbi. Este princípio democrático baseia-se na exigência constitucional do Quênia de participação pública antes que qualquer política ou legislação seja aprovada. Para implementar esse princípio democrático, Nairóbi aproveitou os mecanismos multissetoriais como plataformas para interações de atores estatais e não estatais.

Uma das iniciativas é o Food Liaison Advisory Group (FLAG). O FLAG é uma plataforma multissetorial que inclui autoridades municipais, agricultores, comerciantes e grupos de consumidores, ONGs, setor privado e academia.

O objetivo do FLAG é apoiar a governança do sistema alimentar, identificando as boas práticas e as lacunas políticas, legislativas e administrativas que dificultam a sustentabilidade do sistema alimentar de Nairóbi, e sugerir medidas para eliminar essas lacunas. Para a identificação de lacunas específicas do contexto e proposta de sugestões, o FLAG tem grupos de trabalho baseados em cada componente do sistema alimentar: produção, processamento, distribuição, consumo e gestão de resíduos alimentares. A multiplicidade de atores nesta plataforma ajuda a reunir diversas perspectivas sobre questões alimentares, para gerar soluções relevantes, direcionadas e coerentes. Ao fazê-lo, o FLAG pretende influenciar estrategicamente as políticas municipais sobre questões relacionadas com a alimentação através de processos de tomada de decisão inclusivos. No entanto, a sustentabilidade e a eficácia do FLAG continuam a ser questionadas, pois estão previstas apenas quatro reuniões por ano, cuja facilitação dependerá do financiamento de atores externos. Apesar dessa limitação, a plataforma é um bom começo.

Outra iniciativa é o Grupo Consultivo Transversal, também criado pela Diretoria de Sistemas Alimentares e Coordenação de Projetos. O Grupo reúne os setores de educação, saúde, meio ambiente, água, planejamento e comércio, e outros grupos de interesse, como agricultores e ONGs, para se envolverem com a Diretoria em questões alimentares. Com isso, as partes interessadas entendem a interconectividade da alimentação como uma questão de agricultura, comércio, meio ambiente, mercado e direitos humanos, mesclando essas diversas perspectivas no desenho de intervenções coerentes com os objetivos dos diferentes setores relevantes para a alimentação. Este Grupo foi fundamental na implementação do Projeto-Piloto da Estrutura de Monitoramento do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, apoiado pela RUAf, que teve vários fluxos de trabalho relevantes para os diferentes setores relacionados à alimentação. Este Grupo, em comparação com o FLAG, provou ser mais eficaz e sustentável, pois é liderado pelo condado de Nairóbi e enraizado na sua administração.



Além disso, Nairóbi tem uma abordagem institucional que visa fortalecer a inclusão social e de gênero na governança alimentar por meio do Escritório Oficial de Gênero no setor de alimentos. O Gender Officer aborda não apenas a inclusão de gênero, mas também a inclusão de segmentos marginalizados da sociedade, como jovens, pessoas com deficiência e com imunidade comprometida. A aplicação dessa lente de gênero ajuda a identificar desafios e oportunidades alimentares únicos para os grupos marginalizados, o que não seria possível se essas parcelas da população fossem vistas como uma única 'caixa', sem a vantagem de uma 'lente' mais específica.

Além das abordagens estruturadas desses mecanismos multissetoriais, Nairóbi engaja o público e outras partes interessadas por meio de fóruns abertos à participação, outra exigência constitucional.

Desta forma, as partes interessadas podem contribuir para políticas como o Plano de Desenvolvimento Integrado do Condado (CIDP, de cinco anos) e o Plano de Desenvolvimento Anual do Condado (CADP). Este último inclui uma seção sobre as ações prioritárias do setor alimentar para o ano seguinte com o orçamento associado. No entanto, a eficácia da participação das partes interessadas nesses fóruns é limitada, pois os memorandos de participação são emitidos tardiamente, deixando pouco tempo para a examinação crítica das políticas. Infelizmente, esses fóruns são realizados mais para satisfazer a exigência legal, do que para realizar consultas genuínas às partes interessadas.

Além das interações entre atores estatais e não estatais, também existem interações entre os atores oficiais em diferentes entidades estatais, onde são tomadas decisões autoritárias. Os atores estatais são o Executivo do Condado, a Assembleia do Condado e o Conselho de Serviço Público do Condado. Um membro do Comitê Executivo do Condado para o setor de alimentos inicia e administra os processos de formação e execução dos vários planos (incluindo CIDP e CADP). A formação do plano aborda questões de definição de agenda), de formulação de estratégias, e de tomada de decisão e aprovação pelas autoridades executivas e legislativas. A execução do plano aborda a implementação, o monitoramento e a avaliação.

Lições aprendidas

Três lições principais são extraídas da experiência de Nairóbi com arranjos de governança alimentar

1. Controle democrático genuíno em vez de tokenismo demagógico.

A adesão aos princípios democráticos legalmente incorporados no Quênia permitiu a participação ativa das partes interessadas nos processos de governança alimentar em Nairóbi. No entanto, essa democracia se reflete mais na participação e menos no resultado desses processos. Com base em 'A Ladder of Citizen Participation' (1969), de Sherry Arnstein, isso pode ser visto como tokenismo, onde as partes interessadas podem acessar informações e expressar seus pontos de vista, mas sem qualquer garantia de que suas vozes serão refletidas nos resultados. Uma alternativa preferível seria o controle democrático, onde as partes interessadas têm o poder de decisão final, e não as autoridades estatais.

2. Mecanismos multissetoriais baseados em questões definidas.

Plataformas baseadas em questões, como o Grupo Consultivo Intersetorial, formado para abordar a multidimensionalidade dos alimentos, são mais sustentáveis do que iniciativas lideradas por projetos. As iniciativas lideradas por projetos costumam terminar quando o projeto e seus recursos terminam, como se verificou com a Plataforma Multissetorial do Sistema Alimentar de Nairóbi, que foi estabelecida na primeira fase do projeto NADHALI da FAO, mas nunca foi de fato operacionalizada.

3. Abordagem dos sistemas alimentares institucionalizada.

Nairóbi institucionalizou a abordagem de sistemas alimentares ao estabelecer a Diretoria de Coordenação de Projetos e Sistemas Alimentares, transferindo efetivamente a abordagem da teoria para a prática. Esta Diretoria tem ajudado na coordenação eficiente da multidimensionalidade dos alimentos.

A abordagem sistêmica para a governança alimentar em Nairóbi provou ser um agente de mudança crítico para melhorar a coordenação e reforçar a segurança alimentar e nutricional. Essa abordagem cria eficiência nas operações de alimentos nas cadeias de fornecimento e valor, além de abrir processos de governança para a consulta ativa das partes interessadas para influenciar políticas por meio de processos de tomada de decisão inclusivos. Outras cidades do Sul Global, e particularmente na África Subsaariana, estão convidadas a aprender com Nairóbi, pois enfrentam desafios e oportunidades alimentares semelhantes para os quais a abordagem sistêmica poderá ser eficaz.

*Samuel Ikuia Thiong'o é coordenador de projetos no Instituto Mazingira.
samuelikua@gmail.com*

Crédito da foto: ©CIP

1 *Nairobi City County Food System Strategy.*

<https://www.devolutionhub.or.ke/file/90185692-nairobi-city-county-food-system-stra.pdf>

2 *Nairobi City County Urban Agriculture Promotion and Regulation Act, 2015*

<http://kenyalaw.org/kl/fileadmin/pdfdownloads/Acts/NairobiCityCountyUrbanAgriculturePromotionandRegulationAct2015.pdf>

Maiores informações

- Arnstein, S.R. (1969). 'A Ladder Of Citizen Participation'. *Journal of the American Planning Association*, 35: 4, 216 — 224

Um plano de ação de alimentação e nutrição para Surabaya

Jess Halliday

Em 2018, a cidade de Surabaya tornou-se a primeira cidade da Indonésia a cumprir uma exigência nacional de desenvolver um Plano de Ação de Alimentação e Nutrição por meio de um processo participativo. Durante o processo, os participantes encontraram e superaram desafios decorrentes de uma cultura anterior de trabalho compartimentado, e aprenderam que uma estrutura de política nacional de apoio não resolve todos os problemas em vários níveis de governança.

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Indonésia (Decreto Presidencial nº 83/2017) inclui instruções para o desenvolvimento de Planos de Ação de Alimentação e Nutrição nos níveis nacional, provincial e distrital/municipal a cada cinco anos. O Plano de Ação Nacional de Alimentação e Nutrição (Agência Nacional de Planejamento do Desenvolvimento, regulamento nº 1, 2018) serve como orientação para os planos subnacionais, incluindo a definição das responsabilidades exigidas dos diferentes departamentos governamentais. Sob esta estrutura, o plano em cada nível subnacional deve estar em conformidade com o do nível seguinte – ou seja, o nível provincial deve estar em conformidade com o nível nacional; o nível distrital/municipal precisa estar em conformidade com o nível provincial).

O desenvolvimento do novo Plano de Ação Alimentar e Nutricional em Surabaya foi liderado pelo departamento de planejamento da cidade, BAPEKKO. Ele foi iniciado após uma solicitação do escritório indonésio da GAIN (Aliança Global para Nutrição Melhorada) e do departamento de planejamento de uma universidade local (Institut Teknologi Sepuluh Nopember Surabaya, ITS).

A ITS foi a agência executiva no processo de desenvolvimento do plano de ação, enquanto a GAIN desempenhou um papel consultivo.

Um plano anterior e fragmentado

O Plano de Ação de Alimentação e Nutrição anterior de Surabaya foi válido de 2011 a 2015, mas nunca foi totalmente implementado.

Os resultados desse plano foram exclusivamente relacionados à saúde, sem considerar como os resultados na saúde seriam impactados por questões da qualidade e acessibilidade aos alimentos.

Como tal, era considerado de responsabilidade exclusiva do Departamento de Saúde da cidade e nem o Departamento de Segurança Alimentar e Agricultura nem qualquer outro departamento ou agência municipal estava envolvido.



Surabaya também tinha um Conselho de Segurança Alimentar que foi criado por um decreto do prefeito em 2010, com membros compostos por funcionários municipais de todos os departamentos relevantes. O papel do Conselho de Segurança Alimentar municipal era desenvolver políticas alinhadas com as do Conselho de Segurança Alimentar de nível provincial e promover a participação da comunidade. No entanto, em 2017 os membros deixaram de realizar reuniões e não havia projetos ativos. Como resultado, a comunicação interdepartamental e a cooperação sobre segurança alimentar e nutrição desmoronaram no município.

Quebrando as barreiras; encontrando um terreno comum

Para desenvolver o novo plano de ação, as partes interessadas foram distribuídas em três grupos de trabalho, cada um deles tratando de um ou dois dos cinco pilares da alimentação e nutrição identificados na Política Estratégica Nacional de Alimentação e Nutrição.

Grupo de trabalho 1

- Pilar 1: Melhoria da nutrição da comunidade
- Pilar 4: Hábitos de vida limpos e saudáveis

Grupo de trabalho 2

- Pilar 2: Aumento da acessibilidade a alimentos diversos
- Pilar 3: Qualidade e segurança dos alimentos

Grupo de trabalho 3

- Pilar 5: Coordenação do Desenvolvimento Alimentar e Nutricional

Durante as reuniões dos grupos de trabalho vieram à tona algumas áreas de incoerência e diferentes interpretações entre os departamentos.

Por exemplo, o Departamento de Segurança Alimentar e Agricultura tendia a pensar na disponibilidade de arroz, carne e ovos em termos quantitativos, mas não pensava como a qualidade desses alimentos poderia ser prejudicada pelo manuseio e armazenamento inadequados, nem como práticas para melhorar a produtividade, como hormônios de crescimento na aquicultura, podem ter implicações na saúde pública.

Algumas diferenças conceituais também foram identificadas.

Por exemplo; a diferença sobre a definição de 'nutrição'. Na regulamentação a nível nacional, 'nutrição' refere-se a componentes presentes nos alimentos, enquanto a ITS a entende como o estado nutricional dos indivíduos.

O Departamento de Saneamento, por sua vez, insistiu em incluir indicadores sobre água, saneamento e higiene, embora outros pensassem que não se tratava exatamente de “nutrição”.

O processo multissetorial permitiu que essas dificuldades e barreiras fossem expostas, discutidas abertamente e – sempre que possível – acordadas. Onde o consenso não foi possível, as partes interessadas, porém, puderam reconhecer os problemas e foram capazes de contorná-los.

O processo criou uma nova cultura de coordenação e comunicação entre departamentos e agências governamentais sobre alimentação e nutrição, superando a compartimentação. Para este fim, o Conselho de Segurança Alimentar, antes composto apenas por funcionários de departamentos e agências oficiais, foi reformado.

Desconexões verticais

A estrutura política que requer a integração vertical para a segurança alimentar e nutricional foi, sem dúvida, um fator importante no desenvolvimento do novo Plano de Ação Alimentar e Nutricional de Surabaya. No entanto, Surabaya mostrou dois problemas potenciais diante da necessidade de as cidades alinharem seu Plano de Ação com os planos em nível nacional e provincial (estadual).

O primeiro problema foi que não estava claro quanto de conformidade era necessária com as questões contidas nos Planos de Ação Nacional (2015-2019) e Provincial (2016-2019) de Alimentação e Nutrição (alguns, mas não todos, ligados a Surabaya), e se havia possibilidades de adaptação para incluir as próprias prioridades locais que não estavam nos planos de nível superior.

Por exemplo, no plano nacional o segundo pilar, “aumentar a acessibilidade a diversos alimentos”, concentra-se na produção local de alimentos, mas em Surabaya a terra produtiva é escassa. As partes interessadas decidiram que fazia mais sentido que o Plano de Ação de Surabaya se concentrasse na distribuição de alimentos e na sua disponibilidade física e econômica. Outro exemplo diz respeito às diferentes formas de desnutrição. O atraso no crescimento das crianças é uma prioridade nacional e é proeminente no plano de ação em nível nacional, enquanto em Surabaya o rápido crescimento da obesidade em crianças e adultos fez com que esses problemas tivessem que ser incluídos.

O segundo problema dizia respeito à incoerência entre a duração das políticas em diferentes níveis. O Plano de Ação Alimentar e Nutricional foi integrado ao Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo de Surabaya, tornando este último um veículo importante para orçar e implementar várias ações-chave.

Para orçar e implementar atividades não ligadas ao Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo, era necessário que o Plano de Ação Alimentar e Nutricional fosse aprovado primeiro a nível provincial para garantir que estava em conformidade com o Plano de Java Oriental e, em seguida, ser ratificado por um regulamento do prefeito. No entanto, o Plano de Ação provincial funcionou de 2016 a 2019 e, portanto, expirou no momento em que o BAPEKKO concedeu sua aprovação ao Plano de Ação de Surabaya. Isso significava que era necessário esperar pelo novo Plano de Ação Alimentar e Nutricional de Java Oriental 2020-2022, mas isso não foi finalizado até a eleição para prefeito de Surabaya em dezembro de 2020.

Em 2021, o novo Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo da Cidade de Surabaya estava sendo desenvolvido pelo novo prefeito, enquadrado no novo Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo 2020-2024. Conseqüentemente, um novo Plano de Ação Alimentar e Nutricional é necessário para estar alinhado com o novo Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo.

Dr Jess Halliday is a Consultant and Associate of the RUAF Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems

Maiores informações

- [A multi-stakeholder forum to develop the Food Security and Nutrition Action Plan - Surabaya, Indonesia - foodactioncities](#)
- Pamungkas, N.P., Santoso, E.B., & Wijaya, I. (2020). Challenges Associated with Formulation of Urban-Based Food and Nutrition Policy in Surabaya City, Indonesia. *Journal of Nutritional Science and Vitaminology*, 2020, Volume 66 Issue Supplement Pages S417-S424. <https://doi.org/10.3177/jnsv.66.s417>

Mecanismos multissetoriais dos sistemas alimentares nacionais e subnacionais: uma avaliação de experiências

Carmen Torres Ledezma

Marina Bortoletti

Mark Lundy

Michael Mulet Solon

Os mecanismos multissetoriais tornaram-se uma característica familiar do cenário da política alimentar nos níveis nacional, regional e subnacional, em todo o mundo. Este artigo resume os resultados de um grande estudo que procurou entender a contribuição dos mecanismos multissetoriais na incorporação de uma abordagem sistêmica aos esforços para apoiar a transição sustentável dos sistemas alimentares.

Mecanismos de governança envolvendo as várias partes interessada

Nos últimos anos, testemunhamos o surgimento de Mecanismos Multissetoriais de Sistemas Alimentares Sustentáveis (MSM SFS) em níveis nacional, regional e subnacional. Estes são mecanismos formais ou informais de tomada de decisão participativa que reúnem diversos atores do sistema alimentar (por exemplo, governo, setor privado, ONGs, agricultores) com diferentes agendas relacionadas à alimentação (por exemplo, meio ambiente, saúde, comércio, agricultura) de todas as etapas da cadeia de valor (da produção ao consumo) de forma inclusiva para aconselhar, desenvolver ou implementar políticas que promovam sistemas alimentares sustentáveis.



O surgimento de MSM SFSs levanta questões sobre a extensão de seus benefícios, limitações e desempenho. Eles são um meio para alcançar sistemas alimentares sustentáveis e não um fim em si mesmos. Evidências e dados sobre suas características, eficácia e resultados permanecem vagos e fragmentados.

Nesse contexto, o estudo da Alliance of Bioversity & CIAT, UNEP e WWF buscou identificar, estudar e analisar os MSMs SFS nacionais e subnacionais para entender e compartilhar sua contribuição para incorporar uma abordagem de sistemas alimentares nos processos de formulação de políticas que apoiem a transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Seleção de SFS MSMs notáveis

O objetivo do estudo foi identificar, analisar e comparar exemplos de mecanismos multissetoriais nacionais ou subnacionais para promover sistemas alimentares sustentáveis que:

- reúnam, de forma inclusiva, diferentes atores alimentares (por exemplo, governo, setor privado, ONGs, agricultores) de todos os pontos da cadeia de abastecimento (da produção ao consumo)
- conectem atores com diferentes agendas alimentares (meio ambiente, saúde, comércio, agricultura);

- apoiem o desenvolvimento e/ou implementação de uma política alimentar holística, existente ou em projeto, em nível nacional ou subnacional, para incorporar a abordagem de sistemas alimentares no processo de formulação de políticas alimentares;
- atribuam preferencialmente um papel ativo ao governo nacional ou subnacional (mecanismos liderados pela sociedade civil ou pelo setor privado podem ser considerados, desde que o governo esteja envolvido e o mecanismo funcione no contexto de uma agenda política);
- estejam geograficamente equilibrados entre as regiões do mundo.

Com base nesses critérios, dez casos foram selecionados e estudados, três em nível nacional na França, Dinamarca e Índia; e sete em nível subnacional em Ghent (Bélgica), Londres (Reino Unido), Montreal (Canadá), Los Angeles (EUA), Quito (Equador), La Paz (La Paz) e Antananarivo (Madagascar).

Algumas dicas importantes

Evidências emergentes deste estudo mostram que os MSM SFSs verdadeiramente inclusivos, que desfrutam de apoio político e financeiro e adotaram princípios e processos de boa governança, são mais capazes de incorporar uma abordagem baseada em sistemas e desenvolver políticas alimentares holísticas que atendam melhor às necessidades das pessoas e do planeta. Os MSM SFSs estudados ajudaram a promover a inclusão do tema da degradação ambiental na agenda alimentar, um aspecto muitas vezes negligenciado, e também incorporaram questões relacionadas à alimentação nos processos políticos ligados às mudanças climáticas e ao meio ambiente.

Exemplos de realizações de MSMs SFS

- A *Dinamarca Orgânica* é coautora da primeira Lei de OGM do mundo e da primeira Lei Orgânica do mundo. Também desenvolveu oito planos de ação adicionais, incluindo metas de conversão climática e orgânica para cozinhas públicas, o primeiro Plano de Ação Orgânico do mundo, o selo orgânico nacional e a Parceria Climática para o Setor de Alimentos e Agricultura. Além disso, a nível internacional, a Dinamarca Orgânica foi co-líder no processo da UE para banir os OGMs em favor da agricultura e dos alimentos orgânicos e contribuiu para o Plano de Ação Orgânico da União Europeia, e a Declaração C40 Good Food Cities (Cúpula dos Prefeitos do Mundo 2019). A Organic Denmark também fez lobby com sucesso para incorporar políticas sustentáveis de alimentos orgânicos em programas e estratégias nacionais para o desenvolvimento rural, proteção da água potável, controle de pesticidas, expansão de áreas verdes, com incidência nos orçamentos nacionais, regionais e municipais.
- Em Quito, o Pacto Agroalimentar de Quito (PAQ) pressionou com sucesso para adicionar a alimentação como um tema no Plano de Ação Climática 2050 de Quito, Visão 2040 (estratégia de planejamento urbano da cidade), na Estratégia de Resiliência de Quito, no Plano de Desenvolvimento Metropolitano e no Plano de Uso do Solo.

Outras lições importantes aprendidas com esta pesquisa são:

- Apoio político, financiamento e institucionalização são importantes impulsionadores de sustentabilidade e sucesso a longo prazo.
- A conexão em diferentes níveis com estruturas semelhantes promove a criação de redes e maior impacto, percebido como uma conquista fundamental pelas partes interessadas dos MSM SFSs.

- Criar envolvimento e colaboração efetivos leva tempo; uma liderança eficaz é fundamental e uma boa facilitação é fundamental para navegar em tópicos controversos e promover o diálogo e a tomada de decisões inclusivas e construtivas.

Uma tarefa que ainda está pendente é estabelecer procedimentos que abordem melhor os desequilíbrios de poder e gerenciem os conflitos de interesse, juntamente com mecanismos de financiamento para apoiar a participação e capacitação de grupos desfavorecidos.

Carmen Torres Ledezma works as a Sustainable Food Systems Expert at the United Nations Environment Programme (UNEP), Cities Unit, Economy Division.

Marina Bortoletti works as an Associate Programme Officer at the United Nations Environment Programme (UNEP), Cities Unit, Economy Division.

Mark Lundy is the Research Director of the Food Environment and Consumer Behavior Programme at the Alliance of Bioversity International and CIAT.

Michael Mulet Solon works as a Senior Program Officer on Sustainable Food Systems at the Agriculture & Land Use Change Unit at WWF-Germany.

Maiores informações

Alliance of Bioversity & CIAT, UNEP and WWF (2021). [National and Sub-national Food Systems Multi-Stakeholder Mechanisms - An Assessment of Experiences \(Full Report\) | One Planet network](#)

Este estudo foi encomendado pela Community of Practice on Food Systems Approach on the Ground (CoP-FSAG), parte do Programa de Sistemas Alimentares Sustentáveis (SFS) da rede One Planet.

A CoP-FSAG do Programa SFS é facilitada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para conectar diferentes instituições que promovem e implementam abordagens de sistemas alimentares locais mais sustentáveis. O estudo foi realizado como contribuição para uma das cinco áreas de trabalho da CoP-FSAG, que se concentra em gerar e compartilhar conhecimento sobre a implementação de políticas e iniciativas baseadas em sistemas.

Este estudo foi apoiado pelo WWF-Alemanha e pela rede de equipes do WWF 'Future Food Together: Transforming Food Systems in the Global South'. O projeto faz parte da Iniciativa Climática Internacional Alemã (IKI). O Ministério Federal Alemão do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) apoia esta iniciativa com base numa decisão adotada pelo Parlamento Federal (Bundestag). Além disso, este projeto também fez parte do Programa de Pesquisa em Agricultura para Nutrição e Saúde (A4NH) e recebeu apoio financeiro do programa emblemático do CGIAR "Sistemas Alimentares para Dietas Mais Saudáveis"



Crédito das fotos: ©Alexandra Rodríguez CONQUITO, AGRUPAR Project Manager; ©Organic Denmark

Por que a governança da agricultura urbana nunca é um “trato feito”

Jess Halliday

Este artigo promove a governança reflexiva e fornece exemplos de como as plataformas urbanas de governança alimentar mudaram seus métodos ou prioridades e, em alguns casos, reconfiguraram os arranjos institucionais em resposta a mudanças nas circunstâncias. Baseia-se na literatura acadêmica para fornecer uma lista de verificação para a capacidade de governança adaptativa – ou seja, arranjos de governança que permitem que as partes interessadas respondam a mudanças ecológicas e ambientais repentinas e dramáticas.

Os atores que dão início às plataformas de governança alimentar urbana – como conselhos ou parcerias de política alimentar – pensam consideravelmente na estrutura mais apropriada e eficaz, sede institucional, procedimentos operacionais e de tomada de decisão e arranjos de associação. Esses arranjos geralmente estão estabelecidos em termos de referência (TdR) que lembram aos membros o seu compromisso bem como o engajamento e desempenho previstos. Tarefas específicas também podem ser estabelecidas nas estratégias e planos de ação.

Embora esses arranjos e planos possam ser ótimos quando elaborados, de forma alguma devem “cimentados” ... Em vez disso, as partes interessadas devem garantir flexibilidade para que possam mudar a qualquer momento em resposta a mudanças nas circunstâncias, como mudanças eleitorais ou mudanças nas prioridades cívicas ou organizacionais, ou se os resultados ficarem aquém das expectativas. Dito de outra forma, as plataformas de governança alimentar urbana devem exercer governança reflexiva, refletindo as circunstâncias.

Sem reflexividade, flexibilidade, uma plataforma pode até entrar em colapso se estiver mal adaptada a um contexto em mudança e enfrentar barreira intransponível para cumprir um propósito “cimentado”.

Reflexividade em ação

Existem várias abordagens diferentes para a governança reflexiva, que não são necessariamente mutuamente excludentes.

Primeiro, os arranjos de governança podem ser alterados à medida que as circunstâncias externas mudarem.

Por exemplo, a estrutura da plataforma de governança alimentar em Bristol, bem como a forma como ela opera, mudou várias vezes na última década em resposta a mudanças eleitorais e para aproveitar ao máximo as novas oportunidades. A inserção da agenda alimentar nas comunidades de base e a persistência de ativistas comprometidos têm sido fundamentais para manter o ímpeto durante os períodos de mudança (veja o artigo na pág. 160).

Em Toronto, Canadá, o Conselho de Política Alimentar local e a Estratégia Alimentar foram prejudicados pela mudança de foco na Saúde Pública local, bem como pela pandemia do COVID-19 – mas a paixão e a experiência dos membros e apoiadores do Conselho de Política Alimentar de Toronto têm gerado novas formas de advocacia alimentar da cidade a médio e longo prazos (ver pág. 112).

Em segundo lugar, *o enquadramento primário do trabalho de política alimentar pode ser alterado em resposta a mudanças nas agendas políticas* – seja devido a mudanças eleitorais ou em resposta a novos desafios sociais. Em Londres, oportunidades e treinamento para jovens tornaram-se uma das principais prioridades da Prefeitura em agosto de 2011, em resposta aos tumultos generalizados em toda a cidade.

Como resultado, o Programa Alimentar de Londres silenciosamente engavetou seu plano de implementação para 2011-2013 e reorientou a Estratégia Alimentar para um contexto de recessão econômica, preocupação climática, cortes de gastos e reforma do NHS. A equipe de alimentação da Prefeitura mudou de departamento - do Meio Ambiente passou para Negócios e Economia (Halliday & Barling, 2018).

Em terceiro lugar, *questões emergentes e programas ou projetos para abordá-las podem exigir que novas capacidades, conhecimentos e experiência sejam incorporados*. Evidências dos EUA indicam que alguns conselhos de política alimentar revisam seus membros de forma específica para garantir que as propostas e projetos sejam informados pelo conhecimento especializado dos participantes e pela experiência vivida das pessoas que podem ser diretamente afetadas (McCullagh & Santo, 2012).

Em quarto, *ações rápidas precisam ser tomadas quando o monitoramento revela sérias consequências não intencionais de políticas ou programas*. Por exemplo, a cidade de Amsterdã, na Holanda, procurou reduzir o consumo de açúcar das crianças proibindo todas as bebidas nas escolas, exceto a água, como parte de seu Programa de Peso Saudável. No entanto, muitos pais desconheciam o alto teor de açúcar presente em sucos industrializados, e presumiam que seus filhos estavam perdendo uma fonte saudável de vitaminas. Eles então procuraram compensar essa perda presumida fornecendo suco de frutas açucarado em excesso em casa. Para corrigir esse equívoco, a prefeitura convidou os pais para sessões de teatro educativo, que incluiu a mensagem de que a água é a bebida mais saudável (IPES-Food, 2017).

Em quinto lugar, *muitas plataformas de governança alimentar urbana programam revisões periódicas de suas realizações e, idealmente, também de suas estruturas e operações*. Essas revisões podem ser conduzidas por avaliadores externos, o que garante objetividade e pode introduzir um novo pensamento independente. A cidade francesa de Bordeaux lançou uma revisão de seu conselho de política alimentar (Conseil Consultatif de Gouvernance Alimentaire Durable) liderada por consultores externos, para revisar experiências anteriores e comparar seu modelo e resultados com modelos de governança alimentar em outras cidades. Porém essas revisões provavelmente são caras, e os conselhos de política alimentar com recursos limitados geralmente preferem gastar seus recursos na realização de projetos.

Como alternativa, as partes interessadas podem realizar sua própria autoavaliação, avaliando criticamente seu próprio desempenho e examinando suas – e as de outras – suposições e preconceitos. Uma metodologia útil é a Ferramenta de Autoavaliação do Conselho de Política Alimentar desenvolvida e testada por Larissa Calencie e colegas da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill (Calencie et al., 2017).

Fortalecer a governança para enfrentar os desafios futuros

A governança adaptativa é a reorganização de estruturas, processos de tomada de decisão e regras e normas em uma tentativa de aumentar a resiliência dos sistemas socioecológicos às mudanças ecológicas e ambientais (imprevistas).

Isso é ressaltado pelo entendimento de que as comunidades podem governar recursos comuns de forma estável por décadas, mas essa sua capacidade para fazê-lo pode desaparecer repentinamente quando ocorrer alguma mudança, risco particularmente relevante no atual contexto de emergências climáticas e pandemias. A literatura acadêmica fornece uma lista de pré-requisitos para uma adaptação rápida (ver quadro). Assim, ao realizar revisões reflexivas, atores podem envolver-se mais efetivamente nas estruturas da política alimentar urbana.

Governança adaptativa em ação

Em 2021, Alison Blay-Palmer e colegas da FAO e RUAF (Blay-Palmer et al., 2021) descobriram que as cidades que haviam adotado anteriormente uma abordagem de sistema alimentar urbano-regional – incluindo o estabelecimento de plataformas de governança multissetoriais – tiveram maior capacidade para suprir falhas na oferta e responder às necessidades emergenciais durante a crise alimentar do COVID-19 em 2020.

Mesmo assim, algumas cidades com um longo histórico de governança alimentar (como Bristol, Reino Unido) ainda encontraram dificuldades para coordenar as respostas emergenciais, sinalizando a necessidade de melhorar o desempenho nos oito pré-requisitos para aumentar a capacidade adaptativa.

A Dra. Jess Halliday é Consultora e Associada da Parceria Global da RUAF sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares.

A primeira lista para avaliar a capacidade adaptativa de conselhos de política alimentar foi desenvolvida em 2003 por Thomas Dietz e colegas (Dietz et al., 2003), que indicaram quatro pré-requisitos para a adaptabilidade em estruturas de governança:

- diálogo e deliberações inclusivos (deliberação analítica);
- arranjos institucionais complexos em vários níveis (aninhamento);
- uso de uma variedade de regras extraídas de vários sistemas, combinando normas governamentais, incentivos de mercado e mecanismos de autogoverno comunitário (variedade institucional); e
- facilitação da experimentação, aprendizagem e mudança.

Carle Folke (2006) retoma esta lista explorando sistemas de governança socioecológica em momentos de crise e sua subsequente renovação e reorganização, acrescentando:

- a geração e mobilização de aprendizagem científica em vários campos (conhecimento, aprendizagem e prática);
- a capacidade dos líderes de aprender com as experiências e também de suas organizações reterem esse conhecimento (aprendizagem organizacional);
- sistemas locais de gestão de recursos baseados na comunidade, envolvendo as organizações que os apoiam em vários níveis (co-gestão); e
- a devolução do poder para estruturas de redes sociais participativas (capital social).

Maiores informações

- Este artigo baseia-se no capítulo “Conceituações da governança alimentar urbana” da mesma autora, publicado no Routledge Handbook of Urban Food Governance (veja o artigo na pág. 165).

Além do “Ouro”: a jornada de governança de alimentos em constante evolução de Bristol

Jess Halliday

A história formal da governança alimentar de Bristol (Reino Unido) é de contínua adaptação às mudanças nas circunstâncias. Ao longo da última década, a Bristol Food Network, reunindo ativistas de base, tem sido um motor para o envolvimento contínuo do governo local e dos cidadãos, enquanto a criação de um grupo informal de atores-chave (de todos os setores) forneceu um espaço para a criação de estratégias nos bastidores, construindo relacionamentos e apoio mútuo.

A cidade de Bristol, no sudoeste da Inglaterra, tem um setor da sociedade civil atuante e um histórico de defesa da alimentação local que remonta à década de 1990. O Bristol Food Policy Council (BFPC) foi formado em 2011, após a publicação do Relatório *Who Feeds Bristol* sobre a sustentabilidade e resiliência do sistema alimentar da cidade ¹ (encomendado pelo Bristol City Council - BCC, NHS Bristol e Bristol Green Capital Partnership) e com o incentivo do professor acadêmico de alto nível Kevin Morgan (que atuou como primeiro presidente do BFPC).

A sede institucional do BFPC era um espaço neutro, que não fazia parte de alguma ONG nem do governo de Bristol (BCC) – embora os serviços de secretariado fossem prestados, por sua vez, pelas equipes de sustentabilidade e saúde pública do BCC e houvesse um assento para um conselheiro eleito (de 2012 a 2016, um vereador foi designado do gabinete interpartidário do então prefeito George Ferguson). Outros membros incluíam um representante da Bristol Food Network (então um grupo comunitário informal e uma lista de e-mail, mas posteriormente formalizada como uma “companhia de interesse comunitário”) e representantes de todo o sistema alimentar da cidade e região.

O BFPC completo se reunia quatro vezes por ano. Em 2012, os membros reconheceram a necessidade de mais comunicação social em torno do termo “boa comida” e desenvolveram o Bristol Good Food Charter. Eles estabeleceram um subgrupo de comunicação, que se reunia mensalmente em um ambiente informal, geralmente um café. A abordagem do subgrupo foi guiada por quatro ações: imersão, implicação, reciprocidade e facilitação. Com o tempo, esse subgrupo tornou-se um centro estratégico para os principais atores da alimentação na cidade.

Mudança eleitoral

A eleição de um novo prefeito, Marvin Rees, em 2016, levou a uma mudança nas prioridades em relação à alimentação dentro da cidade. Enquanto o BFPC continuava a se reunir, com o apoio de alguns Conselheiros, havia a necessidade de reenquadrar a agenda com maior ênfase no combate à pobreza e à desigualdade e na promoção da inclusão social.

Também em 2016, na mesma semana das eleições, Bristol se tornou uma das duas únicas cidades do país a receber, por seu trabalho com alimentação, o “Prêmio Prata” da Sustainable Food Cities Network (uma rede do Reino Unido administrada pela organização da sociedade civil, agora denominada Sustainable Food Places ou SFP) ².

A liderança comunitária da Bristol Food Network foi crucial para garantir um impulso contínuo durante a transição.

A nova receita do BFPC, sustentada pelo princípio da imersão, envolveu uma ampla gama de interessados em visitas de aprendizado aos principais locais de alimentos da cidade - como o armazém de redistribuição de alimentos excedentes da FareShare South West e o Grow Wilder, uma área de demonstração e treinamento da agricultura orgânico. Essas visitas buscaram proporcionar experiências de aprendizagem imersivas e possibilitar que novas relações fossem construídas ou reforçadas.

Do lado do BCC, a vereadora Asher Craig, vice-prefeita responsável pelos serviços infantis, educação e igualdade, surgiu como uma figura crítica para garantir o engajamento do novo governo na agenda alimentar. Ela defendeu a Good Food & Catering Procurement Policy do Bristol City Council e garantiu sua aprovação pelo gabinete em março de 2018. A preparação para esta nova política foi realizada pela equipe do BCC que também participou do BFPC. A aprovação desta nova política proporcionou maior confiança e um ponto de entrada seguro para definir e trilhar os próximos passos.

Em busca do Ouro

Entre 2016 e 2018, o BFPC – e em particular a Bristol Food Network – pressionou para iniciar o processo de levar o trabalho voltado a melhorar a alimentação em Bristol para o próximo nível: buscar um “Prêmio Ouro” outorgado pela SFP. Isso exigiria um grupo de direção adequado.

A aprovação formal do BCC para o projeto visando o Prêmio Ouro foi concedida em abril de 2018, em uma reunião na qual participaram o subgrupo de comunicações da BFPC, um representante da SFP e gerentes seniores da Câmara Municipal de Bristol. O processo foi financiado por uma subvenção da SFP e financiamento equivalente da Câmara Municipal de Bristol.

A partir deste ponto, o grupo diretivo do projeto *Going for Gold* (GFG) tornou-se a principal plataforma formal de governança alimentar em Bristol. Institucionalmente, este grupo diretivo era um espaço compartilhado entre Bristol Food Network, Bristol Green Capital Partnership e BCC. Foi presidido por Cllr Craig, e os membros representavam outras organizações com algum envolvimento no sistema alimentar (ver destaque). A Bristol Food Network desempenhou o papel de coordenação, com apoio em espécie e algum financiamento para o trabalho das equipes de saúde pública e sustentabilidade do BCC. A Bristol Food Network também garantiu financiamento externo adicional. O grupo diretivo se reunia trimestralmente, mas houve muitas reuniões bilaterais entre os membros.

Organizações representadas no grupo diretivo do projeto GFG

- City Council (Public Health, Sustainable Cities, Comms, City Office, Emergency response)
- Bristol Food Network
- Bristol Green Capital Partnership
- Resource Futures
- Feeding Bristol
- Grow Wilder (Avon Wildlife Trust)
- Incredible Edible Bristol
- Bristol Food Producers
- West of England Food Procurement Group
- Essential Trading (sponsors)

Com a formação do grupo diretivo do GFG, o BFPC ficou inativo. Porém o subgrupo de comunicação continuou a se reunir, como um grupo informal de apoio mútuo de atores-chave do setor da alimentação até o início da pandemia de COVID-19 em fevereiro de 2020. **Ainda** aderindo às quatro “ações”, o grupo fez um trabalho muito importante 'nos bastidores', orientou os recém-chegados à cena alimentar de Bristol, e construiu e consolidou relacionamentos.

Assinatura do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão

Também na agenda da reunião de abril de 2018 constou a proposta para Bristol assinar o Pacto Mundial de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP). Em setembro de 2018, Cllr Craig acompanhou a diretora da Bristol Food Network e consultora Joy Carey à reunião anual da MUFPP, em Tel Aviv, onde ela assinou a adesão ao Pacto em nome do prefeito. Essa experiência imersiva adicional consolidou sua apreciação de quanto tempo voluntário e energia ativista foram gastos na jornada da política alimentar de Bristol ao longo dos anos. Desde então, Cllr Craig compartilhou as experiências de Bristol e defendeu o trabalho dos sistemas alimentares urbanos em eventos internacionais de alto nível, incluindo o Pré-Cúpula sobre Sistema Alimentar Urbano da ONU em 2021 ³.

Próximos passos: Boa Comida 2030

Em julho de 2021, Bristol recebeu afinal o “Prêmio Ouro” de Local com Alimentação Sustentável, graças ao incrível trabalho duro, inovação e colaboração realizados pelo movimento da boa alimentação na cidade. A partir da primavera de 2022, o grupo diretivo do GFG está passando por uma reconfiguração como grupo diretivo da plataforma Good Food 2030, que assumirá o papel de promover a governança multissetorial no setor alimentar da cidade.

A estrutura necessária e o modo operacional dependerão da capacidade e recursos das partes interessadas, mas a Bristol Food Network – uma organização presente em todas as evoluções na história da governança alimentar de Bristol – continuará seu mandato de coordenação.

O principal papel do grupo diretivo do GF2030 será desenvolver e supervisionar a implementação do Plano de Ação Good Food 2030, que detalhará e acompanhará o progresso do trabalho relacionado com alimentação nos departamentos do Conselho, e agências e organizações locais para atingir as metas do Plano Uma Cidade e do Plano de Emergência Ecológica.

Assim, o Plano de Ação GF2030 será a peça central para integrar e institucionalizar o sistema alimentar em toda a região de Bristol.

A autora agradece a Joy Carey, Dra. Angela Raffle, Jane Stevenson, Ellen Harrison.

Dra. Jess Halliday é Consultora e Associada da Parceria Global da RUAF sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares.

¹ Carey, J. (2011) Who Feeds Bristol: Towards a resilient food plan.

<https://www.bristol.gov.uk/documents/20182/32619/Who-feeds-Bristol%20report.pdf>

² Sustainable Food Places.

<https://www.sustainablefoodplaces.org/>

³ UNFSS Pre-Summit plenary: Cities and local food systems

<https://vimeo.com/user145891411/download/582456501/26b308807c>

⁴ Bristol named Gold Sustainable Food City.

<https://www.goingforgoldbristol.co.uk/bristol-named-gold-sustainablefood-city/>

Governança alimentar de Toronto em fluxo

Jess Halliday

A recente dissolução da equipe de Estratégia Alimentar de Toronto e o desfinanciamento do Conselho de Política Alimentar da cidade demonstram que mesmo as estruturas de governança alimentar mais estabelecidas e aparentemente institucionalizadas são vulneráveis a mudanças circunstanciais, como pressões de pandemias e outras emergências, ameaça de cortes orçamentários, bem como a mudança de prioridades políticas quando um novo governo municipal é empossado.

O Conselho de Política Alimentar de Toronto (TFPC) foi criado em 1991 como um subcomitê do Conselho de Saúde de Toronto, num momento em que a saúde pública preventiva ganhava força entre os altos funcionários que viam a importância de incluir a alimentação na política de saúde pública.

Nos 30 anos seguintes, o TFPC deu voz a todos os interesses alimentares da cidade, em vários setores. Serviu para conectar pessoas dos setores de alimentação, agricultura e comunidades locais para desenvolver políticas e projetos inovadores para apoiar um sistema alimentar saudável e sustentável.

Em 2011, foi lançada a Estratégia Alimentar de Toronto, com o objetivo de integrar o trabalho relacionado à alimentação nos objetivos de todos os departamentos do governo municipal. Uma equipe de oito membros da Estratégia Alimentar de Toronto foi estabelecida na estrutura da saúde pública.

Em 2019, no entanto, o Governo Provincial – sob o premiê Doug Ford – anunciou planos para cortar Can\$ 1 bilhão em financiamento para a Saúde Pública de Toronto na década seguinte.

Entre os impactos mais amplos na Saúde Pública de Toronto, o cortes foi reconhecido como uma ameaça direta ao TFPC, a vários programas de alimentação e nutrição e à equipe da Estratégia Alimentar.

Esse corte financeiro radical não se tornou realidade, mas o anúncio causou uma reviravolta significativa na Saúde Pública de Toronto e grande preocupação entre os membros do TPFC.

Ao mesmo tempo, a nova liderança da Saúde Pública de Toronto levou a novas prioridades, incluindo reduzindo o foco em políticas públicas saudáveis e no funcionamento dos sistemas alimentares.

Nesse contexto, a equipe da Estratégia Alimentar de Toronto diminuiu à medida que o pessoal originário se aposentou ou foi embora para assumir algum novo projeto fora da cidade de Toronto.

Quando o COVID-19 eclodiu no início de 2020, o governo de Toronto convocou instituições de caridade para liderar a resposta alimentar de emergência, sem usar imediatamente a experiência, pesquisas e análises dos desafios na alimentação já realizadas pelo TFPC e pela equipe de Estratégia Alimentar.

Em outras palavras, Toronto, como muitas cidades do mundo, carecia de um plano alimentar de emergência eficaz. Todos os recursos da Saúde Pública de Toronto foram destinados para a resposta à pandemia. Embora isso fosse considerado essencial na época, selou o fim da estratégia alimentar e levou ao desfinanciamento do TFPC.

A partir do início de 2022, novas iniciativas de sistemas alimentares surgiram. Por exemplo, o Conselho Municipal endossou e financiou um Plano de Soberania Alimentar Negra para abordar a insegurança alimentar crônica entre os negros e as desigualdades estruturais – com viés racial - no sistema alimentar de Toronto.

O TFPC não se reúne mais regularmente, embora a longa história, paixão e experiência dos seus membros e apoiadores provavelmente resultem em alguma outra forma de defesa da política alimentar na cidade de Toronto a médio e longo prazos.

Dr Jess Halliday is a Consultant and Associate of the RUAF Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems

A ser lançado: Routledge Handbook of Urban Food Governance

Ana Moragues-Faus

Jill K. Clark

Jane Battersby

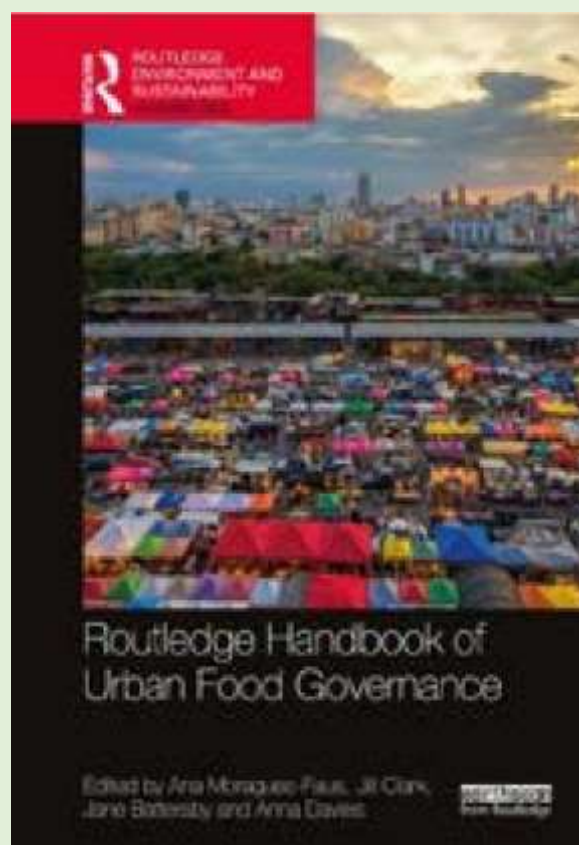
Anna Davies

Os últimos vinte anos testemunharam um crescente interesse acadêmico e aplicado na governança dos sistemas alimentares urbanos. Este interesse é resultado de uma série de questões que se cruzam, incluindo: a insatisfação com o sistema alimentar predominante e seus impactos econômicos, sanitários, ecológicos e sociais; a crescente conscientização sobre a complexidade da questão alimentar e, portanto, da necessidade de adotar uma abordagem de pensamento sistêmico; o aumento do papel das cidades na formação de discursos culturais e dinâmicas socioecológicas globais; e o surgimento de novas abordagens de co-governança onde a sociedade civil, os setores público e privado se reúnem para tomar decisões.

Essas questões sobrepostas levaram a uma diversidade de abordagens teóricas e práticas para estudar a governança alimentar urbana, que em grande parte permanecem desconectadas. A histórica falta de 'propriedade' da governança alimentar urbana por qualquer secretaria ou departamento do governo ou de qualquer parte interessada externa, bem como o seu estudo por diferentes disciplinas acadêmicas, permitiu que o campo fosse particularmente variado, inovador, dinâmico e responsivo às novas mudanças globais e desafios locais – como as alterações climáticas ou a reestruturação geopolítica.

De fato, embora tenha havido um aumento no interesse, a governança do sistema alimentar urbano não é nova, e ao longo da história ela moldou de muitas maneiras o próprio contexto urbano mais amplo, bem como a dinâmica das cidades contemporâneas.

Nesse contexto, o Routledge Handbook of Urban Food Governance visa desvendar o poder da governança alimentar urbana e sua capacidade para afetar a vida das pessoas por meio da transformação das cidades e do sistema alimentar global. O Handbook revisado por pares é a primeira coleção a refletir e compilar as histórias, conceitos e práticas atualmente dispersos, envolvidos no campo cada vez mais popular da governança alimentar urbana. Este exercício crítico e coletivo contribui para reavaliar o papel das cidades na entrega de resultados de sustentabilidade e segurança alimentar e fornece ferramentas teóricas e práticas atualizadas para entender e transformar a governança alimentar urbana de modo a criar futuros mais sustentáveis e justos.



O Manual está estruturado em cinco seções.

A primeira seção se concentra na história da governança alimentar urbana para traçar as raízes históricas da dinâmica atual e fornece um impulso para a visão crítica sobre a governança alimentar urbana presente no Manual.

A segunda seção apresenta uma ampla visão geral dos diferentes quadros, teorias e conceitos que informaram os estudos sobre governança alimentar urbana.

A seção três se baseia nas duas primeiras seções para se envolver com a prática da governança alimentar urbana por meio da análise de planos, políticas e programas implementados em diferentes contextos.

A seção quatro apresenta o conhecimento atual sobre como a governança alimentar urbana envolve as diferentes agências e variados departamentos que operam em escalas e setores diversos.

A seção cinco pergunta aos principais autores da área qual é o futuro da governança alimentar urbana em meio a desafios sociais e ambientais prementes.

A fim de compilar o conhecimento atualizado, o Handbook of Urban Food Governance baseia-se no conhecimento de acadêmicos e profissionais e apresenta estudos estabelecidos e emergentes em diferentes geografias. O Manual é um esforço coletivo desenvolvido em meio à pandemia do COVID-19 e propõe preparar o mundo para enfrentar emergências ecológicas e sociais críticas. Como editores, somos profundamente gratos a todos os colaboradores por seu tempo e esforço no desenvolvimento desta compilação única de conhecimentos que constitui um guia essencial para entender, refletir e se envolver ativamente com a governança alimentar urbana e seu potencial transformador.

O Routledge Handbook of Urban Food Governance será publicado em outubro de 2022.

Para mais informações:

<https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Urban-Food-Governance/Moragues-Faus-Clark-Battersby-Davies/p/book/9780367518004>

Ana Moragues-Faus é Pesquisadora Sênior na Escola de Economia e Negócios da Universidade de Barcelona.

Jill K. Clark é professora associada do John Glenn College of Public Affairs da Ohio State University.

Jane Battersby é Professora Sênior em Ciências Ambientais e Geográficas na Universidade da Cidade do Cabo.

Anna Davies é professora de Geografia, Meio Ambiente e Sociedade no Trinity College Dublin

A próxima fase do pensamento sobre governança alimentar urbana

Nos últimos anos, muitos trabalhos documentaram, analisaram, sistematizaram e fizeram recomendações sobre a governança dos sistemas alimentares urbanos. Alguns pontos claros de consenso surgiram, como a necessidade de participação multissetorial, institucionalização de longo prazo e um ambiente propício a partir dessa dimensão multinível. Os artigos nesta seção mostraram que algumas importantes questões ainda precisam ser resolvidas, e isso exigirá mais esforços por parte de profissionais de todos os setores, bem como dos acadêmicos.

Samuel Ikua nos lembra que a abordagem dos sistemas alimentares é fundamental para a governança horizontal integrada dentro de uma cidade – mas a compreensão dessa abordagem é incomum fora dos círculos especializados. **É preciso de mais trabalho para introduzir os funcionários municipais de todos os departamentos e as outras partes interessadas no conhecimento de como os sistemas alimentares funcionam e então envolvê-los nos processos de governança.**

O relatório sobre mecanismos multissetoriais de Carmen Torres Ledezma e colegas lança luz sobre questões de participação significativa, particularmente de grupos desfavorecidos. **Eles reconhecem a necessidade de explorar formas de lidar com desequilíbrios de poder e gerenciar conflitos de interesse.**

A governança integrada dos sistemas alimentares no nível horizontal da cidade – embora vital – não é suficiente por si só. Deve ser combinado com as dimensões mais relacionais multiníveis e de governança territorial que enquadram vários processos. **No entanto, as formas e os meios precisos pelos quais outros níveis de governança podem apoiar as iniciativas locais das cidades não estão claros**, e devemos ser cautelosos ao assumir que estruturas políticas em vários níveis são sempre úteis.

A dimensão territorial, por sua vez, permanece marcada pela persistente divisão disciplinar entre estudos urbanos e rurais e pela má compreensão das múltiplas e profundas conexões entre cidades, as áreas periurbanas e o campo.

Vimos que determinar a governança dos sistemas alimentares não é uma tarefa única – e os orçamentos dos projetos muitas vezes apoiam as plataformas de governança por apenas alguns anos, levando ao colapso quando os cofres ficam vazios. **É preciso encontrar formas para perpetuar as plataformas a longo prazo**, inclusive garantindo o envolvimento contínuo das partes interessadas e – especialmente – o financiamento permanente e institucionalizado. Mesmo as plataformas mais bem estabelecidas que sobreviveram por décadas nunca estão realmente a salvo de mudanças nas agendas. Assim, embora todo esforço deva ser feito para institucionalizar os arranjos de governança alimentar, é preciso fazê-lo prevendo **formas alternativas para manter a alimentação na agenda urbana.**

Para tanto, as experiências de Bristol e Toronto mostraram que a governança dos sistemas alimentares não trata apenas de processos formais envolvendo os governos locais.

Os processos também ocorrem entre ativistas comunitários e movimentos que trabalham incansavelmente em muitos lugares para fortalecer os sistemas alimentares e promover a transformação, fornecendo a consistência muito necessária diante da redução da vontade política e da memória de eventos passados.

Muitas vezes mal reconhecida e sempre nos bastidores, a governança alimentar comunitária deve ser promovida e mais bem aproveitada.

Finalmente, num momento em que os sistemas alimentares, tanto globais quanto urbanos, enfrentam interrupções sem precedentes diante de múltiplas crises – da emergência climática às pandemias e aos conflitos internacionais – a capacidade da governança adaptativa é cada vez mais essencial.

A lista de verificação dos requisitos para ser capaz de se adaptar rapidamente às circunstâncias em mudança deve ser exaustivamente testada em ambientes práticos, e revista para ser usada nos trabalhos ligados aos sistemas alimentares urbanos.

Recursos-chave

- Routledge Handbook of Urban Food Governance
<https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Urban-Food-Governance/Moragues-Faus-ClarkBattersby-Davies/p/book/9780367518004>

Ver artigo na página 112.

Referência completa: Moragues-Faus, A., Clark, J., Battersby, J., & Davies, A. (eds). (2022) The Routledge Handbook of Urban Food Governance. London: Routledge.

- Urban food systems governance. Current context and future opportunities
<https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb1821en>

Este relatório apresenta *insights* e lições emergentes sobre governança de sistemas alimentares a partir da experiência de nove cidades que desenvolveram intervenções alimentares urbanas e se baseia em informações secundárias relacionadas a experiências em outras cidades. Ele destaca pontos de entrada para questões de governança de sistemas alimentares urbanos; considerações processuais e relacionadas a conteúdos comuns ao abordar essas questões; modelos de governança predominantes; e oportunidades operacionais para investimentos futuros.

Referência completa: Tefft, J., Jonasova, M., Zhang, F., & Zhang, Y. (2020). Urban food systems governance – Current context and future opportunities. Rome, FAO and The World Bank.

- Urban Agriculture Magazine no. 36 – Conselhos de Política Alimentar ([Também em português](#))
<https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no-36-food-policy-councils>

Um número crescente de cidades e regiões está formando Conselhos de Política Alimentar (CPAs) e grupos semelhantes conhecidos por outros nomes, como fóruns/plataformas alimentares multissetoriais, redes de políticas alimentares, conselhos alimentares, coalizões alimentares, parcerias alimentares e laboratórios de alimentos. Essa edição da RAU explora as experiências de CPAs e entidades similares, abordando a inclusão social, impactos documentados e desafios enfrentados.

Referência completa: Halliday, J., Torres Ledezema, C., van Veenhuizen, R. (2019). Food Policy Councils, Urban Agriculture Magazine, No. 36.

- Multistakeholder policy formation and action planning for sustainable urban agriculture development
<https://ruaf.org/document/multi-stakeholder-policyformulation-and-action-planning-for-sustainableurban-agriculture-development>

Este documento apresenta uma visão geral das lições aprendidas no programa Cidades Cultivando para o Futuro com formulação de políticas multissetoriais e planejamento de ações (MPAP). Discute a importância de processos interativos e participativos de formulação de políticas e planejamento de ações, apresenta o processo MPAP e as diferentes etapas a serem tomadas, e destaca as lições aprendidas até agora pelos parceiros do RUAF e várias outras organizações. Em documentos de trabalho subsequentes, os elementos do MPAP serão tratados com mais detalhes.

Referência completa: Dubbeling, M., de Zeeuw, H. n.d. Multistakeholder policy formation and action planning for sustainable urban agriculture development, RUAF.

- National and Sub-national Food Systems Multi-Stakeholder Mechanisms - An Assessment of Experiences
<https://www.oneplanetnetwork.org/knowledge-centre/resources/national-and-sub-national-food-systems-multi-stakeholder-mechanisms#section-supporting-documents>
(ver artigo na pág. 154).

Referência completa: Alliance of Bioversity & CIAT, UNEP and WWF (2021). National and Subnational Food Systems Multi-Stakeholder Mechanisms: an assessment of experiences.

- Policy brief: Governance of food systems transformation
<https://ecoagriculture.org/publication/governance-offood-systems-transformation>

Este resumo define a Governança do Sistema Alimentar, apresenta os Princípios Orientadores para a Transformação dos Sistemas Alimentares, descreve uma abordagem de governança baseada nos direitos humanos e apresenta as principais dimensões da governança eficaz do sistema alimentar. O texto conclui com uma recomendação para desenvolver uma comunidade de prática para promover a inovação e o aprendizado sobre governança de sistemas alimentares.

Referência completa: Scherr S., Ramos J. (2022). Policy brief: Governance of food systems transformation, Governance Action Area, UN Food Systems Summit.

Próxima edição

Habilitando os múltiplos benefícios da agricultura urbana: lições para políticas

A próxima edição da Revista de Agricultura Urbana (nº 39), prevista para dezembro de 2022, será uma edição especial destinada a informar as políticas públicas e promover a transformação do setor, apresentando diversos programas e seus impactos.

Haverá uma seção especial sobre o Fórum Europeu de Agricultura Urbana (EFUA), incluindo uma introdução ao projeto, estudos de caso, histórias de transformação positiva, políticas e melhores práticas para melhorar e valorizar os múltiplos benefícios da agricultura urbana.

Também fornecerá informações sobre as reuniões de especialistas da EFUA na cúpula global do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão.

Outras seções complementarão a Revista, com contribuições dos programas HealthyFoodAfrica, YouthFood, Healthy Neighborhoods e Resilient Cities, apresentando experiências e grandes lições no terreno no sul global.

Urban Agriculture Magazine ISSN 1571-6244 No. 38, July 2022 UA Magazine

A Revista de Agricultura Urbana (Urban Agriculture Magazine) é produzida pelo Secretariado da RUAF da Parceria Global sobre Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis, em estreita colaboração com parceiros estratégicos nos temas abordados.

A Revista de Agricultura Urbana é um veículo para compartilhar informações sobre agricultura urbana e sistemas alimentares urbanos. Publica “boas práticas” e histórias de impacto.

A Revista agradece contribuições sobre novas iniciativas em nível individual, de bairro, de cidade e nacional. É dada atenção aos aspectos técnicos, socioeconômicos, institucionais e políticos dos sistemas sustentáveis de produção, comercialização, processamento e distribuição de alimentos urbanos e periurbanos.

Embora artigos sobre qualquer assunto relacionado sejam bem-vindos e considerados para publicação, cada edição da RAU concentra-se em um tema selecionado. Para edições anteriores, visite www.ruaf.org ou agriculturaurbana.org.br/rau (em português)

Esta edição foi compilada por René van Veenhuizen e Jess Halliday, do Secretariado da RUAF, da Parceria Global apoiada por parceiros da RUAF e produzida por Giles Stacey (Englishworks) and Jess Halliday, e coordenada por Lucia Lenci.

Financiamento

Esta edição da RAU foi produzida com financiamento do Hivos e do CGIAR Research Program Water Land and Ecosystems (WLE), liderado pelo IWMI



RESEARCH
PROGRAM ON
Water, Land and
Ecosystems

Diagramação

Interface Communicatie, Ede

Contato

<mailto:info@ruaf.org> - <http://www.ruaf.org> - @ruaf

O Secretariado da RUAF é hospedado pelo Hivos, em Haia, Holanda.

A RUAF usa Attribution-Noncommercial-Share e 3.0 Unported Creative Commons Licence.

Para detalhes, favor acessar www.creativecommons.org.

Membros da Parceria Global da RUAF:

- Centre for Sustainable Food Systems, Wilfrid Laurier University (Canada)
- Cidade de Ghent (Bélgica)
- CONQUITO, the Agência de Promoção Econômica do Região Metropolitana de Quito (Equador)
- Economia e Sostenibilità (ESTA) (Milão, Itália)
- Hivos - Humanist Organization for Social Change (Holanda)
- International Water Management Institute (IWMI) (Colombo, Sri Lanka)
- Instituto de Ciências Geográficas e Pesquisa de Recursos Naturais da Academia Chinesa de Ciências (IGSNRR/CAS) (Beijing, China)
- Instituto Mazingira (Nairóbi, Quênia)
- Rikolto (Bélgica).

20+ years of RUAF

